

**O BRASIL DEPOIS DE LULA** Aloizio Mercadante e Francisco de Oliveira

www.versus.ufrj.br

ISSN 1984-4263



UFRJ

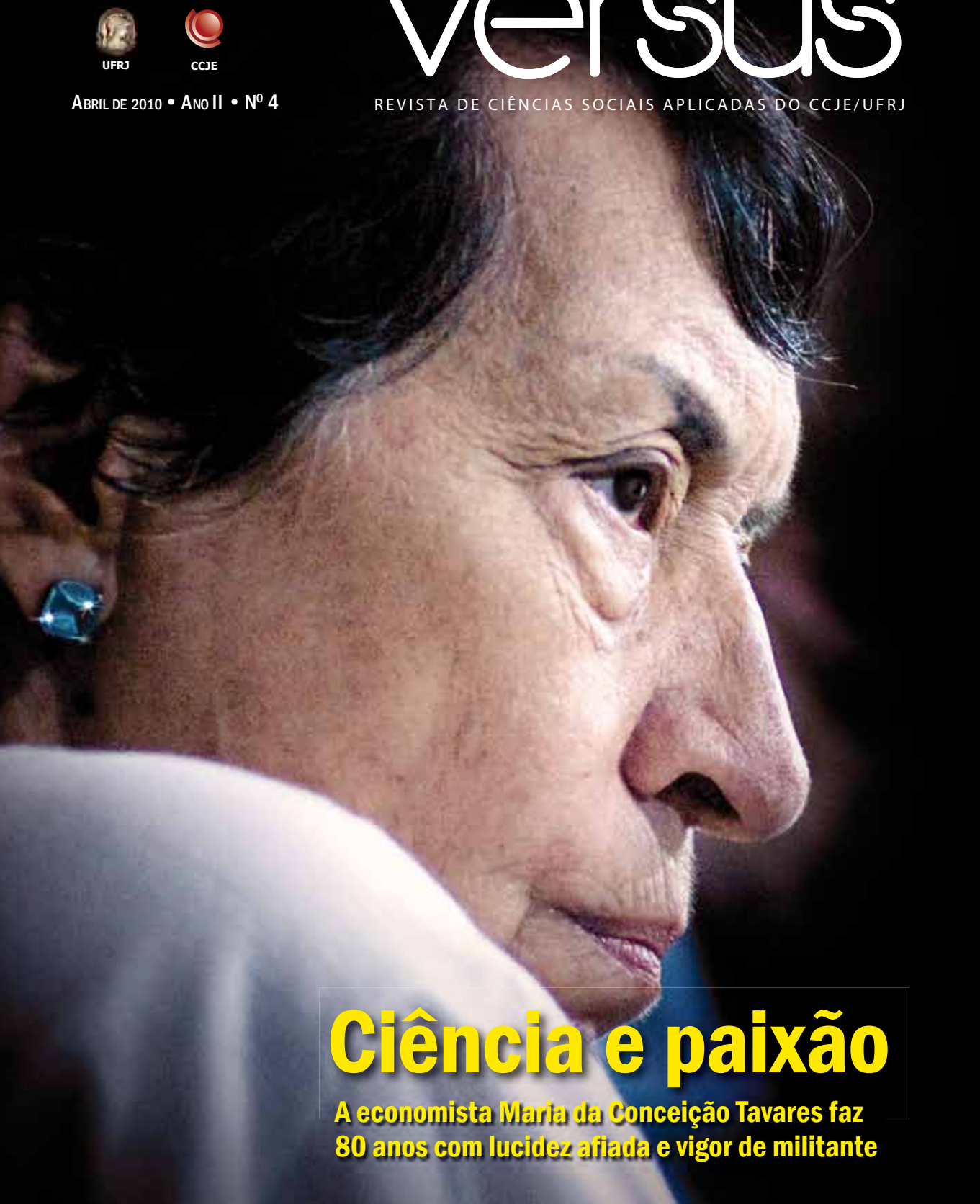


CCJE

ABRIL DE 2010 • ANO II • Nº 4

# versus

REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DO CCJE/UFRJ



## **Ciência e paixão**

**A economista Maria da Conceição Tavares faz 80 anos com lucidez afiada e vigor de militante**

# VERSUS imagem

Gesto e palavra indissociáveis. Olhar fixo no interlocutor. **Juca Kfourí** – fotografado por **Marco Fernandes** no seu bunker em São Paulo – dispara dardos certos, para desconforto da alta cartolagem, incluídos aí Ricardo Teixeira (CBF) e Carlos Nuzman (COB). Juca é exceção na ética frouxa do jornalismo esportivo. Quase voz solitária ao denunciar a corrupção na superestrutura do esporte do país que vai realizar Copa e Olimpíada. Não poupa Lula: “estou desapontado”, diz. O jornalista é um fenômeno de audiência. Em março, seu blog contabilizou 80 milhões de visitas desde 2005. Colunista da *Folha de S.Paulo*, está também na rádio CBN e no canal por assinatura ESPN-Brasil. Mas é o blog, sua paixão insaciável, que o faz escravo. Na entrevista que começa na página 95, Juca Kfourí explica por que a estrutura esportiva no Brasil é “profundamente” reacionária, corrupta e corruptora.

**Luiz Carlos Maranhão**  
Editor Executivo









Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Centro de Ciências Econômicas e Jurídicas



UFRJ

CCJE

Aloísio Teixeira  
**Reitor**

Sylvia da Silveira de Mello Vargas  
**Vice-Reitora**

**Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas**

Alcino Ferreira Camara Neto  
**Decano**

Manuel Alcino Ribeiro da Fonseca  
**Vice-Decano**

Aginaldo Fernandes  
**Superintendente**

Helios Malebranche  
**Coordenação Acadêmica – Graduação**

Heloísa Pires  
**Coordenação Acadêmica – Pós-Graduação**

Manuel Alcino Ribeiro da Fonseca  
**Coordenação Acadêmica – Extensão**

**REVISTA VERSUS**

Alcino Ferreira Camara Neto  
**Editor**

Luiz Maranhão  
**Editor Executivo**

Elisa Monteiro e Pablo Kaschner  
**Repórteres**

Gil Castro  
**Editor de arte**

Carolina Souza de Almeida  
**Assistente de arte**

Márcia Rocha de Aquino  
**Secretaria e produção**

Leticia Fraga Sias  
**Produtora**

Carlos Nogueira  
Felipe Teixeira Gonçalves  
João Sérgio Pereira da Silva Junior  
**Pesquisadores**

Roberto Azul  
**Revisor**

**Capa**  
Foto Marco Fernandes  
Arte Gil Castro

**Colaboraram nesta edição**

Rosa Freire d'Aguilar Furtado, Aloizio Mercadante, Francisco de Oliveira, Franklin Serrano, Sandra Ferreira, Leonardo Granato, Nahuel Oddone, Marcelo Paixão, Luiz M. Carvano, Irene Rossetto, Maria Aparecida Tardin Cassab, Anete Negreiros, Antonio Holzmeister, Oswaldo Cruz, Adonia Antunes Prado, Juan Cruz Vazquez, Lucia M. A. Ferreira, Eduardo Valente, Rubens Figueiredo, Beatriz Resende Marco Fernandes

**Agradecimentos**

Alexandre Paixão, Pedro de Souza, Centro Internacional Celso Furtado, Observatório de Favelas, ONG Repórter Brasil, Equipe da Decania CCJE/UFRJ

**Apoio institucional**

Coordenação de Comunicação da Reitoria/UFRJ



**Conselho Editorial**

Abílio Pereira de Lucena; Alcino Camara Neto; Aloísio Teixeira; Ana Célia Castro; Ana Clara Torres de Ribeiro; Carlos Aguiar de Medeiros; Carlos Esteban; Carlos F.T.M.R. de Lessa; Carmen Feijó; Francisco Amaral; José Antonio Ortega; José Luiz Fiori; Matias Vernengo; Nilo Batista; Raphael Di Giorgi; Rosélia Piquet Carneiro; Thomas Palley

**Receba VERSUS**

Para adquirir exemplar de VERSUS envie mensagem para o e-mail [versus@ccje.ufrj.br](mailto:versus@ccje.ufrj.br) com nome, endereço completo, profissão.

**Revista VERSUS**

Publicação trimestral do  
**Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE)**  
**Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)**

Av. Pasteur, 250 - fundos - Campus da Praia Vermelha  
22290-240 - Urca - Rio de Janeiro/RJ  
Tels.: 21 38735311 – 38735305 – 3873-5308  
[versus@ccje.ufrj.br](mailto:versus@ccje.ufrj.br)  
[www.ccje.ufrj.br](http://www.ccje.ufrj.br)

*Alcino Camara*  
*Editor*

Rigor acadêmico e paixão política são marcas da professora e economista Maria da Conceição Tavares, matéria de capa desta edição, que acaba de completar 80 anos de idade. Ela conferiu amplitude e vigor à sua trajetória intelectual. VERSUS reuniu um grupo de professores da UFRJ para entrevistá-la. Todos afinados com o campo de preocupação da professora, militante, amante do cinema e da música brasileira, apaixonada pelo Brasil. O resultado desse encontro foi um mergulho na agenda política e econômica do que aconteceu de relevante no Brasil nos últimos 50 anos e o desenho de possíveis cenários para o futuro do país. Nesta edição, VERSUS inaugura duas seções que vão ampliar a densidade do conteúdo da revista: **Contraponto**, com visões diferentes de Chico de Oliveira e Aloizio Mercadante sobre o Brasil depois de Lula, e **Ensaio**, que traz um texto pouco conhecido de Celso Furtado, apresentado por Rosa Freire d'Aguilar Furtado.

Boa Leitura



**CELSO FURTADO.**  
**Texto de 1977**



# SUMÁRIO EDIÇÃO Nº 4

## VERSUS Imagem

2



### LUPA

Jean Paul Sartre  
Gabriel García Márquez  
Immanuel Wallerstein  
John Maynard Keynes

6

## ESPECIAL

8

### Muito além da economia

VERSUS reúne convidados para entrevistar Maria da Conceição Tavares. Aos 80 anos

## ENSAIOS

23

Celso Furtado  
Acumulação e criatividade

## CONTRAPONTO



31

O Brasil depois de Lula  
Francisco de Oliveira e Aloizio Mercadante

## ENTREVISTA

95

Juca Kfourí

Fenômeno de audiência na internet, o jornalista foge da mesmice da mídia esportiva  
Esporte e política, ligações históricas,  
por Antonio Holzmeister Oswaldo Cruz

## CIDADE NUA

108

### O olhar da Maré

Escola de Fotógrafos Populares no complexo de favelas da Maré transforma a visão de mundo de jovens pobres



## TRILHA

112

Câmera na mão

## BRASIL

118

### Vida no cativo

Combate à violação de direitos  
Trabalho escravo, por Adonia Antunes Prado

## INTERNACIONAL

124

Malvinas  
Petróleo faz reacender a disputa

## DOIS PONTOS

129

### Personagem

#### Rocha que viaja

Filho de Glauber Rocha surpreende com o documentário *Pachamama*

138

### Livros

#### Lugar de memória

Jornalista Nilo S. Gomes lança *Em busca da notícia - memórias do Jornal do Brasil, 1901*

140

#### A Alma das Ruas

Pesquisador destaca a importância do livro *A alma encantadora das ruas*, de João do Rio

141

### Sala Escura

O cineasta Eduardo Valente e o escritor Rubens Figueiredo indicam filmes e livro de suas preferências

142

### Compositor

#### Um brasileiro chamado Noel

No ano do centenário do poeta da Vila, VERSUS entrevista seu biógrafo maior: o jornalista João Máximo



146

### Beatriz Resende

As escolhas de Heloisa

VERSUS  
ACADÊMICA

Franklin Serrano  
Sandra Ferreira

Leonardo Granato  
Nahuel Oddone

Marcelo Paixão  
Luiz M. Carvano  
Irene Rossetto

Maria Aparecida Tardin Cassab  
Anete Negreiros



“A ideia de realização da Filosofia é uma noção marxista. Verificou-se no século XIX um fato capital: a Filosofia tornou-se prática. Tornou-se prática, ou seja, compromete totalmente o filósofo, não é apenas uma visão do mundo, um conhecimento dogmático ou relativista, mas é, ao mesmo tempo, uma ação sobre o mundo, no sentido de que nasce da ação e prepara a ação.

**JEAN-PAUL SARTRE ( 1905 - 1980),** na celebre conferência proferida em 1960 na então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara, da Unesp, São Paulo.

“ Não sei quando tudo aconteceu. Só sei que, desde os 17 anos de idade até hoje, não fiz outra coisa a não ser me levantar cedo todos os dias, me sentar diante de um teclado para preencher uma página em branco ou uma tela vazia de computador, com a única missão de escrever uma história ainda não contada por ninguém, e que fizesse mais feliz a vida de um leitor inexistente.

**GABRIEL GARCÍA MÁRQUEZ,** no IV Congresso da Língua Espanhola. Aos 83 anos, o autor de *Cem anos de solidão* disse em 2009 que não pretende mais escrever livros.



# VERSUS

Jornalismo com análise

ISABELA LYR/DUIM AGENCIA



“A única coisa que Obama sabe é que já não é realmente possível para o presidente dos Estados Unidos cortar a cabeça de ninguém, inimigo ou aliado, que o desafie. (...) Não parece haver formas práticas que lhe permitam “cortar a cabeça” de Ahmadinejad, Chávez, Assad, Castro ou Kim Jong-il. (...) Não pode afastar o primeiro-ministro de Israel, Netanyahu, do cargo. Também não pode fazer o Hamas desaparecer de Gaza.

**IMMANUEL WALLERSTEIN,**

no artigo “As opções muito limitadas de Obama”, publicado no site *EsquerdaNet*.

“As ideias dos economistas e dos filósofos políticos (...) são mais poderosas do que comumente percebido (...) o mundo é governado por um pouco mais do que elas. Homens práticos, que acreditam estar completamente imunes a quaisquer influências intelectuais, geralmente são escravos de algum economista defunto. (...) São as ideias, mais que os interesses particulares, que são perigosas, seja para o bem ou para o mal.

**JOHN MAYNARD KEYNES (1883 - 1946),**

No livro *The General Theory of Employment, Interest and Money*.



ARQUIVO ASSOCIAÇÃO KEYNESIANA BRASILEIRA



na internet

**www.versus.ufrj.br**

visite



# Muito além

ESPECIAL



FOTOS: MARCO FERNANDES

**Maria da Conceição Tavares**

# da economia

Luiz Carlos Maranhão

**Início** de 1954. Maria da Conceição Tavares desembarca no Brasil aos 23 anos fugindo do “ar irrespirável” da ditadura salazarista em Portugal. Leva um susto: alguns meses depois, Getúlio Vargas se suicida no torvelinho de uma crise política que poderia resultar numa... ditadura. Pensou: “Cristo, Jesus, aonde eu vim amarrar meu cavalo?” A ameaça golpista é superada. Vem os anos JK e logo ela se envolve na atmosfera desenvolvimentista, na efervescência cultural da então capital da República, na discussão econômica e política de um país em busca de seu destino. Na música, a bossa nova. No teatro, *Orfeu Negro*, e o cinema na antissala do Cinema Novo. No horizonte, o Plano de Metas e a construção de Brasília. Começa aí a incrível história da economista que nas décadas seguintes seria peça importante na vida intelectual brasileira.

Não houve debate econômico relevante nos últimos 50 anos do qual ela não tenha participado – com rigor acadêmico e paixão política. Sua dimensão intelectual vai além da economia. Sua cultura política e filosófica lhe permite perspectiva multidisciplinar. A formação humanista de Conceição situa a economia como ferramenta para entender a história e o mundo.

Maria da Conceição Tavares fez 80 anos. Nasceu em 24 de abril de 1930 na região de Aveiro, interior de Portugal. Pai anarquista, mãe católica, tio comunista, sob a tirania de Salazar e o impacto da Guerra Civil Espanhola, desde criança a política esteve presente em sua vida. VERSUS reuniu, além do autor deste texto, os professores da UFRJ Aloísio Teixeira (reitor), José Luís Fiori (diretor adjunto de Pós-Graduação do NEI), Carlos Nelson Coutinho (diretor da Editora UFRJ) e Alcino Camara (decano do CCJE), para entrevistá-la. Veja, a seguir, parte do conteúdo que resultou desse encontro inédito. A segunda parte será reproduzido na próxima edição da revista.

Nas páginas da UFRJ e da VERSUS na internet, a íntegra da entrevista gravada em vídeo.



Aloísio Teixeira



Alcino Camara



José Luís Fiori



Carlos Nelson Coutinho



Luiz Carlos Maranhão

MARCO FERNANDES



**Luiz Carlos Maranhão**  
Professora, a crise econômica foi supervalorizada?

**Maria da Conceição Tavares** Ninguém imaginava que os Estados Unidos torrassem mais de 2 trilhões de dólares para segurar os bancos. E também não tínhamos a certeza que a política econômica norte-americana (...) aumentasse o déficit fiscal do jeito que aumentou. E de uma maneira desproporcional. Como isso, evidentemente, não eram as condições de 30, o tamanho da crise era parecido com a de 30, mas não foi, não é igual. E uma outra coisa: é que tem a China. A Europa ficou

mal, a estagnação ainda está lá e aí não vai andar mesmo. O Japão ainda está mal, como esteve na crise de 30, mas (à época) não tinha uma potência emergente do tamanho da China para contrabalançar. E também em 30, nós, da periferia latino-americana, éramos muito dependentes dos Estados Unidos e do mercado internacional de um modo geral. Desta vez, não. Com exceção do México, porque está colado (aos Estados Unidos). Nós, no Brasil, não estávamos colados, nem remotamente (...) e olha que não teve nenhuma crise no Brasil de 30 para cá, nenhuma, que não desse um problema na balança de pagamentos terrível. Dessa vez,

não. Nós éramos credores. Quer dizer, a política do Lula já tinha endireitado as contas externas.

Então, na verdade, quem foi mais atingido foram os demais países desenvolvidos, a periferia europeia do Leste Europeu, periferia da Alemanha ou da Rússia, enfim. A Alemanha não ajudou. Aliás, a Alemanha não desempenhou papel nenhum, a não ser só para ela mesma, o que é fantástico, porque a Alemanha devia se considerar responsável pelo mercado comum europeu pelo menos, e não está se considerando. O Japão já vinha ruim, estava começando a implementar devagarzinho. Levaram na cabeça e começaram de





novo. Então, eu não acho que as coisas estejam ainda bem. Os EUA é provável que não parem a política expansiva deles a despeito da fragilidade do dólar. E por quê? Porque eles não acham que o dólar possa ser substituído, só por isso.

**Aloísio Teixeira** Agora assim, brincando, a gente pode dizer que o Brasil transitou relativamente bem.

**Conceição** É verdade, uma gripe suína invés de uma pneumonia.

**Aloísio** Não chegou a ser uma marola, mas também não foi um tsunami. Então até que ponto a gente pode dizer que isso se

deveu à combinação de alguns fatores? Por exemplo, você mencionou aí o acerto das contas externas que, aliás, é uma coisa pouco discutida e muitos de nós continuamos a repetir coisas que dizíamos no passado. Não levamos em conta essa mudança que foi muito significativa. Em segundo lugar, tem o fato de a gente ter aproveitado relativamente bem o quadro internacional mais favorável nos últimos anos. Em terceiro, aí a brincadeira, provocação, alguns erros, algumas medidas de política econômica tais como a taxa de juros que de repente criaram...

**Conceição** Uma possibilidade, uma folga. Não tinha ninguém que tivesse mais contra essa política monetária do que eu. Mas eu tenho que dizer que com uma crise dessas, os erros às vezes viram acertos. Não havia nenhuma previsão de uma crise destas naquela altura. Na verdade, ninguém tinha ideia, até porque não se acompanha mais o sistema financeiro. É uma mania, o economista tem manias, é a macroeconomia e esquece que o cerne do sistema capitalista é o sistema financeiro, é a moeda e os bancos. E eu sei disso. Tenho dito isso toda a minha vida. Fui talvez das primeiras economistas de esquerda, tirando o velho Ignácio Rangel, aliás, foi por causa dele, a me preocupar com isso, porque a esquerda não sabe nada de moeda, nada, então vem ignorando. Agora eu espero que aprendam. Já está na hora.

**Aloísio** Você é eternamente otimista.

**Carlos Nelson Coutinho** Mas que aspectos você vê? A crise continua, mudanças da política econômica, fim do neoliberalismo...

**Conceição** O fim do neoliberalismo teoricamente ocorreu com

um tiro na cabeça. Mas como ideologia não vai acabar porque eles querem o neoliberalismo. Há os bancos que não estão para nada ainda enxutos, como diz o Delfim Netto, e que estão lucrando como bestas, ainda que sejam devedores gigantescos do governo americano. (O neoliberalismo) não é uma política inventada por intelectuais apenas. Inventada por intelectuais já tinha sido na década de 40 e ninguém deu bola. O que houve foi uma política do capital financeiro, que levou uma pancada violentíssima, como todo mundo viu. E isso, evidentemente, prejudicou os governos. Todo mundo acabou fazendo política compensatória de tipo keynesiana, que supostamente estava enterrada. Então o inimigo continua sendo o mesmo: o capital financeiro é o inimigo tanto do desenvolvimento quanto do povo. Mas eu tenho a impressão de que, no nosso caso, não há riscos. Tendo a ser otimista como o Lula.

**Carlos Nelson** Acha que continua a política do Lula?

**Conceição** Essa parte da política econômica e de uma certa tendência distributiva, digamos, acho que vai continuar. O que pode terminar são outras coisas. A política externa, que é uma política autônoma de grandes performances. Evidentemente não tem nada a ver com a crise, tem a ver com o papel do próprio Brasil. De um modo geral eu diria que daqui em diante vai depender do que cada país fizer, dado que não há nenhuma coordenação intercapitalista, e o mundo deixou de ser unipolar nesse sentido. Quer dizer, hoje os Estados Unidos não têm condição de impor ou de regular uma política mundial, não têm mais.

**Carlos Nelson** Para uma economia globalizada, há um Estado que segure...

**Conceição** Não há Estado que segure. Portanto, nós estamos tendendo à multipolaridade, coisa que quando o nosso embaixador Samuel Pinheiro Guimarães dizia, sempre olhava: mas Samuel, você não está sendo otimista? É claro que ele não estava prevendo a crise – ou vai ver estava. Mas, de fato, ele estava prevendo que a hegemonia americana ia acabar. Bom, eu não acho que a hegemonia americana acabou, muito menos do ponto de vista ideológico, militar, etc. E essa cultura consumista que é geral. Você hoje vai a Pequim ou a qualquer lugar da Ásia e está lá a marca americana. O *american way of life* está lá. Mas isso não tem nada que ver com a política de Estado, está claro? Isso é uma coisa que decorreu da globalização. As políticas de Estado vão ter que repensar sua inserção internacional. Tanto a China quanto nós, quanto o próprio Japão. Para dizer a verdade, até o próprio Estado Unidos deveriam (repensar), porque estão muito mal obrigados na inserção deles.

**Alcino Camara** **Aí é que faz muita diferença de uma vitória sobre a outra, dos dois principais candidatos, em termos de política externa e de política de Estado internacional. Inclusive a relação com a América do Sul. A descrença que tem o Serra em relação ao Mercosul, que é conhecida.**

**Conceição** O Serra, em matéria de política externa, é um desastre, ele é só desenvolvimentista. Ele nem é distributivista, mas também não vai se atrever a tocar em alguns programas, que não é maluco. Mas ele é desenvolvimentista. Por outro lado, tem o fato de que a política externa é dominada pela equipe do governo do FH no Itamaraty, que é, do meu ponto de vista, lamentável. Eles eram os

“

**Uma coisa é querer fazer as mudanças. Outra coisa é avaliar a conjuntura em que se faz as mudanças. E eu não sou boa disso. Haja vista que eu cheguei a brigar com Lula**

mais neoliberais de todos. Inclusive eram mais neoliberais que o Malan (Pedro), que estava lidando com o FMI. Então era uma coisa difícil. De vez em quando ele até tentava esperar, mas não conseguiu lá muito, como se sabe. Mas o Itamaraty não. Eles acreditavam, e o FH também, que a globalização era um *must* e que nós tínhamos a honra de ter um presidente que pertencia à triade ilustre como pró-consul do Império, um luxo.

**Aloísio** **Essa é uma questão interessante. O que poderia mudar com o Serra?**

**Conceição** Já te disse, a política externa.

**Aloísio** **Em termos de política econômica?**

**Conceição** Eu acho que objetivamente ele fala muito que vai mudar o câmbio. Eu também gostaria, gostaríamos todos. Quero saber como. Eu nunca ouvi dizer que ia fazer controle cambial, com taxa de câmbio alta, aí não é novidade nenhuma, quem está a

favor? Os empresários não estão. Delfim Netto não está, a esquerda não está, então quem está a favor? Ninguém. Então aí depende da conjuntura, da habilidade de fazer política.

**Carlos Nelson** **Uma provocação: você ministra da Fazenda do Governo Dilma, que mudanças faria na política econômica?**

**Aloísio** Deus a poupe disso.

**Conceição** Eu não faria mudanças porque não há a menor possibilidade de ser ministra de nada. Até porque uma coisa é querer fazer as mudanças, outra coisa é avaliar a conjuntura em que se fazem as mudanças. E eu não sou muito boa disso, haja vista que eu bati pesado, cheguei a brigar com o Lula, depois que ele mandou eu ia lá falar com o ministro da Fazenda.

**Aloísio** **Eu assisti à reunião de intelectuais, achei que ia acabar a reunião ali...**

**Conceição** É que eu bato pesado. Ele que me perdoa. Ele tem lá os problemas dele.

**Aloísio** **Teve uma hora que ele (o presidente) disse um negócio e ela falou assim: “duvido!”. Interrompeu assim. Pensei: vai fechar o tempo.**

**Conceição** O Lula gosta de mim. Ele gosta porque eu sou o limite do que poderia ser dito. Às vezes eu passo do limite. Ele se move num espectro amplo e administra a conjuntura bem, esse que é o problema. Eu acho que a Dilma aprendeu com o Lula e, ademais, o Lula será o maior assessor da Dilma, porque isso o pessoal esquece: ele não vai ser mais presidente, mas vai ajudar, e a Dilma escolherá um ministro da Fazenda adequado, que seja da nossa banda, mas que tenha sensibilidade para se manejar.

**Carlos Nelson** **Ou seja, acha**

que não haverá mudanças radicais na política econômica. Nem por parte do Serra nem por parte de Dilma?

**Conceição** Mudanças radicais numa altura de crise internacional, é meio perigosinho.

**Maranhão** Mexer na política de juros, na política monetária?

**Conceição** Vai. Isso sim, mas qual é a tendência? Já tem a tendência.

**Maranhão** Mas e a pressão do mercado?

**Conceição** O problema maior da taxa de juros é à entrada de capitais. Não é que nós temos a taxa de juros mais alta do mundo. Isso é besteira. Nós temos a taxa básica mais alta do mundo, mas de crédito não. De crédito tem outros países que estão piores que nós. Ou você acha que a taxa de crédito para os que estão mal nos Estados Unidos tem alguma ligação com a taxa básica do FED? Nenhuma. Quer dizer, quando tem escassez de crédito, a taxa de juros do crédito é alta. Ora, isto o Guido (Mantega) mudou por decisão do Lula o tempo inteiro. Nós fizemos uma política de crédito bem razoável, de expansão, inclusive, de bancarização dos mais pobres, coisa que não aconteceu em nenhum outro lugar do mundo, que eu saiba. Nem mesmo na China. A China tem um sistema bancário, tem bancos públicos. Mas eles são mais desenvolvimentistas e mais para exportação. Não tem uma Caixa Econômica Federal, por exemplo, pesada. Tem os bancos públicos que ajudam os construtores, mas não é disso que eu estou falando. É ajudar os consumidores, pobres, e isso nós fizemos.

**Aloísio** Conceição, não é nenhuma provocação: a questão central, mesmo com todos os

avanços que a gente fez, continua sendo a balança de pagamentos.

**Conceição** Mas no caso é discutível porque tem que ver com o câmbio. Embora também não só. Por exemplo, as importações agora deram um repique violento. Sim, mas é porque ela estava muito embaixo. As importações caíram brutalmente com a recessão. Recessão, meios de capital e vão ao chão e ninguém investe em nada. Caíram também os meios intermediários, porque a atividade econômica estava parada. Agora, e os bens de consumo durável? Porque você está importando tanta porcaria? E ainda por cima, desta vez está complicado, porque nós estamos brigando em manufaturas que a gente exportava para onde? Para as Américas, para América do Sul e até para os Estados Unidos. Agora, estamos concorrendo com a China, que está acompanhando o dólar na desvalorização e que é uma potência industrial. Na verdade, a Ásia mudou todas as relações

de troca. E isso tem que pensar direito quais são as implicações.

Outro dia tivemos uma discussão sobre isso, de dizer: ah, mas commodities são muito ruins. Bom, perdão: Commodities são muito ruins. E se a Ásia conseguir passar a ser produtora de commodities? Se não passar, como eles são os maiores demandantes de commodities, então não é tão ruim. O câmbio é mais importante para barrar a importação do que para estimular a exportação. Isso também que o pessoal não se dá conta. Às vezes usa o argumento equivocado. Tem a história econômica, e a história da política econômica demonstra que a estrutura econômica do mundo mudou muito. Em particular, o comércio exterior, e aí o mercado de capitais. Então não estamos numa situação em que o passado possa ser usado como exemplo para o futuro. O futuro é completamente aberto. O que você tem que saber é quais são as implicações desta mudança estrutural.

---

## “Se você usar só os livros (...) é difícil que se consiga ir fundo”

**Aloísio** Deixa dar um gancho. E o Estado, o Estado brasileiro?

**Conceição** Isso é outra diferença. Vamos lá professor Fiori. O que a gente diz sobre o estado brasileiro?

**José Luís Fiori** Sobre o Estado, não. Eu queria dizer coisas sobre outro assunto. Estava pensando aqui, saindo um pouco da conjuntura e da economia, sobre a sua história como intelectual. Como, de fato, você, além de ter

tido inserção e intervenção em vários momentos do debate intelectual dos últimos 50 anos, você viveu em ambientes em que foram muito, eu acho, decisivos a sua intervenção. Não sei como você compara, como você avalia. Mas não há dúvida nenhuma que a sua formação matemática com Salazar, naquele tempo em Portugal, na década de 50, até onde te acompanho com uma proximidade grande com o Partido Comunista em Portugal e depois a sua inserção...



ACERVO PESSOAL



## COM SIMONSEN.

“Somente a matemática não serve para porcaria nenhuma, coisa que Mario Henrique Simonsen também dizia. Só que dizia e fazia matemática para enganar os trouxas e ganhar consultorias, o que não era meu caso.”

**Conceição** Antes de você continuar e antes que eu esqueça, olha a ironia da história. Eu era matemática, tinha sido aluna de gente de esquerda. Então chego aqui, olho e percebo rapidamente que não existe emprego para matemático, evidentemente. Vou fazer estatística na questão agrária, no Incra de então e passo a fazer economia aqui. Sabe para que servia a matemática? Para ser assistente do Bulhões (Octávio Gouvêa), que era o maior monetarista e que não sabia fazer uma equação nem uma curva porque ele não tinha os eixos, botava a curva, mas sem os eixos. E que me tomou como tutora dele quando eu era aluna dele. Ele se tomou de simpatia por mim, achou que eu tinha uma cabeça boa. Coisa que o Campos (Roberto) também achava, mas o Campos realmente eu não topava.

**Aloísio** Estava certo ou estava errado?

**Conceição** Estava certo

**Carlos Nelson** Pelo menos nisso ele estava certo.

**Conceição** Ele era boa gente. A matemática era uma ciência muito mais lenta. Somente a matemática não serve para porcaria nenhuma, coisa que Mario Henrique Simonsen também dizia. Só que dizia e fazia matemática para enganar os trouxas e ganhar consultorias, o que não era meu caso. Passei para economia política rapidamente por causa do meu passado de esquerda, é isso que ele (Fiori) está dizendo.

**Fiori** Estava pensando, me colocando no seu lugar. Eu pensaria assim: digamos, o seu primeiro momento em Portugal, me soa muito cinzento e triste me parece. E depois você pega o Rio de Janeiro de JK, me soa muito alegre...

**Conceição** Eu ainda peguei o Rio de Janeiro de Vargas, com seu suicídio, que foi um espanto. Eu pensava: Cristo, Jesus, aonde eu vim amarrar meu cavalo? Eu vim em busca de uma democracia para fugir de uma ditadura, encontro uma outra pela cabeça. Mas depois veio JK, foi quando eu virei brasi-

leira. Ele me convenceu, era outro mundo.

**Fiori** Depois você viveu em Santiago, num período de tensão muito grande onde você pensou muito e escreveu. Depois você viveu a democratização no Brasil e depois esse seu humor, estranho e heterodoxo, de ser deputada do PT e professora. Se as condições de vida e as suas circunstâncias são importantes, você é uma pessoa que viveu, pelo menos aqui listei no chute, seis situações muito diferentes. Elas pesaram na sua formação?

**Conceição** Ah, pesaram sim, sem dúvida nenhuma. Porque o problema de pensar, se você usar só os livros, e não sair de lugar nenhum, não ouvir o mundo, é difícil que se consiga ir fundo. E, sobretudo, tendo várias experiências de inserção social, evidentemente isso ajuda. Você imagina uma coisa: é chegar aqui, JK, estar alegre, bossa nova. Mas eu fui para BNDES ajudar a fazer o Plano de Metas. Foi em 58. Eu saí do INC

(Instituto Nacional de Colonização), pedi licença e fui ser analista em matemática lá. Só que aquilo ali era um celeiro de economistas heterodoxos. O departamento econômico de lá era totalmente heterodoxo. Então eu era aluna de uma escola conservadora de manhã e, à tarde, essa dualidade era fantástica, tinha todos os heterodoxos que fizeram a *Revista de Economia* com o apoio do Furtado (Celso) lá. O que é uma tensão braba.

Então você é obrigada, para enfrentar os ortodoxos, a aprender o que eles dizem, e aproveita os heterodoxos para aprender o que eles não dizem. Você fica com uma formação ampla. Fui de duas escolas de pensamento, isso que vocês precisam ter entendido. Eu tive que aguentar Bulhões e Campos, que eram dois caras importantíssimos no pensamento brasileiro, e de outro lado, peguei os discípulos de Furtado no departamento de economia.

Fui deputada do PT. Antes disso eu tinha sido da executiva do PMDB, porque era mulher, então as mulheres me indicaram. O velho Ulysses (Guimarães) quando soube, não gostou nada. Queria saber por que eu era meio rebelde. Aí então eu vi o que era a política por dentro e tomei um susto. Quando o Ulysses perdeu (as eleições presidenciais), disse: estou fora desse partido, isso não vai levar a nada e tentei entrar para o PT. Na primeira vez não consegui. Na segunda me empurram para deputada porque o Mercadante (Aloizio, senador) tinha sido indicado para ser o vice do Lula, na última hora (em 1994). Antes disso, o Temer (Milton, à época no PT) já tinha querido que eu tivesse entrado. Mas ele não tinha força suficiente no partido. Agora, quando o próprio Mercadante falou para o Lula, então o Lula se empenhou e eu entrei. En-

trei para ser deputada, coisa que na minha vida jamais esperei ser.

E aí quando que eu fui deputada? Quando o FHC desmonta a Constituição que eu tinha ajudado a construir dentro do PMDB. Já entrei para a pancada, o que é, do ponto de vista da irreverência, muito bom. Mas é muito humilhante, porque nós passamos anos para construir aquela Constituição (...) então foi meio duro. Obviamente a bancada não entendia nada de economia, só tinha eu de economista. Então eu ia a todas as comissões. Eu era das finanças,

evidente. Mas ia a todas: do trabalho, de energia. São coisas que realmente marcam muito e obriga você a uma abertura de horizontes. Paradoxalmente há uma certa profundidade e modéstia. Realmente não sou arrogante, como dizem. Acho que a vida me proporcionou oportunidades que não são muito comuns. Não é que meu QI seja mais alto do que os demais. Até tenho um QI razoável, fui boa aluna, estudiosa. Também com a mãe (Maria Augusta de Almeida Caiado Tavares) que eu tinha, se não fosse estudiosa ia ver.

---

## “A ditadura acaba (com) a possibilidade de você pensar”

**Carlos Nelson E seu pai?**

**Conceição** Meu pai (Fausto Rodrigues Tavares), por esse lado, não valia nada, porque ele gostava mesmo que eu fosse ao futebol, dançar, andar por aí, comícios, falação. Não era propriamente do estudo o meu pai. Mamãe que era.

**Carlos Nelson Mas era de esquerda, seu pai?**

**Conceição** Meu pai era anarquista, rapaz. Eu tinha um anarquista e um tio comunista, e durante a guerra (civil) da Espanha você não imagina o que era o pau lá naquela casa. E a minha experiência política também é muito estranha, porque com sete anos vejo entrar refugiados, anarquistas e espanhóis de barba. Mamãe dizendo assim, às seis da manhã: não se fala nada. Então, essa coisa de que às seis da manhã pode entrar a polícia é uma coisa que eu já sei há muito tempo. Por isso tomei um susto quando cheguei aqui. Achei que era tudo maluco porque o pessoal do Peceção (PCB) discutia

na praia, nos bares, discutiam até guerrilha. Não tem polícia política aqui não? Pensei: ah, isso não vai dar certo.

**Aloísio Deixa eu voltar a essa questão. Esse período, meados dos anos 50 do século passado, é muito rico no debate econômico aqui no Brasil.**

---

*Neste momento é destacada a efervescência do debate econômico e político no Brasil e na América Latina*

---

**Conceição** Isso nunca mais repetiu na América Latina.

**Maranhão Foram as ditaduras que impediram?**

**Conceição** Sem dúvida. A ditadura, a primeira coisa que acaba é com a possibilidade de você pensar. Você pode ficar raivoso, mas sem diálogo aberto, como você quer pensar? Você já sabe alguma coisa e já tem claro o panorama, você até aprofunda, muita gente aprofundou na ditadura. (...) mas é muito difícil. E depois eu não acre-

dito que o pensamento floresça só o econômico, ou só o filosófico, ou a música ou as artes. Acho que quando floresce, floresce meio junto. Lembra da Áustria no começo da década de 20? Era tudo.

**Alcino** Uma das primeiras vezes que eu tive contato com você extrassala, sou o mais novo aqui, foi exatamente na casa de Dorothea Werneck, que era professora do Instituto de Economia Industrial. E eu não sabia dançar ou era alguma outra coisa. Lembro que você disse: ouça o bатуque por trás, ouça o som por trás, você vai sentir o compasso da música que deve dançar. E realmente estava certa.

**Conceição** Mas na época também eu era dançarina.

**Aloísio** E uma boa dançarina, maravilhosa.

**Conceição** De música popular e dança eu gostava muito. Era, aliás, o único refresco que eu tinha. Pois o resto eu não tinha refresco algum.

**Aloísio** Mas era de dançar a noite inteira.

**Conceição** É verdade. Porque me dá energia, porque é uma coisa básica, você põe um bатуque por trás e começa a dançar e sentir, não tem jeito.

**Alcino** Eu acho que, na verdade, nos dois momentos em que houve algum florescimento no Brasil, aquele período JK e etc., e até depois, quando dá na nova República e essa coisa toda, você não era só uma grande economista da oposição. Mas você estava envolvida e tinha contato com o mundo da cultura.

**Maranhão** Teve relação com o Cinema Novo?

**Conceição** Sim senhor. Graças ao nosso Leon Hirszman, porque Leon era um militante. Fazia ques-

“

**Eu tinha um pai anarquista e um tio comunista. Durante a guerra (civil) da Espanha você não imagina o que era o pau lá naquela casa**

tão que houvesse reuniões contínuas com o pessoal e de trazer intelectuais de fora para o debate. E por várias vezes ele me convidou, e estava lá a nata toda, naquela altura, tudo progressista também, tudo de esquerda. Era a ligação do cinema com o restante. Não tínhamos indústria cinematográfica. Dependia do que aquele grupo agitasse, conseguisse o recurso, mantivesse o espírito criador. Senão não teria tido cinema nenhum.

**Carlos Nelson** Era uma ideia na cabeça e uma câmera na mão, como dizia Glauber.

**Conceição** O Glauber, aliás, foi ótimo para essa coisa toda. Depois mudou. Mas ele é o grande agitador do Cinema Novo.

**Aloísio** Acho que, talvez, a gente não tenha, mesmo depois da volta da democracia, recuperado o ambiente de discussão e de debate como houve até o início dos anos 60.

**Conceição** A minha opinião é

a seguinte: eu acho que objetivamente, do ponto de vista da sociedade, tinham duas coisas que estavam impedindo isso. Uma era a inflação, você estava à beira da hiperinflação, e tudo quanto é plano estava fracassando. Só dez anos depois que se conseguiu fazer alguma coisa e as condições internacionais permitiram que se fizesse. O outro era o fato de que não tinha geração. A geração AI-5 (Ato Institucional baixado pela ditadura em 1968) tinha sido uma desgraça, como dizia o Luciano Martins. Não teve substituto para vocês. Você também não pode ficar criativo a vida inteira. Além do que vários durante a ditadura já tinham desbundado. O resto é conversa.

Foram 21 anos de ditadura, tem ideia?, 21. Por que eu saí de Portugal? Porque era irrespirável, com uma ditadura salazarista bolorenta. Se ficasse lá, estaria lascada, não se podia viver, era impossível. Por isso que os intelectuais portugueses vieram todos para cá, inclusive os matemáticos que foram para o Recife ou para a Argentina. Então não dava. E essas duas coisas freavam. Agora, todo o período anterior não foi nada comparado com o período da (re)democratização em matéria de movimento de massas.

**Aloísio** Mesmo antes de 64 houve grandes episódios de mobilização de massa.

**Conceição** Antes só tinham (movimentos) promovidos pelo próprio Estado, que foi o Jango. No tempo do segundo (governo) Vargas (1951/54) o salário mínimo era porque o Jango deu, contra a opinião da burguesia. Mas não foi arrancado, não foi. Não teve nenhuma greve importante nesse período, porque isso é que é importante. Quer dizer, o período que estamos falando é o período de



minha formação intelectual, formação já tinha tido em Portugal, mas era minha expansão, do esplendor, e de vocês também. Mas não é o período em que as massas participem autonomamente.

**Carlos Nelson** Pouco antes de 64 tinha a CGT, tinham as Ligas Camponesas.

**Conceição** Tanto a CGT quanto as Ligas Camponesas acabaram, com a ditadura.

**Aloísio** Houve movimentos de articulação política.

**Conceição** A ditadura acabou com as cabeças pensantes e com geração de intelectuais agitadores, primeira coisa, e com o pouco movimento de massas que existia. Porque imagina, as Ligas Camponesas sumiram.

**Aloísio** As Ligas já estavam em declínio no início dos anos 60, quando a Igreja se posicionou nessa questão.

**Conceição** Não, nisso eu não estou de acordo.

**Carlos Nelson** Começa a ter o sindicalismo rural.

**Conceição** Mas eles estavam lá torrando o saco. O Julião (Francisco, líder das Ligas) estava enchendo o saco. As Ligas não tinham morrido. O fato é que se diversifica o movimento, crescem os sindicatos, e é daí que deriva mais tarde a Contag (Confederação dos Trabalhadores da Agricultura) sim senhor. A Contag deriva do sindicalismo de então.

**Carlos Nelson** Que era mais ou menos controlado pelo Partido Comunista. As Ligas Camponesas eram "à esquerda" dos partidos.

**Alcino** Não consigo entender. Nós estamos já há mais de duas décadas com democracia. Na Es-

ACERVO DA FAMÍLIA



**LEON HIRSZMAN.** O cineasta ficou amigo da economista nas reuniões de intelectuais de esquerda que organizava na década de 1960

panha, ao final de duas décadas, você tinha todo aquele cinema, todas as artes plásticas voltando, depois de 40 anos de franquismo. O processo, no momento, parece muito retardado.

**Conceição** É que não é mais espontâneo. Agora o processo é industrial, nós entramos no capitalismo; na ditadura nós entrávamos no capitalismo para valer e de uma maneira praticamente irreversível, em curto prazo. Quando digo curto, digo eu viva, vocês não sei, mas é provável. O Brasil tem uma indústria cinematográfica que é bem razoavelmente desenvolvida, que concorre a prêmios. Ah, mas vai a Argentina... Bom, mas aí você vai me desculpar: nós, culturalmente, comparados com a Argentina, ainda somos amadores, menos na música. Na música, com os Estados Unidos nós somos a vanguarda.

**Carlos Nelson** Tem o tango.

**Conceição** Mas não importa, porque o tango não é a vanguarda de nada. É o contrário. É da década de 30 e nós não. Sempre se inventa, tudo, tudo. Aliás, a década de 50 não inventou só a bossa nova.

Inventou o baião, por exemplo, Luiz Gonzaga. Nós sempre inventamos, continuamos. Se prestar atenção, Recife é um polo de música popular. No Rio, o problema é que a TV está totalmente dominada, dizendo o que quer que se faça. Mas se produz música. Meu filho é da área, está se fazendo. Mas tem que pagar o tal do jabá e ninguém tem dinheiro pra pagar nada. E a quantidade de meninos que vão pra música não está escrito.

**Carlos Nelson** O capital mínimo para entrar na área cultural aumentou muito.

**Conceição** Virou indústria, e ao virar indústria, não pode mais...

**Alcino** Nesse sentido, a internet ajuda. Não define tudo, mas ajuda.

**Conceição** Incentiva, ajuda, claro. Meu filho tira tudo da internet e grava.

**Carlos Nelson** Outra provocação. E o socialismo?

**Conceição** Isso foi uma balbúrdia. E paradoxalmente foi no mesmo tempo que começou o neoliberalismo para valer. Bom, você dava tudo, dava sem parar, tinha educação, tinha arte, balé, tinha de tudo. Porém não tinham bens de consumo. E também não tinham o que fazer com a porcaria da poupança. Estou falando da União Soviética, que é a mãe da questão e potência industrial. Os outros ainda eram periferia, como são até hoje. Obviamente, meu irmão, que esse troço começa a complicar. Na medida em que começa a abrir o degelo (...) isso tudo foi para o diabo. As condições sociais daquele regime autoritário não estavam mais da-

das. Aí me vem o neoliberalismo e dá-lhe porrada em matéria de economia. Aí danou-se.

**Carlos Nelson** Mas danou-se pra sempre? Para o socialismo não existe perspectiva?

**Conceição** Não. Na Rússia para voltar, volta sobre a forma autoritária. Os outros países não posso dizer. O fato é que nós não dávamos bola para a social-democracia europeia do norte, que era uma maravilha. Achávamos que o socialismo era melhor. Não tinha evidencia de que era melhor. Mas a gente não era dado a ver evidências. Era Suécia, Dinamarca, Noruega que, evidentemente, também por causa do neoliberalismo, afrouxaram. Passaram décadas tendo economistas progressistas, e finalmente na década de 80 virou. Pegaram um desgraçado neoliberal pela cabeça e aí não aguenta. E olha que a Suécia e todos ficaram à margem do Mercado Comum justamente para impedir a internacionalização do capital. Mas não conseguiram, quando começou o neoliberalismo.

**Carlos Nelson** Liberalismo, no sentido do Gramsci que você conhece bem, é hegemônico. E mesmo com toda essa crise enorme que viveu.

**Conceição** Hegemônico no sentido do Gramsci acho que ainda continua sendo, essa que é a desgraça. E agora, ainda por cima, o ataque ao socialismo foi todo em termos “morais”, que era uma ditadura que mata gente e não sei mais o quê. Aí que ferrou de vez. Ninguém, não sei por que diabos, reivindica a social-democracia que se tem.

**Aloísio** E no Brasil, é possível pensar o socialismo?

**Conceição** O que é possível é começar a pensar o socialismo de uma maneira que tenha que ver

com a chamada solidariedade. E com as chamadas trocas não capitalistas. Isso já estamos fazendo na medida do possível. Faz-se o que se pode. A obra do Paul Singer, que é um socialista utópico, tem toda a razão. As formas utópicas do socialismo estão voltando e isso que vocês não se deram conta. Eu acho que as que não estão voltando, são as formas autoritárias. Ninguém quer o socialismo chinês, quer? Eu não quero. Quero que eles cresçam, que se desenvolvam.

**Carlos Nelson** Aquilo não é socialismo.

**Conceição** Eu também acho, é capitalismo de Estado, mas o que vai fazer? Seria supostamente uma forma avançada, não é modelo para ninguém. Mas as formas utópicas estão voltando. Existe o fato de a comunicação não poder ser controlada mais, isso numa imprensa formal. (...) você acha que meu neto lê jornal?

Agora ele vai lá no Youtube, nos sites todos, e esse troço está vindo. Qual o efeito disso? Não sei.

**Maranhão** E na América Latina. Como vê os problemas econômicos do Chávez?

**Conceição** O problema é que eles estão com uma situação econômica desgraçada porque ele não fez nada. Ele gastou o dinheiro do petróleo que entrou às pamparras fazendo políticas compensatórias sociais. Não fez industrialização, não fez agricultura, não fez política agrária. Eu estive lá várias vezes, ele era um cara popular e fez pelo povão o que pôde. Só que ele, como não tem visão estratégica, não fez nada em relação às forças produtivas. Mas vão dizer, ah isso é porque você ainda tem um vício marxista. Pode ser um vício marxista, mas eu, na verdade, nunca vi socialismo avançar sem o desenvolvimento das forças produtivas.

---

## “Gosto de escrever quando não estou contente”

**Fiori** Você, que tem grande fecundidade no exercício da crítica, como se sente no momento?

**Conceição** Olha, eu me sinto muito bem porque detesto ter muita profundidade na crítica quando isso signifique que está tudo correndo mal, do meu ponto de vista utópico. Quer dizer, eu não quero o capitalismo selvagem, eu não quero o desenvolvimento das forças produtivas pelo desenvolvimento das forças produtivas e o povo que se lixe. Não. Agora, eu estou mais otimista pelo o que está ocorrendo

de novo, é a experiência. Se não tivesse aí o Lula tentando mudar um pouco essa coisa, transformar essa porcaria. E se não existisse o fato de que vários países da América do Sul avançaram, eu não estaria otimista. Eu agora estou começando a ficar preocupada com os outros países, não é com o meu.

O meu país ainda não, porque eu acho que nós vamos ganhar (as eleições) claro. Se perdermos aí eu volto a ficar pessimista de novo. Aí o doutor Fiori terá o prazer de ver meu espírito crítico de novo em exercício. Mas eu não quero.



**CONCEIÇÃO** deputada. Numa mesa, em Brasília, com Belluzzo, José Genoíno e Fiori, na década de 1990. No Parlamento, Maria da Conceição exerceu mandato até 1998

É uma coisa contra a minha vontade. Tanto que não tenho estado muito produtiva intelectualmente e porque só tenho escrito sobre crise internacional. Não tenho escrito mais nada praticamente sobre o Brasil. Estou tão contente que não preciso escrever nada. Eu gosto de escrever quando não estou contente.

**Carlos Nelson** Acha que há razões para tanto contentamento?

**Conceição** Acho. Eu insisto: vocês não se dão conta do que é numa porcaria de um sistema capitalista desigual você dizer para o povo que pode ter crédito. Crédito é a pior desgraça, é um dos monopólios mais fechados do sistema financeiro, do capitalismo financeiro. E tem mais, se quiser fazer uma conta de poupança de menos de 400 reais, também pode. E pode pedir empréstimo mesmo sem ter carteira assinada. E tem mais: nós somos contra você não ter carteira assinada, vamos aumentar o número de empregos com carteira assinada e aí, sim, se aumenta. O emprego com carteira assinada estava caindo radicalmente durante toda a década de 90, radicalmente. Não é só o desemprego aberto,

“

**As formas utópicas do socialismo estão voltando, é isso que vocês não se deram conta. Eu acho que as que não estão voltando são as formas autoritárias, ninguém quer o socialismo chinês, quer?**

era a informalidade do trabalho, e isso, que são duas coisas sinistras, está sendo atacado. Porque se não se podia comprar uma geladeira porque não tem crédito, é uma desgraça. Você está no meio de um calor danado e não tem uma geladeira, é uma desgraça.

**Fiori** (...) descontado o Banco Central e olhe lá, educação, enfim, há um movimento numa direção tal como você sonhou desde a época dos anos 50.

**Conceição** Dizem, “ah, mas o movimento social diminuiu”. Diminuiu porque tem diálogo. Tem de um lado o latifundiário, do outro lado o MST, quem media é o governador. No plano nacional quem media é o Lula. O que estou dizendo objetivamente é que você tem razão, foi por aí, está convergindo. Agora, o que não está convergindo, é (...) a coisa internacional, porque aí é onde está a maior incógnita: que diabo de direção vai tomar esse capitalismo? E nesse particular a China está tomando a direção que não me anima em nada. Sabe há quantos anos a China vem dizendo, o que eles chamam o Consenso de Pequim, que tem que interiorizar o desenvolvi-



mento? Há quase 40 anos, desde que começou o programa liberal. Tem que interiorizar o desenvolvimento, tem que melhorar a distribuição de renda e não pode enfrentar os Estados Unidos na base do chicote porque o tigre ainda é de papel. Eles vêm dizendo isso há uns 30 anos e não conseguem fazer, e a distribuição de renda continua piorando. Ah, mas agora está fazendo: está fazendo as hidroelétricas, que são lá dentro.

Obviamente, fica complicado, e eles são decisivos, pelo menos para a Ásia. E como na verdade os únicos virtuosos em crescimento são eles e a Índia, que é outra desgraça, uma situação que também não queria, a Índia não consegue incorporar porque realmente lá é tão antiga a exclusão social que fica difícil incluir. Então são dois países gigantes com a maior população do mundo, logo eu estou muito interessada nos dois. Acho que a humanidade tem grande dependência do que acontece na China e na Índia. E o capitalismo, por outro lado, o anverso

“

**O meu problema jamais será de monotonia cultural. O meu problema, se vier, é por monotonia ou *déjà vu* político. Aí eu fico chateada**

também, tem muito a ver com eles dois. Se eles ficarem selvagens, pior para nós. Outra coisa é a velha Europa, mas eu não estou com nenhuma esperança quanto à Europa. Não estou vendo ideia nenhuma, os governantes estão fracos pra burro, o pensamento deles também está uma xonga, tanto do ponto de vista filosófico.

**Carlos Nelson E a Itália com Berlusconi?**

**Conceição** A Itália com Berlusconi é demais, é a pior situação. A situação da Europa, a coisa não vai. Essa aí eu tenho tristeza. Tanto que eu não tenho nenhuma vontade de visitar a Europa, eu não quero nada, nem mesmo Portugal. Eu até fui lá quando estava bom. Eu fiquei anos e anos sem ir, mas agora? Agora o que está me interessando é a América Latina.

## A paixão pelo Brasil

**Maranhão Queria fazer uma pergunta sobre sua rotina. Você vai ao cinema, escuta música?**

**Conceição** Não estudo música desde que era menina. Eu era muito prendada. Música, renda de bilros, francês. Deixei de ser prendada. A única coisa que ainda faço é falar francês, mas o resto realmente não faço. Eu escuto música, mas na verdade porque meu filho gosta de música e ele é músico. É nos almoços familiares que ele bola tudo. Agora mesmo pedi para ele fazer a fita lá para minha festa (de aniversário). Ficamos ouvindo a Clara Nunes que não ouvíamos há 500 anos, porque tem tanto disco lá em casa que não consigo ouvir. Eu adoro música, eu amo, (tem a ver) com a minha paixão pelo Brasil. Quando cheguei era véspera do carnaval, fui ver o povo dançando e cantando. Eu nunca vi uma coisa tão bonita.

**Carlos Nelson Tinha vindo no Brasil antes de vir definitivamente?**

**Conceição** Sim. Mas não era carnaval. Então não tinha ideia nenhuma. Tinha vindo em 1950, uma espécie de lua de mel. Eu casei em 1950 em Portugal, meus pais estavam aqui, vim passar a lua de mel

aqui, mas não era carnaval. E eu não tinha a menor ideia do que era carnaval. Não tinha televisão em 1950 e ninguém sabia o esplendor que eram as escolas de samba, já um esplendor naquela altura. E a coisa da música, eu cheguei e tinham lançado o *Orfeu do carnaval*, foi logo em seguida. De qualquer maneira isso era a alegria do povo, a descontração.

No cinema eu vou. Mas ultimamente estou cansada, prefiro ver em casa, me dá preguiça. Ler, agora que eu voltei a ler tudo. Agora, eu reli *Science Fiction* que eu não lia há 30 anos. Mas ler eu leio muito, leio tudo que você imaginar, e desde muito menina, imagina. Eu li *A mãe*, do Gorki com 10 anos.

**Aloísio Tem uma geração de escritores portugueses ótimos, os africanos.**

**Conceição** Eu leio tudo que posso. De vez em quando, eu tenho aquela coleção dos clássicos portugueses. Quando eu posso, releio tudo e a dos brasileiros também. E reler é ótimo. Tem coisas que já reli quatro, cinco, seis vezes. Não tem uma vez que eu não descubra algo de novo. O clima é outro. Reler é muito bom.



MARCO FERNANDES

**O CIGARRO.** “Um médico da família (...) disse: ‘já que não consigo evitar que você fume, tome a porcaria desse remédio que dissolve e não enche o saco’”

**Carlos Nelson** Personagem que você gostava passa a não gostar.

**Conceição** Aliás, eu não tenho mais espaço para botar livros na minha casa.

**Maranhão** Quem você destaca na literatura brasileira.

**Conceição** Na brasileira, eu sou dos clássicos, vai me desculpar. Mas eu gosto de tudo, inclusive até dos policiais, imagina. Mas de modo geral eu gosto dos clássicos.

**Maranhão** Sua opinião sobre o Paulo Coelho?

**Conceição** Ouço falar. Penso que se é tão conhecido, devo ler. Mas suspeito de que é ruim demais.

**Carlos Nelson** Comecei a ler um e realmente...

**Conceição** Mas você começou e eu não.

**Carlos Nelson** Como obrigação também. É que eu chego na Itália e os livros do cara estão na vitrine, em todas as livrarias, todos os lugares, todo mundo lendo, falando. Na China, Irã.

**Conceição** Mas vou ler um desses dias. Eu gosto do pensamento mágico, não tem problema. Eu leio até esses aí dos vampiros, eu leio. A julgar pelas crônicas (de Paulo Coelho) do jornal *O Globo*, é ruim toda vida. O meu problema jamais será de monotonia cultural, por aí não ter problema. O meu problema, se vier, é por monotonia ou *déjà vu* político. Aí eu vou ficar muito chateada. Chateada porque é muita luta, imagina, desde os 7 anos. Vou fazer 80 (quando deu a entrevista) e, periodicamente, a gente acha que vai bem e toma uma porrada na cabeça, mas é fogo. Eu não gostaria de morrer

numa crise política. Nasci em 30.

**Carlos Nelson** Se a gente pegar outra ditadura pela frente...

**Conceição** Ah, tenha paciência. Às vezes não digo nem ditadura, basta um pensamento conservador medíocre já me torra a paciência. Ditadura, não estou vendo grandes possibilidades a curto prazo. Bom, como eu vou morrer a curto prazo...

**Maranhão** Você toma algum cuidado especial com a saúde, dieta, faz exercício físico?

**Conceição** Eu fumo, mas tomo Flumicil, que é um pozinho que você toma de manhã e abre os brônquios todos. Fumo, no máximo, duas carteiras quando estou trabalhando. Um médico de família que atende velhos que disse: “já que eu não consigo evitar que você fume, tome a porcaria desse remédio que dissolve e não enche o saco”. **M**

## Conceição é ...

### **Aloísio Teixeira**

Há três dimensões interligadas na personalidade pública da Conceição. Como economista, é uma das mais importantes em atividade e da história do pensamento econômico brasileiro. Deu contribuição enorme na elucidação de vários problemas teóricos e de política econômica no Brasil. Essa dimensão se liga a outras duas: uma como intelectual, participante ativa da vida intelectual brasileira e carioca – em particular pela sua ligação com a música, com o teatro, a literatura, como todos aqueles que vivem a vida cultural aqui nessa cidade e, terceira, outra como professora, a Conceição responsável, protagonista por duas experiências marcantes no ensino de economia do Brasil que foram a criação do Instituto de Economia da Unicamp e do Instituto de Economia da UFRJ.

### **Alcino Camara**

Conceição é apaixonada por suas ideias e as defende ardentemente. Isso é identificado com traços que na verdade não fazem parte da personalidade dela, como autoritarismo, ou o que seja. Eu, na verdade, no primeiro momento em que a vi lá em 1978, em que ela estava voltando para UFRJ, tinha dois assistentes (o Julio Sergio Almeida, que hoje é do IEDI, e o falecido Antonio Jaime). Quando eu a vi, fiquei completamente deslumbrado: aquela mulher aos berros, falando com paixão das questões de desenvolvimento, de economia brasileira e macroeconomia. E vejo essa mesma vivacidade e paixão, agora, já com 80 anos, é coisa fascinante. E está lá, todos os dias, dando aula no nosso Programa de Economia e Política Internacional.

### **José Luís Fiori**

Da minha longa convivência intelectual e pessoal com Conceição, o que mais apreciei foi sua imensa capacidade crítica e intelectual que ajudou muitos economistas a pensarem um pouco além das mesmices; e que ajudou muita gente fora da economia, entre os quais me incluo. Então eu acho que Conceição sempre foi uma grande provocadora, uma pensadora que deu contribuição enorme para várias gerações: nos anos 50 e 60, para a geração desenvolvimentista. Depois nos anos 60 e 70, para a geração dependentista. Nos anos 80 abriu os olhos para a questão internacional. Nos anos 80 e 90 participou do debate relacionado à crise da hegemonia americana. E acho que hoje vem tendo uma importância muito grande, inclusive para a reflexão interna deste Governo que está aí depois de 2003.

### **Carlos Nelson Coutinho**

Como marxista, a economia para mim, evidentemente, tem uma enorme importância explicativa dos fenômenos sociais, e a contribuição de Maria da Conceição Tavares é certamente decisiva para repensar o modo pelo qual o Brasil passou da fase substituição de importações para o capitalismo financeiro. E eu diria mais: acho que a contribuição da Conceição não é apenas ao pensamento econômico. É ao pensamento político e social em geral, porque ela sempre teve a capacidade de relacionar os fenômenos econômicos com os fenômenos da totalidade social. Portanto, contribuiu a meu ver decisivamente para que nós compreendêssemos melhor o Brasil no seu contexto atual.

#### **Aloísio Teixeira**

Professor titular do Instituto de Economia da UFRJ e reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

#### **Alcino Camara**

Professor titular do Núcleo de Estudos Internacionais da UFRJ e decano do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da UFRJ.

#### **José Luís Fiori**

Professor titular do Núcleo de Estudos Internacionais (NEI). Diretor adjunto de Pós-Graduação do NEI UFRJ.

#### **Carlos Nelson Coutinho**

Professor titular da Escola de Serviço Social e diretor da Editora UFRJ.

#### **Equipe CoordCOM na entrevista com Maria da Conceição Tavares**

Produção: Rafaela Pereira, Andreza de Lima Ribeiro, Luciana Campos e Leonardo Nunes  
Audiovisual: Ney Sant'Anna (Diretor)  
Câmeras: Vitor Saiga, Orbino Cosme, Iara Araújo, Marianne Teixeira e Leonardo Nunes



## Criatividade e dependência na civilização industrial, de Celso Furtado

Rosa Freire d’Aguilar Furtado

Especial para VERSUS

**A** obra de Celso Furtado é marcada pelo exercício crítico de temas aparentemente distantes mas que logo se encaixam na visão global que a caracteriza. Criatividade e dependência na civilização industrial, que em 2008 ganhou nova edição com prefácio do professor Alfredo Bosi, não foge a essa marca. É um conjunto de ensaios transdisciplinares por excelência. Quando o publicou, em 1978, ainda exilado em Paris e lecionando na Universidade da Sorbonne, Celso comentou, em carta ao amigo Albert Hirschman, que o livro era “um desses textos que escrevemos quando estamos de volta de muitas ilusões e queremos ensaiar uma sùmula das próprias ideias, que, penso, podem interessar aos estudantes de ciências sociais com preocupações interdisciplinares”.

lendo sua correspondência pessoal desse período, notadamente as cartas relativas às traduções de *Criatividade* em inglês, alemão, espanhol e francês, encontramos as raízes desse livro de

posição singular em sua obra. Escreve Celso ao editor inglês: “Este não é um livro dirigido aos economistas, mas às pessoas interessadas em ciências sociais em geral, filosofia e história”.<sup>1</sup> Ao editor mexicano: “Trata-se de um esforço de síntese e de aprofundamento das linhas principais de meu pensamento. Também se trata de um esforço para levar a um público mais amplo a discussão dessa temática”.<sup>2</sup> A um terceiro editor: “Nele pretendo integrar num só corpo de pensamento os temas básicos relacionados ao desenvolvimento, dependência e globalização nos quais vim trabalhando nas últimas duas décadas”.<sup>3</sup>

Dos cerca de seus trinta livros, *Criatividade* é o menos “econômico”. De certa forma, inverte o ângulo de seu pensamento: não tanto uma reflexão para situar seu país e seu continente no mundo, e sim uma análise da evolução do capitalismo mundial feita por um intelectual da periferia. Escopo ambicioso: ensaiar uma explicação de conjunto da civilização industrial e de como ela migrou

para os países periféricos. Escrita numa época em que Celso dedicava horas de leitura sistemática à filosofia, história, ciências, arte e cultura, é obra de maturidade. Síntese mas também questionamento de quem, então com 57 anos, precisasse de uma pausa para repensar hipóteses, alargar horizontes, aprofundar intuições.

O tema mais fascinante de *Criatividade* é a visão histórica e filosófica que Celso nos dá sobre o elo entre cultura e desenvolvimento. Estudar o desenvolvimento a partir de sua dimensão cultural, como ele o fez, era um enfoque inovador, hoje visto por pesquisadores no Brasil e no exterior como um de seus aportes teóricos mais originais. Ele costumava dizer que o homem se justifica pelos valores que tem — corolário de que o desenvolvimento seria menos o resultado da acumulação material do que um processo de invenção de valores, comportamentos, estilos de vida, em suma, de criatividade.

No prefácio do livro Celso arisca-se a um paralelo do texto com a linguagem musical. Diz ter escrito um livro “antiacadêmico”, que, como uma composição serial, não tem tônica nem dominante, mas uma “massa sonora a ser explorada em todas as direções”. Que este ensaio ora publicado na revista VERSUS estimule a curiosidade de seus leitores para este livro que, com mais de trinta anos, guarda impressionante atualidade.

<sup>1</sup> Carta a Stephen Barr, Cambridge University Press, 11.12.80.

<sup>2</sup> Carta a Arnaldo Orfila, 28.11.78.

<sup>3</sup> Carta a André Deutsch, 30.1.79.

# Acumulação e criatividade\*

© Celso Furtado

Quaisquer que sejam as antinomias que se apresentem entre as visões da história que emergem em uma sociedade, o processo de mudança social que chamamos desenvolvimento adquire certa nitidez quando o relacionamos com a ideia de criatividade. Simplesmente para reproduzir suas estruturas tradicionais, as sociedades necessitam de meios de defesa e adaptação, cuja eficácia reflete a aptidão de seus membros para formular hipóteses, solucionar problemas, tomar decisões em face da incerteza. Ora, a emergência de um excedente adicional — consequência do intercâmbio com outros grupamentos humanos ou simplesmente do acesso a recursos naturais mais generosos — abre aos membros de uma sociedade um horizonte de opções: já não se trata de reproduzir o que existe, e sim de ampliar o campo do que é imediatamente possível, esse espaço intermediário entre o ser e o nada a que se referiu Leibniz, dentro do qual se concretizam

as potencialidades humanas. O novo excedente constitui, portanto, um desafio à inventividade. De um ângulo de observação distinto, não podemos deixar de notar que se os grupamentos humanos se empenharam por toda parte para ter acesso a novo excedente é porque a vida social gera uma energia potencial cuja liberação requer meios adicionais. Em sua dupla dimensão de força geradora de novo excedente e impulso criador de novos valores culturais, esse processo liberador de energias humanas constitui a fonte última do que entendemos por desenvolvimento.

A gama maravilhosa de culturas que já surgiram sobre a Terra testemunha o fabuloso potencial de inventividade do homem. Se algo sabemos do processo de criatividade

\* Este ensaio foi escrito em 1977 e publicado no livro *Criatividade e dependência na civilização industrial*, de Celso Furtado (1ª ed.: 1978), São Paulo: Companhia das Letras, 2008.



cultural, é exatamente que as potencialidades do homem são insondáveis: em níveis de acumulação que hoje nos parecem extremamente baixos produziram-se civilizações que, em muitos aspectos, não foram superadas. Também sabemos que essa criatividade faz-se dentro de um espaço descontínuo que se amplia abruptamente e que tende a saturar-se. Tudo se passa como se determinada mensagem inicial — autêntica mutação — contivesse um programa pelo qual se pautará o comportamento futuro do processo criativo. Que em menos de um século a tragédia ática haja surgido e evoluído até alcançar sua expressão definitiva, jamais superada — como observa com convicção esse tradutor apaixonado de Sófocles que foi Hegel —, é uma indicação de que certa cultura pode atravessar períodos de frenética criatividade. O teatro, ao permitir aos gregos aprofundar sua identidade cultural, penetrar nas raízes míticas do subconsciente coletivo, enriqueceu-lhes as vidas no nível da visão do mundo e do conhecimento de si mesmos. Heródoto, que ganhava o pão de cada dia recitando em praça pública capítulos da história das guerras pérsicas — como historiador ele lutou contra o chauvinismo dos gregos e tratou de induzi-los a conhecer o rico patrimônio cultural dos “bárbaros” —, constitui exemplo maravilhoso da emergência da consciência crítica numa cultura.

Se pouco sabemos das leis da criatividade cultural, é ampla a evidência de que o campo do possível no que concerne a essa criatividade é mais amplo do que, sob influência de tradições religiosas e filosóficas, somos inclinados a pensar. Uma comparação mesmo superficial da filosofia grega, de tão profunda influência na formação do homem moderno — filosofia essencialmente voltada para a observação do mundo sensível —, com a filosofia hindu, orientada para a experiência subjetiva, para os conflitos morais inerentes à condição humana, é suficiente para dar-nos uma ideia da amplitude do horizonte em que se move a inventividade humana. Ainda assim, esse movimento não é errático: o essencial da atividade criadora evolui no âmbito de um espaço estruturado, como sugerimos.

A sociedade primeiramente reproduz-se, e ao fazê-lo imprime uma coerência diacrônica à cultura. A dialética da inovação encontra aí limites dos quais só se libera quando se produzem as discontinuidades referidas.

Na cultura surgida da revolução burguesa, a racionalidade é um desses moldes ou estruturas implícitas que ordenam e submetem a criatividade. Max Weber nos advertiu para a importante linha demarcatória que nessa cultura diferencia a racionalidade com respeito aos meios da atividade social, daquela que concerne aos fins da ação humana. Essa bifurcação — o dualismo cartesiano é uma de suas primeiras e mais nítidas manifestações — muito provavelmente tem suas origens na coexistência de dois sistemas de cultura — o feudal e o burguês — no processo formativo da civilização europeia moderna. Graças a ela, as energias criadoras puderam ser progressivamente canalizadas e postas a serviço do desenvolvimento das forças produtivas. A história da civilização



FERNANDO RABELO



## “ Na economia capitalista o processo de acumulação marcha sobre dois pés: a inovação, que permite discriminar entre consumidores, e a difusão, que conduz à homogeneização de certas formas de consumo

industrial pode ser lida como uma crônica do avanço da técnica, ou seja, da progressiva subordinação de todas as formas de atividade criadora à racionalidade instrumental.

Assim, a pesquisa científica foi progressivamente posta a serviço da invenção técnica, que por seu lado está a serviço da busca de maior eficiência do trabalho humano e da diversificação dos padrões de consumo. Ora, por muito tempo essa pesquisa constituiu-se principalmente numa aventura superior do espírito — expressão desse “espírito absoluto” que para Hegel se manifestava sob as formas de experiência artística, religiosa e filosófica —, resposta ao anseio do homem de melhor compreender e conhecer o mundo sensível e a si mesmo. Como o conhecimento do mundo sensível é condição *sine qua non* para que o homem transforme o mundo, portanto para que prossiga com o processo de acumulação, é natural que a ciência haja ascendido a posição eminente na cultura surgida da revolução burguesa. Mas, na medida em que se transforma em atividade ancilar da técnica, reduz-se o seu escopo como experiência fundamental humana. Algo similar ocorreu com a criatividade artística, progressivamente colocada a serviço do processo de diversificação do consumo.

Os impulsos mais fundamentais do homem, gerados pela necessidade de autoiden-

tificar-se e de situar-se no universo — impulsos que são a matriz da atividade criativa: a reflexão filosófica, a meditação mística, a invenção artística e a pesquisa científica básica —, de uma ou outra forma foram subordinados ao processo de transformação do mundo físico requerido pela acumulação. Atrofiaram-se os vínculos da criatividade com a vida humana concebida como um fim em si mesma, e hipertrofiaram-se suas ligações com os instrumentos que utiliza o homem para transformar o mundo. Marcuse, ao afirmar que “a ciência, em virtude de seu próprio método e conceitos, projetou e promoveu um universo no qual a dominação da natureza permaneceu ligada à dominação do homem”, iluminou um importante aspecto desse tema, mas também contribuiu para veicular uma imagem distorcida da ciência. Esta é uma manifestação da criatividade que somente pode ser entendida plenamente quando inserida no contexto cultural. Os métodos que utiliza — e que muitas vezes se afastam do modelo que deles traçam os epistemólogos — não são independentes dos problemas que aborda e da forma como percebem a realidade os homens de ciência.

Na economia capitalista o processo de acumulação marcha sobre dois pés: a inovação, que permite discriminar entre consumidores, e a difusão, que conduz à homogeneização de certas formas de consumo. Ao consumidor cabe um papel essencialmente passivo: a sua *racionalidade* consiste exatamente em responder “corretamente” a cada estímulo a que é submetido. As inovações apontam para um nível mais alto de gastos, que é a marca distintiva do consumidor privilegiado. Mas o padrão inicialmente restritivo terá de ser superado e difundido, a fim de que o mercado cresça em todas as dimensões. As leis desse crescimento condicionam a criatividade.

Todo objeto de uso final, que não procede diretamente da natureza, é fruto da invenção humana, é um *objeto de arte*. Seu fim é enriquecer a existência dos homens. Aquele que constrói a própria casa aí põe o seu engenho para dotar-se de um ambiente que lhe faça a vida mais interessante. O mesmo se pode dizer com respeito à vestimenta, aos alimentos, enfim, de tudo o que é expressão imediata da personalidade humana. Se esses objetos são



adquiridos no mercado, a participação do indivíduo no arranjo da própria vida reduz-se a um mínimo ou assume a forma de simples mimetismo social. A possibilidade de criar algo para si próprio ou no quadro das relações pessoais míngua: a vida como projeto original tende a ser substituída por um processo de adaptação a estímulos exteriores. O indivíduo poderá reunir em torno de si uma miríade de objetos, mas sua participação na invenção destes terá sido nula. Os objetos que adquire e substitui a qualquer instante podem proporcionar-lhe “conforto”, mas carecem de uma vinculação mais profunda com sua personalidade. A produção de tais objetos está subordinada ao processo de acumulação, que encontra na homogeneização dos padrões de consumo uma poderosa alavanca. Alguns desses objetos serão extraordinariamente sofisticados, mas ainda assim pouco duráveis, pois a intensidade da inovação tem como contrapartida a rapidez da obsolescência. A compreensão do exato funcionamento de tais objetos requer tal nível de *expertise* que o seu usuário corrente os terá como coisas misteriosas. Demais, em sua maioria os objetos de consumo já são concebidos tendo em vista sua posterior difusão, ainda que sob a forma de modelos menos dispendiosos. Assim, um conjunto de normas derivadas do processo de acumulação sobrepõe-se à atividade criadora em sua expressão mais universal, qual seja, a invenção do estilo de vida da sociedade.

Não se trata de postular a existência de um sujeito transcendental, anterior a toda realidade social. O que importa é identificar o espaço dentro do qual se exerce a criatividade, concebida no seu sentido amplo de invenção da cultura. O que chamamos de processo de secularização não constitui um “amadurecimento” natural dos espíritos, como pensam H. Cox e outros idealizadores da tecnópolis. A secularização é uma das manifestações, em relação à visão do mundo, da subordinação aos meios da atividade inventiva do homem. Na medida em que a criatividade é posta a serviço do processo de acumulação, os meios tendem a ser vistos como fins, produzindo-se a ilusão de que todo avanço da “racionalidade”, na esfera econômica, contribui para a liberação ou “desalienação” do homem. Con-

“

**A possibilidade de criar algo para si próprio ou no quadro das relações pessoais míngua: vida, como projeto original tende a ser substituída por um processo de adaptação a estímulos exteriores**

tudo, esse “progresso” não se traduz necessariamente por uma redução do campo do irracional na vida social, pois o homem comum não está em condições de *entender os gadgets* que são postos à sua disposição e tampouco a sua visão do mundo — alimentada pelos *mass media* — é menos povoada de elementos míticos do que em outras épocas.

De uma maneira geral, todas as formas que assume a criatividade humana podem ser postas a serviço do processo de acumulação. Mas são aquelas cujos resultados são por natureza cumulativos — a ciência e a tecnologia — que melhor satisfazem as exigências desse processo, o que lhes vale o lugar privilegiado que ocupam na civilização industrial. *Mutatis mutandis*, sem a subordinação da ciência e da tecnologia ao processo de acumulação, este jamais teria alcançado a intensidade que o caracteriza. Da convergência desses dois efeitos resultou que as energias criadoras do homem tenderam a ser canalizadas para áreas circunscritas e progressivamente subordinadas à lógica dos meios.

Posta a serviço da acumulação e orientada para produzir resultados cumulativos, a criatividade conheceu uma expansão fabulosa, dando origem a uma civilização em que os homens são expostos, em uma fração de suas vidas, a mais inovações do que conhecera a humanidade em toda a sua história anterior.

**“ Quicá haja sido o romantismo a última visão global do homem que emergiu no mundo ocidental. Essa visão projeta uma personalidade que corajosamente assume o próprio destino ao mesmo tempo que busca manter-se em harmonia com a natureza**

Mas esse frenesi criador se exerce num espaço delimitado pela racionalidade formal: nele o homem existe principalmente como objeto suscetível de ser *analisado*, condicionado, programado. A criação não cumulativa — por natureza mais dependente da consciência de valores finais — tendeu a minguar nesse contexto cultural condicionado por uma percepção fragmentária do homem. Assim, no mundo artístico, a tendência a subordinar os fins aos meios levou a substituir a visão global ligada ao conceito de estilo pela percepção analítica que conduz ao conceito de linguagem. Linguagens formalizadas em uma terminologia analítica transposta da matemática invadiram os manuais de composição musical. Uma concepção da pesquisa inspirada no reducionismo científico tendeu a ocupar espaço crescente nas academias de arte. Por outro lado, as criações artísticas de épocas anteriores foram isoladas de seu contexto, desvinculadas do espírito da época que as produziu, conforme as exigências dos processos de difusão comercial.

Quicá haja sido o romantismo a última visão global do homem que emergiu no mundo ocidental. Essa visão projeta uma personalidade que corajosamente assume o próprio destino ao mesmo tempo que busca manter-se em harmonia com a natureza. Goethe, em

sua *Ifigênia*, ao inverter o espírito da primeira *Ifigênia* de Eurípedes e sobrepor a criatura humana às forças transcendentais do destino, fez de obra prima do classicismo o vetor dessa nova imagem do homem que por um século definiria o rumo da criatividade artística na Europa.

As formas sociais constituem uma esfera da invenção cultural em que é mais difícil estabelecer a linha demarcatória entre fins e meios. A invenção de novos tipos de associação entre os membros de uma sociedade e a institucionalização das relações (de cooperação ou conflituais) entre os indivíduos são a expressão da capacidade criadora do homem em uma de suas formas mais nobres. Assim, na evolução do capitalismo moderno a invenção da sociedade anônima — instituição por um grupo de pessoas privadas de uma entidade com personalidade autônoma e de vida indefinida — significou autêntica mutação. A invenção da greve — essa instituição *sui generis* que faz possível o uso controlado da violência fora do Estado — não terá sido mutação de menor alcance. Expressão superior da *convivência política*, a criação de novas formas sociais é certamente inseparável de um sistema de valores. Daí uma necessidade de legitimidade que obstaculiza a subordinação dos fins aos meios. Ainda assim, na atividade política os aspectos operacionais podem ganhar considerável relevância. A simples evolução dos meios técnicos de coleta e manipulação da informação produz necessariamente hipertrofia do poder burocrático. Contudo, nada é mais indicativo da canalização de forças criadoras para os *fins*, na vida social, do que a existência de atividade política.

Exatamente neste campo as sociedades que emergiram da revolução burguesa revelaram possibilidades excepcionais. O processo de acumulação opera como elemento propulsor de um sistema de forças sociais de grande complexidade: se no plano da civilização material a criatividade pode ser reduzida analiticamente a relações de causa e efeito, no das formas sociais faz-se necessário projetá-la na tela de fundo das antinomias e contradições inerentes à vida social. Os avanços e recuos de um processo de acumulação de direção descentralizada refletem-se na estrutura social sob a forma de antagonismos, e favore-



cem a conscientização de grupos e classes. O pluralismo institucional dessas sociedades tem aí plantadas as suas raízes. A atividade política é condição necessária para que se manifeste a criatividade no plano institucional, vale dizer, para que se inovem as formas sociais de maneira a reduzir as tensões geradas pela acumulação. É preciso não perder de vista que a acumulação é inseparável de transformações sociais, posto que ela se apoia na inovação. A simples observação da evolução do direito comercial põe em evidência que a invenção de novas formas sociais desempenhou importante papel no processo de acumulação, canalizando assim energias que de outra forma teriam provocado rupturas. Mas isso não impediria que a ampliação dos canais da acumulação — a possibilidade de criar grandes unidades produtivas — levasse à formação de vastas aglomerações de trabalhadores com interesses comuns, abrindo a porta a novas formas de ação política. O fogo cruzado da concorrência e da luta de classes — esta alimentada pela crescente escassez relativa da mão de obra — engendrou um complexo sistema de arbitragem e uma miríade de leis e normas cuja simples atualização requer complexa atividade política. Ao lado do pluralismo ideológico — fonte da intensa atividade política que caracteriza as sociedades capitalistas — operam superideologias de função essencialmente moderadora. O “nacionalismo”, a “segurança nacional”, a “defesa da família” ou da “civilização cristã” são exemplos dessas superideologias que se invocam acima da estrutura de classes a fim de impor uma maior disciplina social ou de frear um processo de mudança que ameaça interesses que já não encontram fonte de legitimidade no quadro do pluralismo ideológico. As superideologias reforçam as estruturas de poder; portanto operam em benefício dos grupos hegemônicos.

Nas sociedades em que a difusão da civilização industrial se apoiou num rígido controle social e na planificação centralizada das atividades econômicas, a acumulação deveria pautar-se num projeto social explicitamente definido (interesses da massa trabalhadora, eliminação de atraso *vis-à-vis* das sociedades capitalistas etc.). Os antagonismos sociais iriam decrescendo, à medida que emergisse

“ Os antagonismos sociais iriam decrescendo, à medida que emergisse uma “sociedade sem classes”. Conforme a profecia sainsimoniana retomada por Marx, “o governo dos homens seria substituído pela administração das coisas”

uma “sociedade sem classes”. Conforme a profecia sainsimoniana retomada por Marx, “o governo dos homens seria substituído pela administração das coisas”. Por trás dessa doutrina estava a ideia de que a atividade política se confunde com as lutas pelo controle do Estado e com o exercício do poder por este. A construção de novas formas sociais, requeridas por uma sociedade em que se gera um crescente excedente, era assimilada à administração das coisas, relegada ao poder administrativo. Os conflitos sociais não seriam mais do que a expressão das lutas pela apropriação inigualitária do excedente: reflexo da exploração do homem pelo homem. Mas se a definição dos fins também pode gerar antinomias na vida social, o campo da atividade política é muito mais amplo, e esta muito mais permanente. Ocorre que nessas experiências de engenharia social os antagonismos surgiram antes do que se pensava, ainda que sob novas formas, pelo fato de que o sistema de incitações levaria a reproduzir as formas de comportamento que se imaginavam específicas da sociedade capitalista. Inexistindo um espaço político em que se manifestem os antagonismos que vão sendo conscientizados, tendem a aparecer formas sub-reptícias de ativida-

des políticas, que muitas vezes conduzem à dissipação de energias criadoras. Demais, se os antagonismos não são canalizados no plano local ou setorial, a confrontação tende a assumir a forma de ruptura global com o sistema, esterilizando-se como fonte geradora de invenção cultural. A experiência histórica desses países constitui caso extremo de rarefação da atividade política aberta. Tuteladas por um poder burocrático centralizado, as formas sociais tendem a esclerosar-se, transformando-se finalmente em obstáculo ao próprio processo de acumulação. Por outro lado, a passividade a que é reduzida a população reflete-se em redução da iniciativa em todos os planos em que os indivíduos exercem uma atividade criadora socialmente reconhecida. Em síntese: o esvaziamento da atividade política engendra o niilismo ou a revolta, e não a liberação do homem.

Ali onde o transplante da civilização industrial se realizou no quadro da dependência, as antinomias sociais criadas pela aceleração da acumulação conduziram a situações que têm sua especificidade. No caso do transplante indireto — isto é, por meio de exportação de produtos primários — a acumulação no sistema produtivo é de pouca monta, o que significa que a massa da população permanece no quadro do sistema tradicional de dominação social. A própria escravidão pôde ser conservada por muito tempo a serviço da produção de matérias-primas, no quadro do sistema de divisão internacional do trabalho. A atividade política neste caso se reduz a confrontações entre grupos que dividem o excedente, principalmente entre aqueles que exercem tutela sobre a massa trabalhadora mediante o controle do acesso à terra e os que controlam os canais da comercialização e têm acesso direto aos centros metropolitanos de poder. Situações desse tipo produziram contrafações dos regimes políticos criados por um autêntico dinamismo social. Assim, o século XIX conheceu formas de pluralismo partidário operando dentro de elaborados sistemas parlamentares em países em que a maioria da população trabalhadora permanecia escrava ou perto disso. O desenvolvimento institucional, nestes casos, pouca criatividade requeria, o que não significa que as instituições transplantadas fossem de nenhu-

**“ As estruturas sociais serão afetadas pela insuficiência da acumulação com respeito às técnicas que vão sendo adotadas**

ma valia para a evolução das formas sociais. Na fase de aceleração da acumulação — de industrialização dependente — colocar-se-ão problemas de maior significação. As estruturas sociais serão afetadas pela insuficiência da acumulação com respeito às técnicas que vão sendo adotadas. Permanecerá a heterogeneidade tecnológica, o que manterá a elasticidade da oferta de mão de obra.

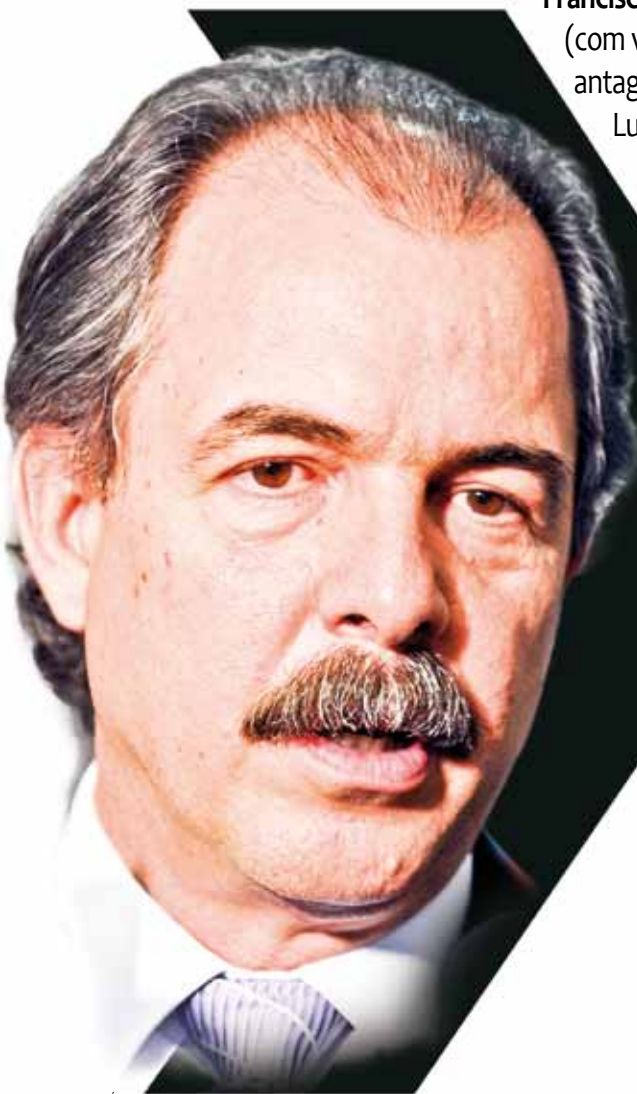
Num sentido objetivo, esse tipo de acumulação cria antinomias sociais mais agudas do que aquelas que caracterizaram o desenvolvimento do capitalismo nos países que conheceram a revolução burguesa. Mas as projeções no plano político estão longe de ter a mesma relevância. De uma ou outra forma, a massa da população é mantida sob tutela: a participação no processo político da massa assalariada faz-se sob o controle de grupos que integram a estrutura tradicional de poder. Ocasionais deslocamentos nessa estrutura levam à emergência de lideranças “populistas”, cujos “excessos” conduzem a purgas de autoritarismo. Certo: tanto por via populista como por via autoritária penetram reformas estruturais ou inovações institucionais por vezes de real alcance. Contudo, tais reformas, mesmo quando correspondem a necessidades do processo de acumulação, alimentam-se mais do mimetismo ideológico do que de autêntica criatividade política. Ora, dada a especificidade dos problemas que nesses países coloca a intensificação da acumulação, a inventividade no plano das formas sociais é tanto ou mais importante do que em outros contextos. A tendência ao mimetismo, alimentada pela dominação ideológica, substitui uma forma de imobilismo por outra. ▽



**CONTRAPONTO**

# O Brasil depois de Lula

A convite de **VERSUS**, o economista e senador **Aloizio Mercadante** e o sociólogo **Francisco de Oliveira** avaliam (com visões radicalmente antagônicas) o governo Lula e especulam sobre o que virá



JOSÉ CRUZ/ABR



ODIVAL REIS/AGENCIA O GLOBO



O Brasil depois de Lula

# Cenários e perspectivas do Brasil pós-governo Lula\*

VANDERLEI ALMEIDA/AFP

Aloizio Mercadante\*\*

**O**s governos que se sucederam na administração do país a partir da redemocratização deixaram marcas no processo de evolução da economia e da sociedade brasileiras que, independentemente de sua valoração, conferem especificidade a cada um dos períodos da história recente. O governo Sarney, por exemplo, levou a bom termo a transição democrática, cimentada pela Constituinte de 1988, teve seu ponto alto com o Plano Cruzado – que desencadeou um processo significativo, mas efêmero, de distribuição de renda – e tentou, sem êxito, equacionar a questão da dí-

\* Este artigo inclui partes de um estudo mais amplo sobre a trajetória do país nos últimos anos e sobre suas potencialidades de desenvolvimento, no cenário pós- crise, que será publicado brevemente como livro com o título *Brasil: a construção retomada – Uma análise do governo Lula*.

\*\* Economista e professor licenciado da UNICAMP e da PUC-SP, é senador da República pelo PT-SP, líder do PT no Senado e vice-presidente do Parlamento do Mercosul.

**JANEIRO DE 2003. Lula toma posse na Presidência, depois de quatro tentativas**



vida externa e da hiperinflação; o governo Collor comandou a adesão tardia do Brasil ao receituário neoliberal, dando os primeiros passos na abertura comercial e da conta de capitais do balanço de pagamento e no processo de privatização, ao mesmo tempo que, com a outra mão, levou o intervencionismo estatal ao paroxismo, com uma reforma monetária confiscatória sem precedentes; o governo Itamar Franco tem a seu crédito o Plano Real, com a derrubada da hiperinflação e a estabilização dos preços internos; o governo Fernando Henrique consolidou a estabilização dos preços internos e intensificou o processo iniciado por Collor, com a reforma da ordem econômica, privatização de grande parte do patrimônio público e ampliação do processo geral de abertura e desregulamentação da economia. E o governo Lula, quais são as ações e políticas que sobressairão no reconto histórico de sua gestão?

### **1. O legado do governo Lula**

Independentemente das diferenças de ênfase que tipificam cada um dos mandatos do presidente Lula – o primeiro, muito marcado pelo esforço para reverter o quadro de desestabilização dentro do qual assumiu o governo e reativar a economia, e o segundo, centrado na aceleração do crescimento e na construção das bases endógenas para sua sustentação –, há um conjunto de elementos que distingue seu governo de administrações anteriores e confere especificidade à sua estratégia de desenvolvimento e condução política do país.

Além da consolidação da democracia e ampliação dos direitos sociais da população, inclusive de segmentos historicamente discriminados, há quatro aspectos que tipificam os avanços alcançados

nesse período e que têm particular relevância para o desenvolvimento brasileiro no cenário que se perfila após a grave crise econômica e financeira internacional dos últimos dois anos.

#### **1.1. A centralidade do social: crescimento com inclusão e distribuição de renda**

Durante o governo Lula, o Brasil, apesar do hiato provocado pela crise externa, ingressou em um novo ciclo de crescimento, com um grau de dinamismo inédito nas duas últimas décadas. No entanto, o que confere especificidade a esse período não é tanto o esforço de retomada e aceleração do crescimento, mas sim a implementação simultânea, sem precedentes pela sua permanência e alcances, de uma política de distribuição de renda e inclusão social. Ainda nas difíceis condições do início do primeiro mandato, quando o governo realizou um ajuste externo, fiscal e monetário extraordinariamente intenso, foram dados passos importantes nesse sentido.

Os avanços nessa esfera estiveram associados principalmente à redução do desemprego e ao aumento da formalização do mercado de trabalho, com a criação de 11,5 milhões de novos postos com vínculo formal; à política de valorização do salário mínimo, cuja incidência abrange diretamente um universo de 24 milhões de trabalhadores, com um aumento real de 53,7% no período 2003/2010; aos programas de transferência de renda – especialmente o Bolsa Família que abrange 12,4 milhões de famílias –, de segurança alimentar e de assistência social, que beneficiaram em 2009 um universo de 68 milhões de pessoas e envolveram uma alocação de recursos públicos da ordem de R\$ 33 bilhões; à expansão da cobertura da Previ-

dência Social, reajuste do valor dos seus benefícios e inclusão previdenciária para pequenos empreendedores e cidadãos com baixa capacidade contributiva; ao acesso ao crédito de segmentos da população historicamente marginalizados do sistema bancário e à mudança de critério no financiamento habitacional, que passou a privilegiar as faixas de renda de até 3 salários mínimos; e à aceleração da reforma agrária e ampliação dos programas de apoio à agricultura familiar.

A convergência dessas políticas se traduziu em um melhoramento expressivo de vários indicadores sociais<sup>1</sup> e foi particularmente relevante para a diminuição da pobreza. A população em condição de pobreza diminuiu em mais de 30%, passando, como proporção da população total, de 32,6%, em 2002, para 22,6%, em 2008. A renda de todos os segmentos aumentou, mas foi a renda dos 50% mais pobres que teve um acréscimo maior, de 31,7%.

Os avanços na esfera distributiva desempenharam um papel significativo na alimentação do ciclo de expansão iniciado em fins de 2003 e reforçaram a posição do mercado interno como eixo dinamizador da economia, papel que vinha sendo cumprido, anteriormente, pelas exportações.

#### **1.2. O equacionamento da restrição externa**

Uma segunda especificidade do governo Lula foi haver dado passos importantes para equacionar o que sempre foi, na história recente, o “calcanhar de aquiles” da economia brasileira: sua dependência e vulnerabilidade externas. Essa é uma das mudanças estruturais mais importantes realizadas nesse período e foi decisiva para que o país pudesse retomar sua trajetória





### EM CANCÚN. Encontro com mandatários da América Latina e do Caribe: aposta na integração

“

**A população em condição de pobreza diminuiu em mais de 30%, passando de 32,6%, em 2002, para 22,6%, em 2008**

ria de crescimento e enfrentar, com êxito, a atual crise financeira e econômica mundial.

Embora a existência de condições internacionais favoráveis tenha contribuído para essa mudança, ela se deve, fundamentalmente, a dois outros fatores: à realização de uma política externa voltada para a projeção dos interesses geopolíticos e comerciais nacionais e à ação sistemática do governo visando ampliar os espaços de autonomia do Estado brasileiro para a definição e gestão de sua política macroeconômica.

Os principais elementos desse

processo de mudança foram a dinamização das exportações e geração de superávits significativos na balança comercial, a redução da instabilidade financeira associada à dinâmica do processo de globalização e a acentuada redução do peso da dívida externa em relação à economia do país.

Em oposição ao modelo adotado na administração anterior – que resultava na geração de déficits comerciais e absorção de recursos externos –, o governo Lula investiu no aumento das exportações e na mudança de foco em nosso intercâmbio comercial, ampliando nossas relações com parceiros de importância estratégica também do ponto de vista da projeção geopolítica dos interesses nacionais, como é o caso da América do Sul, da China e do Oriente Médio. A geração de expressivos superávits comerciais daí decorrente teve um forte impacto sobre as contas externas, modificando radicalmente o modelo de financiamento da economia e contribuindo, dessa maneira, para a estabilização e reversão da trajetória de crescimento da dívida externa brasileira.

Por outro lado, o governo Lula,

embora tenha mantido o tripé da política macroeconômica implantado a partir da crise cambial de 1999 – o regime de câmbio flutuante, o sistema de metas de inflação e a geração de superávits primários –, nele introduziu modificações relevantes. Esse tripé, eficaz para o controle da inflação, não assegurava, no entanto, condições adequadas de gestão dos riscos envolvidos na dinâmica do sistema financeiro globalizado. Para contornar essa insuficiência, o Banco Central intensificou sua intervenção no mercado de câmbio, acumulando um crescente volume de reservas internacionais. Estas, que em 2002 situavam-se em torno a US\$ 16 bilhões,<sup>2</sup> foram contínua e deliberadamente ampliadas, mesmo durante a crise. Em dezembro de 2009 atingiram a casa dos US\$ 239 bilhões e constituem um dos pilares da solidez financeira do setor externo da economia.

A convergência desses três vetores – geração de saldos comerciais expressivos, redução dos riscos da instabilidade financeira e “desendividamento” externo – diminuiu significativamente a exposição cambial da economia, suas neces-



MICHEL FILHO/AGÊNCIA O GLOBO



**CONSUMO. Governo adotou medidas para estimular o mercado interno**

sidades de financiamento e sua vulnerabilidade diante de choques externos e explica por que, apesar da magnitude da atual crise internacional, o país pôde administrar com consistência as pressões sobre o mercado de câmbio.

**1.3. Redução da fragilidade fiscal, fortalecimento da capacidade técnica e operacional do Estado e redefinição de seu papel na economia**

O governo Lula realizou um intenso esforço de redução da fragilidade fiscal, cumprindo metas bastante elevadas de superávit primário, superiores inclusive às exigidas inicialmente pelo FMI. O ajuste realizado foi extraordinário, reduzindo significativamente o déficit nominal do setor público, como porcentagem do PIB, de 4,6%, em 2002, para 1,5%, em 2008. Em 2009, em função da situação de anormalidade gerada pela crise internacional, o déficit nominal elevou-se a 3,3%.

Por outro lado, apesar do impacto fiscal da política monetária, foi possível diminuir, ao longo do

período 2003/08, a velocidade de endividamento interno e melhorar o perfil da dívida pública total. A relação Dívida Líquida/PIB caiu de 55,5%, em dezembro de 2002, para 37,3%, em dezembro de 2008, voltando a se elevar em 2009, em virtude das medidas anticíclicas e de regularização do mercado de câmbio adotadas pelo governo. Esse aumento, no entanto, já começou a ser revertido no início de 2010.

Na esfera institucional, o governo Lula reverteu o processo de esvaziamento da capacidade técnica e operacional do Estado e de suas funções de apoio ao desenvolvimento. O governo paralisou o processo de privatização, retomou o planejamento estratégico como instrumento de racionalização dos investimentos públicos e de coordenação com o setor privado, fortaleceu as empresas e instituições financeiras públicas, recuperou a política industrial como vetor de orientação e estímulo ao desenvolvimento do setor e aumentou o investimento público a cargo da União. Simultaneamente, recom pôs a capacidade operacional dos órgãos do Governo Federal, valorizou a função pública, aumentou

a transparência no uso dos recursos públicos e ampliou as formas e mecanismos de participação social no processo de formulação das políticas públicas.

Esse novo padrão de intervenção no domínio econômico, construído progressiva e consistentemente ao longo dos últimos sete anos, é uma espécie de produto híbrido, que preserva a função do Estado de guardião do marco macroeconômico, fortalece a associação entre os agentes públicos e privados e restabelece as prerrogativas do Estado como instância de regulação das relações econômicas e planejamento do desenvolvimento econômico e social.

São expressões relevantes dessa nova visão, o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), voltado para a remoção de estrangulamentos estruturais que podem limitar seriamente a expansão da economia, e a preservação de alguns instrumentos de política fundamentais para a atuação promotora ou reguladora do Estado – os bancos públicos, cuja existência revelou-se um poderoso instrumento de política anticíclica, e as empresas estatais em setores estratégicos, como é o caso da Petrobras, que tiveram um papel decisivo na resistência e reversão dos impactos da crise internacional.

**1.4. A reorientação do padrão de inserção internacional: emergência e novo protagonismo do Brasil**

A nova política externa é um marco da administração Lula, caracterizada pelo empenho em recuperar o sentido estratégico de promoção do desenvolvimento nacional e de elevação do protagonismo do Brasil no cenário mundial. Ao contrário do que ocorreu em administrações anteriores, a



## O Brasil depois de Lula

MARCOS TRISTÃO/AGÊNCIA O GLOBO

política externa deixou de ser um instrumento adesão célere e incondicional à globalização e à nova ordem mundial e de atrelamento dos interesses nacionais às pressões da potência hemisférica dominante. Nessa perspectiva, privilegiou a integração regional sul-americana, o estabelecimento de parcerias estratégicas com outros países emergentes, a reaproximação com a África e o Oriente Médio e a articulação dos interesses dos países em desenvolvimento nos diversos fóruns e instâncias internacionais.

Os ganhos dessa estratégia não se limitaram ao campo econômico-comercial. Os avanços político-diplomáticos do Brasil ao longo desse período foram também muito significativos. O fortalecimento, ainda que parcial, do Mercosul e os inegáveis avanços na integração da América do Sul, manifestos na criação da Unasul, consolidaram a liderança regional do Brasil e tendem a contribuir para a geração de um entorno mais próspero e para o fortalecimento da capacidade da região para resolver seus próprios conflitos e, portanto, ficar menos exposta a sofrer intervenções indevidas de potências externas.

No plano multilateral, a criação do G20, na OMC, a paciente e firme construção de parcerias estratégicas com países emergentes e a ênfase na cooperação Sul-Sul, além dos avanços econômicos e sociais internos, contribuíram para elevar substancialmente o protagonismo internacional do Brasil, que tem agora atuação decisiva em todos os foros e foi de fundamental importância na transformação do G8 em G20 e no enfrentamento global da crise financeira. O círculo vicioso anterior de aumento da fragilidade econômica e diminuição do protagonismo internacional foi substituído por um círculo virtuoso de fortalecimento econômico-social e



**PAC. Obras em comunidades carentes do Rio de Janeiro**

incremento da projeção de nossos interesses no exterior.

### 2. Cenários e desafios

Ao que tudo indica, o processo de recuperação da economia mundial, que sofreu em 2009 uma contração de 0,8 e uma queda do volume de comércio de bens e serviços da ordem de 12,3%, será lento e custoso. As últimas projeções do FMI (janeiro de 2010) apontam para um crescimento do PIB mundial de 3,9% em 2010 e 4,3% em 2011, mas serão os países emergentes, especialmente a China e a Índia, com taxas médias anuais em torno a 10% e 8%, respectivamente, os que darão a maior contribuição a essa expansão. As economias avançadas, que praticamente não cresceram em 2008 e em 2009 experimentaram uma contração muito mais intensa (-3,2%), crescerão a um ritmo bastante inferior, aproximadamente 2,3% anuais no biênio, em média, sendo que no caso da zona do Euro as projeções são ainda mais modestas, em torno de 1,3% anuais. O Japão também terá um desempenho pobre, embora superior ao da Europa (aproximadamente 2% em média, no biênio). Paradoxalmente, os Estados Uni-

dos, o detonador da crise, deverá crescer a uma taxa mais elevada do que a média das economias avançadas, da ordem de 2,6% anuais.

Agregue-se que a situação fiscal das economias avançadas e de sua periferia europeia foi duramente afetada pela crise, o que se reflete no aumento do déficit fiscal e do endividamento público. Ambos indicadores atingiram níveis sumamente elevados como proporção do PIB, especialmente no caso da Inglaterra (déficit 12,6% e dívida 82%), dos Estados Unidos (déficit 12,5% e dívida 94%), e do Japão (déficit 10,4% e dívida 228%). Na zona do Euro, o déficit se elevou a 6,4% e a dívida equivale a 84% do PIB. Algumas economias europeias de menor desenvolvimento relativo se encontram em situação ainda mais dramática, como é o caso da Grécia, da Irlanda, de Portugal e da Espanha.

No caso do Brasil, as previsões do FMI indicam uma taxa de crescimento do PIB de 5,5% em 2010 e 4,1% em 2011, estimativas inferiores às feitas tanto pelo Governo quanto por instituições privadas nacionais. Recorde-se que no terceiro trimestre de 2008 a taxa anualizada de crescimento da eco-

**IPI. Ferramenta fiscal para aquecer o setor automotivo durante a crise**



MARCELO CARNAVAL/AGÊNCIA O GLOBO

nomia brasileira era superior a 7%, sustentada por uma intensa expansão dos investimentos. Mesmo que o país não atinja esse patamar, o mais provável é que o crescimento nos próximos anos fique, pelo menos, em torno de 5%.

Em 2008, nosso PIB, expresso em preços de paridade, foi equivalente a 1.977 bilhões de dólares internacionais, o nono do ranking mundial. Com taxas de crescimento dessa magnitude, o Brasil teria condições para transformar-se, em um prazo relativamente curto, na sétima economia do mundo, superando a França e a Inglaterra, e avançar, nas próximas décadas, à quinta posição, atrás apenas do Japão, da Índia, dos Estados Unidos e da China, a qual já ocuparia, há bastante tempo, a liderança mundial. Poderemos alcançar essa posição erradicando a pobreza, reduzindo as disparidades sociais, universalizando e melhorando os serviços de saúde e elevando substancialmente o nível educacional de nossa população.

Por que o Brasil tem condições de crescer mais rapidamente? Quais são as potencialidades e vantagens comparativas que nos distinguem neste cenário pós-cris-

se? Aqui há seis aspectos centrais a destacar:

O primeiro é a nova configuração da economia mundial e das correntes de comércio derivada da emergência dos países asiáticos, especialmente da China. Ao contrário do que aconteceu no passado com a economia dos EUA, que cresceu com uma ampla base interna de recursos naturais, o rápido crescimento desses países se dá no quadro de uma carência interna de muitas matérias-primas e *commodities*. Isso é particularmente verdadeiro para os alimentos, pois esses países têm enorme população e passam por processo intenso de urbanização. Assim sendo, o notável crescimento econômico daquela região tende a produzir efeitos dinamizadores relativamente mais amplos nos países exportadores de bens com alto conteúdo de recursos naturais. E, embora a crise tenha reduzido a velocidade de crescimento dessas economias, numa perspectiva de médio prazo elas certamente seguirão desempenhando um papel fundamental na expansão do comércio mundial.<sup>3</sup> Como temos grandes potencialidades e vantagens comparativas na produção de alimentos e de ou-

tros produtos primários, essa nova configuração da economia mundial cria condições extremamente favoráveis para a dinamização, via comércio externo, do nosso crescimento. O Brasil já é o 2º exportador mundial de alimentos e lidera a produção mundial em diversos ramos da produção agrícola.

Um segundo fator diz respeito ao fato de que o Brasil tem condições excepcionais para viabilizar a interação entre o aproveitamento das potencialidades na produção de produtos primários com o desenvolvimento da base industrial da economia. Isso porque o país já possui um parque industrial complexo – cujos alicerces foram construídos durante a fase desenvolvimentista, particularmente no período que vai do pós-guerra ao início dos anos 80 –, que sobreviveu à crise da dívida externa e aos impactos desagregadores do ajuste neoliberal, na década de 90. O Brasil poderia, dessa forma, aproveitar as oportunidades abertas pela expansão das exportações de alimentos e *commodities* para integrar e ampliar seu parque industrial, elevar a competitividade da sua produção manufatureira e agregar valor à sua produção primária. Esse aspecto, como muito bem destaca Fiori em artigo recente, tem importância estratégica, não só para o Brasil, como para toda a região latino-americana.<sup>4</sup>

Uma terceira vantagem comparativa é a relativa ao nosso potencial na área ambiental, particularmente no campo da produção das energias renováveis. O Brasil já tem uma matriz energética relativamente limpa, baseada, sobretudo, em hidrelétricas, e notória vanguarda na produção e desenvolvimento das energias renováveis provenientes da exploração da biomassa (etanol e biodiesel). Temos também grande potencial





## O Brasil depois de Lula

VANDERLEI ALMEIDA/AFP



### **BOLSA FAMÍLIA. O guarda-chuva social**

de geração de energia eólica e solar e de aproveitamento do restante do nosso potencial hidrelétrico. Outro riquíssimo potencial a ser explorado é o relativo à nossa enorme biodiversidade, que representa aproximadamente 23% da biodiversidade global. Tudo isso cria uma base muito sólida para que o Brasil tenha uma posição de amplo destaque na nova “economia verde” que começa a se delinear.

Um quarto elemento é o imenso potencial do nosso mercado interno, que foi significativamente ampliado ao longo do governo Lula. Deve-se observar que o crescente dinamismo desse mercado foi de fundamental importância para o enfrentamento da crise, que depriu consideravelmente o co-

mércio global. Tirar proveito dessa vantagem implica consolidar o social como o eixo estruturante do desenvolvimento, aprofundando as vertentes de distribuição de renda e inclusão social implantadas nos últimos anos.

Uma vantagem adicional surge da descoberta das gigantescas reservas de petróleo e gás do pré-sal, que poderão, se bem administradas, permitir que o Brasil dê um grande salto qualitativo em seu desenvolvimento. Com efeito, os recursos provenientes do aproveitamento do pré-sal poderão financiar investimentos em educação, ciência e tecnologia, infraestrutura, etc., permitindo-nos acelerar o tempo histórico do nosso desenvolvimento. A modificação do atual marco regulatório para o sistema de partilha da produção permitiria também a utilização desses recursos para o abatimento da dívida interna, abrindo espaço para a redução da carga tributária e da taxa básica de juros, com efeitos dinamizadores do investimento e da produção. Basta evitar os perigos associados à doença holandesa e ao desperdício das riquezas que marcaram a experiência de alguns países grandes produtores de petróleo.

Por último, mas não menos importante, o Brasil, ao contrário de outros países emergentes, optou por um caminho progressivo, mas consistente, de aperfeiçoamento de suas instituições democráticas, o que talvez se constitua na sua principal vantagem comparativa em um cenário externo ainda incerto e conturbado, pois ele propicia, entre outras coisas, um horizonte de longo prazo para o planejamento do país, continuidade e consistência às políticas de Estado, legitimidade para as grandes decisões nacionais e segurança jurídico-política aos investidores

internos e externos. O fortalecimento das instituições republicanas durante o governo Lula foi de especial relevância não apenas para o aprimoramento democrático do país, mas também para o combate aos males históricos da privatização do Estado, do patrimonialismo e da corrupção.

Essa convergência de amplas potencialidades de recursos naturais, mercado asiático com provável grande dinamismo e apetite por matérias-primas, base industrial diversificada, mercado interno com dinamismo crescente, potencial significativo na área ambiental, grande e diversificado potencial na geração de energia e instituições democráticas consolidadas, constitui uma combinação inédita no mundo em desenvolvimento, que acena com um futuro extremamente promissor para o país.

Não obstante, temos também fragilidades que precisam ser enfrentadas. Duas parecem ter maior relevo. A primeira diz respeito ao nosso atraso na constituição da infraestrutura e da logística necessárias para dar sustentação ao desenvolvimento econômico, o que já vem sendo combatido pelo PAC, mas requer a ampliação contínua dos investimentos e a adequação a um novo padrão social e ambiental sustentável. A segunda e principal delas refere-se às nossas notórias insuficiências na educação e no desenvolvimento científico e tecnológico, o que nos impede ainda de gerar um dinamismo tecnológico e informacional em escala adequada ao desenvolvimento econômico e social de longo prazo.

Portanto, o aproveitamento das possibilidades acima mencionadas pressupõe que os benefícios derivados da exploração dos recursos naturais (dos alimentos ao petróleo) sejam investidos em três



dimensões-chaves, de modo a se combater as nossas fragilidades:

- a criação de externalidades, em especial nas áreas de infraestrutura energética e logística, para a expansão dos investimentos, da produção e da produtividade sistêmica da economia, incluindo a reformulação da matriz de transporte, com o aumento do peso relativo do transporte ferroviário e aquaviário e fortalecimento do transporte coletivo nos grandes centros urbanos;

- a transformação do sistema educacional e criação de infraestrutura tecnológica e científica que possibilite ao país ingressar à sociedade do conhecimento e viabilizar a modernização e o adensamento tecnológico dos processos de produção, promova a inserção qualificada da população no mercado de trabalho e potencialize seu desenvolvimento humano e propicie a elevação da competitividade da produção industrial nacional e a agregação de valor às exportações de produtos primários;

- o aprofundamento dos processos de redistribuição da renda e inclusão social, visando à erradicação da pobreza, à consolidação do mercado de consumo de massa e à universalização dos serviços sociais básicos com elevado nível de qualidade, especialmente nas áreas de educação e saúde.

Alem disso, no plano econômico, o maior desafio é evitar que a excessiva apreciação do Real gere distorções e obstáculo ao crescimento e transformação da economia.<sup>5</sup>

A apreciação da moeda nacional não é, em si mesma, necessariamente negativa. Mas, a partir de certos limites, suas consequências macroeconômicas, principalmente em um cenário como o que se perfila no período pós-crise, com o crescente ativismo exportador da



**Previsões do FMI indicam uma taxa de crescimento do PIB de 5,5% em 2010 e 4,1% em 2011**

China, podem afetar a competitividade de alguns setores menos consolidados e induzir deslocamentos da sua produção no mercado interno e dificultar a penetração das exportações brasileiras nos mercados externos.

Por último, não é demais recordar que o processo de desenvolvimento enfrenta, necessariamente, riscos e ameaças, mas também cria oportunidades e espaços para o aproveitamento de potencialidades. As políticas adotadas ao longo do governo Lula reduziram alguns desses riscos e ameaças e ampliaram notavelmente aquilo que Celso Furtado chamou de “os campos do possível”.<sup>6</sup> O governo preservou a estabilidade macroeconômica, impulsionou o crescimento com inclusão social e distribuição de renda, liderou a agenda ambiental, projetou o Brasil no cenário mundial e aperfeiçoou a democracia. As condições para a decolagem estão dadas. Nesse contexto, do ponto de vista interno, o aproveitamento das oportunidades que hoje se abrem

para o desenvolvimento do país é uma questão essencialmente política, de cujo encaminhamento depende a possibilidade de consolidar e ampliar as conquistas já alcançadas e dar continuidade ao projeto histórico de construção do Brasil. ▽

**NOTAS**

1 - O quadriênio 2004/2007, para o qual se dispõe de dados comparáveis da Pnad, distingue-se de outros períodos, inclusive da fase inicial do Real, pela magnitude e pela continuidade dos avanços realizados.

2 - No conceito de reservas líquidas, ou seja, excluindo os recursos do FMI que poderiam ser utilizados em caso agravamento da situação cambial do país.

3 - Sobre nossas potencialidades e as possibilidades que a liderança da China oferece aos países exportadores de produtos primários, veja-se o artigo de João Furtado - “Muito além da especialização regressiva e da doença holandesa. Oportunidades para o desenvolvimento brasileiro” - publicado na revista Novos Estudos/Cebrap, nº 81, São Paulo, julho de 2008. Embora tenha sido escrito antes do agravamento da crise internacional, o artigo destaca aspectos diferenciados da dinâmica da economia mundial que continuam válidos numa perspectiva de médio e longo prazo. São interessantes, por exemplo, as diferenças de massa crítica e nível de desenvolvimento entre a China e as potências que lideraram o crescimento no passado.

4 - Fiori enfatiza que “... o futuro da América do Sul será cada vez mais dependente das escolhas e decisões tomadas pelo Brasil. Em primeiro lugar, o Brasil terá que decidir sobre a sua própria estratégia econômica nacional, porque se for pelos ‘caminhos do mercado’ o Brasil se transformará, inevitavelmente, numa economia exportadora de alta intensidade, de petróleo, alimentos e commodities, uma espécie de periferia de luxo das grandes potências compradoras do mundo, como foram, no seu devido tempo, Austrália e Argentina ou o Canadá, mesmo depois de industrializado. E se isto acontecer, o Brasil estará condenando o resto da América do Sul à sua condição histórica secular de periferia primário-exportadora da economia mundial”. Veja-se José Luis Fiori, Brasil e América do Sul: o desafio da inserção soberana. Ipea, fevereiro de 2010.

5 - A excessiva apreciação do Real não é um problema novo. Desde 2004, e com maior intensidade a partir de 2006, como reflexo da solidez e do bom desempenho da economia brasileira, o real vem trilhando uma trajetória de crescente valorização. No entanto, até a eclosão da crise, a aceleração dos investimentos e a elevação dos preços internacionais, tanto das commodities quanto dos produtos manufaturados, permitiram compensar em parte o efeito da apreciação cambial sobre a competitividade das exportações e da produção nacional. A crise internacional modificou esse quadro: anulou os fatores compensatórios anteriormente presentes e provocou um acirramento da concorrência internacional.

6 - Furtado referia-se às possibilidades que o aumento dos preços do petróleo em 1973 abria para o desenvolvimento da Venezuela. Veja-se Celso Furtado, Ensaios sobre a Venezuela, 1974.



MAURÍCIO LIMA/AFP

**CANDIDATOS A  
HERDEIRO. Serra e  
Dilma (ela ainda com  
visual antigo) em  
novembro de 2008,  
numa conferência  
sobre biocombustíveis,  
em São Paulo**



# O Brasil depois de Lula

Francisco de Oliveira\*

**É** muito cedo para falar-se “depois de Lula”, pois o ex-metalúrgico pode voltar em 2014, dependendo do resultado das eleições presidenciais deste ano de 2010. De uma perspectiva de curto prazo, já estamos no “Brasil pós-Lula”, pois o presidente dedica-se apenas a tentar eleger sua ministra da Casa Civil, com o que de fato já encerrou seu segundo mandato; caso os deuses eleitorais sufraguem sua candidata, então se abrirá um “primeiro pós-Lula”, pois é evidente que ele manterá as rédeas curtas sobre sua sucessora, dado que ela não tem muito poder próprio e o PT menos ainda. Caso as eleições se decidam em favor do atual governador de São Paulo, então o “pós-Lula” também terá começado de maneira mais marcante.

Mas de outra perspectiva, o “pós-Lula” é mais enigmático. Se vencem os tucanos na eleição deste ano, é claro que tentarão desfazer a enorme popularidade de que goza Lula e que poderá caucionar uma possível volta à Presidência em 2014. Além disso, ele será, evidente, o articulador da oposição

geral ao tucanato, de forma menos eficiente, por certo, porque a vocação de Lula nunca foi a oposição: o PT sim, fez oposição a Sarney, a Collor e até, injustamente, a Itamar e, evidentemente com todo o vigor, a Fernando Henrique, mas o Lula não. A primeira tarefa será desalojar os lulo-petistas dos postos mais importantes que mantêm no governo, em empresas estatais e nos fundos de pensão; o Banco Central é um capítulo espinhoso, pois o sr. Meirelles realizou uma façanha de que estávamos esquecidos desde os tempos de Vargas: ele é ao mesmo tempo governo e oposição, PT e PSDB. Mágica num país de mágicos, pra não dizer outra coisa...

Trata-se de desmontar o aparelhamento que Lula, mais que o PT, produziu no Estado brasileiro. Mas não se trata, propriamente, de desmontar as políticas que o lulismo realiza no topo do Estado brasileiro: o Bolsa Família, por exemplo, nenhum presidente que não queira se arriscar a levar, no mínimo, ovos podres na cara irá desfazê-lo. Vai lhe dar outro nome, e acrescentar sua marca própria ao programa assistencialista, coisa não impraticável, até mesmo porque os primeiros programas desse tipo foram inaugurados por

FHC, seguindo as pistas do que Cristovam Buarque havia realizado enquanto governador do Distrito Federal na área da educação. E as políticas propriamente ditas “econômicas” necessitarão de recauchutamento, reajustes, alguma mudança cosmética, mas basicamente continuarão no sendeiro aberto e consolidado pelo próprio FHC no que respeita a moeda, política fiscal e câmbio. Dizem que Serra é mais desenvolvimentista, o que pode acrescentar algo de diferente, como uma variação do mesmo. Fazer do BNDES mais do que ele já é parece difícil, mas não impossível. O capítulo das privatizações parece encerrado, porque sobraram Petrobras e Banco do Brasil, que são suficientemente fortes e grandes para serem privatizados, além de desempenharem papéis centrais na fase de centralização de capitais que Lula tem reforçado, com a criação das gigantes brasileiras.

A preferência dos eleitores recaindo na ministra – até o dia 1º de abril – Dilma Rousseff, o pós-Lula parece mais fácil, sem os recursos de presdigação ou de adivinhação. Dilma, reconhecidamente, parece ter dotes de gestora, mas até onde se sabe nunca revelou particulares pendores sobre a gestão do

\* Professor Emérito da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas-USP. Autor de *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco*. (Editora Boitempo)





MAURÍCIO LIMA/AFP



**O LULISMO. “Do meu ponto de vista (...) exclui as classes trabalhadoras da política”**

Estado em escala ampliada. A não ser que, para repetir o que já escrevi alhures, dona Erenice Guerra, que é seu *alter ego*, revele-se, também, de repente, uma formidável economista e vá além de saber forjar dossiês anti-FHC. Ela terá que aceitar a tutela do Lula, menos na política econômica, que também não é o forte do atual presidente, e para isso ele dispõe de Meirelles

e Mantega, além de todos os assessores e conselheiros extraoficiais que incluem desde Delfim Netto até Luiz Gonzaga Belluzzo, isto é, a panóplia tipicamente brasileira de “uma no cravo, outra na ferradura”. Estes e mais outros continuarão disponíveis para Dilma, o que significa que pouco mudará na condução macroeconômica.

Ela contará, também, com uma maior intromissão de figurões do PT nas negociações políticas, posto que estes tornaram-se exímios fisiólogos e conhecem, hoje, melhor que Sarney, os tortuosos meandros das chamadas “negociações” na política brasileira. Se tentarem interferir em arenas mais ampliadas, terão o passo cortado por ninguém menos que o próprio Lula, que os teme, e não quer arriscar uma unanimidade que só foi alcançada na história brasileira pelo segundo imperador; aliás, basta Lula deixar crescer mais a barba, que logo, logo, ele se parecerá mais com Pedro de Alcântara de Bragança, cujos segundos nomes era uma lista tão grande que não há artigo que aguento. É claro, faltará uma Condessa de Barral, mas há muitas candidatas...

De outras perspectivas, mais sociológico-políticas, o pós-Lula não oferece um panorama muito alvissareiro, até onde os poucos recursos da ciência social nos permitem ver. André Singer, que permanece sendo cientista rigoroso e, petista, desvela o panorama do que ele chamou em artigo na *Novos Estudos/Cebrap* de bases sociais e ideológicas do lulismo; veja-se que ele não fala em “petismo”. Tais bases fundariam um futuro para o lulismo que não encontra precedentes na história brasileira, salvo precisamente no varguismo. Não estou sugerindo que o lulismo é um populismo, tal como a sociologia da USP batizou o período, o

estilo e a herança política de Vargas; para mim, a diferença básica é que Vargas integrou a novel classe trabalhadora brasileira na política, de forma autoritária, e a utilizando, em aliança com a burguesia – esta autista como sempre –, para deslocar do conjunto de forças dominantes os latifundiários. O lulismo, do meu ponto de vista, é quase o oposto: ele exclui as classes trabalhadoras da política, e abre um amplo leque de apoios que desqualifica imediatamente seu próprio partido e as bases populares. E não tem inimigos.

Ainda que concordando com Singer quanto à utilização rigorosa que ele faz das pesquisas, e elogiando o alto nível em que ele coloca a discussão – hoje, é o único petista que faz isso –, não concordo com suas conclusões sobre o fôlego do lulismo. A base de Singer é constatar que a eleição de 2006 decidiu-se tão facilmente para Lula porque os estratos mais pobres da população, que sempre rejeitaram a esquerda por temor de graves convulsões, voltaram-se para Lula, porque não perceberam nenhum risco, ao contrário, uma enorme garantia de renda – Bolsa Família e tranquilidade – Lulinha Paz e Amor. Essa conclusão, que para Singer é uma espécie de começo de um final feliz, isto é, a junção dos estratos mais populares com a esquerda, para mim é aterradora. Não basta dizer para desqualificar esse “otimismo” que Lula não é de esquerda; o povão, esse estrato que Singer chamou até de lumpesinato, recorrendo a ninguém menos que Marx em seu clássico *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*, embora não utilize os termos das ciências sociais, o tem como “de esquerda”, significando isso que ele é decididamente contra o estado de pobreza dessa larguíssima faixa da população brasileira. Ele,

“

**O capítulo das privatizações parece encerrado, porque sobraram Petrobras e Banco do Brasil, que são suficientemente fortes e grandes para serem privatizados, além de desempenharem papéis centrais na fase de centralização de capitais**

Lula, é “nós” para a larga pobreza, nos termos sugeridos por Norbert Elias.

O que sugere imediatamente que o tipo de regime político inaugurado por Lula é uma espécie de bonapartismo tardio na periferia. Longe, portanto, do próprio populismo teorizado pela USP, e mais perto do bufão francês, que utilizou os amplos apoios populares, no seu tempo sobretudo das massas camponesas, para implantar a ferro e fogo o capitalismo moderno no terreno onde medraram as liberdades políticas mas que resistia a aceitar o liberalismo econômico. Lula faz igual: as massas de fato não têm nenhuma participação no seu governo, e ele as lança não contra seus inimigos, que não os tem, mas como base para sustentar a consolidação do capitalismo mais desavergonhado e mais explorador. O crédito dos bancos estatais e as Casas Bahia são as formas de consolidação do capital, o pão e o circo lulistas, enquanto o BNDES financia as grandes fusões de empresas.

O outro lado, que existe de forma mais marcante apenas no

RICARDO STUCKER/ABR



**PETRÓLEO.** Com o pré-sal, aposta promissora no futuro



VANDERLEI ALMEIDA/AFP



**MARINA. Segundo o sociólogo, “líder do ecocapitalismo”**

EVARISTO SÁ/AFP



**CIRO GOMES. “Cada vez mais murcho”**

plano eleitoral, não tem como se diferenciar muito do lulismo; ou melhor, tem: a diferença marcante é que Lula, para lembrar Elias, é o “nós” da grande massa popular, com o reforço de uma enorme popularidade que o está transformando em mito, e, pois, para além da política. O lado oposto não se diferencia socialmente: se buscarmos a “direita” brasileira que se opõe ao lulismo, a busca será vã. Não há classe social, nem um poderoso bloco de interesses com penetração social, que faça o papel de uma alternativa. Uma das características mais marcantes do novo período de expansão, agora na forma marxista clássica da centralização de capitais, é que a direita desapareceu. Não me chamem o DEM de direita, porque aí Carlos Lacerda se levanta do túmulo para protestar. Nem tampouco o PSDB: a maior parte dos tucanos é como o falecido general Figueiredo, a última flor malcheirosa da ditadura, que não gostava de cheiro de povo, preferindo o dos cavalos. Não sei se algum tucano cultiva o gosto dos cavalos, mas que não gostam do cheiro do povo, ah! isso é verdade. Mas não chegam a ser a “direita”. Mesmo porque não há base social dos famosos interesses bur-

“

**São pobres matando-se entre si, e no plano das altas classes proprietárias – não as chamemos de burguesia, que era até uma designação honrosa – seus maiores protagonistas não passam de gangsters**

gueses que os sustentem. Fernando Henrique Cardoso confundiu tudo: pensou que, com as privatizações, estaria ampliando enormemente o poder da burguesia no Brasil, não diferenciando a burguesia nacional da internacional, e sentando as bases, portanto, da tão esperada “revolução burguesa”. Errou feio porque não releu seu mestre Florestan Fernandes: nos “tristes trópicos” a burguesia nunca mais será revolucionária, porque lhe falta o comando da revolução dos meios produtivos, e porque tanto na periferia quanto no centro do capitalismo globalitário a garantia de que o colapso do sistema será sempre evitado é o Estado; que o prove o papel dos bancos centrais agora na crise que se iniciou em 2008: trilhões de dólares para apagar o incêndio. Os partidos transformaram-se em entidades paraestatais, realizando na sociedade tarefas que o Estado lhes delega. As classes sociais sofreram profundas transformações, desde a formação de uma superclasse no topo, e uma burguesia rala no meio, uma poderosa classe média consumista, e a mais recente criação, analisada por André Singer, do lumpesinato lulista na base. A política representativa não



representa mais tal formação e estrutura social. É a administração substituindo a política. Por isso, FHC transformou-se numa figura patética, correndo atrás de qualquer conferência e ao mesmo tempo sendo excluído por seu próprio partido da cerimônia que marcará a aceitação, por José Serra, de sua indicação como pré-candidato do PSDB. É a criatura contra o criador.

Ao contrário, pois, do que se esperava, na era da sociedade do espetáculo, a política voltou ao registro das personalidades: Lula e seu séquito, Serra e seus agregados. Ainda ficam na margem Ciro Gomes\*, cada vez mais murcho, e Marina Silva, líder do ecocapitalismo, ambos sem nenhuma chance, nem agora nem remotamente lá pra frente. O regime brasileiro, tal como o desejou a ditadura, finalmente tornou-se bipartidista, e o será por muito tempo, até onde a vista alcança. A política interessa cada vez menos a um cada vez menor número de pessoas. Desapareceram os militantes, desfraldando suas bandeiras, perseguindo os votantes até o penúltimo minuto na entrada das seções eleitorais. Agora, é a televisão, e para os mais modernos, a internet. Os acordos são feitos intramuros, os militantes são figura do passado, nem tão remoto assim. Grandes negócios são a matéria-prima da política maior, da grande política, como a chamada Gramsci. A pequena política; bem, esta é deixada para os tolos.

Desenvolve-se uma modalidade que chamei de “hegemonia às avessas”: o poder político direto é galvanizado pela organização, mais diretamente pelo líder carismático, Lula, desde que não se toque nos fundamentos da exploração capitalista. Ao contrário, a tarefa do poder político agora é retirar todos os obstáculos à acumulação de capital. Nada de progra-



ANTONIO SOBRZAVAF

**FHC. “Errou feio porque não releu seu mestre Florestan Fernandes”**

**MEIRELLES. “É ao mesmo tempo governo e oposição, PT e PSDB”**



PIERRE VERDZAF

mas do tipo Karl Polanyi, em que a sociedade constrói instrumentos e entidades para evitar a total mercantilização da vida, sobretudo do próprio dinheiro, da terra e da força de trabalho. Este foi o programa do século XX, liderado pelos partidos social-democratas de base operária. Desde as três últimas décadas do último século, o programa neoliberal é exatamente retirar todas essas instituições do caminho da acumulação de capital. A periferia cumpre melhor esse programa que o próprio centro, visto que no centro as organizações de classe, incluindo seus partidos, ainda são necessárias e arraigaram-se profundamente na memória e nas tradições da luta de classes. Nas periferias, diga-se China, Brasil, Rússia, Índia, África do Sul, o trabalho de “limpeza” – que é também de limpeza étnica – é de desbaratar o pouco de “Polanyi” que havia sido conquistado. Apesar, ou melhor, *et pour cause*, dos ditos programas sociais, tais como o Bolsa Família, que na verdade homogeneizam para baixo o mercado de força de trabalho. Observe-se no Brasil: digamos 15 bilhões para o Bolsa Família e 200 bilhões de pagamento dos juros da dívida pública interna. Os números que cantam vitórias, tal como os empregos com registro em carteira, antes o Grande Mal para o sindicalismo lulista, na verdade são ilusórios: os novos empregos de baixíssimos salários, da era da terceirização, são todos com registro em carteira.

A soma disso tudo significa que a “direção moral” da sociedade volta-se contra ela mesma: assegura os mais deslavados mecanismos de exploração, e não há mais quem seja responsável por tal exploração: não é mais o capital! O discurso de classe desapareceu da política, e esta, como já não pode



**VARGUISMO. A diferença em relação ao lulismo, segundo Oliveira, é que Vargas integrou a classe trabalhadora brasileira à política**

“

**O Banco Central é um capítulo espinhoso, pois o sr. Meirelles realizou uma façanha de que estávamos esquecidos desde os tempos de Vargas: ele é ao mesmo tempo governo e oposição, PT e PSDB**

processar o conflito de classes nessa sociedade, volta-se para a “pequena política”. Toda vez que a justificativa da política sustenta-se nas realizações materiais, significa dizer que o conteúdo de classe desapareceu. É um discurso parecido com os dos regimes totalitários: Goebbels não faria melhor, e o famigerado bruxo brasileiro, o dr. Golbery, era apenas um aprendiz de feiticeiro. Não há um só avanço institucional no lulismo; tudo pode ser varrido por outra força política que retome os controles do Estado. É o reino da política do “tudo ou nada”, por mais que pareça o contrário. O caminho de consolidação através das instituições, o programa de Gramsci, desapareceu, o que quer dizer que os conflitos de classe se resolvem por fora das instituições. Resolvem-se na violência: que se leia os jornais brasileiros ou o famigerado programa do Datena. São pobres matando-se entre si, e no plano das altas classes proprietárias –

não as chamemos de burguesia, que era até uma designação honrosa – seus maiores protagonistas não passam de *gangsters*, que aparecem também no noticiário policial pelos seus golpes contra os concorrentes, por via do fundo público. Um desses *gangsters* saltou, em cinco anos, da 150ª posição no *ranking* das maiores fortunas mundiais para o 8º lugar. Isto não se faz através da produção: só se faz pelo roubo, pelo assalto ao fundo público, financiado pela dívida interna, e pelo uso dos instrumentos mais poderosos da centralização de capitais, que é a missão, agora, do BNDES.

O panorama é sombrio? Diz a anedota que Picasso foi chamado pelos nazistas para explicar seu famoso *Guernica*. Interrogado sobre “quem fez este horror”, o andaluz respondeu: foram vocês! ▮

NR: O PSB ainda não tinha decidido a sorte de Ciro, quando esse texto foi feito

# Artigos

## **Commodities, câmbio e inflação de custos no Brasil 1994-2009**

Franklin Serrano  
Sandra Ferreira

**Pág. 48**

## **La cooperación internacional de las ciudades en un contexto de integración regional. Herramienta para el desarrollo**

Leonardo Granato  
Nahuel Oddone

**Pág. 58**

## **Desigualdade racial e crise: indicadores de acesso ao mercado de trabalho metropolitano desagregados por cor ou raça em 2009**

Marcelo Paixão  
Luiz M. Carvano  
Irene Rossetto

**Pág. 72**

## **Jovens trabalhadores e o debate da redução da jornada de trabalho**

Maria Aparecida Tardin Cassab  
Anete Negreiros

**Pág. 85**

**VERSUS**  
ACADÊMICA



# Commodities, câmbio e inflação de custos no Brasil 1994-2009\*

Franklin Serrano\*\*

Sandra Ferreira\*\*\*

## I. Introdução

O objetivo deste trabalho é argumentar que as condições externas, expressas em seus dois principais elementos, os preços internacionais das commodities e a taxa nominal de câmbio foram os principais elementos explicativos para a dinâmica da inflação de custos interna no Brasil ao longo de todo o período de inflação baixa de meados de 1994 até o final de 2008. Trata-se do oposto da vi-

são predominante, mesmo entre economistas heterodoxos, ou seja, as condições externas realmente foram fundamentais apenas no período de “âncora cambial” de 1994 a 1998 e posteriormente, no período do chamado regime de câmbio flutuante e metas de inflação (1999 até agora), o controle da demanda agregada via taxa de juros é que jogou o papel central.

A abordagem utilizada é heterodoxa porque argumentamos que a tendência da inflação brasileira no período todo foi basicamente de custos e não de demanda. Mostraremos também como, em linhas gerais, ao longo de todo o período estudado a baixa inflação interna só foi possível em duas situações: i) quando havia a tendência de queda dos preços nominais em dólar das commodities internacionais e o câmbio nominal estava relativamente estável

\* Os autores agradecem (sem responsabilizar) aos profs. Carlos Medeiros e Esther Dweck do IE-UFRJ por discussões sobre o tema.

\*\* Professor Associado do Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

\*\*\* Professora Assistente do Departamento de Economia da Universidade Estadual de Londrina, Paraná.

(ou até se desvalorizando um pouco); ou ii) quando preços internacionais das commodities subiam rapidamente mas a taxa de câmbio nominal se valorizava. Nos subperíodos nos quais se combinaram preços das commodities crescentes em dólar e desvalorização nominal do câmbio, não foi possível manter a inflação interna baixa (ou dentro da faixa das metas).

Vamos utilizar a seguinte periodização. O primeiro período vai de meados de 1994 a 1998 e corresponde ao regime de câmbio administrado. Um segundo período, de 1999 a 2002, se caracteriza pela flutuação do câmbio, pela adoção do sistema de metas e pelas dificuldades de financiamento externo. Um terceiro período, de 2003 a julho de 2008, é marcado pelo grande aumento dos preços internacionais das commodities e petróleo, pela grande valorização cambial e pelo crescimento acelerado das exportações. O último período, caracterizado pela crise da economia mundial e posterior recuperação parcial, vai de agosto de 2008 até o final de 2009.

Apresentaremos inicialmente os determinantes externos da inflação de custos no Brasil (seção II). Discutiremos em seguida as mudanças no cenário internacional tanto em termos comerciais quanto financeiros, com ênfase na dinâmica da inflação internacional e dos fluxos de capital para os países em desenvolvimento (seção III). A seguir analisaremos os impactos da taxa de câmbio nominal e dos preços dos bens comercializáveis sobre a inflação interna (seção IV). Segue-se uma breve discussão dos determinantes internos da inflação e do papel secundário da demanda (seção V). Uma última seção apresenta as conclusões (seção VI).

## II. Determinantes externos da inflação de custos no Brasil

Nesta seção apresentamos de forma sistemática como os condicionantes externos, preços das commodities e taxa de câmbio atingem a inflação brasileira, medida pelo IPCA, que é o índice utilizado para a meta de inflação desde meados de 1999, ressaltando, porém, que as relações estabelecidas por este esquema são válidas para todo o período de baixa inflação, desde o Plano Real em meados de 1994.

No contexto da economia mundial, é importante distinguir entre a inflação mundial e a inflação internacional. A inflação mundial normalmente é medida por alguma média ponderada entre a inflação interna, média em moeda local, de diferentes países e regiões do mundo. Já a inflação especificamente internacional é dada pelos aumentos dos preços nominais em dólares dos bens comercializados internacionalmente. Estes bens em geral podem ser distinguidos em dois tipos básicos: as commodities e os demais produtos industriais.

As commodities consistem em matérias-primas agrícolas, minerais e industriais, alimentos e petróleo. São produtos homogêneos, em geral transacionados em mercados internacionais de preços flexíveis e com preços internacionais determinados diretamente em dólares. Os outros produtos industriais comercializados internacionalmente são geralmente mais diferenciados e têm os preços em dólar determinados por custos, mesmo no curto prazo.<sup>1</sup> A diferença entre a inflação mundial e a inflação internacional depende, portanto, tanto da evolução da taxa de câmbio de cada país em relação ao dólar americano quanto da dinâmica de custos e preços dos bens e serviços não comercializáveis de cada país.

No caso do Brasil, a inflação internacional afeta a inflação interna através das variações dos preços internos dos bens comercializáveis. As variações dos preços dos bens comercializáveis medidos em reais são determinadas basicamente, dada a taxa de câmbio vigente, pelos preços em dólar das commodities, fora petróleo e derivados nos mercados internacionais. Isso ocorre porque no período analisado uma grande proporção, tanto das exportações quanto das importações brasileiras, é de commodities. Por outro lado, no período analisado o Brasil não tem tido nem grande importação nem grande exportação de petróleo, e além disso, os preços do petróleo e derivados em reais são muito afetados pela política de preços administrados da Petrobras.

Por sua vez, a variação dos preços dos comercializáveis em reais influencia o IPCA de várias formas, direta e indiretamente. Os preços dos bens comercializáveis têm forte efeito sobre o índice de preços por atacado (IPA). Os preços por atacado têm, além do seu óbvio impacto direto nos custos

de todos os setores da economia, grande peso no cálculo do IGP (índice geral de preços), ao qual estão atrelados os reajustes de muitos dos chamados preços monitorados (ou administrados) de um conjunto grande de serviços públicos e privados (como telefonia, escolas, alugueis, transporte público, energia elétrica, etc.), especialmente a partir do processo de privatização de 1995-1996. E os preços monitorados têm um peso grande no IPCA, o que faz gerar um forte efeito adicional indireto dos preços dos comercializáveis sobre a inflação medida pelo IPCA, pois os bens comercializáveis e monitorados respondem diretamente por cerca de 69% do IPCA (Farhi, 2006).

Já as mudanças dos preços internacionais em dólar do petróleo não atingem a inflação interna da mesma forma que o preço das demais commodities. Nesse caso os preços em real dependem da política específica de reajustes decidida pela Petróbras.

### III. Evolução do cenário internacional 1994-2009

O cenário internacional no período em questão é marcado principalmente por mudanças nos movimentos dos fluxos de capitais e pela tendência dos preços internacionais das commodities. Os anos 1990 apresentaram grandes fluxos de capital internacional, porém marcados por grande instabilidade e crises financeiras externas nos países emergentes (México, Ásia, Rússia, Argentina) (Medeiros & Serrano, 2006).

Já a partir de 2003 há uma retomada do crescimento dos fluxos brutos de capital internacional, mas com menor instabilidade e ausência de crises nos países emergentes, em boa parte devido às políticas de acumulação de reservas internacionais adotadas por diversos países (Serrano, 2008).

Quanto aos preços das commodities em dólar, nos anos 1990 a tendência é de queda dos níveis nominais, apesar de muitos movimentos de alta e queda, configurando grande volatilidade. Nos anos 2000 há inicialmente uma recuperação destes preços em dólar e depois de 2003/2004 uma aceleração contínua, até a crise no segundo semestre de 2008.

Nos anos 1990, esse maior fluxo financeiro in-

ternacional vem junto com a abertura comercial e financeira; sendo que a adesão de países emergentes, a tais aberturas, os leva à valorização das moedas nacionais em relação ao dólar, a maior dependência de capital externo de curto prazo nos financiamentos da balança de pagamentos e a maior vulnerabilidade às crises de balança de pagamento e de financiamentos (Medeiros & Serrano, 1999).<sup>2</sup>

Após as diversas crises do final dos anos 1990 e início dos anos 2000, muitos países em desenvolvimento aproveitaram o rápido crescimento da economia e comércio mundial, puxado pelas economias americana e chinesa, e se esforçaram em reduzir a sua vulnerabilidade externa reduzindo ou eliminando os déficits externos em transações correntes, acumulando grandes quantidades de reservas internacionais e evitando a valorização de suas moedas (Serrano, 2008).

Quanto às commodities, o período de preços baixos e instáveis nos anos 1990 está ligado não só ao arrefecimento do comércio mundial no período, mas à queda das importações dessas, o que explica a menor utilização dessas commodities no processo produtivo (por inovações ou substituição de materiais). O período de alta dos preços dos anos 2000, por sua vez, resulta não só do efeito do crescimento do comércio mundial de commodities liderado pela China, mas também de outros fatores, como os movimentos dos mercados especulativos (principalmente ligados a maior liquidez internacional e a baixas taxas de juros no período nos EUA e demais países centrais (Prates, 2007).<sup>3</sup>

O ponto central da análise das mudanças no ambiente externo descritas sumariamente acima é mostrar que a combinação de abundância de financiamento externo de curto prazo e baixo crescimento do mercado internacional de commodities, típica dos anos 1990, permitiu e induziu vários países em desenvolvimento (inclusive o Brasil) a adotar políticas de estabilização da inflação com base em âncoras cambiais. Além disso, a eficácia do câmbio fixo no combate à inflação foi bastante reforçada pelos preços internacionais nominais em dólar baixos e declinantes das commodities, na medida em que com câmbio fixo o governo perde a alternativa de valorizar a taxa de câmbio nominal para neutralizar um choque de preços externos.

Se esta dinâmica dos preços das commodities



tem este efeito positivo sobre a inflação interna, por outro lado ela naturalmente agrava o problema do baixo crescimento dos valores em dólares das exportações dos países em desenvolvimento exportadores de commodities e contribui para que ao final do processo ocorram diversas crises de balança de pagamento geradas por problemas de sustentabilidade e liquidez das contas externas. O ambiente externo explica, portanto, tanto o sucesso inicial da “âncora cambial” como também sua vida relativamente curta (Medeiros & Serrano, 1999).

Nos anos 2000 os preços das commodities e petróleo começam a se recuperar, mas antes de 2003 há uma grande escassez de capital externo para os países emergentes. Naturalmente esta é uma combinação negativa do ponto de vista do controle da inflação, pois a especulação num contexto de forte escassez de financiamento leva a uma série de desvalorizações nominais. Ao mesmo tempo os preços em dólar das commodities já começaram a se recuperar em 2000, e portanto as condições externas da inflação têm aí seu período mais negativo.

A partir de 2003 até meados de 2008, a aceleração do crescimento do comércio e da economia mundial, em conjunto com o retorno de uma relativa abundância de financiamento externo, torna mais fácil, apesar da aceleração substancial dos preços em dólar das commodities, para os países em desenvolvimento que adotaram o câmbio flexível e as metas de inflação, a utilização da taxa de juros interna para atrair capital e ocasionar valorizações nominais no câmbio que compensem o impacto inflacionário do choque dos preços das commodities.

Esta combinação fica sob tensão devido à dramática aceleração dos preços de alimentos e petróleo internacionais em meados de 2008, o que coloca em risco a estabilidade dos sistemas de metas dos países devido à dificuldade de valorizar o câmbio na extensão que seria necessária para neutralizar o choque. Neste período diversos países adotam políticas de controle de preços de importações de alimentos e/ou energia.

O agravamento da crise financeira internacional em setembro de 2008 embora leve a uma fuga de capital da periferia e a fortes desvalorizações nominais do câmbio de alguns países emergentes como Brasil e México, por outro lado leva ao colapso dos preços em dólar internacionais das commodities

que em geral neutraliza as pressões inflacionárias decorrentes das desvalorizações nominais.<sup>4</sup>

## IV. Evolução das condições externas da inflação brasileira

Nesta seção apresentaremos a evolução das condições externas da inflação brasileira no período, isto é, a evolução dos preços internacionais das commodities, da taxa de câmbio nominal, das importações e exportações brasileiras, em dólar e em real.

O índice de preço internacional das commodities, exceto o petróleo, (do IPEA) se apresentou oscilante entre 1994 e 2003, principalmente até 2001. Depois de 2003, apresenta um crescimento contínuo, até um pico em meados de 2008, quando novamente inicia um período de queda.

Os preços das importações e exportações brasileiras, em dólar, acompanham esses movimentos do preço internacional das commodities, exceto o petróleo, o que indica que as commodities compõem parte significativa de nossa pauta, tanto de importações quanto de exportações. Note que os preços das exportações acompanham os movimentos do preço das commodities de forma mais estreita do que o das importações. Isso ocorre porque o Brasil exporta relativamente mais commodities do que importa. O fato de os preços de nossas importações e exportações apresentarem-se menos voláteis que o das commodities indica que existem outros produtos que fazem parte da pauta de importação e exportação, os quais apresentam preços mais estáveis e com um movimento distinto do das commodities (Gráfico I).

Quando se inclui o preço internacional em dólar do petróleo no movimento dos preços internacionais em dólar das commodities, o movimento dos preços em dólar das importações e exportações brasileiras não acompanha mais de forma tão próxima o movimento geral das commodities, o que deve ser explicado pelo fato de que o Brasil no período não foi um grande importador nem exportador de petróleo.

Ao longo de todo o período ocorrem várias mudanças de patamar da taxa de câmbio nominal. Entre julho de 1994 e dezembro de 1998 há uma desvalorização de 20,87%. Depois, entre janeiro de

1999 e dezembro de 2002, há uma desvalorização adicional de 78,16%. A partir de 2003 começa um longo período de crescente valorização da taxa de câmbio, que apresenta entre janeiro de 2003 e agosto de 2008 valorização de 53,64%. Finalmente, a crise financeira americana e mundial leva a uma desvalorização significativa entre setembro e dezembro de 2008, com a taxa de câmbio nominal passando de 1,91 para 2,34 reais por dólar. Posteriormente, com a relativa normalização da situação dos mercados de crédito internacionais e a consequente queda dos *spreads* de risco a taxa volta a 1,74 em outubro de 2009, perfazendo nova valorização entre 2008/2009 e 2009/2010 de 8,9%.

No Gráfico II podemos observar que os preços das exportações e importações em dólar têm uma tendência de queda gradual (embora com oscilações) entre 1994 e 2002, seguindo a trajetória dos preços internacionais das commodities, exceto o petróleo. Neste período a taxa de câmbio nominal no Brasil apresentou um período de desvalorização, que se acentua muito depois da mudança do regime cambial em 1999. No final de 2002 e início de 2003 o câmbio ainda estava se desvalorizando quando se inicia o aumento dos preços internacionais das commodities e, portanto, das exportações e importações brasileiras.

Posteriormente, no período entre março de 2003 a meados de 2008, enquanto os preços em dólar das exportações e importações brasileiras começam a crescer acentuadamente, a taxa de câmbio começa a se valorizar. Há outro curto período em que ocorre ao mesmo tempo desvalorização cambial e aumento dos preços das exportações e importações em dólar, entre julho e setembro de 2008. Os preços das exportações e importações em dólar começam a cair acentuadamente a partir de setembro de 2008, enquanto o câmbio continua a se desvalorizar até o final do ano. No início de 2009 o câmbio volta a se valorizar, e a partir do meio do ano os preços das exportações e importações em dólar param de cair e começam a se recuperar um pouco, e se mantêm em patamares bem inferiores aos anteriores à eclosão da crise.

O impacto combinado sobre a inflação brasileira destes movimentos, na maior parte em direções opostas, entre os preços das exportações e importações em dólar e os movimentos da taxa de câmbio,

pode ser observado quando analisamos os movimentos dos preços das importações e exportações em reais no Gráfico III.

Os preços das importações e das exportações brasileiras em reais têm seus movimentos muito próximos um do outro, com aumentos muito abaixo da inflação acumulada (IPCA) até 1999, quando passam a crescer a taxas em geral superiores à da inflação até meados de 2004. A partir deste período, há uma aceleração do processo de valorização da taxa de câmbio nominal, o que leva a uma tendência de queda dos preços, em reais, das exportações e importações, que apresentam um movimento de queda até 2008.

Como o grande aumento dos preços internacionais das commodities no ano de 2008, os preços em reais das importações e exportações voltam a crescer mais rápido do que o índice de preços internos (IPCA), movimento que só é revertido a partir de novembro de 2008 pelo efeito combinado da queda dos preços em dólar das commodities com a volta da valorização cambial neste período.

As mudanças nas condições de financiamento externo nos ajudam a entender melhor o movimento da taxa de câmbio nominal (Gráfico II) e os resultados em termos de inflação interna (Gráfico III).

Entre 1994 e 2002, a desvalorização da taxa de câmbio foi em parte compensada pelos movimentos de queda dos preços em dólar das commodities, diminuindo o impacto da desvalorização sobre a inflação interna. Entre 2003 e 2008 a situação se reverte, o movimento de alta dos preços das commodities foi compensado internamente com a valorização cambial que ocorreu no período.

Entre 1999 e 2002 o Brasil passou por restrição externa, em que os investidores estrangeiros reduziram suas posições em relação aos ativos brasileiros (Farhi, 2006). Neste período de altos *spreads* de risco e escassez de financiamento externo, a manipulação da taxa de juros interna por parte das autoridades monetárias não foi suficiente para evitar as grandes desvalorizações cambiais. Estas desvalorizações, mesmo que parcialmente compensadas a maior parte do tempo pelo movimento de queda dos preços das commodities, e com seus impactos inflacionários atenuados pela desindexação formal e baixa resistência salarial

real dos salários (Serrano, 2009, 2010a), fizeram com que a meta de inflação fosse alterada e não alcançada em 2001, 2002 e 2003 (Gráfico III).

Para o período de 2003 a 2008, o movimento foi contrário, houve aumento da liquidez internacional e aumento dos preços das commodities ao mesmo tempo (Gráfico II). É este movimento dos preços internacionais das commodities que pode explicar a elevação das taxas de juros, mesmo frente ao aumento do fluxo internacional de capital e à queda do risco-país (como no Gráfico II).<sup>5</sup>

Devido a estas políticas, o vertiginoso aumento do preço internacional das commodities, a partir de 2003, não se transferiu para a inflação interna, porque, com a valorização cambial que ocorreu no período, o choque negativo do preço das commodities em dólar se transformou em choque positivo interno em real. Assim, apesar do aumento do preço das commodities em dólar, foi possível atingir a meta já em 2004, devido à valorização cambial verificada.

Observando o Gráfico III, que tem a evolução do nível geral de preços (IPCA) e das importações e exportações em real, percebemos que os anos em que o nível destes últimos ficou acima do nível acumulado do IPCA foram 2001, 2002 e 2003, justamente os anos em que não se conseguiu atingir a meta inflacionária. No início do segundo semestre de 2008, os níveis dos preços em real das importações e exportações também atingiram patamares muito elevados pelo efeito combinado da subida anterior dos preços das commodities e da forte desvalorização cambial causada pela crise financeira internacional. Mas isso foi rapidamente revertido pela grande queda imediatamente posterior dos preços internacionais das commodities, que permitiu que a meta de inflação fosse atingida mesmo em 2008. Finalmente, a recuperação parcial dos níveis de preços das commodities ao longo de 2009 vem junto com nova valorização da taxa de câmbio nominal, o que permite que a inflação atinja a meta também em 2009.

A evolução dos preços internos do petróleo e derivados e sua relação com a política de preços da Petrobras e do governo pode ser visualizada no Gráfico IV, que compara a evolução do índice de preços por atacado de combustíveis e lubrificantes com o preço internacional do petróleo

convertido em reais à taxa de câmbio nominal corrente.

No gráfico podemos notar que ao longo do período os preços internos evoluíram na mesma direção dos preços internacionais, mas o grau de repasse na maior parte do tempo não foi completo. Assim, a grande queda dos preços internacionais do petróleo de 1998-1999 não foi repassada aos preços internos. Posteriormente, quando o preço internacional do petróleo começa a aumentar quase continuamente, os aumentos dos preços internos foram quase sempre inferiores aos dos preços internacionais, especialmente no período em que estes preços aumentam drasticamente a partir de 2004. Por outro lado, a grande queda dos preços internacionais do petróleo depois de agosto de 2008 também não foi repassada aos preços internos.

## V. A evolução das condições internas da inflação brasileira

Vejamos brevemente como evoluíram alguns dos possíveis condicionantes internos da inflação brasileira.

O mais importante deles se refere aos preços administrados ou monitorados. O índice de preços monitorados calculado pelo IBGE sempre cresceu acima da inflação (IPCA) a maior parte do período, a não ser entre julho de 1994 e meados de 1995 (antes das privatizações) e no período posterior a setembro de 2006, provavelmente influenciado pela política da Petrobras de não reajustar os preços internos de alguns derivados de petróleo.

Ao longo do período de 1994 a 2009 os preços monitorados cresceram em geral a uma taxa muito próxima à do IGP-DI devido ao fato de que muitos destes preços são formalmente indexados a este índice. As exceções foram no período inicial até o final de 1997, em que os reajustes de preços monitorados foram bem elevados do que o IGP-DI e no final do período, depois de meados de 2007 (aqui também o impacto do não reajuste dos derivados de petróleo parece ser importante).

No que se refere aos custos salariais, podemos observar que em geral os salários nominais e reais tiveram um crescimento moderado no Brasil depois da estabilização da inflação e desindexação formal dos salários em 1994. Apenas o valor nomi-



nal e real do salário mínimo apresentou-se crescente durante todo o período. Em geral, nos períodos de valorização da taxa nominal de câmbio os salários médios reais crescem substancialmente e caem nos períodos em que a taxa de câmbio nominal se desvaloriza, configurando um padrão de baixa resistência real dos salários (Serrano 2010a).

O fato de o salário mínimo real crescer o tempo todo (e seu crescimento se acelera substancialmente a partir de 2005), enquanto o salário médio real cresce menos, e com frequência sofre reduções substanciais, parece indicar a importância da política de recuperação do poder de compra real do salário mínimo para a tendência observada desde meados dos anos 1990 de redução da desigualdade na distribuição pessoal da renda.

Do ponto de vista da distribuição funcional da renda, as altas taxas de juros reais observadas por longos períodos (que aumentam os custos financeiros e o custo de oportunidade do capital das empresas (Serrano, 2010b) e as periódicas desvalorizações reais da taxa de câmbio parecem ter contribuído para a redução de parcela dos salários na renda, o que só começa a ser revertido nos anos mais recentes (depois de 2005), pela combinação de valorização cambial com taxas de juros reais menores (Serrano, 2009; IPEA, 2009).

Quanto à questão do papel de choques de demanda, há muito pouca evidência estatística sólida de que variações da demanda tenham tido impactos sistemáticos sobre a inflação no Brasil em todo o período de baixa inflação. Além disso, há forte evidência de inércia parcial na inflação brasileira, o que implica que os impactos de choques temporários de demanda (ou oferta) na inflação se dissipem e não persistam (Summa, 2010; Serrano, 2010a).

Além disso, dado que na média do período o grau de utilização da capacidade produtiva da indústria não é muito elevado e a taxa de desemprego aberto e disfarçado foi a maior parte do tempo razoavelmente alta, é implausível que tenha havido alguma tendência de choques de demanda persistentes. Somente em poucos momentos se observa que o nível de utilização da capacidade instalada esteve muito acima da média histórica, em geral quando a economia começa a crescer a taxas mais elevadas, o que provavelmente indica evidência de que o investimento privado é rapidamente

induzido pelo crescimento da demanda (Além, 2009; Serrano, 2009).<sup>6</sup>

Embora em muitos momentos as margens de lucros e os preços monitorados tenham gerado choques de oferta desfavoráveis, em geral as condições internas da inflação de custo, e em especial a dinâmica dos salários nominais, foram bastante favoráveis à manutenção de baixos níveis de inflação. Os impactos persistentes mais desfavoráveis ao controle da inflação parecem ter vindo dos preços administrados. Mas como vimos acima, os aumentos dos preços monitorados em grande parte refletem indiretamente mudanças no índice de preços por atacado, que por sua vez é fortemente afetado pelas condições externas (câmbio e commodities).

## VI. O papel preponderante das condições externas

Ao longo deste trabalho vimos que, ao contrário das condições internas, as condições externas da inflação de custos no Brasil foram bem mais voláteis, e em alguns momentos atuaram no sentido de gerar grandes dificuldades no controle da inflação. Os movimentos, da taxa nominal de câmbio e dos preços internacionais das commodities, só se compensaram na maior parte do período por conta da política de manter elevados diferenciais de juros, que permitiriam a manutenção do câmbio administrado por alguns anos. Posteriormente, permitiram também a reversão das grandes desvalorizações cambiais causadas pelas oscilações dos fluxos internacionais de capitais. E, finalmente, viabilizaram a acentuada valorização do câmbio nominal no período posterior de alto crescimento dos preços internacionais das commodities e do petróleo.

Vimos também que outro elemento importante (e pouco discutido) para o controle da inflação em todo o período foi a política de evitar o repasse completo e imediato dos preços internacionais do petróleo aos preços internos dos combustíveis e demais derivados do petróleo.

Podemos então perceber que, a despeito das grandes mudanças na economia mundial e no regime cambial e de política econômica interna, há uma preponderância das condições externas sobre as internas em relação à dinâmica da inflação brasileira em todo o período de meados de 1994 até o final de 2009.

## NOTAS

<sup>1</sup> Para uma discussão sobre a inflação internacional em dólares, ver Serrano (2004, 2008).

<sup>2</sup> Gonçalves (2002) assim como Paulani (2008) consideram que a abertura financeira faz parte de uma “concorrência” pela disputa dos fluxos financeiros internacionais.

<sup>3</sup> As aplicações nos mercados futuros de commodities passaram de US\$ 13 bilhões em 2003 para US\$ 260 bilhões em 2008 (Serrano, 2008).

<sup>4</sup> Rosnik & Weisbrot (2009) documentam bem o caráter temporário da aceleração da inflação de meados de 2008 em nove países da América Latina, inclusive o Brasil.

<sup>5</sup> Não parece ter havido assim uma contradição, levantada por Farhi (2006), entre as elevadas taxas de juros do período e a queda do risco e aumento da liquidez internacional. A valorização cambial foi funcional para a inflação atingir as metas.

<sup>6</sup> Mesmo assim autores como Barbosa & Souza (2010) curiosamente interpretam a política monetária ao longo do período 2002-2009 como funcionando em boa parte através do canal de demanda. Para uma interpretação centrada no canal juro-câmbio-custos do período posterior a 1999, ver Serrano (2010a) e Freitas (2006).

## BIBLIOGRAFIA

ALÉM, Ana C. (2009). Uma reflexão sobre as restrições ao crescimento econômico brasileiro: uma abordagem alternativa à do produto potencial. In: GENTIL, Denise L.; MESSEMBERG, Roberto P. (orgs.). *Crescimento econômico: produto potencial e investimento*. Rio de Janeiro: IPEA, 2009.

BARBOSA, Nelson & SOUZA, José (2010). A inflexão do governo Lula: política econômica, crescimento e distribuição de renda. In: SADER, Emir e GARCIA, Marco Aurélio (orgs.). *Brasil: entre o passado e o futuro*. Boitempo Editorial.

FARHI, Maryse (2006). O impacto dos ciclos de liquidez no Brasil: mercados financeiros, taxa de câmbio, preços e política monetária. In: CARNEIRO, Ricardo (org.). *A supremacia dos mercados e a política do governo Lula*. São Paulo: Editora UNESP, 2006, p. 173-205.

FREITAS, Alexandre Laino (2006). *Uma interpretação heterodoxa para as relações da taxa de juros, câmbio e inflação no Brasil, 1999-2006*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

GONÇALVES, Reinaldo (2006). Desestabilização macroeconômica e dominação do capital financeiro no Brasil. In: BASUALDO, Eduardo M., ARCEO, Enrique. *Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales*. Buenos Aires: CLACSO (Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales), agosto 2006.

MEDEIROS, Carlos A.; SERRANO, Franklin (1999). Padrões Monetários Internacionais e Crescimento. In: FIORI, José Luis (org.). *Estados*

*e moedas no desenvolvimento das nações*. 1 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1999, v., p. 119-154.

MEDEIROS, Carlos e SERRANO, Franklin (2006). Capital flows to emerging markets: a critical view based on the Brazilian experience. In: VERNENGO, Matias. (org.). *Monetary Integration and Dollarization: No panacea*. Edward Elgar, 2006.

PAULANI, Leda (2008). *Brasil Delivery*. São Paulo: Boitempo, 2008.

PINKUSFELD, Carlos (2001). Inflação e estabilização. In: FIORI, José L. e MEDEIROS, Carlos A. (orgs.). *Polarização mundial e crescimento*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001, p.201-241.

PRATES, Daniela Magalhães (2007). A alta recente dos preços das commodities. In: *Revista de Economia Política*. v. 27, n. 03 (107), julho-setembro de 2007, p. 323-344.

ROSNIK, David & WEISBROT, Mark (2009). *Inflation Experiences in Latin America*. Center for Economic Policy Research CEPR. Washington, 2009.

SERRANO, Franklin (2004). Relações de poder e a política econômica americana, de Bretton Woods ao padrão dólar flexível. In: FIORI, José Luis (org.). *O poder americano*. Petrópolis: Vozes, 2004.

SERRANO, Franklin (2008). A economia americana, o padrão dólar flexível e a expansão mundial nos anos 2000. In: FIORI, José Luis; MEDEIROS, Carlos; SERRANO, Franklin. *O mito do colapso do poder americano*. Rio de Janeiro: Record, 2008, p. 71-172.

SERRANO, Franklin (2009). Política macroeconômica e estratégia de desenvolvimento: uma visão crítica. In: SICSÚ, João e CASTELAR, Armando (org.). *Sociedade e economia: estratégia de crescimento e desenvolvimento*. Brasília: IPEA, 2009, p. 121-130.

SERRANO, Franklin (2010a). Juros, câmbio e o sistema de metas de inflação no Brasil. *Revista de Economia Política*, 2010.

SERRANO, Franklin (2010b). O conflito distributivo e a teoria da inflação inercial no Brasil. *Revista de Economia Contemporânea*. Rio de Janeiro: IE-UFRJ, 2010 (no prelo).

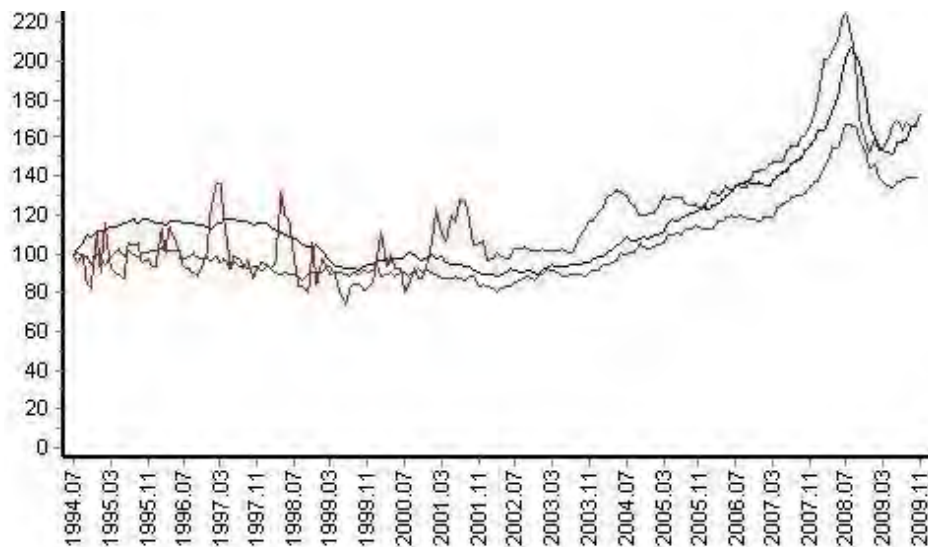
SUMMA, Ricardo de F. (2010). *Um modelo alternativo ao novo consenso para a economia aberta*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: IE-UFRJ, 2009.

versus  
ACADÊMICA

[www.versus.ufrj.br](http://www.versus.ufrj.br)

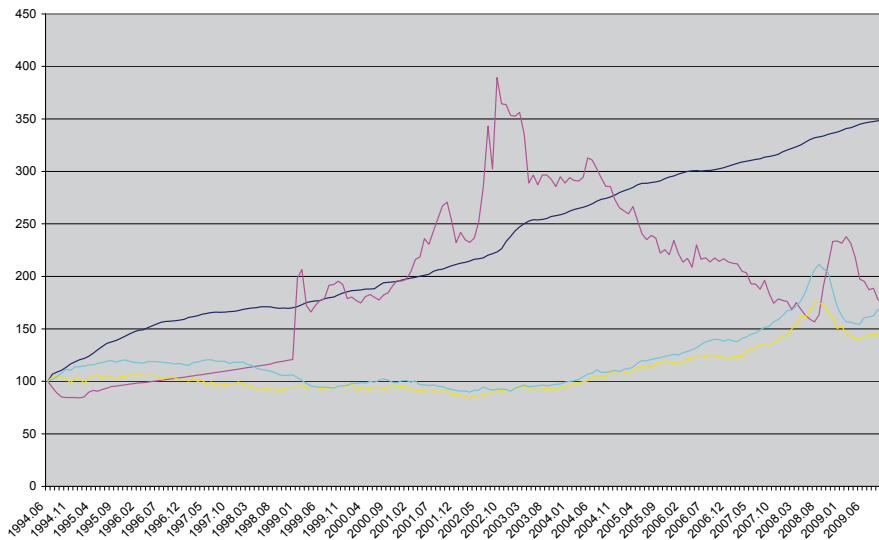
VERSUS  
ACADÊMICA

## GRÁFICO I



Índice de preços em dólar das importações brasileiras (verde)  
 Índice de preços em dólar das exportações brasileiras (azul)  
 Base 1994.7=100, fonte: Ipeadata

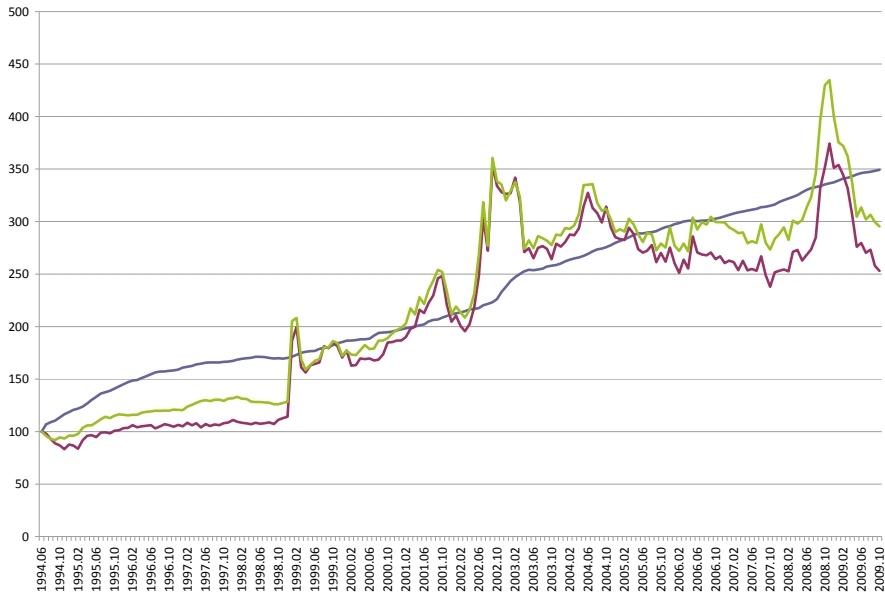
## GRÁFICO II



Índice do nível de preços IPCA (azul-escuro)  
 Índice da taxa de câmbio nominal (rosa)  
 Índice de preços em dólar das importações brasileiras (amarelo)  
 Índice de preços em dólar das exportações brasileiras (azul-claro)  
 Base 1994.7=100, fonte: Ipeadata

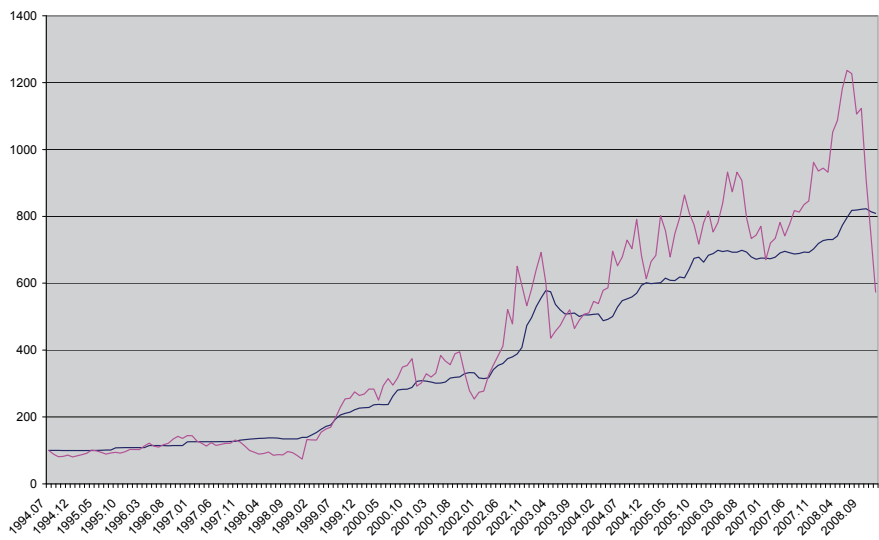


## GRÁFICO III



Índice de preços de importações em reais (vermelho)  
 Índice de preços de exportações em reais (verde)  
 Índice de preços IPCA (azul)  
 Base 1994.7=100, fonte: Ipeadata

## GRÁFICO IV



Índice de preços por atacado IPA-OG - combustíveis e lubrificantes  
 Índice de preços internacionais do petróleo (FMI/IFS) convertido em reais  
 Base 1994.7=100, fonte: Ipeadata

# La cooperación internacional de las ciudades en un contexto de integración regional.

## Herramienta para el desarrollo.

Leonardo Granato\*  
Nahuel Oddone\*\*

### Resumo

Partiendo de la premisa que el mundo contemporáneo plantea la necesidad de debatir sobre nuevos prismas de observación de la realidad, el presente artículo tiene por objeto aproximarse al estudio de la actuación internacional de las ciudades a partir del trabajo en red como herramienta de desarrollo y su articulación con los procesos de integración regional. La experiencia de la co-

operación internacional entre gobiernos locales o entes subnacionales de los países miembros de un proceso de integración regional se ve traducida en acciones concretas en donde cada uno realiza una o más tareas específicas a efectos de favorecer el desarrollo de políticas públicas eficaces y eficientes, redundando ello en una oportunidad de desarrollo local, afianzamiento del propio proceso de integración en el nivel macro y una mayor *governance* para los territorios.

\* É graduado em Ciências Jurídicas pela Universidad de Belgrano – UB/ Argentina. É Mestre em Direito da Integração Econômica pela Universidad del Salvador – USAL/ Argentina, e pela l'Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne, e estudante de Doutorado do Programa de Economia Política Internacional – PEPI oferecido em conjunto pelo NEI e pelo IE (CCJE-UFRJ). Desde 2007, é codiretor executivo da revista acadêmica *Sociedad Global* (Buenos Aires) e do Observatório Ibero-Americano de Desenvolvimento Local e Economia Social (Málaga, Espanha). É professor adjunto da Universidad Abierta Interamericana – UAI/ Argentina, professor do Mestrado em Integração Latino-Americana oferecido pela Universidad Nacional de Tres de Febrero – UNTREF/ Argentina, professor da Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales – FLACSO/ Argentina e professor do diferentes cursos virtuais oferecidos pela Universidad Internacional de Andalucía – UNIA/ Espanha. granato.leonardo@gmail.com

\*\* É graduado em Relações Internacionais pela Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires – UNICEN/ Argentina. É Mestre em Direito da Integração Econômica pela Universidad del Salvador – USAL/ Argentina, e pela l'Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne, e Mestre em Integração Econômica Global e Regional pela Universidad Internacional de Andalucía – UNIA/ Espanha. É professor adjunto da Universidad Abierta Interamericana – UAI/ Argentina, professor do Mestrado em Integração Latino-Americana oferecido pela Universidad Nacional de Tres de Febrero – UNTREF/ Argentina e professor de diferentes cursos virtuais oferecidos pela Universidad Internacional de Andalucía – UNIA/ Espanha. É diretor de cooperação internacional do governo municipal na cidade de Monte Caseros (Corrientes, Argentina), assessor em questões do Mercosul no Parlamento argentino e coordenador para o Mercosul do projeto de cooperação Fronteras Abiertas implementado pelo Centro Studi di Politica Internazionale – CeSPI/ Italia e pelo Istituto Italo-Latino Americano – IILA. oddone.nahuel@gmail.com

## Abstract

Based on the premise that the contemporary world raises the need to discuss new prisms of observed reality, this article aims to approach the study of performance of cities as international development tool and its association with processes regional integration. The experience of international cooperation between local governments of member countries of a regional integration process is translated into concrete actions in which each makes one or more specific tasks for the purpose of encouraging the development of efficient and effective public policies, turning it into an opportunity for local development, strengthening the integration process itself at the macro level and greater governance in the territories.

## Palavras-chaves

Cooperación, integración regional, relaciones internacionales, dimensión subnacional, desarrollo local.

## Key words

Cooperation, regional integration, international relations sub-scale, local development.

## Introducción

La necesidad de operar en un contexto internacional globalizado obliga a las autoridades locales a establecer relaciones entre sí a través de la puesta en marcha de canales de cooperación e integración que se constituyan en la plataforma para la consecución de proyectos comunes. En este sentido, los procesos de integración regional como el MERCOSUR, la Comunidad Andina o la Unión Europea, por citar sólo algunos casos, favorecen la implementación de redes concertadas de ciudades sobre la base de un espacio de solidaridad ampliada, paz y democracia que pretende estructurar una imagen integrada, diferencial e internacional definida en el marco de tales procesos.

Ante el reconocimiento de la funcionalidad de estos canales de cooperación, las autoridades locales demandan el establecimiento de una institucionalización específica en el marco del proceso de

integración regional, con la pretensión de representar así los intereses ciudadanos de forma más eficiente ante el propio proceso de integración al cual se asiste.

A su vez, como todo proceso que se retroalimenta por medio de una lógica de recursividad organizacional<sup>2</sup>, las redes de ciudades se convierten en actores dinámicos que favorecen y sustentan “desde abajo” al propio proceso de integración regional, logrando identificar los intereses expresados por la ciudadanía local con las propuestas de la integración regional en el nivel macro.

Se asiste así a una suerte de recuperación del territorio<sup>3</sup> que pone de relieve la competitividad territorial<sup>4</sup> a través de las nuevas redes de ciudades y, en el marco de los procesos de integración regional, al interior de un sistema económico internacional globalizado de conocida naturaleza competitiva<sup>5</sup>.

Como se ha sostenido: “La globalización contiene en sí misma una forma tan envolvente que nos obliga a reformular los procesos y las relaciones de acuerdo con la evolución de la economía mundial; los Estados-Nación han emprendido acciones colectivas que han reducido la respectiva capacidad de intervenir en la propia economía para proteger o promover los agentes económicos internos, las economías nacionales dependen de la performance y de la competitividad de sus economías urbanas (...) y la responsabilidad de aquellas políticas que pueden relanzar la competitividad urbana han sido devueltas a las ciudades y las regiones urbanas” (Kresl, 2005, p. 2).

Desde esta perspectiva, es importante destacar que este “pretendido mundo globalizado” totalmente dominado por las economías de mercado, lejos de engendrar efectos de homogeneización o uniformación, engendra procesos de fragmentación, dispersión y asimetrías crecientes. A semejanza de la integración regional que surge como respuesta para enfrentar los retos internacionales de la globalización, la integración de las ciudades pretende dar respuesta a esta fragmentación/dispersión recuperando el rol económico de los territorios, la convivencia social y el hogar terrenal del hombre.

Las ciudades son hoy el escenario ideal para los nuevos procesos de re-territorialización y no de des-territorialización como se ha pretendido justificar desde los centros de poder (Haesbaert, 2004). En este orden de ideas, las profundas desigualdades interregionales al interior de los países,



la emergencia de ciudades y regiones de preeminencia global y la crisis del Estado-Nación, son algunos de los fenómenos que están en el origen de la re-territorialización (Moncayo Jiménez, 2002)<sup>6</sup>.

Las ciudades pueden influir positivamente en los procesos de integración aportando una mirada local y a partir de este marco generar externalidades sobre otros procesos globales, ya que son las ciudades y sus ciudadanos quienes “viven” y “conviven” en forma directa con tales procesos, soportando los diferentes impactos y formulando perspectivas de futuro.

Por ejemplo, uno de los principales problemas que presenta el MERCOSUR es la distancia que existe entre los centros de planificación y ejecución de las diferentes medidas de política pública llevadas a cabo por los gobiernos nacionales y los habitantes de las ciudades que son objeto de dichas decisiones; por ello se hace necesario comprender cómo operan las decisiones tomadas desde un punto de vista macro sobre los niveles y autoridades locales. Las ciudades no pueden permanecer ajenas de los bloques ya que en ellas encuentran mayor repercusión las medidas regionales.

Así las cosas, sostenemos preliminarmente que la experiencia de la cooperación internacional entre gobiernos subnacionales, particularmente bajo el trabajo en red, no sólo fortalece el propio proceso de integración regional sino que también redonda en una oportunidad en materia de formulación de nuevas políticas públicas.

## Conceptos preliminares

Una aproximación al estudio de la dinámica de la cooperación entre unidades subnacionales en el marco de los procesos de integración regional requiere definir, en primer lugar, los conceptos de ciudad y de municipio. Según la Real Academia Española, la ciudad es el “espacio geográfico, cuya población, generalmente numerosa, se dedica en su mayor parte a actividades no agrícolas”. Encontramos aquí una definición que recoge la idea de urbanidad vinculada a la producción industrial y de servicios. Por su parte, en términos político-administrativos, el municipio es entendido como un “conjunto de habitantes de un mismo término jurisdiccional, regido por un ayuntamiento”. El presente trabajo nos exige in-

tegrar ambas definiciones pues la idea de ciudad<sup>7</sup> lleva consigo su dimensión económica, en tanto que la idea de municipio su dimensión política y, ambas se conjugan sobre la base geográfico-espacial del territorio<sup>8</sup>.

De todas formas, debe tenerse en cuenta que si bien la ciudad puede constituir un espacio de convivencia básico y elemental con una implementación casi universal, no puede desconocerse que en torno al concepto de ciudad se encierran realidades muy diversas, desde las grandes metrópolis hasta los pequeños pueblos rurales. En este sentido, “la definición particular de la ciudad como unidad de análisis económico determina la forma de abordar la relación entre urbanización e industrialización. Las alternativas giran en torno de dos posibilidades extremas: o bien la ciudad es un simple escenario, neutral y ascético, donde se despliegan los ‘hechos económicos’, o bien ella le asigna características particulares a estos mismos ‘hechos’ exigiendo sea definida la naturaleza de su intervención” (Cuervo y González, 1997, p. 7).

La ciudad es el escenario donde se despliegan los hechos económicos, y en cuanto escenario, imprime a estos hechos determinadas características identificables en el nivel sistémico. Como sintetizan Cuervo y González, “la ciudad es un bien colectivo compuesto, heterogéneo, producto de y escenario de interacciones complejas” (Cuervo y González, 1997, p. 7). En este orden de ideas, la ciudad debe ser entendida como componente de un todo complejo llamado espacio social, “como un ámbito particular de articulación de espacialidades diversas donde será necesario descifrar cuál de ellas desempeña un papel dominante y a través de cuáles mecanismos se logra una cierta cohesión” (Cuervo y González, 1997, p. 47). Como ha sostenido Merino Estrada: “Las ciudades ocupan posiciones en función de las cuales generan oportunidades de índole diversa, para sí mismas y para un amplio entorno” (Merino Estrada, 2004, p. 127). Esta generación de riqueza geográfica se extiende al sistema económico regional como al capitalismo global.

En relación con el actual proceso de globalización capitalista y dando particular relevancia a la relación capitalismo-ciudad, Jean Lojkin propone una definición específica sintetizada en la idea de ‘ciudad capitalista’, como “concentración de medios de consumo colectivos y de reproducción” (Lojkin, 1981, p. 124). Es por esto que, según el autor antes

mencionado, la urbanización es vista como una de las más importantes herramientas o mecanismos de cooperación de la sociedad capitalista global. *“En las sociedades capitalistas avanzadas, el proceso que estructura el espacio es el referente a la reproducción simple y ampliada de la fuerza de trabajo; el conjunto de las prácticas llamadas urbanas connotan la articulación del proceso con el conjunto de la estructura social”* (Castells, 1976, p. 280).

La urbanización, entendida como la vida en la ciudad, constituiría la globalidad misma hecha manifiesta bajo el sistema capitalista. Es así como la globalización, como estado actual de la concentración capitalista, encontraría su territorialidad en la forma de vida ciudadana determinada por la urbanización. Como han puesto de relieve Borja y Castells se necesita: *“renovar el papel específico de las ciudades en un mundo de urbanización generalizada, proponiendo la construcción de una relación dinámica y creativa entre lo local y lo global”* (Borja y Castells, 1997, p. 12).

Finalmente, la concepción de ciudad que subyace en el presente artículo se sintetiza en lo expresado por Borja: *“la ciudad es intercambio, comercio y cultura. No es solamente ‘urbs’, es decir, concentración física de personas y edificios. Es ‘civitas’, lugar del civismo, o participación en los quehaceres públicos. Es ‘polis’, lugar de política, de ejercicio de poder”* (Borja, 2002).

## La internacionalización de las ciudades desde la Historia de las Relaciones Internacionales

Históricamente los paradigmas referidos a las relaciones internacionales han elaborado sus supuestos sobre la base de la figura de los Estados. El “estado-centrismo” ha sido la característica principal del sistema internacional. Desde 1492 se habla de relaciones internacionales en la historia del sistema político internacional dado que, el descubrimiento de América, permitió tomar conciencia que la dimensión del globo era mucho más amplia y significativa en relación a cómo se la hubiera imaginado anteriormente.

Previo a 1492 se asistía a las denominadas “situaciones internacionales” en las que las autoridades locales tenían un rol significativo<sup>9</sup>. Podemos citar

las “Ciudades-Estado” durante la antigua Grecia, los Reinos de Taifas del Al Andalus<sup>10</sup> o, las “Ligas de Ciudades” como la Liga Hanséatica<sup>11</sup> o las *Repubbliche Marinare* (Benvenuti, 1989; Frugoni, 1958 y Gianfaldoni, 2001) durante el Medioevo<sup>12</sup>.

No obstante, es posible encontrar algunas excepciones históricas que demuestran el “poder de las ciudades” en épocas de relaciones internacionales tales como el estado de situación previo a la unificación de la *Repubblica Italiana* (1861-1870) o de la *Bundesrepublik Deutschland* (1871) en la segunda mitad del siglo XIX, en donde generalmente se observaba un fuerte fragmentación del poder alrededor de las grandes ciudades italianas o de los fuertes territorios alemanes.

Sin perjuicio de ello, la historia de las relaciones internacionales como ciencia se construye a partir de dos hechos históricos asociados a la idea de Estado. La Paz de Westfalia de 1648, tras la Guerra de los Treinta Años (1618-1648), sería la normalización de la idea de Estado Moderno, en tanto que la *Revolución Francesa* de 1789, sumaría a esta concepción la idea de Nación; determinando así la actual concepción sistémica de Estado-Nación.

Como destacara Sergio Fabbrini: *“Sobre el hecho que los Estados-Nación se hayan consustanciado territorialmente no puede haber duda. Ha sido su capacidad de controlar un territorio preciso, entre el siglo XIV y el siglo XVII, la que consintió al Estado de luchar contra sus ‘rivales’: las ligas y las Ciudades-Estado”* (Fabbrini, 2007; Spruyt, 1994). Complementando esta propuesta con la de Charles Tilly (1975, 1992), podríamos decir que la única forma con la que contaba el Estado-Nación para poder sobrevivir era “exportando” esa misma forma de organización política europea al resto del mundo, *vis-à-vis* favorecía la formación de un sistema de acumulación capitalista de alcance mundial en la propuesta de Giovanni Arrighi (1999).

Por tanto, se puede sostener que: *“El estudio de las relaciones internacionales se ocupa sobre todo de analizar y de explicar los tratos entre las comunidades políticas organizadas dentro de un territorio, es decir, entre los Estados. (...) debe tenerse en consideración los vínculos establecidos entre los pueblos y entre los individuos (...): el intercambio de productos y de servicios, las comunicaciones de ideas, el juego de las influencias recíprocas (...), las manifestaciones de simpatía o anti-*

patía. Pero reconoce que rara vez estas relaciones pueden disociarse de las que se han establecido entre los Estados (...). Reguladas por los Estados, se convierten en un elemento de negociación o de conflictos entre los gobiernos. Por tanto, es la acción de los Estados la que se encuentra en el centro de las relaciones internacionales” (Renouvin y Duroselle, 2000, p. 9).

En palabras de Krippendorff: “Hablar de ‘política internacional’ significa hablar de Estado. Parece una verdad sobreentendida que el Estado constituye el verdadero objeto de las relaciones internacionales, su ‘actor’ y ‘autor de las acciones’” (Krippendorff, 1993, p. 65). Poco es lo que se ha escrito hasta los años noventa del siglo veinte, sobre las ciudades y las autoridades locales como nuevos actores globales que han desembarcado en las relaciones internacionales actuales.

“Si bien es cierto que algunas ciudades y regiones han desempeñado en el pasado un papel importante en la escena mundial, o tienen una trayectoria en este sentido, la proyección internacional como concepto de la gestión local (con contenido, metas y espacio institucional propio) es un fenómeno que ha tendido a generalizarse recién en los últimos años” (Romero, 2004, p. 24).

Hasta la actualidad, las ciudades por sí mismas no habían desempeñado un papel relevante en la arena internacional debido a que las mismas habían estado monopolizadas por las decisiones de los Estados y de sus Cancillerías. “En los últimos años la mayor complejidad de las relaciones internacionales ante la emergencia de nuevos y más plurales actores, la generalización de procesos democráticos y descentralizadores en el mundo, el renacimiento de las dinámicas políticas y sociales de base territorial, y la generación de nuevas visiones sobre el desarrollo, llevaron a replantear los esquemas clásicos de cooperación internacional” (Romero, 2004, p. 19).

Las relaciones internacionales de las ciudades y la participación internacional y regional de las autoridades locales se convierten hoy en día en una novedosa herramienta de desarrollo para los procesos de integración y de regionalismo abierto<sup>13</sup>. Se parte entendiendo que, en el marco de los proyectos de integración regional, las ciudades buscan una nueva y propia forma de inserción al procurar estrechar lazos de cooperación para obtener mayores beneficios de los procesos de integración regional.

Esta nueva interrelación entre el territorio local y el espacio regional, pasa a constituirse en un elemento clave de la agenda local/regional ciudadana que incorpora un capítulo sobre la proyección internacional de las ciudades. De esta forma la ciudad se encuentra, en materia de política exterior, ante dos ejes de trabajo: el primero de ellos está dado por las iniciativas que descienden de la esfera de competencia del Estado nacional, es decir, aquellas que a través de la gestión política han podido ser receptadas por el municipio a partir de la articulación y la coordinación de éste con los Estados nacional y provincial. Como segundo eje, se encuentran las iniciativas locales producto de la descentralización, que constituyen una suerte de “política exterior de las ciudades” por propio reclamo.

Las principales áreas de acción en términos de internacionalización son el hermanamiento entre ciudades de diferentes países; la participación en organismos internacionales y en programas de cooperación internacional y de cooperación descentralizada; las giras comerciales; y por último, la vinculación con embajadas y la apertura de representaciones propias en el exterior.

En resumen, el estado actual del sistema internacional parece indicar que las opciones internacionales son más realizables sobre bases integradas y es, en este contexto, que subrayamos la importancia de aquello que algunos autores han dado en llamar la “diplomacia de las ciudades” o “paradiplomacia”, concibiendo con este concepto las relaciones exteriores de las unidades subnacionales; pero que también se reconoce sobre un proceso más amplio de internacionalización de las ciudades y dirigiéndose así sobre bases más profundas que la diplomacia *strictu sensu*.

## La internacionalización de las ciudades desde la Teoría de las Relaciones Internacionales

Varios son los debates que se han generado desde la Teoría de las Relaciones Internacionales con respecto a ésta nueva concepción ‘paradiplomática’ de las unidades subestatales y del rol de las ciudades en las relaciones internacionales contemporáneas<sup>14</sup>. Las ciudades tienen hoy un creciente prota-



gonismo en el nivel internacional; su presencia es aún considerada muy reciente desde la Historia de las Relaciones Internacionales; por lo cual el desarrollo y los debates teóricos para interpretar esta nueva realidad son todavía muy incipientes desde la propia ciencia.

En ésta nueva inserción global de actores político-jurisdiccionales “recién llegados” al mundo de la postguerra fría, la idea de Estado Nacional omnipotente pierde exclusividad, planteándose la necesidad de la formulación de nuevos paradigmas en las relaciones internacionales.

“El predominio de visiones estatocéntricas, fundamentalmente jurídicas y formales, centradas en el modelo westfaliano de vinculaciones externas de los Estados, ha contribuido a brindar un encuadre limitado de la naturaleza y orientaciones de la política mundial. Las perspectivas transnacionalistas desarrolladas a lo largo de la década del ‘70, que reconocieron la presencia de nuevos actores internacionales y la diversificación de los canales a partir de los cuales se tramitaban dichas relaciones en un contexto definido en términos de interdependencia, facilitó la emergencia de nuevas líneas de indagación que avanzaron en la exploración de distintos factores -entre otros aquellos vinculados a la naturaleza de los actores y de los procesos internacionales- que permitieran dar cuenta de lo que se percibía como un entramado que estaba adquiriendo contornos de alta complejidad” (Luna Pont, 2009, p. 51).

Se asiste a la valorización de nuevas escalas geográficas supranacionales y subnacionales, como ámbitos de interacción y de relaciones de poder (sobre la ruptura generalizada y exclusiva de la idea de Estado y de sociedad nacional), a partir de los nuevos conflictos que han surgido de entrecruzamientos y superposición de actores, espacios, situaciones y procesos tanto transnacionales como locales, lo que daría lugar a la definición de una nueva problemática que algunos autores ya han identificado como “interméstica”.

Los especialistas de las relaciones internacionales encontraron así bajo el término de “paradiplomacia” el marco conceptual para analizar, encuadrar y explicar este nuevo fenómeno de la participación internacional de las ciudades y otras unidades subestatales. Una definición general de

internacionalización de las unidades subnacionales hace referencia al “conjunto de actividades por las cuales las ciudades y regiones adquieren una dimensión internacional para sus políticas”<sup>15</sup>.

Aguirre Zabala (2001) señala que el origen de la paradiplomacia se puede encontrar en los escritos de Ivo Duchacek<sup>16</sup> y Panayotis Soldatos<sup>17</sup>, quienes conscientes de la necesidad de nuevos desarrollos teóricos dedican sus esfuerzos metodológicos a construir el concepto, basándose en los estudios de Keohane y Nye (1977) sobre la Interdependencia Compleja<sup>18</sup>. La paradiplomacia reflejaría así la toma de conciencia en el nivel subnacional de la interdependencia global.

Es en este contexto que Ivo Duchacek se expresa en el sentido que en el ámbito internacional no sólo se escuchaba la voz de los gobiernos centrales, sobre todo en el caso de los Estados Federales, sino también la de otros protagonistas como la oposición, las comunidades etnoterritoriales, los grupos de interés y las partes componentes de los estados (provincias, municipios, departamentos, regiones o sus equivalentes); de tal manera la política internacional resultaba una suerte de “polifonía” de voces multívocas. Ya en sus primeros estudios, Duchacek prestaba particular atención a los actores gubernamentales subnacionales, los que a la postre consideraría los entes “perforadores” de la soberanía estatal<sup>19</sup>.

Lo cierto es que el concepto de paradiplomacia es el que más ha tomado cuerpo para identificar esta realidad interméstica de las relaciones internacionales. Un autor ensaya la siguiente definición: “la paradiplomacia puede ser definida como la participación de los gobiernos no centrales en las relaciones internacionales, a través del establecimiento de contactos permanentes o ad hoc con entidades públicas o privadas extranjeras, con el propósito de promover diversos aspectos socioeconómicos o culturales, así como cualquier otra dimensión exterior de sus propias competencias constitucionales” (Cornago Prieto, 2001, p. 56).

La paradiplomacia puede verse como una suerte de democratización de la política exterior al contemplar las necesidades e intereses de los diferentes sectores al interior de un Estado, por ello algunos autores han hablado también de “diplomacia descentralizada” (Aguirre Zabala, 2001) y de “diplomacia multi-nivel” (Keating, 2001).

Tal como se presenta a continuación, la actividad paradiplomática reconoce una serie de rasgos característicos que, aunque no necesariamente generalizables a todas las experiencias existentes, permiten encuadrarla y diferenciarla como un tipo específico de actividad política internacional:

No busca necesariamente representar amplios intereses generales ni una cobertura completa de temas y problemas.

Presenta dificultades en la capacidad de los gobiernos subnacionales para imponer su definición de interés y perseguirlo en forma coherente y unificada, por lo cual tiende a tener alcance parcial.

Aun existiendo fuertes gobiernos descentralizados, ésta no puede simplemente establecer una línea que debe ser seguida por todos, sino que intenta reunir interlocutores independientes en torno de programas y temas específicos.

Cuenta con una dinámica interna conflictiva en torno de la definición del interés y acerca de la implementación de la política (especialmente en Estados plurinacionales con reivindicaciones de tipo nacionalista).

Está sujeta a fuertes condicionamientos institucionales como la necesidad de contar con estructuras, competencias y poder para operar internacionalmente, lo que da lugar a una enorme heterogeneidad de experiencias.

Tiende a comprometer actores privados y sociedad civil (partenariados publico-privados).

Está orientada hacia la 'baja política' (comercio, búsqueda de inversiones, promoción en el exterior, desarrollo, cultura, turismo, etc.).

La competencia entre los distintos niveles de gobierno afecta su efectividad.

La continuidad de la acción internacional en muchos casos depende de fuertes liderazgos, de la iniciativa de personas clave presentándose una baja institucionalización de las relaciones.

Necesidad constante de mostrar resultados como mecanismo legitimador.

De todas formas, debe destacarse que la "ausencia de un marco jurídico al respecto, puede llevar a excesos porque, simplemente, no hay límites a la acción paradiplomática. Es medular que el Estado central entienda la necesidad de definir claramente hasta dónde puede ejercerse la paradiplomacia sin perjudicar las prerrogativas que por necesidad ese Estado -central o federal- debe tener" (Zeraoui, 2007).

Los procesos de integración regional suelen brindar motivaciones específicas para el involucramiento y la participación internacional de las unidades subestatales a la vez que se constituyen en ámbitos específicos para su ejercicio. Dichos procesos regionales constituyen una importante vía de acceso a la paradiplomacia y en algunos casos, la primera vía. La paradiplomacia tiene perfiles diferentes dependiendo de la naturaleza del proceso de integración regional (Keating, 2001, p. 23).

Las ciudades, como actores subnacionales, encuentran una nueva realidad integrativa en la cual pueden desarrollar sus potencialidades, estableciendo a partir de la participación y asociación en redes la posibilidad de alcanzar nuevos objetivos y dar respuesta a problemáticas específicas dadas. El nuevo espacio generado por el proceso de integración ofrece a los municipios una nueva realidad institucional en la cual se puede realizar nuevas y diferentes estrategias de lobbying a los efectos de poder captar ciertos recursos para satisfacer las necesidades internas de cada unidad subestatal.

## **Cooperación internacional entre ciudades desde una perspectiva operativa**

Distintas han sido las modalidades que han elegido las autoridades locales para favorecer el trabajo mancomunado: el hermanamiento, la participación conjunta en organismos internacionales o el establecimiento de redes de ciudades que, en principio, persiguen fortalecer los lazos de amistad y de cooperación.

La cooperación no es un fin en sí mismo sino un medio para la consecución de otros objetivos superiores. Sin lugar a dudas, las ciudades recurren a la opción de política internacional de cooperación e integración en la búsqueda de dar respuestas a

necesidades y problemáticas no resueltas (o resueltas deficientemente) por el accionar de los Estados nacionales. La creciente autonomía permite a las ciudades utilizar la cooperación a los efectos de satisfacer los requerimientos de desarrollo local como así también de favorecer la búsqueda y el hallazgo de soluciones compartidas, coordinadas y consensuadas para prevenir, enfrentar y combatir problemas comunes.

El hermanamiento, considerado la forma básica de relación entre ciudades, está dirigido a crear vínculos que van desde el intercambio de ideas y conocimiento de las respectivas culturas hasta la puesta en marcha de programas cooperativos y de proyectos de negocios conjuntos<sup>20</sup>.

El hermanamiento es un proceso impulsado por las autoridades locales dirigido a promover el conocimiento mutuo y el fortalecimiento de los vínculos entre ciudades de diferentes países, con el propósito de intercambiar experiencias y conocimientos para el progreso de las comunidades locales mediante la realización de proyectos conjuntos. En muchos casos las ciudades presentan características similares, intereses compartidos u objetivos complementarios.

Los principales ejes de los hermanamientos lo constituyen la cultura, el patrimonio urbano, la educación, el deporte, el turismo, el intercambio de experiencias en la gestión local de los servicios públicos, la cooperación científico-tecnológica, la promoción comercial y la transferencia de *best practices* de desarrollo económico local, entre otros ítems. Asimismo, los proyectos de hermanamiento también se han visto favorecidos por los procesos de integración regional debido a que los mismos crean una red de acuerdos explícitos e implícitos sobre los cuales construir y compartir principios e ideas que se pretenden "replicables" en los territorios hermanos.

El camino emprendido no está exento de obstáculos y dificultades. La cooperación requiere de esfuerzos activos para adaptar políticas y satisfacer las demandas, puesto que no basta el hecho de considerar los intereses comunes sino además, poder concretar objetivos mutuamente beneficiosos y realizables en el corto-mediano plazo. Bajo esta realidad la ciudad se enfrenta a lo que un autor dio en llamar un "juego de doble nivel" (Putnam, 1996),

constituido por la interrelación entre la política nacional y la política exterior, dando lugar a una dinámica de negociación y búsqueda de consenso en el nivel nacional-local e internacional conjuntamente.

La participación directa de las ciudades en el sistema de cooperación internacional, facilitada y favorecida a través de la cooperación descentralizada y, la constitución de redes de ciudades se presentan como dos de los mecanismos de internacionalización más utilizados por las ciudades.

La cooperación descentralizada ha sido definida como "*un nuevo enfoque en las relaciones de cooperación que busca establecer relaciones directas con los órganos de representación local y estimular sus propias capacidades de proyectar y llevar a cabo iniciativas de desarrollo con la participación directa de los grupos de población interesados, tomando en consideración sus intereses y sus puntos de vista sobre el desarrollo*" (Comisión Europea, 1992).

Resulta importante destacar que en el proceso de cooperación descentralizada no participan las administraciones centrales de cada Estado sino, los niveles de administración y gobiernos considerados de menor grado, pero con la suficiente autonomía para la toma de decisiones en la materia en cuestión.

La cooperación descentralizada ha sido un elemento clave para potenciar la identificación y complementariedad de intereses comunes a los efectos de diseñar acciones en red de desarrollo local, entendiendo las redes como sistemas de relaciones y de flujos de información que facilitan la creación de sinergias en pos de un proyecto común con beneficios para todos los integrantes de la red.

El formato jerárquico y piramidal de trabajo es reemplazado por un modelo de interdependencia y complementariedad entre las unidades miembros de la red. La experiencia de trabajo horizontal, permite identificar intereses y problemas compartidos así como el trazado de líneas estratégicas de acción conjunta. En cuanto a la naturaleza multicéntrica de las redes, se considera que la misma favorece la participación y la acción concertada de las partes constitutivas<sup>21</sup>.

En este contexto, la cooperación descentralizada estimula la participación de las ciudades en el campo de las relaciones internacionales. Refuerza



la paradiplomacia, a la vez que es impulsada por ésta en un proceso de recursividad organizacional. Al reafirmar lo local a través de su internacionalización, se consolida la acción de los gobiernos no centrales en el concierto nacional y fortalece en diversos grados su capacidad negociadora frente a los niveles mayores de gobierno.

De esta forma, se puede concebir a las redes de ciudades como mecanismos que acompañan y fortalecen los procesos de integración regional. En el componente institucional, el desafío futuro es posibilitar una mayor participación de nuevos actores como herramienta relevante para consolidar las perspectivas de la integración regional en todos los segmentos sociales<sup>22</sup>.

Desde la cooperación descentralizada se debe favorecer un diagnóstico de las potencialidades de las diferentes ciudades, asistir la vinculación con otros municipios – bajo sus diversas formas – a los efectos de diseñar estrategias de participación e intervención conjuntas y estimular el intercambio de *best practices* para ayudar a posicionar la temática de las realidades locales en la agenda interna de cada Estado así como también en la propia agenda internacional.

El *cuasi* inexistente desarrollo en el nivel municipal de departamentos de cooperación o vinculación internacional, la carencia de recursos, la falta de capacitación del personal y la falta de conciencia respecto a la importancia de las relaciones internacionales entre el funcionariado municipal, conforman una serie de dificultades por las que atraviesa la diplomacia de las ciudades.

Asimismo, en el nivel nacional existe una gran reticencia por parte de las viejas estructuras para dar paso a las nuevas propuestas de internacionalización. La “vieja estructura” no toma en cuenta el surgimiento de un nuevo espacio destinado a las ciudades y a los municipios tendientes a optimizar su margen de acción y de toma de decisión para la satisfacción de las necesidades locales.

Por último, en el nivel internacional, las “organizaciones de ciudades” encuentran amplias dificultades para ser reconocidas y aceptadas como sujeto de Derecho Internacional Público, toda vez que las únicas organizaciones que poseen personalidad jurídica internacional son las conformadas por los Estados-Nación (también llamadas gubernamentales)<sup>23</sup>.

Como se ha sostenido sobre este punto, “lo cierto es que la dinámica generada por la actividad internacional de los gobiernos no centrales induce a una reflexión sobre sus límites y posibilidades. Las restricciones más comúnmente invocadas son de naturaleza jurídica y atañen tanto al hecho que los gobiernos subestatales no son reconocidos como miembros plenos de derecho internacional (aunque actúen en él)” (Romero, 2004, p. 30).

La importancia del debate actual sobre el reconocimiento internacional de los tratados y organizaciones firmados por las ciudades queda manifiesta a partir que es una “cuestión bastante actual discutida en el Derecho Internacional, (...), consistente en la posibilidad que los entes no centrales celebren tratados y actos internacionales, en particular, estados parte o municipios de un Estado Federal. La doctrina más tradicional entiende que a excepción de las organizaciones internacionales, apenas los Estados soberanos, a razón de su cualidad de sujeto de Derecho de Gentes, poseen capacidad para celebrar tratados, típica manifestación de voluntad de su personalidad jurídica internacional. Algunas constituciones de Estados federados excluyen totalmente cualquier posibilidad de celebración de actos internacionales por parte de los entes federados. Otras reconocen expresamente el *ius tractuum* de las entidades subestatales” (Castelo Branco, 2007, p. 51).

Finalmente, cabría analizar la posibilidad que una nueva generación de normas de Derecho Internacional Público contemplara al ente local como sujeto, cuyo actual accionar en la arena internacional demanda un espacio de reconocimiento en sentido amplio.

## Las ciudades en la integración regional

Aunque el Estado-Nación conserva la primacía, ya no es el actor único y hegemónico en las relaciones internacionales. Comienzan así a tomar fuerza nuevas instancias territoriales, de nivel supranacional y subnacional, que poco a poco van logrando un rol propio en el escenario internacional. Escenario que algunos autores han identificado como *postwestfaliano* (Zacher, 1992; Vigevani et. al., 2004).

Así las cosas, a los efectos de reconocer los márgenes de actuación de las ciudades en el ámbito de los procesos de la integración regional, debemos retomar el doble aspecto geográfico-económico y,

político-administrativo. Las ciudades, como actores subnacionales, encuentran una nueva realidad de integración en la cual favorecer el desarrollo de sus potencialidades, estableciéndose a partir de su participación y asociación en redes de trabajo, la posibilidad de alcanzar nuevos objetivos y dar respuesta a problemáticas específicas<sup>24</sup>.

El nuevo espacio generado por los procesos de integración regional ofrece a las ciudades una nueva realidad institucional en la cual se pueden realizar diferentes estrategias de *lobbying* a efectos de captar ciertos recursos económicos y no económicos para satisfacer las necesidades internas de cada unidad subestatal.

Los *lobbistas* pretenden influir generalmente sobre el poder legislativo y el poder ejecutivo en pos de favorecer sus intereses privados. Los *lobbistas*, en algunos casos, suelen representar a las diferentes demandas de la ciudadanía, y trabajan sobre lo que se denomina *responsiveness* de los gobiernos democráticos, es decir, la responsabilidad de ser un gobierno receptivo y sensible a las demandas y preferencias expresadas por la ciudadanía. En algunos países como los Estados Unidos, el *lobby* se encuentra legalizado, no siendo el caso de los países de la comunidad iberoamericana.

En el contexto de la integración regional, tanto las diferentes regiones como las redes de ciudades han presionado –en el sentido de hacer *lobby*– sobre las instituciones comunitarias<sup>25</sup> o de la integración<sup>26</sup> a los efectos de obtener beneficios específicos para resolver los problemas comunes.

Bajo la forma de trabajo en red cada ciudad forma parte de un sistema en el cual existen problemas que no pueden ser solucionados por un mismo municipio de forma excluyente. Así el principio de la cooperación entre las partes se hace presente partiendo del trabajo bajo la modalidad de foro y cuyas conclusiones se intentan aplicar sobre las realidades locales compartidas. El trabajo en red favorece la replicabilidad de las propuestas.

La articulación en forma de red favorece el *lobbying* aún frente a terceras estructuras, la transmisión de información y el intercambio de experiencias así como la inserción en espacios de actuaciones institucionales superiores *vis-à-vis* se estimula y produce la consolidación de los territorios de origen. Las redes de ciudades constituyen

un ejemplo de “glocalización”<sup>27</sup> en el ámbito de la integración regional.

Las ciudades en la integración regional conllevan un proceso centrífugo de fortalecimiento en el sentido que una mayor integración en el nivel micro implica, necesariamente, una mayor integración en el nivel macro y debería darse también el proceso inverso, en sentido centrípeto, dado que un mayor fortalecimiento en el nivel macro-integracional debería fortalecer la dimensión subestatal debido a la recursividad organizacional del propio sistema.

En cuanto a la fundamentación de los nuevos procesos y el rol del municipio no se debe olvidar que éste “es el educador cívico por excelencia y a partir del cual es factible instalar en la base social una ‘conciencia macro-regional’ de modo que se convierta en el agente decodificador para el hombre común del para qué, del por qué y del para quién la integración regional del Cono Sur” (Saavedra, 1998, p. 178). De esta forma, el fortalecimiento del tejido institucional local no hace más que dar consistencia a las capas institucionales superiores nacionales y regionales, recreando mayores escenarios de estabilidad institucional para todo el tejido societal de la región.

## Una apuesta a la *governance* multinivel

Finalmente, ¿para qué la articulación de las ciudades al interior de los procesos de integración regional? La integración subnacional es necesaria para generar *governance* territorial. Por ello, ha sido necesario repasar la relación entre las ciudades y sus diferentes formas de articulación con miras a estimular la generación de nuevos espacios o escalas de *governance* multinivel.

Sabido es que la mayoría de los países se caracterizan por amplios y variados desequilibrios territoriales a los que, en principio, ha sido muy difícil poner fin desde las estructuras centrales de los Estados-Nación. En este sentido, la articulación de nuevas escalas de *governance* puede contribuir fuertemente a la generación de equilibrios territoriales y de nuevas estrategias de desarrollo.

La *governance* se entiende como la capacidad o el proceso continuo mediante el cual diferentes intereses, muchas veces contrapuestos, logran ser

reacomodados y constituirse en una estrategia operativa. Esto incluye la participación de instituciones formales y regímenes autorizados, así como los arreglos informales que los ciudadanos y las instituciones han convenido o perciben conveniente para la realización de un determinado interés.

Dentro de los procesos de *governance*, la descentralización se ha convertido en un elemento articulador clave, pues mediante la misma debe lograrse que la ciudadanía aprenda a cómo gobernarse a sí misma. Como se ha sostenido: “*hoy (...) el concepto de ciudadanía se define como opuesto al de exclusión social de manera que, (...) se dibuja la necesidad de un proceso económico y social de carácter incluyente, de una ciudadanía posneoliberal. En este proyecto político de una ciudadanía emancipatoria se recuperan y conjugan dos conceptos centrales (...) la democracia y el desarrollo, ya que la posibilidad de una ciudadanía de los excluidos equivale a la posibilidad de una apertura del espacio público democrático a las problemáticas de un desarrollo inclusivo*” (Nosetto y Pisello, 2006, p. 178).

El establecimiento de institucionales locales que promuevan la participación de la ciudadanía en los mecanismos de toma de decisión, potencia activamente la misma a efectos de abordar la política local y la economía del desarrollo en pos de poder pasar de un estado de *local government* a un estado de *local governance*. El resultado de la *governance* puede ser la creación o no de instituciones formales, no obstante ello lo importante es que la ciudadanía se sienta conforme con el resultado alcanzado; y que mediante procesos participativos, aprenda a gobernarse a sí misma, abandonando las típicas y pasivas estructuras de *government* y pasando a las nuevas y activas escalas de *governance*.

Por ejemplo, la Red de Mercociudades, como articuladora de las unidades locales del MERCOSUR y a través de su trabajo en distintas unidades temáticas<sup>28</sup>, puede contribuir a la “mercurización” de las políticas públicas de las ciudades y, a partir de un proceso de tipo *bottom up*, elevar desde lo local a lo nacional, el nivel de “mercurización” de las políticas públicas, generando así una estructura de *governance multi-level* “mercurizada”.

En resumen, la *governance* multinivel contribuye a reforzar tanto la descentralización local como así también el proceso de integración regional por me-

dio de la recursividad organizacional que la misma comporta.

## Reflexiones finales

Las ciudades buscan incorporarse a los sistemas de integración regional a partir del trabajo en red y la estructuración de redes de ciudades. Ellas mismas pretenden desarrollar respuestas al proceso de globalización a partir de la dinamización de su papel económico y de desarrollo local. El establecimiento de canales específicos de cooperación internacional, particularmente a través de la cooperación descentralizada entre ciudades, pretende estimular la acción internacional de las mismas con el objetivo de construir el desarrollo desde una perspectiva *bottom up*.

Actualmente, las ciudades y las redes de ciudades son las estructuras consideradas clave para lo que se ha denominado la “integración hacia dentro” y la “integración hacia afuera”; favoreciendo así una integración articulada de los territorios tanto en los niveles subnacional y nacional como en el nivel regional.

Las ciudades en la integración regional conllevan un proceso centrífugo de fortalecimiento en el sentido que una mayor integración en el nivel micro implica necesariamente una mayor integración en el nivel macro y debería darse también el proceso inverso, en un sentido centrípeto, dado que un mayor fortalecimiento en el nivel macro-regional debe fortalecer la dimensión subnacional-local debido a la recursividad organizacional del propio sistema.

La complementariedad de procesos y la recursividad organizacional estimulan la creación de las diferentes escalas que forman parte de la *governance* multinivel con mayor participación posible de la sociedad civil en las decisiones públicas con el objetivo de diseñar, desarrollar e implementar eficaces y eficientes políticas públicas.

## NOTAS

<sup>1</sup> Una versión anterior del presente artículo fue publicado en Martín López y Oddone, 2009, pp. 223-241.

<sup>2</sup> Con el concepto de recursividad organizacional se considera que los productos y los efectos son al mismo tiempo causa y efecto de aquello que los produce. Esta tesis derrumba la causalidad lineal propia del positivismo. Su valor epistemológico a los efectos de una investigación de esta naturaleza, está dado por el hecho de que provee un soporte a la interpretación hermenéutico-dialéctica

del proceso de desarrollo entre las redes de ciudades y la integración regional a través de una serie de interacciones específicas. Un autor menciona que: "Morin enuncia tres principios que pueden ayudarnos a pensar la complejidad. El primero es el principio dialógico, que asocia una doble lógica a dos términos a la vez complementarios y antagonistas, que se asocian para producir asociación y complejidad –por ejemplo, cuerpo/mente. El segundo principio es el de recursividad organizacional, según el cual causas y efectos se unen en una cadena productora y producida, como los individuos productores de la sociedad que los genera. El tercer principio es hologramático, contenido en la mencionada reflexión de Pascal, que todo está en la parte y está en el todo" (Egaña, 2004, p. 60).

<sup>3</sup> Como han sostenido Borja y Castells: "La ciudad toma un nuevo papel en el desarrollo global, convirtiéndose en uno de los actores primordiales en la recuperación económica del territorio" (Borja y Castells, 1997, p. 319).

<sup>4</sup> Se destaca aquí el enfoque de la "competitividad sistémica territorial" ya que los territorios constituyen una matriz organizativa de cuatro niveles: macro, micro, meso y meta, de diferentes variables que inciden sobre la capacidad de enfrentar la reestructuración productiva y el desarrollo local, como son: la introducción de innovaciones en el sistema productivo local; la formación de recursos humanos según las necesidades detectadas en el sistema productivo local; la capacidad innovadora y emprendedora de las empresas locales; la flexibilidad de las organizaciones institucionales locales y el funcionamiento de redes locales de actores públicos y privados dentro de una estrategia de desarrollo territorial (Albuquerque, 2005; Esser et al., 1996).

<sup>5</sup> Immanuel Wallerstein acuñó el concepto de 'economía-mundo'. Este identifica al sistema mundo capitalista como una economía mundo capitalista, que abarca un único espacio social que se extiende progresivamente. Su dinámica de desarrollo es un proceso de 'autoinclusión'. En una primera etapa, el sistema capitalista funcionó en el reducido campo de la economía, pero para transformarse en un sistema social es que debía dar origen a la formación de un sistema de Estados debido a que éstos podían asegurar la división internacional del trabajo; pero al mismo tiempo la existencia de esta pluralidad de unidades político-estatales al interior de la economía mundo capitalista impedía la transformación del sistema en un Imperio-Mundo (Wallerstein, 1991). La propuesta del sistema-mundo define la economía global como una división continua del trabajo entre los Estados. La socióloga Saskia Sassen ha criticado la propuesta wallersteiniana pues "hoy en día la diferenciación entre el centro y la periferia no pasa tanto por la diferenciación entre los procesos de producción o las posiciones en los procesos de producción, sino más bien por una diferenciación funcional que atraviesa las espacialidades predeterminadas en el trabajo de Wallerstein. Cuando define la economía mundial básicamente como una red de relaciones entre Estados territoriales, Wallerstein anula la posibilidad de conceptualizar la globalización como algo más que la mera expansión de la economía global para incorporar nuevos territorios. En su análisis, se vuelve invisible la posibilidad de una reconstrucción de la espacialidad del capitalismo global" (Sassen, 2007, p. 74).

<sup>6</sup> De igual forma los nuevos debates sobre la integración y cooperación transfronteriza ponen de relieve la importancia de los procesos de re-territorialización y su relación con la integración física regional. Desde esta perspectiva es menester reconocer los fenómenos que han contribuido al desarrollo de la cooperación transfronteriza en América Latina, entre los que se destacan la renovada importancia de las propuestas de integración física regional a partir del diseño de ejes y corredores bi-oceánicos, los procesos de descentralización que han generado una mayor autonomía de los gobiernos subestatales en su accionar internacional tanto individual como grupal y, el proceso de territorialización (o re-territorialización para algunos autores) de la economía que está definiendo el surgimiento de una nueva geografía económica, entre otros factores.

<sup>7</sup> En adelante, "ciudad" o "municipio" indistintamente.

<sup>8</sup> Según lo indicado por un autor: "El municipio tiene una relación de especial intensidad con el territorio, como elemento físico que lo sustenta. El territorio es elemento esencial que identifica y limita, pero siempre en relación con otro elemento esencial: la población (...). El territorio limita, por cuanto el municipio sólo puede ejercer competencias sobre un ámbito espacial convencionalmente determinado" (Merino Estrada, 2004, p. 126).

<sup>9</sup> En el ámbito de las situaciones internacionales, se puede recordar la clásica obra de Tucídides y su "Guerra del Peloponeso", en la que los pueblos y las ciudades eran los protagonistas de tales situaciones.

<sup>10</sup> Según González Ferrín fue precisamente en esas ciudades independientes de Al Andalus donde se produjo lo que llama "el primer renacimiento", previo incluso al italiano, que también tuvo como protagonista a un grupo de Ciudades-Estado. Cuando los Almorávides (en 1086) y los Almohades (de 1145 hasta su derrota en 1212) unifican Al Andalus sometiendo temporalmente las Taifas, lo que se produce es, en realidad, una decadencia cultural, económica y política (González Ferrín, 2007).

<sup>11</sup> En la Edad Media, las ciudades comerciales del norte de Alemania se asociaron con el fin de proteger sus intereses y formaron la Liga Hanseática o Hansa Teutónica (1158-1161). Si bien se ha discutido mucho sobre el significado de la palabra Hansa, se ha convenido en identificarla como "gremio de comerciantes". La creación de la Liga tuvo su punto de partida en la fundación de la ciudad de Lübeck, en 1158, impulsada por el conde de Holstein, deseo de poblar su territorio con un asentamiento abierto a las rutas comerciales del Báltico. Pero la

fecha efectiva del nacimiento de la Hansa fue el año 1161, cuando los mercaderes alemanes que frecuentaban la isla de Gotland, el mayor centro comercial de la zona, hicieron un pacto de mutua solidaridad y eligieron a un Anciano (Olderman) al que otorgaron poderes y el transporte de determinados productos entre Oriente y Occidente. La misma posición geográfica de las ciudades sugiere este papel mediador entre el Este y el Oeste jurisdiccionales. Este gremio llegó a estar constituido por más de 100 ciudades, que en su conjunto ocupaban un radio de 500 km<sup>2</sup>, y poseían colonias de comerciantes extendidas por los Países Bajos, Inglaterra y zonas del Mar Báltico. El centro de reunión y decisión se encontraba en Lübeck. El máximo apogeo de la liga fue en el siglo XIV, pudiendo identificar los siguientes elementos favorecedores del comercio intra y extraeuropeo, en el marco del expansionismo propio de la mentalidad germánica. La Hansa fundó una red comercial con leyes y bandera propia. Estableció factorías privilegiadas en Brujas, Bergen, Novgorod y Londres. Su situación geográfica le permitió controlar el tráfico de mercancías entre el mar Báltico, el norte de Europa y Rusia; estableciendo, a su vez, intensas redes diplomáticas. Asimismo la red hanseática cooperó con los grandes imperios comerciales del Mediterráneo transportando sus mercancías por tierra, por los territorios del centro de Europa, y por mar, por el estrecho de Gibraltar, constituyendo así un mercado europeo verdaderamente integrado. Para un profundo estudio de la Liga Hanseática, véase Spruyt, 1994.

<sup>12</sup> Véase Granato y Oddone, 2009, pp. 53-81.

<sup>13</sup> Tenemos dicho que: "El nuevo regionalismo, también hoy conocido como regionalismo abierto, se caracteriza por el apoyo a la reforma estructural y al proceso de liberalización; los esfuerzos por mitigar el desvío de comercio reafirmando la idea del 'spaghetti bowl phenomenon'; la concreción de acuerdos más profundos; el crecimiento de las relaciones Norte-Sur; la adecuación de los mecanismos de resolución de disputas y de reglas acordadas con la OMC y, por último, la cooperación más allá del comercio (infraestructura, paz y democracia)" (Granato y Oddone, 2008b, p. 19).

<sup>14</sup> Véase al respecto Martín López y Oddone, 2009.

<sup>15</sup> Para profundizar este punto, véase Hernández Ferreiro e Illán Sailer, 2007.

<sup>16</sup> Véase al respecto Duchacek, 1986.

<sup>17</sup> Véase al respecto Soldatos, 1990.

<sup>18</sup> Como sostiene una autora: "Es inevitable la referencia a la teoría de la interdependencia compleja de Keohane y Nye, quienes cuestionaron el modelo de actor unitario, reconociendo que la política internacional transcurría cada vez más en un mundo caracterizado por rasgos de interdependencia y alta heterogeneidad reflejada en patrones de relaciones formales e informales de tipo interestatal, transgubernamental y transnacional, cada una de ellas involucrando actores de distinta naturaleza e implicando dinámicas particulares en múltiples direcciones. Por otra parte, por la vía del reconocimiento de la incidencia de las relaciones transgubernamentales -redes de relaciones entre burocracias gubernamentales encargadas de tareas similares- se introducía una línea de abordaje del papel de actores gubernamentales domésticos -que comprende entre otros a las unidades subnacionales, si bien las referencias específicas a las mismas son menores- particularmente en el marco de coaliciones transgubernamentales sobre políticas específicas, en la que se explora en particular su capacidad de impacto sobre la definición del 'interés nacional' y las posiciones 'nacionales', en la conformación de la agenda y en las estrategias de vinculación de temas, todas ellas cuestiones altamente ponderadas en función de las necesidades de manejo de la interdependencia por parte de los Estados. Atin cuando Keohane y Nye no trataron específicamente el tema desde la perspectiva de la comprensión de la naturaleza de la acción internacional de las unidades subnacionales, contribuyeron a la apertura de la perspectiva disciplinar hacia nuevos capítulos y problemas resultantes de la interacción de actores de distinta naturaleza en un escenario internacional cada vez más transnacionalizado y en cambio" (Luna Pont, 2009, p. 52).

<sup>19</sup> Véase Duchacek et al., 1988.

<sup>20</sup> Los proyectos de hermanamiento comenzaron aproximadamente en 1956 en los Estados Unidos. El entonces presidente Dwight Eisenhower concibió que la mejor forma de prevenir y evitar las guerras era a partir del conocimiento común entre la gente de los distintos pueblos y países, lo que lo llevó a impulsar el proyecto denominado "Ciudades Hermanas". Esta práctica de tipo *top down* rápidamente se generalizó entre las ciudades del mundo materializándose desde una perspectiva *bottom up*.

<sup>21</sup> En este sentido, el 8 de septiembre de 2003, en la ciudad de San Francisco de Quito (Ecuador), fue creada la Red Andina de Ciudades como resultado de la iniciativa de los Alcaldes de los Estados partes de la Comunidad Andina. Según consta en el primer considerando de la Declaración de Quito sobre la Creación de la Red Andina de Ciudades (2003), la Red se constituye "como instrumento válido para contar con el necesario apoyo mutuo y trabajo mancomunado que permita a los Municipios administrar eficientemente las urbes, mejorar las condiciones de vida de su población, luchar contra la pobreza, y construir sociedades locales competitivas en el mundo globalizado del siglo XXI".

<sup>22</sup> Desde 1995 la Red de Mercociudades impuso un reclamo sobre la participación efectiva de las ciudades en el proceso de toma de decisiones del MERCOSUR. En este sentido, la Declaración de Asunción de noviembre de 1995 reclamaba "el derecho de las ciudades a ejercer un papel activo y autónomo respecto a los



gobiernos nacionales, en las competencias relativas a la integración regional (...) y la formulación de un modelo integrado que se corresponda con la estructura institucional montada por el MERCOSUR y que torne posible, por tanto, la inserción del conjunto de las ciudades en el sistema regional". Por su parte, el Acta Fundacional de Mercociudades también retomaba este punto de vista al subrayar en el segundo y tercer punto, que la Red sería una "instancia intermunicipal a fin de lograr una participación activa ante los órganos del MERCOSUR", y que para ello, impulsaría "el reconocimiento de esta participación en la estructura regional, persiguiendo la co-decisión en las áreas de su competencia". Dicho reclamo se mantuvo vigente durante las Cumbres de Porto Alegre (1996), Córdoba (1997), Montevideo (1998) y Belo Horizonte (1999), hasta que en ocasión de la Cumbre de Rosario de 2000, el Grupo Mercado Común resuelve crear la Reunión Especializada de Municipios e Intendencias del MERCOSUR (REMI), que mantendrá su actividad hasta 2004, año en que, por decisión del Consejo Mercado Común, es sustituida por el Foro Consultivo de Municipios, Estados Federados, Provincias y Departamentos del MERCOSUR (FCCR).

<sup>23</sup> Determinar el ámbito de vigencia de un ordenamiento jurídico obliga a previamente saber cuáles son los entes que tienen capacidad para adquirir derechos y contraer obligaciones. En este sentido, es necesario entonces determinar los "sujetos" o "personas" o "personas" a los cuales el ordenamiento otorga capacidad jurídica. Ser "persona" en el Derecho Internacional Público, es tener aptitud para estar y actuar en la instancia internacional, aptitud reservada a los Estados y a sus organizaciones. Si bien a los individuos se les otorga personalidad jurídica internacional limitada, no sucede lo mismo con otros casos, tales como las organizaciones no gubernamentales o los entes subnacionales (Granato y Oddone, 2005, p. 136).

<sup>24</sup> Para algunos autores es una cuestión de proporcionalidad. El Estado es un instrumento para dar respuesta a las necesidades de una Nación. Pero la cuestión es que la Nación, y el Estado, su instrumento, se hacen demasiado pequeños para dar respuesta a ciertos problemas "globales", y demasiado grandes, para solucionar los "pequeños" problemas locales. Esta cuestión del binomio Nación-Estado podría enmarcarse dentro de lo que Anthony Giddens ha denominado "instituciones conchillas" o Ulrich Beck "instituciones zombies", instituciones de gestión pública que se han vuelto inadecuadas para las tareas que están llamadas a cumplir. En este sentido, y en relación con la participación de las ciudades en redes asociativas: "Las redes de ciudades se han presentado como un nuevo elemento o espacio para favorecer el proceso de fortalecimiento institucional de los procesos de integración en la relación local-regional-global a partir de la elaboración de nuevas estrategias de participación ciudadana y de la aplicación de una serie de nuevos principios para la gestión pública tales como la transparencia, la implementación de sistemas permanentes de evaluación y monitoreo así como de programas de calidad y mejora continua, entre otros" (Granato y Oddone, 2008a, p. 31).

<sup>25</sup> Respecto a la acción de lobby de las unidades subnacionales europeas sobre las instituciones comunitarias sugerimos la lectura de Brunazzo, 2005; Grazi, 2006 y Bolgherini, 2006.

<sup>26</sup> Con respecto al espacio de acción internacional que representa el MERCOSUR, se considera que este proceso de integración no sólo se desarrolla en el nivel estatal, sino también a partir de la existencia simultáneamente de otras fuerzas y movimientos que pueden contribuir a su consolidación desde los niveles inferiores o locales de gobierno. La complementariedad multinivel es un elemento clave para el fortalecimiento del MERCOSUR. El desempeño paradiplomático de las instancias subnacionales, a partir de la acción individual de las ciudades del MERCOSUR o de la acción concertada a partir del trabajo en redes de cooperación como la de Mercociudades, puede hacer posible la evolución del proceso de integración a otros niveles y, en forma paralela, otorgando un carácter más democrático en lo que respecta a la participación y a la toma de decisiones en la subregión. De esta forma la sincronía de la integración hacia adentro y de la integración hacia afuera se convierte en un elemento clave y dinamizador.

<sup>27</sup> "El término 'glocal' y el término 'glocalización' se forman combinando global y local hasta realizar el término compuesto" (Tulloch, 1991: 134). El concepto de 'glocalización' tiene la ventaja de prestar atención a la idea de espacio y a las diferencias socioculturales con respecto a la idea de tiempo y de homogenización poniendo al mismo tiempo énfasis sobre la condición global de algunos procesos. Lo local y lo global no se excluyen mutuamente, lo local tan sólo debe entenderse como un aspecto de lo global. Lo local es el ámbito donde se vive lo global. La 'glocalización' es, entonces, la globalización de lo propio" (Granato y Oddone, 2008a, p. 27).

<sup>28</sup> Las unidades temáticas se han ido creando a lo largo del proceso de fortalecimiento de la Red. En 1995 se habían previsto nueve unidades, registrándose al día de hoy trece unidades: Autonomía, Gestión y Financiamiento; Ciencia, Tecnología y Capacitación; Cultura; Desarrollo Económico Local; Desarrollo Social; Desarrollo Urbano; Educación; Género y Municipio; Ambiente y Desarrollo Sustentable; Planificación Estratégica; Turismo; Juventud y Seguridad Ciudadana. El artículo 28 del Estatuto Social de Mercociudades establece que tales unidades "constituyen instancias responsables por el desarrollo de temas específicos" de la Red.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIRRE ZABALA, Iñaki. ¿Qué sentido tiene hablar de paradiplomacia? Una encuesta intertextual entorno a un neologismo polisémico, in ALDECOA LUZARRAGA, F., KEATING, M. *Paradiplomacia: las relaciones internacionales de las regiones*. Madrid, Marcial Pons, pp., 2001.

ALBUQUERQUE, Francisco. "Los proyectos de integración productiva en el proceso de desarrollo territorial". Comunidad Virtual de Gobernabilidad, Desarrollo Humano e Institucional, mayo, 2005. Disponible en: <http://www.gobernabilidad.cl/modules.php?name=News&file=print&sid=839>

Benvenuti, Gino. *Le Repubbliche Marinare*. Amalfi, Pisa, Genova, Venezia. Roma, Newton & Compton Editori, 1989.

BOLGHERINI, Silvia. *Come le regioni diventano europee. Stile di governo e sfide comunitarie nell' Europa mediterranea*. Bologna, Il Mulino, 2006.

BORJA, Jordi, CASTELLS, Manuel. *Local y Global. La gestión de las ciudades en la era de la información*. Madrid, Taurus, 1997.

BORJA, Jordi. "La ciudad y la nueva ciudadanía". *Revista La Factoria*, n. 17, febrero-mayo, 2002. Disponible en: <http://www.lafactoriaweb.com/articulos/borja17.htm>

BRUNAZZO, Marco. *Le regioni italiane e l'Unione Europea. Accessi istituzionali e di politica pubblica*. Roma, Carocci, 2005.

CASTELLS, Manuel. *La cuestión urbana*. Barcelona, Siglo XXI Editores, 1976.

CASTELO BRANCO, Álvaro Chagas. "A paradiplomacia como forma de inserção internacional de unidades subnacionales". *Revista Prismas* vol. 4, n. 1, pp. 48-67, janeiro-julho, 2007.

Comisión Europea. *Cooperación Descentralizada: Objetivos y Métodos*. D. G. VIII. Bruselas, 1992.

CORNAGO PRIETO, Neto. *Diplomacia, paradiplomacia y redefinición de la seguridad mundial: dimensiones de conflicto y cooperación*, in ALDECOA LUZARRAGA, F., KEATING, M. *Paradiplomacia: las relaciones internacionales de las regiones*. Madrid, Marcial Pons, pp., 2001.

CUERVO, Luis Mauricio, GONZÁLEZ, Josefina. *Industria y ciudades en la era de la mundialización. Un enfoque socioespacial*. Bogotá, TM editores, Colciencias, 1997.

DUCHACEK, Ivo, LATOUCHE, Daniel, STEVENSON, Garth. *Perforated Sovereignities and International Relations: Trans-Sovereign Contacts of Subnational Governments*. New York, Greenwood Press, 1988.

DUCHACEK, Ivo. *The Territorial Dimension of Politics. Within, Among and Across Nations*. London, Westview Press, 1986.

EGAÑA, Carlos. Edgar Morin (1921). *La humanidad compleja*, in FERNÁNDEZ, M. *Nombres del Pensamiento Social*. Buenos Aires, Ediciones del Signo, pp. 55-75, 2004.

ESSER, Klaus et al. "Competitividad sistémica: nuevos desafíos para las empresas y la política". *Revista de la CEPAL* n. 59, pp. 39-52, agosto, 1996.

FABBRINI, Sergio. *Il processo d'integrazione europea: quali insegnamenti per le altre esperienze di aggregazione regionale*, mimeo, 2007.

FRUGONI, Arsenio. *Le Repubbliche Marinare*. Torino, ERI, 1958.

GIANFALDONI, Paolo. *Le antiche Repubbliche Marinare. Le origini, la storia, le regate*. Pisa, CLD, 2001.

GONZÁLEZ FERRÍN, Emilio. *Historia General de Al Andalus*. Córdoba, Almuzara, 2007.

GRANATO, Leonardo, ODDONE, Nahuel. "En torno al problema de la personalidad internacional del individuo". *Revista IMES Direito* ano VI, n. 11, pp. 133-158, julho-dezembro, 2005.

GRANATO, Leonardo, ODDONE, Nahuel. "Estado y sociedad en las relaciones internacionales contemporáneas. Evolución y transformaciones". *Revista Prismas-Direito, Políticas Públicas e Mundialização*- vol. 6, n. 1, pp. 53-81, janeiro-junho, 2009.

- GRANATO, Leonardo, ODDONE, Nahuel. El sistema internacional y la integración económica regional, in DURÁN SÁENZ, M., GRANATO, L., ODDONE, N. (comp.) Regionalismo y Globalización: Procesos de Integración Comparados. Buenos Aires, Editorial de la Universidad Abierta Interamericana, pp. 17-35, 2008b.
- GRANATO, Leonardo, ODDONE, Nahuel. Mercociudades, Red de Integración. Una nueva realidad en América Latina. Buenos Aires, Editorial Capital Intelectual, 2008a.
- GRAZI, Laura. L'Europa e le Città. La questione urbana nel processo di integrazione europea (1957-1999). Bologna, Il Mulino, 2006.
- HAESBAERT, Rogério da. O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" á multiterritorialidade. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2004.
- HERNÁNDEZ FERREIRO, Carlos, ILLÁN SAILER, José Carlos. La cooperación descentralizada y el fortalecimiento institucional de los gobiernos locales en el Norte y en el Sur, in Observatorio de Cooperación Descentralizada UE-AL. Montevideo, Observatorio de Cooperación Descentralizada UE-AL, pp. 150-169, 2007.
- KEATING, Michael. Regiones y asuntos internacionales: motivos, oportunidades y estrategias, in ALDECOA LUZARRAGA, F., KEATING, M. Paradiplomacia: las relaciones internacionales de las regiones. Madrid, Marcial Pons, pp., 2001.
- KRESL, Peter. La crescita delle economie urbane: la pianificazione strategica per il rilancio della competitività, in V Incontro Internazionale di Studi AISLO: Città e Sviluppo. Una nuova stagione del governo locale per contrastare il declino? Barletta, 27, 28 e 29 ottobre 2005.
- KRIPPENDORFF, Ekkehart. Las Relaciones Internacionales como ciencia. México D. F., Fondo de Cultura Económica, 1993.
- LOJKINE, Jane. El marxismo, el Estado y la cuestión urbana. México D. F., Siglo XXI Editores, 1981.
- LUNA PONT, Mariana. Perspectivas teórico-conceptuales de las ciudades y los poderes locales dentro de la dimensión subnacional en las Relaciones Internacionales, in MARTÍN LÓPEZ, M. A., ODDONE, N. (coord.) Las ciudades y los poderes locales en las relaciones internacionales contemporáneas. Granada, Unión Iberoamericana de Municipalistas, pp. 49-81, 2009.
- MARTÍN LÓPEZ, Miguel A., ODDONE, Nahuel (coord.) Las ciudades y los poderes locales en las relaciones internacionales contemporáneas. Granada, Unión Iberoamericana de Municipalistas, 2009.
- MERINO ESTRADA, Valentín. La Ordenación del Territorio en las grandes ciudades, in MILLARUELO APARICIO, J., ORDUÑA REBOLLO, E. (coord.) Ordenación del Territorio y Desarrollo Sostenible. Buenos Aires - Madrid, Editorial Ciudad Argentina, pp. 121-138, 2004.
- MONCAYO JIMÉNEZ, Edgard. "Glocalización: nuevos enfoques teóricos sobre el desarrollo regional (subnacional) en el contexto de la integración económica y la globalización". Revista Integración y Comercio año 6, n. 16, pp. 213-247, enero-junio, 2002.
- NOSETTO, Luciano, PISELLO, Laura. La ciudadanía como proyecto posneoliberal: Más allá del ciudadano consumidor, in GARCÍA DELGADO, D., NOSETTO, L. (comp.) El desarrollo en un contexto posneoliberal. Hacia una sociedad para todos. Buenos Aires, Ciccus, pp. 171-194, 2006.
- PUTNAM, Robert. Diplomacia y política nacional: la lógica de los juegos de doble nivel, in GIL, Olga, SANZ, Luis. Las fuentes internacionales de las políticas domésticas. Madrid, Zona Abierta, 1996.
- RENOUVIN, Pierre, DUROSELLE, Jean Baptiste. Introducción a la Historia de las Relaciones Internacionales. México D. F., Fondo de Cultura Económica, 2000.
- ROMERO, María del Huerto. Una aproximación contextual y conceptual a la cooperación descentralizada, in ROMERO, M., GODÍNEZ, V. Tejiendo lazos entre territorios. La cooperación descentralizada local Unión Europea-América Latina. Valparaíso, Ilustre Municipalidad de Valparaíso y Diputación de Barcelona, pp. 19-51, 2004.
- SAAVEDRA, Olga. Micromunicipios: entre el MERCOSUR y la descentralización, in STAHRINGER DE CARAMUTI, O. El MERCOSUR en el Siglo XXI. Buenos Aires, Editorial Ciudad Argentina, pp. 163-179, 1998.
- SASSEN, Saskia. Una sociología de la globalización. Buenos Aires, Katz, 2007.
- SOLDATOS, Panayotis. An Explanatory Framework of the Study of Federal States as Foreign-policy Actors, in MICHELMAN, H. J., SOLDATOS, P. Federalism and International Relations: The Role of Subnational Units. New York, Oxford University Press, pp. 34-51, 1990.
- SPRUYT, Hendrix. The Sovereign State and Its Competitors. Princeton, Princeton University Press, 1994.
- VIGEVANI, Tullo et al. A dimensão subnacional e as relações internacionais. São Paulo, Universidade do Sagrado Coração, 2004.
- WALLERSTEIN, Immanuel. El moderno sistema mundial. La agricultura capitalista y los orígenes de la economía mundo europea en el siglo XVI. México D. F., Siglo XXI Editores, 1991.
- ZACHER, Mark. The decaying pillars of the Westphalian Temple: implications for international order and governance, in ROSENAU, J., CZEMPIEL, E.-O. Governance without government: order in world politics. Cambridge, Cambridge University Press, pp. 58-100, 1992.
- ZERAOUI, Zidane. La inserción internacional de las Regiones: Paradiplomacia, in Conferencia inaugural de la VI Escuela de Verano sobre Relaciones Internacionales "La Inserción Internacional de las Regiones". Viña del Mar, 15 al 19 de enero de 2007.

versus  
ACADÊMICA

[www.versus.ufrj.br](http://www.versus.ufrj.br)

versus  
ACADÊMICA

# Desigualdade racial e crise:

## indicadores de acesso ao mercado de trabalho metropolitano desagregados por cor ou raça em 2009

Marcelo Paixão\*  
Luiz M. Carvano\*\*  
Irene Rossetto\*\*\*

### 1. Introdução

O tema das relações e desigualdades de cor ou raça no Brasil, apesar de ocupar um espaço ainda marginal dentro das agendas de pesquisas e estudos no campo da teoria econômica e social, já possui uma literatura caudalosa. Tal acúmulo ganhou impulso a partir do final dos anos 1970, margeado, de um lado, pela própria retomada do movimento negro naquele período, e, por outro, pelo desenvolvimento de novos estudos que renovaram a perspectiva de reflexões sobre o tema (C.f. OLIVEIRA e col, s/d; HASENBALG, 1979; VALLE SILVA, 1980).

Nesta trajetória o tema das assimetrias no acesso ao mercado de trabalho sempre ganhou um papel de destaque (BAIRROS, 1991; BATISTA & GALVÃO, 1992; SILVA, 1994; MAPA DA POPULAÇÃO NEGRA NO MERCADO DE TRABALHO, 1999; RELATÓRIO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO 2004; ROSSETTO, 2006).

De fato o mercado de trabalho diz respeito ao principal modo pelo qual a população terá acesso ao rendimento monetário e não monetário (no caso de vir a obter seus rendimentos diretamente em produtos). No conjunto de levantamentos realizados pelo IBGE dedicado ao tema, em geral verifica-se que cerca de 80% do total de rendimento auferido pelas famílias é proveniente dos rendimentos obtidos pelo exercício de uma atividade profissional (tendo sido o restante gerado através de aposentadorias, pensões, transferências governamentais e rendimentos de aluguéis e de aplicações financeiras).

\* Professor do Instituto de Economia da UFRJ, coordenador do Laboratório de Análises Econômicas, Históricas, Sociais e Estatísticas das Relações Raciais (Laeser).

\*\* Pesquisador do Laeser.

\*\*\* Pesquisadora do Laeser.

Mesmo considerando o problema do sub-registro dos maiores rendimentos, derivados dos ganhos de capital e aluguéis, ainda assim daquele dado depreende-se que para a grande maioria da população será do modo de vínculo de uma determinada pessoa com mercado de trabalho é que se poderá compreender o seu padrão de vida, e de sua família, em termos materiais, bem como a maior ou menor sujeição a situações de privação ou carências de acesso aos bens elementares para constituir uma vida passível de ser considerada como digna.

Indo mais além, o mercado de trabalho também abriga outras dimensões sociológicas, políticas e culturais de fundamental importância no modo de inserção de um indivíduo no interior de uma estrutura social, aqui com especial destaque para o prestígio social assumido pelas diferentes ocupações e a efetiva possibilidade de participação organizada na sociedade sob a forma de grupos de interesse ou classes sociais (BLAU & DUNCAN, 1967).

Tendo em vista a íntima conexão entre a dimensão econômica e a dimensão sociopolítica e cultural; justamente por esta razão, que a dinâmica do mercado de trabalho dialoga com os padrões vigentes de relações raciais presentes na sociedade brasileira. Naturalmente, quando se emprega o termo raça neste texto não se está querendo reavivar antigos ideários racialistas que pressupõem conexões entre a aparência física dos seres humanos e correspondentes capacidades físicas, intelectuais, morais, etc. Antes, o emprego do termo está associado com a forma pela qual aquelas aparências foram e são incorporadas nas sociedades, desde o período das Grandes Navegações até os dias atuais. Ou seja, assume-se que as aparências físicas dialogam com formas ideológicas hegemônicas presentes no interior das sociedades que as valorizam ou desvalorizam de acordo com as formas assumidas pelas pessoas. Tal processo, por sua vez, se imbrica com as dinâmicas da estratificação da sociedade, ampliando as probabilidades de pessoas de determinadas formas virem a se localizar em um ou outro estrato (mais ou menos privilegiado em termos materiais, políticos e simbólicos) no interior da sociedade. Dito de outro modo, os critérios de aparência física, aqui sumarizados na palavra raça, se tornam coerentes com as linhas de classe (C.f.

GUIMARÃES, 1999, 2002; PAIXÃO, 2005; PAIXÃO & CARVANO (orgs.), 2008).

Decerto este padrão não é único pelo mundo afora, havendo clivagens, formas de expressão e níveis mais ou menos explicitados de conflitos. Assim, Nogueira (1998 [1955]) classificaria o modelo de relações raciais vigente nos EUA de preconceito racial de origem, e o brasileiro de preconceito racial de marca, neste caso sendo influenciado pela intensidade das formas físicas (de tez ou mais europeia, ou mais africana), antes que pelos antepassados do indivíduo. De qualquer maneira, do ponto de vista das dinâmicas existentes entre as linhas de cor e de classe tal nuance acaba sendo quase formal, pois em ambas as variantes os descendentes dos antigos escravizados africanos terão maiores probabilidades de virem a enfrentar durante suas vidas situações de maiores privações em múltiplos sentidos.

Voltando ao tema do mercado de trabalho, tal padrão implica que os distintos contingentes de cor ou raça – incluindo sua variação de gênero – não se distribuem de forma igual entre as posições e os grupamentos de atividade econômica. Tal cenário ficará especialmente nítido quando forem vistos os indicadores de acesso às posições na ocupação, onde fica nítido que brancos, de um lado, e pretos & pardos, de outro, encontram-se em distintos segmentos no interior da classe trabalhadora.

Desta feita, tendo em vista os objetivos do presente artigo, o que se quer evidenciar é que tais questões vistas acima também implicarão que os diversos momentos da conjuntura econômica tenderão a se traduzir de diferentes formas sobre os distintos contingentes de cor ou raça.

A conjuntura atual foi marcada pela parcial recuperação da economia brasileira da crise econômica internacional que a afetou no ano passado. Assim, no ano de 2009 a economia brasileira apresentou contração de 0,2% no PIB. Naturalmente, tal cenário não poderia ter deixado de lado o mercado de trabalho e a população trabalhadora que dele participa, incluindo – é evidente – seus distintos grupos de cor ou raça. A questão que se coloca agora é, então, entender como este cenário afetou a presença dos diferentes grupos de cor ou raça no mercado de trabalho metropolitano brasileiro.

Os indicadores que serão comentados no presente artigo são todos baseados nos microdados da



Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Conforme sabido, a PME capta os indicadores conjunturais do mercado de trabalho das seis maiores Regiões Metropolitanas (RMs) brasileiras; da mais ao norte para mais ao sul: Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

Os dados trabalhados foram tabulados pelo Laboratório de Análises Econômicas, Históricas, Sociais e Estatísticas das Relações Raciais (Laeser) através do banco de informações de uma publicação eletrônica dedicada ao tema da evolução das desigualdades de cor ou raça na conjuntura do mercado de trabalho chamado “Tempo em Curso”. O período de cobertura dos dados será justamente o de 2009, ano em que a economia brasileira enfrentou sua crise econômica mais séria desde a crise do Real do começo de 1998.

Além desta introdução, o presente artigo trará mais seis partes dedicadas ao estudo dos indicadores das assimetrias de cor ou raça diante daquele contexto de crise: i) rendimento habitual médio do trabalho principal; ii) evolução da taxa de desemprego; iii) ocupação segundo posição na ocupação; iv) rendimentos das formas de posições na ocupação; v) evolução do rendimento e da ocupação nas formas de posição na ocupação; vi) conclusão.

## 2. Rendimento Habitual Médio do Trabalho Principal (tabela 1)

No mês de janeiro de 2010, o Rendimento Habitual Médio do Trabalho Principal da PEA residente nas seis maiores Regiões Metropolitanas (RMs) brasileiras (da mais ao norte, para a mais ao sul: Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre) foi de R\$ 1.373,49, em R\$. Este valor, comparativamente ao mês de dezembro do ano anterior, foi 1,1% superior. Na comparação com o mês de janeiro de 2009, ocorreu uma ligeira redução daquele valor, em termos reais, de 0,4%.

No mês de janeiro de 2010, o Rendimento Habitual Médio do Trabalho Principal dos trabalhadores brancos foi de R\$ 1.756,69 e o dos trabalhadores pretos & pardos foi de R\$ 907,99. O mesmo indicador, na PEA branca do sexo masculino, correspondeu a R\$ 2.027,58. Na PEA branca do sexo feminino, o Rendimento Habitual Médio foi de R\$

1.437,64. Entre os trabalhadores pretos & pardos do sexo masculino, aquele mesmo indicador foi de R\$ 1.025,44 e, do sexo feminino, de R\$ 760,27.

No mês de janeiro de 2009, nas seis maiores RMs brasileiras, a diferença na remuneração habitual média dos brancos, em relação aos pretos & pardos, foi de 93,5%. Tal diferença correspondeu a um aumento de 2,6 pontos percentuais em relação ao mês de dezembro de 2009 (quando as desigualdades de cor ou raça foram de 90,8%). Todavia, na comparação anual, ou seja, comparando-se ao quadro vigente em janeiro de 2009 (quando as desigualdades de cor ou raça foram de 100,1%), ocorreu uma redução nas assimetrias de cor ou raça em 6,6 pontos percentuais.

Quando lidas de forma decomposta pelos grupos de sexo, verificou-se que, em janeiro de 2010, as assimetrias no Rendimento Habitual Médio entre os homens brancos, em comparação aos pretos & pardos, foram de 97,7%, favoráveis aos primeiros. A comparação do mesmo indicador entre as mulheres brancas, de um lado, e pretas & pardas, de outro, revelou que as desigualdades foram de 89,1%.

Na comparação entre janeiro de 2010 com o mesmo mês do ano anterior, entre os homens, ocorreu uma significativa queda nas assimetrias de cor ou raça, em 8,6 pontos percentuais. No caso das mulheres, também, ocorreu uma redução nas assimetrias em 3,4 pontos percentuais. Entre dezembro de 2009 e janeiro de 2010, na comparação dos homens brancos com os homens pretos & pardos, ocorreu a elevação das assimetrias de cor ou raça em 4,3 pontos percentuais. Já na comparação entre as mulheres brancas com as mulheres pretas & pardas, as assimetrias obedeceram a uma ligeira redução de 0,3 ponto percentual.

No mês de janeiro de 2010, a diferença na remuneração habitual média dos homens brancos e das mulheres pretas & pardas foi 166,7% superior em benefício dos primeiros. Na comparação entre os homens pretos & pardos com as mulheres brancas, verificou-se que a remuneração habitual dos primeiros era 28,7% inferior à remuneração habitual das segundas.

Também vale destacar que durante a série temporal analisada as desigualdades de cor ou raça (rendimento dos brancos comparativamente aos

dos pretos & pardos) foram mais elevadas justamente quando a crise econômica apresentou suas sequelas de forma mais vigorosa, ou seja, no primeiro semestre (em fevereiro, por exemplo) chegaram a 102,2%, a mais elevada durante o intervalo de tempo em análise. Posteriormente, na medida em que políticas econômicas mais amigáveis à geração de emprego foram adotadas pelo governo, talvez dentro de uma relação de causa e efeito, as assimetrias passaram a declinar, conquanto tenham chegado, conforme visto, em um patamar ainda elevado em janeiro de 2010.

### 3. Evolução da taxa de desemprego (tabela 2)

No primeiro mês de 2010, nas seis maiores RMs brasileiras, a taxa de desemprego alcançou 7,2%. Com isso, interrompeu-se a sequência de reduções neste indicador, tal como já vinha ocorrendo desde o mês de setembro. De qualquer forma, no mês de janeiro a taxa de desemprego costuma ser mais elevada do que em dezembro, devido ao encerramento do período de festas de final de ano. Por outro lado, comparativamente a janeiro de 2009, a taxa de desemprego, um ano depois, se reduziu em um ponto percentual.

Em janeiro de 2010, a taxa de desemprego da PEA branca foi de 6,2%, ao passo que a da PEA preta & parda foi de 8,5%. Tal como ocorreu para a PEA como um todo, comparativamente a dezembro de 2009, a taxa de desemprego aumentou em ambos os grupos de cor ou raça. Todavia, na comparação com janeiro do ano anterior, a taxa de desemprego dos brancos caiu em 0,7 ponto percentual, e a dos pretos & pardos, em 1,1 ponto percentual.

A taxa de desemprego dos homens brancos, em janeiro de 2010, foi de 5%, ao passo que o mesmo indicador na PEA preta & parda do sexo masculino foi de 6,8%. Comparativamente ao mês de dezembro de 2009, a taxa de desemprego dos homens brancos aumentou 0,4 ponto percentual. No mesmo período, a taxa de desemprego dos homens pretos & pardos também aumentou em 0,4 ponto percentual. No comparativo com janeiro de 2009, a taxa de desemprego dos homens brancos foi reduzida em 0,7 ponto percentual. Já a taxa de desemprego dos homens pretos & pardos caiu 0,2 ponto percentual.

A taxa de desemprego das mulheres brancas, em janeiro de 2010, foi de 7,5%. Já a das mulheres pretas & pardas foi de 10,5%. Entre as mulheres brancas, a taxa de desemprego que vinha declinando seguidamente desde setembro de 2009 (quando chegou a 7,9%) voltou a crescer em janeiro deste ano. Assim, comparativamente a dezembro de 2009, a taxa de desemprego deste grupo aumentou 0,5 ponto percentual. Em comparação a janeiro de 2009, o mesmo indicador declinou um ponto percentual. No caso das trabalhadoras pretas & pardas, a taxa de desemprego em janeiro de 2010, comparada a dezembro de 2009, aumentou 0,3 ponto percentual.

Na comparação entre janeiro de 2009 e de 2010, a taxa de desemprego das mulheres pretas & pardas foi reduzida em 2,3 pontos percentuais. Medindo o indicador desta forma, observa-se que a taxa de desemprego das mulheres deste último grupo foi a que mais intensamente caiu no período. Contudo, tal movimento não reverteu o sentido geral do indicador, no qual a taxa de desemprego entre as mulheres pretas & pardas se mantém tradicionalmente mais elevada que a dos demais grupos. Assim, em termos proporcionais, a taxa de desemprego das mulheres pretas & pardas apresentou-se 110,4% superior à mesma taxa dos homens brancos; 40,1% superior à das mulheres brancas; e 55,6% superior à dos homens pretos & pardos.

Analisando-se especificamente o efeito da crise econômica sobre os grupos de cor ou raça pela ótica da taxa de desemprego, observa-se que de fato no primeiro semestre de 2009 (na verdade sendo mês de maio o ponto de inflexão) ocorreu uma elevação generalizada do desemprego entre todos os grupos, porém afetando especialmente os pretos & pardos, cujo indicador de desemprego se elevou para o patamar de 10%. No caso da população branca, durante o período da crise, a taxa de desemprego flutuou em torno dos 8%.

### 4. Ocupação segundo posição na ocupação (tabelas 3 e 4)

Nas seis maiores RMs brasileiras, em janeiro de 2010, a posição na ocupação modal da População Economicamente Ativa (PEA) ocupada era a de empregada com carteira assinada no setor privado, modalidade que ocupava 45,5% do contingente

total. Entre os homens esta modalidade ocupava 50,2% do contingente. Entre as mulheres, 39,7%. Em segundo lugar vinha o trabalhador por conta própria, modalidade que correspondia à situação de 19% da PEA, 21% da PEA masculina e 16,5% da PEA feminina. O emprego sem carteira assinada no setor privado vinha em terceiro lugar, ocupando 12,3% da PEA, 13,4% da PEA masculina e 10,9% da PEA feminina.

Na presente publicação, são consideradas como ocupações vinculadas ao setor formal: o emprego no setor público com carteira assinada, o emprego no setor privado com carteira assinada, os militares ou funcionários públicos estatutários e os empregadores, neste último caso, mesmo os que empregam menos de cinco funcionários e contrariando a metodologia usualmente adotada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). Já as informais são o emprego doméstico com e sem carteira assinada, o emprego sem carteira assinada nos setores público e privado, a ocupação por conta própria e a ocupação sem remuneração.

Assim, na PEA metropolitana brasileira no seu conjunto, 59,1% estavam ocupados de maneira formal e 40,9% de maneira informal. No contingente masculino, o peso da formalidade era de 63,7%. Já no grupo feminino, o peso da ocupação formal era de 53,7%.

Na PEA branca do sexo masculino, o emprego com carteira no setor privado ocupou 48,9% do total. Em seguida, vinham a ocupação por conta própria, 20,1%; e o emprego sem carteira no setor privado, 12,6%. O emprego com carteira no setor público, somado aos militares ou funcionários públicos estatutários, respondia por 8,9% neste conjunto. Neste grupo, os empregadores responderam por 7,6% da PEA ocupada. O peso da formalidade entre os homens brancos foi de 65,4% e o da informalidade, 34,6%.

Na PEA preta & parda do sexo masculino, o emprego com carteira no setor privado ocupava 51,9% do total. Em segundo e terceiro lugar vinham a ocupação por conta própria (22%) e o emprego sem carteira no setor privado (14,4%). O peso do emprego com carteira no setor público, somado aos militares ou funcionários públicos estatutários, foi de 6,7%. A condição de empregador respondeu por 3,1% da PEA preta & parda do sexo masculino

(menos da metade do peso desta forma de ocupação no outro grupo). O peso relativo das ocupações formais neste grupo de cor ou raça e sexo foi de 61,6%, e das informais, de 38,3%.

A PEA branca feminina ocupada em janeiro de 2010 tinha como principal modalidade ocupacional o emprego com carteira no setor privado (42,5%). A ocupação por conta própria respondeu por 16,8% e o emprego doméstico, com e sem carteira, por 10,7% da PEA ocupada total neste grupo. O emprego público com carteira, somado ao funcionalismo e estatutários, representou 12,7% para a PEA ocupada deste grupo de cor ou raça e sexo. Já a condição de empregadora correspondeu a 3,8%, proporcionalmente, metade do peso desta forma de ocupação entre os homens brancos. As ocupações formais corresponderam a 59% das ocupações, e as informais a 41%, neste contingente.

Na PEA preta & parda do sexo feminino, o emprego com carteira no setor privado respondeu por 36,3% das ocupações. Comparado-se com os homens brancos, esta proporção era 12,6 pontos percentuais inferior. Em segundo lugar, vinha o emprego doméstico com e sem carteira, forma de ocupação que respondeu por 23,3% das ocupações das mulheres deste grupo de cor ou raça. Esta proporção era mais do que o dobro do que o verificado entre as mulheres brancas ocupadas como empregadas domésticas. Em terceiro lugar, enquanto condição de ocupação das mulheres pretas & pardas, vinha a ocupação por conta própria, com 16,2%. O peso das empregadoras no total da PEA preta & parda do sexo feminino ocupada foi de 1,6%, o que, comparativamente aos homens brancos, correspondeu uma proporção 78,6% inferior. Do total da PEA ocupada preta & parda do sexo feminino, 47,1% estavam trabalhando em atividades formais e 52,9%, em atividades informais. Ou seja, dos quatro grupos de cor ou raça analisados, somente entre as trabalhadoras pretas & pardas o peso relativo das ocupações informais superou o peso relativo das formais.

Na tabela 4, é vista a composição de cor ou raça e sexo das diferentes modalidades de posição na ocupação. Tanto no emprego doméstico com carteira assinada como sem carteira, a absoluta maioria dos ocupadas eram mulheres pretas & pardas, respectivamente, 60,8% e 60,5% do total dos ocupa-

dos nesta posição. Já as mulheres brancas respondiam por 32% do emprego doméstico com carteira e por 34,2% do emprego doméstico sem carteira.

O emprego com carteira no setor privado era majoritariamente ocupado por pessoas brancas: 53,7% (homens brancos, 30,7%; mulheres brancas, 22,9%). Os pretos & pardos respondiam por 45,5% do emprego com carteira no setor privado, 29,2% do sexo masculino; 16,4%, do sexo feminino. Entre os militares e funcionários públicos estatutários, 60,6% eram brancos; 26,2% homens e 34,4% mulheres. Os pretos & pardos respondiam por 38,4% das ocupações como militares e funcionários públicos estatutários, 18,5%, homens; 19,9%, mulheres.

O emprego sem carteira no setor privado era majoritariamente ocupado por pessoas brancas (51%; 29,3% homens e 21,7% mulheres), porém com um peso relativo menor do que o emprego com carteira. Os pretos & pardos respondiam por 48% dos empregados no setor privado sem carteira, sendo 29,9% homens e 18,1% mulheres. No emprego no setor público sem carteira, os homens brancos respondiam por 20,9%, e as mulheres brancas, por 32,6%. Os pretos & pardos do sexo masculino e do sexo feminino apresentavam peso relativo no contingente de funcionários públicos sem carteira, respectivamente de 17% e 29%.

Os trabalhadores sem remuneração exercendo ocupações de membros da própria família eram formados por 57,3% de pessoas brancas e por 41,7% de pessoas pretas & pardas. Pela natureza da ocupação, a força de trabalho ocupada nesta condição era predominantemente feminina, 44,1% de mulheres brancas e 30,3% de mulheres pretas & pardas. Os homens brancos respondiam por 13,3%, e os pretos & pardos, por 11,5% dos ocupados sem remuneração.

A ocupação por conta própria era formada por 52% de brancos (30,3% homens e 21,8% mulheres) e 47,2% de pretos & pardos (29,7% homens e 17,5% mulheres). Já a condição de empregador era a que apresentava maior peso relativo de trabalhadores brancos, 71,7%, sendo 50,2% homens e 21,5% mulheres. Os pretos & pardos correspondiam a 26% dos empregadores, 18,3% homens e 7,7% mulheres, neste último caso sendo evidente a discrepância do peso das trabalhadoras deste grupo de cor ou raça em relação a outras formas de posição na

ocupação, como o emprego doméstico e as ocupações sem remuneração.

## 5. Rendimento das formas de posição na ocupação (tabela 5)

Em janeiro de 2010, no conjunto das seis maiores RMs brasileiras, das diversas formas de posição na ocupação, a que melhor remunerava seus ocupados era a condição de empregador, com rendimento médio de R\$ 3.724,42. Em seguida vinha a ocupação de militar ou funcionário público estatutário, R\$ 2.420,27, e o emprego no setor público com carteira, R\$ 2.259,96. Malgrado as diferenças de remuneração entre os grupos de sexo, esta ordem também se mantinha nos contingentes masculino e feminino. Já as piores remunerações ficavam invariavelmente por conta do emprego doméstico com e sem carteira, ficando esta última modalidade em último lugar na hierarquia das remunerações.

Na PEA branca do sexo masculino, os empregadores recebiam, em média, R\$ 4.368,31. Em segundo lugar, os empregados do setor público com carteira (R\$ 3.556,88), e em terceiro, os militares ou funcionários públicos estatutários, R\$ 3.213,32. Neste grupo o rendimento do emprego doméstico com carteira e sem carteira equivaliu, respectivamente, a R\$ 854,20 e R\$ 654,63.

Entre os trabalhadores pretos & pardos do sexo masculino, a condição de empregador era também a mais compensadora financeiramente, R\$ 2.433,29. Os militares ou funcionários públicos estatutários deste grupo recebiam, em média, R\$ 1.954,77 e os empregados do setor público com carteira, R\$ 1.483,38. Os empregados domésticos com e sem carteira deste contingente de cor ou raça e sexo recebiam, em média, respectivamente, R\$ 715,55 e R\$ 549,82.

Na PEA branca do sexo feminino, as empregadoras recebiam, em média, R\$ 3.661,37. Já as segundas e terceiras posições na ocupação mais compensadoras financeiramente eram a condição de militares ou funcionárias públicas estatutárias, R\$ 2.508,80, e de empregada do setor público com carteira, R\$ 2.165,91. As empregadas domésticas com carteira, brancas, recebiam, em média, R\$ 640,04. Já as sem carteira auferiam R\$ 507,32.

As trabalhadoras pretas & pardas, em média, re-



cebiam R\$ 2.212,26 como empregadoras. A posição de militares ou funcionárias públicas estatutárias lhes permitiu remuneração média de R\$ 1.623,42. Já a terceira melhor remuneração para este grupo de cor ou raça e sexo foi encontrada no emprego do setor público com carteira, R\$ 990,59. Tal como nos demais grupos, as piores remunerações ficavam por conta do emprego doméstico com e sem carteira, respectivamente, R\$ 606,35 e R\$ 444,10. Em ambos os casos, as remunerações das empregadas domésticas pretas & pardas eram menores que às dos demais grupos analisados acima.

A posição na ocupação onde eram encontradas as maiores desigualdades de rendimentos entre brancos, de um lado, e pretos & pardos, de outro, era o emprego no setor público com carteira: 137,1% no somatório de ambos os sexos; 139,8% entre os homens e 118,6% entre as mulheres. Ainda que não deva se esquecer da dimensão regional, de qualquer modo as diferenças encontradas são mais difíceis de serem compreendidas, posto envolver atividades que, a princípio, deveriam ser regidas pelo preceito da isonomia salarial.

Uma hipótese é que nesta modalidade possa estar sendo parcialmente captado o emprego com carteira nas autarquias e estatais acessadas via concurso e as posteriores promoções dentro daquelas empresas, o que poderia, comprovada a hipótese, estar revelando algum índice de discriminação ocupacional. Tal suposição poderia ser reforçada ao se analisar os indicadores das assimetrias de rendimento nas funções de militar ou funcionário público estatutário, nas quais as assimetrias entre os dois grupos de cor ou raça de ambos os sexos eram comparativamente mais reduzidas, 57,9%. Também no emprego público sem carteira, as diferenças entre brancos e pretos & pardos de ambos os sexos eram relativamente menores: 59,4.

Em segundo lugar, em termos das assimetrias de cor ou raça, vem a ser na ocupação por conta própria. Considerando ambos os grupos de sexo: 100,6%; somente os homens, 108,4% e somente as mulheres, 96,6%. O que explica esta diferença vem a ser a heterogeneidade deste tipo de atividade, que abriga desde os profissionais liberais até as ocupações menos prestigiadas de biscate e comércio ambulante. Assim, os vínculos diferenciados de brancos e pretos & pardos em cada uma destas

modalidades estariam por detrás das assimetrias observadas.

A posição na ocupação de empregador apresentava assimetrias de remuneração entre brancos e pretos & pardos de ambos os sexos de 75,5%. Este também foi o percentual da diferença entre brancos e pretos & pardos empregados sem carteira no setor privado. No emprego com carteira no setor privado, as diferenças de remuneração entre brancos e pretos & pardos foram de 71,7%.

Um traço de ironia no estudo das diferenças de cor ou raça nas remunerações reside no fato de que as menores assimetrias eram encontradas na modalidade onde os resultados financeiros eram piores, ou seja, no emprego doméstico com e sem carteira. Assim, os empregados domésticos brancos de ambos os sexos recebiam em média 8,3% a mais que os pretos & pardos na mesma condição. Já na ocupação sem carteira, a diferença de remuneração entre um grupo e outro era de 14,8%. Neste último caso, como o emprego sem carteira, ao contrário do que tem carteira, não fica regulado necessariamente pelo valor do salário mínimo, abre-se uma maior margem para abertura do leque de remunerações.

## **6. Evolução do rendimento e da ocupação nas formas de posição na ocupação (tabelas 6 e 7)**

Na presente seção, serão vistos os indicadores de evolução da PEA ocupada e sua respectiva remuneração, segundo as formas de posição na ocupação entre os períodos de janeiro de 2009 e de 2010. Mais uma vez os dados cobrem as seis maiores RMs do país.

Ao longo do difícil ano para a economia brasileira, como foi o de 2009, na PEA metropolitana no seu conjunto, as formas de ocupação que tiveram incremento positivo no número de ocupados foram: o emprego doméstico com carteira (4,2%), o emprego doméstico sem carteira (8,2%), o emprego com carteira no setor privado (3,5%), o emprego no setor público com carteira (17,8%) e a ocupação por conta própria (3,9%). Já as formas de posição na ocupação que tiveram perdas no número total de ocupados foram o emprego sem carteira no setor privado (-2%), o emprego no setor público sem carteira (-1,5%), a ocupação como militar ou

funcionário público estatutário (-4,9%), a condição de empregador (-4,8%) e os sem remuneração (-12,9%).

Os dados descritos acima, de algum modo, captam algumas opções de políticas econômicas recentes por parte das autoridades governamentais, tal como foi o caso do incremento do emprego no setor público com carteira, de alguma forma resultado dos esforços anticíclicos adotados durante a crise do ano passado. Já em outros indicadores, especialmente os que dão conta da evolução do emprego doméstico e da ocupação por conta própria, tal movimento parece indicar os efeitos amortecedores da informalidade diante dos contextos de crise econômica, em geral, e do mercado de trabalho, em particular. Por outro lado, a redução do número de empregadores parece refletir os efeitos negativos da crise sobre um segmento específico dos ocupados do mercado de trabalho metropolitano. De qualquer forma, todos estes indicadores acabaram tendo diferentes inflexões nos distintos grupos de cor ou raça e sexo.

No caso do emprego doméstico com e sem carteira, ocorreu uma forte elevação de ocupados brancos do sexo masculino. Mas esta evolução não deve ser tomada com exagero, posto esta forma de ocupação corresponder a um ínfimo percentual da PEA ocupada deste grupo de cor ou raça e sexo, tal como já foi mencionado. Assim, chama mais atenção o fato de que a ocupação doméstica para as mulheres pretas & pardas, entre janeiro de 2010 e 2009, cresceu 13,8% para as com carteira e 8,4%, para as sem carteira. No caso das mulheres brancas, por exemplo, onde o emprego doméstico também é um importante campo ocupacional, houve a redução do número de ocupadas com carteira em 4,1%. Somente no emprego doméstico sem carteira ocorreu o aumento em 7% do número de trabalhadoras brancas vinculadas (1,4 ponto percentual inferior ao ocorrido entre as pretas & pardas).

O emprego com carteira no setor privado cresceu mais para os pretos & pardos (em 8,3% no somatório dos grupos de sexo) do que para os brancos. Este último grupo, no somatório dos dois grupos de sexo, teve queda de 0,5%, com especial redução para os homens brancos (-3,8%) no número de ocupados.

O emprego no setor público com carteira cresceu

mais para os brancos (18,3%) do que para os pretos & pardos (13,1%). Neste caso, os homens pretos & pardos foram os menos beneficiados, posto que para este contingente o número de ocupados cresceu 3,4%; entre os homens brancos a evolução foi de 24,2%; entre as mulheres brancas, 12,5%; e entre as mulheres pretas & pardas, 22,9%.

O emprego no setor público sem carteira apresentou redução no número de homens brancos ocupados em 7%. Entre as mulheres brancas, ocorreu redução no número de ocupados desta forma em 5,1%. Entre os homens pretos & pardos, o número de funcionários públicos sem carteira declinou 10,3%. Todavia, entre as mulheres pretas & pardas, o número de ocupadas daquele modo se ampliou em 13,5%.

Já no caso dos militares e funcionários públicos estatutários, o número de ocupados declinou 6,8%, entre os homens brancos, 5,9%, entre as mulheres brancas e 8,7%, entre os homens pretos & pardos. Somente entre as mulheres pretas & pardas o indicador cresceu em 2,5%.

A ocupação por conta própria declinou, em termos do número de ocupados, em 1,9% para os homens brancos. Todavia, nos demais grupos o número de ocupados aumentou, mais uma vez reforçando a constatação de que o setor informal, especialmente representado pela ocupação por conta própria, acaba operando como um atenuante da crise do mercado de trabalho. Assim, entre as mulheres brancas ocorreu crescimento no número de ocupadas por conta própria em 5,5%. Entre os pretos & pardos do sexo masculino, a evolução positiva foi de 7,6%, e entre as mulheres pretas & pardas, de 8,7%.

Entre janeiro de 2010 e de 2009, o número de empregadores brancos declinou em 3,4%; de empregadoras brancas se reduziu em 5,7%; e entre os homens pretos & pardos declinou 10,2%. Porém, entre as mulheres pretas & pardas cresceu 10,5%, em um movimento difícil de compreender à primeira vista, mas que poderá ser mais bem debatido mais adiante, quando for vista a evolução do rendimento real destas empregadoras. Este também foi o movimento ocorrido entre os sem remuneração, cujo número de ocupados declinou sensivelmente para homens brancos (-8,2%), mulheres brancas (-24%) e homens pretos & pardos

(- 13,6%), mas que aumentou para as mulheres pretas & pardas (18,2%).

Os indicadores contidos na tabela 7 são dedicados à evolução do rendimento médio das formas de posição na ocupação.

Os homens brancos apresentaram queda na remuneração nas condições do emprego doméstico com e sem carteira, no emprego com carteira e sem no setor privado, no emprego no setor público sem carteira e enquanto empregador. Ou seja, ocorreram reduções reais nas remunerações dos homens brancos em importantes modalidades de posição na ocupação para este grupo, tal como é o notório caso do emprego com carteira no setor privado e na forma de empregador. Tais movimentos, de alguma forma, dialogaram com a crise recente vivenciada pelo país e que, aparentemente, prejudicou com mais intensidade (sem retirar-lhes sua posição mais bem posicionada) os que eram vinculados aos setores e posições mais modernos da economia. Por outro lado, as posições na ocupação onde os homens brancos tiveram condições de obter aumentos de rendimentos em termos reais foram o emprego no setor público com carteira e como militares ou funcionários públicos estatutários, além da ocupação por conta própria.

Os homens pretos & pardos, mesmo diante do contexto da crise, lograram obter aumentos reais de remuneração em quase todas as formas de posição na ocupação, com exceção do emprego doméstico com e sem carteira, e na posição de militares ou funcionários públicos estatutários.

As mulheres brancas obtiveram aumentos reais de rendimento em todas as modalidades de posição na ocupação. Já as mulheres pretas & pardas tiveram ganhos na maioria das modalidades, com exceção do emprego no setor público com carteira e sem carteira e enquanto empregadoras. Neste último caso, parece que a evolução positiva no número de empregadoras pretas & pardas no período se deu compassado com uma forte queda na remuneração obtida por esta forma de posição ocupacional, em 26%.

No caso do emprego doméstico, as mulheres pretas & pardas apresentaram aumento real de rendimento de 8,3%, tanto no emprego com carteira quanto no sem carteira. Entre as mulheres brancas que eram empregadas domésticas, ocorreu ele-

vação no rendimento real das que tinham carteira em 5,2%, e nas que não tinham, em 11%.

## 7. Considerações finais

Ao longo do presente artigo foram verificados diversos indicadores recentes que trataram das formas de acesso dos grupos de cor ou raça e sexo ao mercado de trabalho metropolitano brasileiro diante do contexto da crise econômica que assolou o país no ano de 2009.

Por um lado, ao longo do primeiro semestre pôde-se perceber um especial efeito da crise sobre as assimetrias de cor ou raça, especialmente quando medido pelas desigualdades nos rendimentos habituais médios do trabalho e pela taxa de desemprego. No primeiro caso, dentro do período que foi analisado, as diferenças nas remunerações entre um e outro grupo atingiram seu ponto máximo em fevereiro, preservando-se em percentuais próximos a 100% durante todo o primeiro quadrimestre daquele ano. No caso das taxas de desemprego, embora as distâncias relativas entre um e outro grupo não tenham sido aumentadas, o fato é que no cenário de aprofundamento da crise o indicador dos pretos & pardos situou-se no patamar de 10%, ao passo que dos brancos ficou na casa dos 8%. A decomposição daquelas duas informações pelos grupos de sexo revelou um especial impacto sobre as pretas & pardas, vitimadas pelas menores remunerações e por taxas de desemprego invariavelmente mais elevadas que todos os demais grupos analisados.

Por outro lado, no segundo semestre de 2009 começaram a ocorrer os efeitos de diversas medidas anticrise adotadas pelo Governo Federal, com a redução da taxa de juros, a expansão do crédito para as famílias para aquisição de imóveis e bens de consumo duráveis e para os empresários para novos investimentos e com o aumento do gasto público. Do mesmo modo, contribuiu para mitigar os efeitos mais severos da crise o atual poder de compra do salário mínimo e as políticas assistenciais, mormente o Programa Bolsa Família. Assim, ao passo que os setores de importação e exportação, a Formação Bruta de Capital Fixo, o agropecuário e a indústria (nos dois primeiros semestres) passaram por um cenário de retração, justamente o consumo

do governo e das famílias apresentaram situação contrária, tendo expandido sua participação na formação do PIB.

Quando aquelas medidas são vistas em termos de seus efeitos sobre o mercado de trabalho, incluindo as desigualdades de cor ou raça e gênero, pode-se observar que as mesmas, ao menos indiretamente, tiveram efeitos positivos. Assim, o segundo semestre foi marcado por um constante movimento de queda das diferenças.

De qualquer maneira, este movimento recente está longe de permitir prognósticos otimistas, posto que as desigualdades se mantiveram bastante pronunciadas. Desse modo, em janeiro de 2010, um trabalhador branco do sexo masculino obtinha remuneração 97,7% superior aos seus companheiros pretos & pardos e 167% superior às suas companheiras pretas & pardas.

Do mesmo modo, dos indicadores observados ao longo do presente estudo, as formas de acesso dos pretos & pardos ao mercado de trabalho, tanto antes como depois da crise, se deram, comparativamente, de forma mais intensivamente ligada à informalidade e às atividades de menor remuneração e baixo prestígio social, como é notório o caso do emprego doméstico, campo de emprego especialmente aberto às mulheres pretas & pardas, conforme visto.

Ou seja, no ano de 2009, se por um lado foi possível comprovar um movimento geral de queda das assimetrias de cor ou raça, por outro lado é necessário constatar que este movimento veio se dando por intermédio de um reforço, para os trabalhadores pretos & pardos, da informalidade e de ocupações socialmente pouco valorizadas. Assim, a redução recente das desigualdades se deu dentro de um contexto pouco alentador onde não está ocorrendo em meio à combinação entre o crescimento das ocupações formais, o aumento nas remunerações médias e uma queda mais acentuada das assime-

trias sociorraciais no mercado de trabalho metropolitano brasileiro.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAIRROS, Luiza (1991) – Mulher negra: o reforço da subordinação. In LOVELL, Peggy – *Desigualdade racial no Brasil contemporâneo*. Belo Horizonte: UFMG / CEDEPLAR (p.p. 177-194).
- BATISTA, Marta & GALVÃO, Olívia (1992) – Desigualdades raciais no mercado de trabalho brasileiro. *Estudos Afro-Asiáticos* nº 23, dezembro (p.p. 71-95).
- BLAU & DUNCAN (1967) – *American occupational structure*. New York: The Free Press.
- GUIMARÃES, Antonio (1999) – *Racismo e antirracismo no Brasil*. São Paulo: Ed 34.
- GUIMARÃES, Antonio (2002) – *Classes sociais, raças e democracia*. São Paulo: Ed 34.
- HASENBALG, Carlos (1979) – *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal (trad. Patrick Burglin).
- MAPA da população negra no mercado de trabalho (1999) – INSPIR/AFLCIO/DIEESE.
- NOGUEIRA, Oracy (1998 [1955]) – *Preconceito de marca: as relações raciais em Itapetininga*. São Paulo: EdUSP.
- OLIVEIRA, Lucia; PORCARO, Rosa Maria & COSTA, Tereza (s/d) – *O lugar do negro na força de trabalho*. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Afro-Asiáticos / Conjunto Universitário Cândido Mendes. 116 p.
- ROSSETTO, Irene (2006) – *Economia solidária e igualdade racial: contribuições para a construção de um diálogo*. Rio de Janeiro: IE/UFRJ (dissertação de mestrado em Economia), 148 p.
- PAIXÃO, Marcelo (2005) – *Crítica da razão culturalista: relações raciais e a construção das desigualdades sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ (tese de doutorado em Sociologia), 435 p.
- PAIXÃO, Marcelo & CARVANO, Luiz (orgs.) (2008) – *Relatório anual das desigualdades raciais no Brasil; 2007-2008*. Rio de Janeiro: Garamond
- RELATÓRIO do desenvolvimento humano 2004: *liberdade cultural num mundo diversificado*. Lisboa: Mensagem Recursos Editoriais Ltda.
- VALLE SILVA, Nelson (1980) – *O preço da cor: diferenciais raciais na distribuição da renda no Brasil*. Rio de Janeiro: Pesquisa e Planejamento Econômico 10 (1), Abril (p.p. 21-44).
- VENTURA, Gustavo & TURRA, Cláudia (1995) – *Racismo cordial: a maior e mais completa pesquisa sobre o preconceito de cor entre os brasileiros*. São Paulo: Ática.
- SILVA, Marcia (1994) – *Segmentação racial no mercado de trabalho brasileiro*. Rio de Janeiro: IUPERJ (dissertação de mestrado em sociologia). 75 p. e anexos.

versus  
ACADÊMICA

[www.versus.ufrj.br](http://www.versus.ufrj.br)

VERSUS  
ACADÊMICA



**Tabela 1. Rendimento médio habitualmente recebido pela PEA ocupada residente nas seis maiores RMs, Brasil, jan / 09 – jan / 10, (em R\$ jan / 10 - INPC)**

	2009												2010
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan
<b>Homens Brancos</b>	2.055,71	2.073,76	2.026,14	2.014,88	1.957,70	1.972,36	1.985,87	1.998,18	2.007,64	2.009,23	2.019,79	1.989,99	2.027,58
<b>Mulheres Brancas</b>	1.416,72	1.400,96	1.420,33	1.418,65	1.410,54	1.396,77	1.391,46	1.405,19	1.406,47	1.409,30	1.428,98	1.421,09	1.437,64
<b>Brancos</b>	<b>1.766,45</b>	<b>1.771,17</b>	<b>1.751,89</b>	<b>1.744,99</b>	<b>1.708,70</b>	<b>1.706,81</b>	<b>1.712,86</b>	<b>1.723,48</b>	<b>1.730,44</b>	<b>1.732,84</b>	<b>1.746,56</b>	<b>1.726,97</b>	<b>1.756,69</b>
<b>Homens Pretos &amp; Pardos</b>	996,1	988,69	1006,09	995,52	1012,66	988,7	996,07	1008,78	1017,99	1.038,07	1.025,17	1.028,90	1.025,44
<b>Mulheres Pretas &amp; Pardas</b>	735,8	729,53	744,85	727,72	724,04	727,68	751,46	754,56	766,97	746,87	742,23	750,28	760,27
<b>Pretos &amp; Pardos</b>	<b>882,98</b>	<b>876,14</b>	<b>893,42</b>	<b>879,93</b>	<b>887,93</b>	<b>875,84</b>	<b>889,06</b>	<b>897,58</b>	<b>907,47</b>	<b>909,76</b>	<b>900,1</b>	<b>904,95</b>	<b>907,99</b>
<b>PEA Total</b>	<b>1.378,72</b>	<b>1.376,75</b>	<b>1.374,23</b>	<b>1.364,28</b>	<b>1.349,57</b>	<b>1.344,98</b>	<b>1.352,07</b>	<b>1.364,91</b>	<b>1.372,91</b>	<b>1.372,70</b>	<b>1.371,54</b>	<b>1.359,18</b>	<b>1.373,49</b>

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso)

**Tabela 2. Taxa de desemprego da PEA residente nas seis maiores RMs, Brasil, jan / 09 – jan / 10, (em % da PEA)**

	2009												2010
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan
<b>Homens Brancos</b>	5,7	6,2	6,6	6,4	6,7	5,8	5,7	5,6	5,3	5,1	4,9	4,6	5,0
<b>Mulheres Brancas</b>	8,5	9,2	10,0	9,7	9,3	8,1	7,8	8,3	7,9	7,7	7,6	7,0	7,5
<b>Brancos</b>	<b>7,0</b>	<b>7,6</b>	<b>8,2</b>	<b>7,9</b>	<b>7,9</b>	<b>6,9</b>	<b>6,7</b>	<b>6,9</b>	<b>6,5</b>	<b>6,3</b>	<b>6,2</b>	<b>5,7</b>	<b>6,2</b>
<b>Homens Pretos &amp; Pardos</b>	7,0	7,4	8,1	8,3	8,0	7,9	7,7	7,7	7,5	7,0	6,7	6,4	6,8
<b>Mulheres Pretas &amp; Pardas</b>	12,8	12,3	12,6	12,6	12,6	12,0	11,9	11,9	11,2	11,4	11,2	10,2	10,5
<b>Pretos &amp; Pardos</b>	<b>9,6</b>	<b>9,6</b>	<b>10,1</b>	<b>10,2</b>	<b>10,1</b>	<b>9,7</b>	<b>9,6</b>	<b>9,6</b>	<b>9,2</b>	<b>9,0</b>	<b>8,8</b>	<b>8,1</b>	<b>8,5</b>
<b>PEA Total</b>	<b>8,2</b>	<b>8,5</b>	<b>9,0</b>	<b>8,9</b>	<b>8,8</b>	<b>8,1</b>	<b>8,0</b>	<b>8,1</b>	<b>7,7</b>	<b>7,5</b>	<b>7,4</b>	<b>6,8</b>	<b>7,2</b>

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso)

**Tabela 3. Distribuição da População Economicamente Ativa (PEA) residente nas seis maiores RMs, Brasil, desagregada por posição na ocupação e grupos de cor ou raça e sexo; Brasil, Jan / 10 (em % da PEA ocupada)**

Posição na Ocupação	Homens Brancos	Mulheres Brancas	Brancos Total	Homens Pretos & Pardos	Mulheres Pretas & Pardas	Pretos & Pardos Total	Homens Total	Mulheres Total	Total
Emprego doméstico com carteira	0,4	3,8	2,0	0,4	8,6	4,0	0,4	6,0	2,9
Emprego doméstico sem carteira	0,4	6,9	3,4	0,6	14,7	6,8	0,5	10,4	5,0
Emprego com carteira no setor privado	48,9	42,5	46,0	51,9	36,3	45,0	50,2	39,7	45,5
Emprego sem carteira no setor privado	12,6	10,9	11,8	14,4	10,9	12,8	13,4	10,9	12,3
Emprego no setor público com carteira	2,1	2,3	2,2	1,3	1,9	1,6	1,8	2,1	1,9
Emprego no setor público sem carteira	0,9	1,6	1,2	0,8	1,7	1,2	0,8	1,6	1,2
Militar ou funcionário público estatutário	6,8	10,4	8,5	5,4	7,2	6,2	6,1	9,0	7,4
Ocupação por conta-própria	20,1	16,8	18,6	22,0	16,2	19,4	21,0	16,5	19,0
Empregador	7,6	3,8	5,9	3,1	1,6	2,5	5,6	2,9	4,3
Sem remuneração	0,3	1,0	0,6	0,3	0,8	0,5	0,3	0,9	0,6
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso)

**Tabela 4. Composição de cor ou raça e grupos de sexo da População Economicamente Ativa (PEA) residente nas seis maiores RMs, Brasil, desagregada por posição na ocupação, grupos de cor ou raça e sexo; Brasil, Jan / 10; (em % da PEA ocupada)**

Posição na Ocupação	Homens Brancos	Mulheres Brancas	Branco Total	Homens Pretos & Pardos	Mulheres Pretas & Pardas	Pretos & Pardos Total	Homens Total	Mulheres Total	Total
Emprego doméstico com carteira	3,8	32,0	<b>35,8</b>	3,2	60,8	<b>64,0</b>	7,0	93,0	<b>100,0</b>
Emprego doméstico sem carteira	2,0	34,2	<b>36,2</b>	3,0	60,5	<b>63,6</b>	5,1	95,0	<b>100,0</b>
Emprego com carteira no setor privado	30,7	22,9	<b>53,7</b>	29,2	16,4	<b>45,5</b>	60,3	39,7	<b>100,0</b>
Emprego sem carteira no setor privado	29,3	21,7	<b>51,0</b>	29,9	18,1	<b>48,0</b>	59,7	40,3	<b>100,0</b>
Emprego no setor público com carteira	31,5	28,9	<b>60,4</b>	17,3	20,4	<b>37,7</b>	49,5	50,5	<b>100,0</b>
Emprego no setor público sem carteira	20,9	32,6	<b>53,5</b>	17,0	29,0	<b>46,0</b>	38,4	61,7	<b>100,0</b>
Militar ou funcionário público estatutário	26,2	34,4	<b>60,6</b>	18,5	19,9	<b>38,4</b>	45,0	55,0	<b>100,0</b>
Ocupação por conta-própria	30,3	21,8	<b>52,0</b>	29,7	17,5	<b>47,2</b>	60,5	39,5	<b>100,0</b>
Empregador	50,2	21,5	<b>71,7</b>	18,3	7,7	<b>26,0</b>	70,2	29,8	<b>100,0</b>
Sem remuneração	13,3	44,1	<b>57,3</b>	11,5	30,3	<b>41,7</b>	24,7	75,3	<b>100,0</b>
Total	27,9	24,6	<b>52,5</b>	25,4	21,2	<b>46,7</b>	53,8	46,2	<b>100,0</b>

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso)

**Tabela 5. Rendimento habitual médio do trabalho principal da PEA ocupada segundo posição na ocupação dos grupos de cor ou raça e sexo, seis maiores RMs, Brasil, jan / 10 (em R\$, jan, 2009; INPC)**

Posição na Ocupação	Homens Brancos	Mulheres Brancas	Branco Total	Homens Pretos & Pardos	Mulheres Pretas & Pardas	Pretos & Pardos Total	Homens Total	Mulheres Total	Total
Emprego doméstico com carteira	854,20	640,04	<b>662,35</b>	715,55	606,35	<b>611,79</b>	789,83	617,65	<b>629,54</b>
Emprego doméstico sem carteira	654,63	507,32	<b>515,55</b>	549,82	444,10	<b>449,13</b>	591,83	466,64	<b>472,95</b>
Emprego com carteira no setor privado	1.728,43	1.421,52	<b>1.597,32</b>	993,17	817,93	<b>930,17</b>	1.380,99	1.181,57	<b>1.301,89</b>
Emprego sem carteira no setor privado	1.294,72	988,81	<b>1.165,76</b>	699,96	604,41	<b>664,38</b>	996,44	819,31	<b>925,75</b>
Emprego no setor público com carteira	3.556,88	2.165,91	<b>2.886,72</b>	1.483,38	990,59	<b>1.217,26</b>	2.817,12	1.715,82	<b>2.259,96</b>
Emprego no setor público sem carteira	1.351,86	1.256,57	<b>1.294,28</b>	989,70	706,79	<b>811,97</b>	1.182,30	993,16	<b>1.066,35</b>
Militar ou funcionário público estatutário	3.213,32	2.508,80	<b>2.813,05</b>	1.954,77	1.623,42	<b>1.782,01</b>	2.693,15	2.197,54	<b>2.420,27</b>
Ocupação por conta-própria	1.838,99	1.084,13	<b>1.523,44</b>	882,36	551,43	<b>759,43</b>	1.373,15	849,99	<b>1.166,29</b>
Empregador	4.368,31	3.661,37	<b>4.155,98</b>	2.433,29	2.212,26	<b>2.367,92</b>	3.906,49	3.294,54	<b>3.724,21</b>
Total	2.027,58	1.437,64	<b>1.756,69</b>	1.025,44	760,27	<b>907,99</b>	1.566,95	1.138,58	<b>1.373,49</b>

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada

**Tabela 6. Evolução do número de ocupados por posição na ocupação segundo os grupos de cor ou raça e sexo, seis maiores RMs, Brasil, jan / 09 - jan / 10; (em % da PEA ocupada)**

Posição na Ocupação	Homens Brancos	Mulheres Brancas	Branco Total	Homens Pretos & Pardos	Mulheres Pretas & Pardas	Pretos & Pardos Total	Homens Total	Mulheres Total	Total
Emprego doméstico com carteira	24,1	-6,7	-4,1	-34,9	13,8	9,7	-12,1	5,7	4,2
Emprego doméstico sem carteira	21,3	7,0	7,7	5,7	8,4	8,3	10,2	8,1	8,2
Emprego com carteira no setor privado	-1,7	1,3	-0,5	8,3	8,2	8,3	3,1	4,2	3,5
Emprego sem carteira no setor privado	-3,8	-1,6	-2,9	-2,9	1,5	-1,3	-3,2	-0,1	-2,0
Emprego no setor público com carteira	24,2	12,5	18,3	3,4	22,9	13,1	17,7	17,9	17,8
Emprego no setor público sem carteira	-7,0	-5,1	-5,8	-10,3	13,5	3,3	-8,0	3,0	-1,5
Militar ou funcionário público estatutário	-6,8	-5,9	-6,3	-8,7	2,5	-3,2	-7,4	-2,7	-4,9
Ocupação por conta-própria	-1,9	5,5	1,1	7,6	8,7	8,0	2,4	6,3	3,9
Empregador	-3,4	-5,7	-4,1	-10,2	10,5	-4,9	-5,5	-3,0	-4,8
Sem remuneração	-8,2	-24,0	-20,9	-13,6	18,2	7,4	-12,9	-12,9	-12,9
Total	-2,0	0,4	-0,9	4,2	8,0	5,8	0,9	3,7	2,1

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso)

**Tabela 7. Evolução do rendimento habitual médio do trabalho principal da PEA ocupada segundo posição na ocupação dos grupos de cor ou raça e sexo, seis maiores RMs, Brasil, jan / 09 – jan / 10, (em R\$ jan / 10 - INPC)**

Posição na Ocupação	Homens Brancos	Mulheres Brancas	Branco Total	Homens Pretos & Pardos	Mulheres Pretas & Pardas	Pretos & Pardos Total	Homens Total	Mulheres Total	Total
Emprego doméstico com carteira	-9,9	5,2	4,4	-4,2	8,3	6,2	-3,8	6,7	5,2
Emprego doméstico sem carteira	-1,4	11,0	10,3	-1,8	8,3	7,6	-0,5	9,2	8,6
Emprego com carteira no setor privado	-5,7	1,6	-3,3	5,4	7,5	6,1	-3,3	3,1	-1,1
Emprego sem carteira no setor privado	-0,8	5,4	1,2	8,5	9,3	8,6	2,4	6,0	3,5
Emprego no setor público com carteira	0,9	13,2	6,6	8,3	-1,7	2,4	5,7	9,7	7,3
Emprego no setor público sem carteira	-5,5	6,0	1,0	9,8	-11,3	-3,5	-0,1	-2,7	-2,0
Militar ou funcionário público estatutário	1,5	1,3	1,4	-4,7	3,9	-1,5	-0,7	1,8	0,3
Ocupação por conta-própria	7,0	0,8	4,3	4,0	0,5	2,9	4,0	-0,9	2,2
Empregador	-0,3	3,7	0,8	4,4	-26,0	-5,2	2,9	-7,2	0,0
Total	-1,4	1,5	-0,6	2,9	3,3	2,8	-0,8	0,9	-0,4

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada

# Jovens trabalhadores e o debate da redução da jornada de trabalho

Maria Aparecida Tardin Cassab\*  
Anete Negreiros\*\*

## Resumo

Esse artigo trata da questão da redução da jornada de trabalho do ponto de vista de sua importância e dos impactos para os jovens trabalhadores. Para isso inicia-se por discutir a ideia do “jovem operário flexível” que emerge nas novas configurações do trabalho na contemporaneidade. O exame das condições de trabalho e emprego da geração que fez 20 anos nos anos 2000 desvela as estratégias desses jovens na luta por sua inserção no mercado de trabalho e sustenta as observações feitas sobre a importância da redução da jornada para jovens empregados ou não.

## Palavras-chave

Juventude; redução de jornada; educação

## Introdução

Adrilane tem 24 anos. É operária de uma fábrica de porte médio do ramo metalúrgico que produz instrumentos odontológicos. É noiva de um rapaz também metalúrgico que trabalha em uma empresa pequena. Mora em uma cidade média no interior de Minas Gerais, em um bairro próximo à fábrica onde trabalha, vai de bicicleta todos os dias para economizar.

Seu desejo é poder entrar em uma grande montadora, cuja planta localiza-se nessa cidade. Quer ser mecânica, seu sonho é trabalhar com automóveis. Tem o ensino médio completo e sabe que as possibilidades de realização de seu desejo só se efetivam se fizer um curso técnico de mecânica. Mas não tem recursos financeiros próprios e nem sua família pode mantê-la durante um período de moratória para fazer o curso.

Adrilane relata duas dificuldades para a realização do curso. A primeira é que no Senai, onde

\* Professora da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF.

\*\* Socióloga, mestranda em Serviço Social da UFJF.



vê uma possibilidade mais concreta de ter sucesso na seleção, até por sua condição operária, não tem como arcar com os custos do curso e de seus necessários deslocamentos pela cidade. A outra possibilidade é o Ifet, que mantém um curso noturno de técnico modular em mecânica para quem tem o ensino médio completo. Mas, nesse caso, as dificuldades começam pela competitividade do processo seletivo, para o qual não se vê preparada e sem meios para custear um curso preparatório. Mesmo em caso de sucesso, as distâncias entre o local de trabalho e o curso inviabilizam sua presença, tanto pelo alto custo do transporte urbano como pelo tempo exíguo entre a saída da fábrica e a hora de início das aulas.

Com isso vai a cada dia adiando seu sonho de ser mecânica, de trabalhar em uma grande planta e de fabricar automóveis.

A história de Adrilane não é só dela, se repete inúmeras vezes entre os jovens trabalhadores, seja da indústria, seja do setor de serviços. O objetivo desse artigo é justamente tentar desvendar a inflexão de processos coletivos na trajetória biográfica da geração que faz 20 anos nos anos 2000. Ele trata da questão da redução da jornada de trabalho, sem redução de salário, do ponto de vista de sua importância e dos impactos para os jovens trabalhadores. Para isso inicia-se por discutir a ideia do “jovem operário flexível” que emerge nas novas configurações do trabalho na contemporaneidade. O exame das condições de trabalho e emprego dessa geração desvela as estratégias desses jovens na luta por sua inserção no mercado de trabalho e sustenta as observações feitas sobre a importância da redução da jornada para jovens empregados ou não.

## **A bandeira da redução da jornada**

A discussão da redução da jornada de trabalho sem redução de salário tem sido uma das demandas principais oriundas do movimento sindical. Esse debate, que se localiza no centro do enfrentamento das relações entre empresários e trabalhadores, historicamente sofre momentos de avanço e de refluxo.

Após a Constituição de 1988, quando os movimentos dos trabalhadores alcançaram a redução de

48 para 44 horas, a luta pelas 40 horas entra em um tempo de refluxo, como toda a organização que se fragiliza com as transformações do mundo do trabalho que a década de 1990 assistiu.

Com isso não se quer dizer que a reivindicação foi abandonada, e, como veremos, ela se atualiza cada vez mais em sua importância em face das exigências apresentadas aos trabalhadores, tanto para sua inserção no mercado de trabalho como para sua permanência.

Em 2001, as centrais sindicais promoveram ações em uma Campanha pela Redução da Jornada de Trabalho, com as bandeiras de criação de empregos de qualidade e a distribuição de renda. Em 2007, as centrais priorizaram a redução da jornada como um dos eixos centrais das ações dos trabalhadores, ao lado da criação de empregos e fortalecimento da seguridade e políticas sociais.

Em 30 de junho de 2009 a Comissão Especial da Câmara dos Deputados aprovou por unanimidade o relatório favorável à Proposta de Emenda à Constituição PEC 231/95. A proposta está em tramitação há 14 anos no Congresso Nacional e deverá ser votada em agosto de 2010 pelo Plenário da Câmara.

O Dieese, em nota técnica sobre a redução da jornada,<sup>1</sup> lista argumentos que vão desde o aumento de postos de trabalho e da qualidade do trabalho até condições específicas, como a questão da fadiga associada ao trabalho.

Se, do ponto de vista social, fica evidente a necessidade da RJT, também é sabido que a economia brasileira hoje apresenta condições favoráveis para essa redução uma vez que: a produtividade do trabalho mais que dobrou nos anos 90; o custo com salários é um dos mais baixos no mundo; o peso dos salários no custo total de produção é baixo; o processo de flexibilização da legislação trabalhista, ocorrido ao longo da década de 90, intensificou, significativamente, o ritmo do trabalho. (2007, p. 3)

Nessa linha argumentativa, o Dieese apresenta razões que demonstram o baixo impacto que a redução de jornada teria em termos dos custos do capital com o trabalho, em função das mudanças em sua organização.

Apenas para assinalar,<sup>2</sup> é importante lembrar que o processo de reestruturação produtiva de-

terminado pelas necessidades de acumulação do capital alterou profundamente a conformação do mundo do trabalho, sobretudo no que concerne ao mercado de trabalho e à inserção neste. Como sabido, essas transformações atingiram de forma contundente o universo fabril, com drásticas diminuições de postos de trabalho, o que resultou em uma grande massa de desempregados. Além disso, o setor de serviços passa a ser o grande receptáculo dessa mão de obra sobrando.

As transformações, no entanto, não alteraram apenas o mundo da fábrica, seus impactos recaíram sobre a vida social como um todo e alteraram profundamente as escolhas e estratégias de vida dos trabalhadores.

Dentre essas mudanças, é de especial interesse para os jovens no debate da redução da jornada que as novas configurações do mundo produtivo exigiram uma repactuação no binômio trabalho/educação. Em crescente escalada nas requisições para a admissão a postos de trabalho, mesmo os piores remunerados têm atingido em cheio essa geração de trabalhadores.

A ideia da empregabilidade como atributo do trabalhador cresce. Ao trabalhador, além da formação escolar, se impõe uma qualificação cada vez mais instrumentalizada e parcelizada, voltada a necessidades do processo de trabalho transformado na reestruturação produtiva.

Na “empregabilidade” está contida uma concepção de trabalhador flexível, com iniciativa e capaz de tomar decisões, mas que não se realiza nem no trabalho em sua concretude e nem na escola. A concepção de formação embalada na noção de empregabilidade considera que depende de cada indivíduo o acesso às chances de seu êxito, e esse se dá em razão de seus méritos pessoais e do sucesso de suas estratégias individuais de educação e instrução escolar. Essa educação reforça a produção de uma subjetividade fundada na individualidade e competitividade capitalista. Tais princípios revelam o modelo de educação liberal, balizado na dualidade do ensino, comprometido com os interesses do capital e sua lógica produtivista de preparação dos indivíduos para o melhor ingresso na divisão social do trabalho.

A escolaridade passa a ser cada vez mais cobrada, colocando a educação, ou qualificação ins-

trumental para as tarefas necessárias à produção, como regra primeira para se lançar em busca de um trabalho.

O discurso da educação disseminado pelo capital segue a concepção educativa da formação do capital humano, qual seja, a educação passa a ser considerada como imprescindível para o desenvolvimento econômico. Esse discurso é amplamente disseminado pelos organismos internacionais como meio de combate à pobreza, na esfera dos indivíduos e de superação de desigualdades de desenvolvimento entre as nações.

A qualificação para o domínio de novas tecnologias presentes nos processos de trabalho, seja nos serviços ou no fabril, surge como exigência feita pelo capital de uma força de trabalho capacitada a lidar com as inovações tecnológicas já existentes, bem como preparados para implementações constantes de novas tecnologias. Nesse ponto é preciso ainda assinalar que, na subjetividade operária produzida por essa educação de cunho liberal, a relação com as novas tecnologias surge como importante divisor. A incapacidade de manejo dessas tecnologias é um fator de déficit e de sentido de menos valia na formação do ethos do trabalhador.

Essa análise trata na realidade de evidenciar que essa estratégia do capital está muito mais associada à conformação/adequação da mão de obra para a realização de um trabalho flexível. O novo sistema de produção, o modelo japonês, reorganiza o universo do trabalho na medida em que impõe novas exigências, condicionando o trabalhador a ser capaz de realizar diversas funções na linha de produção, ou seja, o trabalhador polivalente.

Nota-se, portanto, que essa recente modalidade flexível do trabalho exige uma entrega que, quase absoluta, faz do “ato de entrega” e da absorção operária traduzir-se numa nova tessitura social, que agora procura englobar o conjunto da vida social. Sob a égide do trabalho flexível, por exemplo, não há mais a antiga distinção, existente na época fordista, que procurava separar o universo do “lar” e o da “produção”. (246, Giovanni)

O que se percebe é que essas mudanças afetaram a vida por inteiro do trabalhador. O tempo do não trabalho é funcionalizado pelo capital. Isso ocorre por diversos motivos, entre eles o de continuar sua

qualificação, além do tempo cada vez mais longo no transporte para chegar ao local de trabalho. Outros vínculos sociais ficam prejudicados, pois, com o trabalho cada vez mais desgastante, o tempo livre mal é suficiente para a recuperação da fadiga.

## **Destinos de jovens no Brasil hoje**

De qualquer perspectiva da qual se parta para o debate sobre o destino de jovens, é necessário escapar de uma certa generalidade que atravessa o tema. Em razão da imensa desigualdade social e isolamento entre classes, e aqui se fala do Brasil contemporâneo em especial, não há como se pensar a juventude como uma experiência ou mesmo um fenômeno social em si.

Ao mesmo tempo, é necessário também reconhecer que, se a grande diversidade e desigualdade social implicada nas trajetórias biográficas de jovens desenha muitas juventudes, também carrega traços que as unificam e conferem sentidos comuns ao que aparentemente não traz identidades entre si. É uma ilusão supor que o destino de parte da juventude possa ser trilhado apenas por ela, como exteriores a outros jovens que não partilham desse destino.

Suas experiências inscrevem-se, portanto, no que podemos chamar de totalidade social, que não é um somatório de partes e relações sociais, mas são estas em seu contraditório e conflituoso. É neste ponto que convergem as experiências individuais em práticas definidas em e por uma institucionalidade burguesa.

Alguns pontos podem ser relacionados acerca desses destinos. Óbvios, como a diferença entre as possibilidades de caminhos entre rapazes e moças. Aí a maternidade é uma condição determinante e asseguradora de um lugar socialmente reconhecido, ainda que cercado de ilusões e de alto custo para as jovens. Outro aspecto é que, mesmo que conectados ao seu tempo geracional, o destino dos jovens pobres, no masculino ou feminino, é diferente dos outros jovens.

Este artigo trata de uma parte da juventude, que por sua diversidade de vivências não pode ser abordada em seu conjunto. O que não significa que, no foco definido, seja impossível conhecer a totalidade da condição juvenil no Brasil contemporâneo. As re-

flexões aqui estabelecidas tratam dos jovens oriundos dos segmentos dos trabalhadores.

Ainda que não se conformem identidades rígidas e se estabeleçam interfaces e campos de convergência entre eles, três destinos podem ser pensados.

Um primeiro grupo de jovens é aquele que está capturado nas redes ilegais do narcotráfico e do crime organizado. São os “soldados” do tráfico, e têm seu modo de vida, mobilidade espacial e tempo cotidiano definidos por essa forma de inserção. Seu horizonte de expectativas está circunscrito ao imediato dentro da imediatividade.

O outro grupo é o dos usuários da assistência. Sua condição de usuários das políticas de assistência, seja através de programas de transferência de renda, tais como os que distribuem bolsas, seja através do atendimento na rede de prestação de serviços assistenciais, os define como pobres. Essa implicação localiza esse indivíduo em sua relação com outros e no universo das relações da política e do pertencimento de classe. Apesar de sujeito de direito, não se constitui como sujeito da e na ação política.

Para pensar sobre o terceiro grupo de jovens, é preciso entendê-los em suas aspirações e esforços de diferenciação. A crescente precarização e instabilidade do emprego, com a perda dos direitos sociais assegurados pelo emprego formal, a política de sistemática demonização dos jovens e judicialização de seus comportamentos cumprem também o papel regulador do mercado de trabalho. Esse movimento se dá em dois sentidos, tanto de exclusão física de parte dos jovens como de exemplarização para aqueles que lutam por sua inserção no mundo do trabalho.

A condição de instabilidade e depreciação dos direitos sociais favorece a aceitação da condição de trabalhadores pobres. Esse terceiro grupo de jovens será aquele que formará o segmento dos trabalhadores. Sobre eles é preciso discutir as possibilidades desse terceiro grupo de jovens em sua produção como sujeitos da ação em sua inserção, de variadas formas, no mundo do trabalho.

Essas situações possuem especificidades muito claras quando tratamos dos jovens trabalhadores nos processos de reestruturação produtiva. Essa geração ao entrar no mercado de trabalho, ou pelo

menos, assim pretender fazer, já encontrou essas transformações em curso. Ou seja, os jovens quando se tornaram trabalhadores, ingressaram na lógica da flexibilidade e a requisição a uma identidade de *jovem-adulto-flexível*. (Araujo, 2009)

Na raiz do consentimento a esta identidade está a ideia de *empregabilidade*. De acordo com essa noção, os trabalhadores são os próprios responsáveis pela sua entrada no mercado de trabalho. O que significa que cabe aos trabalhadores o encargo de se preparar para atender às exigências impostas pelo mercado de trabalho.

Os jovens certamente desconhecem a noção de capital humano e empregabilidade, mas sabem que o mercado de trabalho só lhes abrirá uma porta se forem altamente escolarizados e qualificados. E que essas exigências estão conectadas a novas condições de trabalho, que para eles são as únicas com as quais tiveram contato.

Por certo, os jovens sabem que a escolarização não lhes garante emprego, nem mesmo melhores condições de inserção no mercado,<sup>3</sup> pois sua experiência indica que a escolarização/qualificação não é passaporte automático para a conquista de um posto de trabalho, muito menos que sua inserção se dará em um posto de trabalho especializado. Mas reconhecem que somente a escolarização/qualificação poderá garantir maiores possibilidades de obter uma inserção no mercado de trabalho, qualquer uma.

No conjunto dos jovens que potencialmente comporão a força de trabalho de modo mais permanente pode-se ainda distinguir três experiências diversas: os que estão tentando entrar no mercado de trabalho e ainda não obtiveram êxito; os que já estão no mercado de trabalho em postos precários ou informais e almejam outra inserção menos provisória; e por fim aqueles que estão em postos de trabalho formais, com direitos garantidos; e lutam por sua permanência e ascensão. Nas três experiências um denominador comum, a relação entre educação e trabalho.

O primeiro grupo de que tratamos, os jovens que almejam entrar no mercado de trabalho e ainda não conseguiram, são os jovens pobres. São aqueles que não possuem condições materiais e objetivas de atender à exigência da qualificação, mas que mesmo assim sua família e ele próprio arcam com muito

sacrifício com essa escolarização. A expectativa é de que esse investimento seja capaz de garantir maior probabilidade de inserção desse jovem no mercado de trabalho formal. Esse grupo usuário das políticas públicas de formação para o trabalho sofre forte influência das tendências que elas apresentam ao longo do tempo, na alteração de sua ênfase entre o assistencial e o instrumental.

No entanto, esses jovens se deparam com duas realidades condicionadas pela sua condição de classe. A primeira é de que não possuem uma rede de vínculos sociais que lhes garanta a possibilidade de obter um emprego de qualidade. Ou seja, não dispõem de um patrimônio de relações de outros trabalhadores que estejam em bons empregos e lhes ofereçam informações e acessos, o que já limita, e muito, suas possibilidades.

A segunda realidade é a de que quando esse jovem alcança uma alta qualificação que lhe proporciona disputar empregos “mais nobres”, essa entrada lhe é negada em detrimento daqueles com mais acessos.

Parece também importante ressaltar que, à medida que se eleva a escolaridade da população de baixa renda, acompanha, em indicadores mais expressivos, o desemprego. O mercado de trabalho, diante da enorme escassez de emprego e do elevado excedente de mão de obra no país, termina observando a manifestação mais evidente da discriminação, sobretudo quando se trata da população de menor renda e mais escolaridade. (POCHMANN, 2004)

O segundo grupo, daqueles que já estão no mercado de trabalho em postos precários e informais e almejam outra inserção, é composto por jovens que trabalham, em sua maioria, no setor de serviços, em pequenas e médias indústrias com péssimas condições de trabalho e salários baixíssimos, bem como daqueles jovens que trabalham na informalidade. Esses jovens desejam ter outra inserção no mercado de trabalho, ou seja, obter um trabalho formal, com direitos garantidos, que lhes possibilitem inclusive melhores condições de vida.

Suas dificuldades são muito claras, a grande maioria deixou de estudar para trabalhar, alguns conseguiram terminar o ensino médio, no entanto não possuem condições de arcar com a continuidade



de dos estudos e muitas vezes não têm tempo para isso. Esses jovens permanecem pouco tempo em um mesmo posto de trabalho com grande rotatividade de emprego e funções.

Por fim, são aqueles que estão em postos de trabalho formais, com direitos garantidos e, portanto, buscam sua permanência. Esses são a minoria. São eles os jovens que se encontram em grandes empresas privadas e públicas e nas instituições públicas, que passaram pelo menos por um processo de formação. Muitos deles tentam, ainda que com dificuldades, conciliar o trabalho com educação em busca de conquistar outra inserção social. Possuem como horizonte a permanência no posto de trabalho que ocupa, bem como ter a possibilidade de progredir nos quadros da empresa/instituição. O obstáculo principal que enfrentam é comum a todos, o tempo.

### **Algumas considerações finais**

As novas condições da acumulação impuseram aos trabalhadores ainda mais duras dificuldades. Intensificaram a exploração e estenderam o tempo dispensado ao capital, tanto na intensificação do ritmo como do tempo necessário ao trabalho. Desmancharam as fronteiras entre tempo de trabalho e o tempo livre, entre a fábrica e a casa. E transferiram de forma ampla as responsabilidades da formação para o trabalho aos próprios trabalhadores e suas famílias, em detrimento de seu tempo livre e em alguns casos, de seus poucos recursos.

Sobretudo, aos jovens trabalhadores impõem-se uma dinâmica muito intensa de dispensa do seu tempo de não trabalho para o capital. A exigência de qualificação cada vez maior, apesar de prolongar-se por toda a vida, é muito mais intensa nos anos iniciais de entrada no mercado de trabalho.

Com isso, além de tudo que a literatura registra nas consequências da reestruturação produtiva, sempre é bom reafirmar que para os jovens trabalhadores a questão do tempo assume um caráter crucial. A juventude é o tempo de florescimento do corpo, do estabelecimento de múltiplos vínculos sociais, da experimentação da política no domínio do espaço público. A exigência da qualificação, embutida na “empregabilidade”, impõe a esse jovem trabalhador a renúncia a parte de sua sociabilidade

para o capital. Além de reduzir ainda mais a possibilidade dos jovens que não estão no mercado de trabalho de nele ingressarem, bem como limitar os jovens trabalhadores dos postos precarizados e informais de conquistarem outra inserção no mercado de trabalho.

O debate sobre a redução da jornada de trabalho, sem redução de salários, tem como primeiro argumento a criação de novos postos de trabalho, o que sem dúvida garantiria maior possibilidade de inserção dos jovens no mercado. Argumenta-se também a questão da fadiga associada ao trabalho intenso nas condições do trabalho flexível.

A esses argumentos outros podem ser acrescidos em relação à juventude. Ela nos leva a refletir sobre como o capital se apropria do tempo dos trabalhadores, e ao fazê-lo desonera-se de suas responsabilidades na reprodução da força de trabalho. Claramente isso é verdade em relação à qualificação/educação dos jovens trabalhadores instrumentalizada para o capital, para o trabalho, mas de inteira responsabilidade dos jovens e de suas famílias.

Harvey (2009) diz que o neoliberalismo, contexto político da reestruturação produtiva, pode ser interpretado como:

um projeto utópico de realizar um plano teórico de reorganização do capitalismo internacional ou como um projeto político de reestabelecimento das condições de acumulação do capital e da restauração do poder das elites econômicas (p. 27)

Diante dessas duas possibilidades, ele defende a segunda alternativa de reposicionamento do projeto de classe das elites, que se realiza com a apropriação das capacidades e habilidades dos trabalhadores e o ataque à organização sindical na construção do consentimento.

Os jovens que agora fazem 20 anos não participaram dessas lutas. Entram no mundo do trabalho depois dos ataques à organização sindical, com essas transformações já estabelecidas e o projeto político consolidado. Pelas agudas condições de vida que têm hoje, a bandeira da redução da jornada de trabalho, sem redução de salário, pode ser poderosa o suficiente para despertar entre os jovens trabalhadores seu sentido de pertencimento de classe e constituição como sujeito político na ação.

Talvez assim Adrilane, jovem metalúrgica que quer ser mecânica, possa sonhar com outros. Adrilane poderá então ser realista e desejar apenas o impossível, como diziam os jovens do maio de 1968.

## NOTAS

1 DIEESE. Nota Técnica, 57, nov. de 2007.

2 Há vasta literatura sobre o tema, nele destacam-se: ALVES, Giovanni. O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao Trabalho? (ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho). São Paulo: Cortez, 1995.

RODRIGUES, I. J. . Transformações no mundo do trabalho e dilemas do sindicalismo. Revista de Direito do Trabalho (São Paulo), São Paulo, v. 117, p. 71-87, 2005.

RODRIGUES, I. J. ; RAMALHO, José Ricardo . O Sindicalismo metalúrgico em contextos de reestruturação: o caso do ABC paulista e as novas estratégias sindicais. In: Marcia de Paula Leite; Angela Maria Carneiro Araújo. (Org.). O trabalho reconfigurado: ensaios sobre Brasil e México. São Paulo: Annablume, 2009, v. 1, p. 243-260.

RAMALHO, J. R. (Org.) ; SANTANA, Marco Aurélio (Org.) . Além da Fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

3 Sobre índices de escolarização e trabalho de jovens no Brasil consultar. Trabalho decente e juventude no Brasil. Relatório. Brasília, 2009

## BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, Renan. O metalúrgico jovem-adulto-flexível do ABC paulista e o novo metabolismo produtivo-social do capital à época con-

temporânea. In. FIGARI, Cláudia; ALVES, Giovanni (Org.). *La precarización del trabajo em América Latina – Perspectivas del Capitalismo global*. Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2009.

DIEESE. Nota Técnica. São Paulo, Nº57, novembro, 2007. Acessível em [www.cntssc.org.br/download/NT-57-JORNADA-DE-TRABALHO.pdf](http://www.cntssc.org.br/download/NT-57-JORNADA-DE-TRABALHO.pdf)

HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. Tradução: Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

POCHMANN, Márcio. *Educação e trabalho: como desenvolver uma relação virtuosa?* Educ. Soc., Campinas, v. 25, n. 87, p. 383-399, maio/ago, 2004.

RODRIGUES, Iram Jácome, SOUZA MARTINS, Heloísa H. T. Perfil socioeconômico de jovens metalúrgicos. *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, v. 17, n. 2, pp. 221-252, novembro, 2005.

SOUZA MARTINS, Heloísa H. T. A difícil transição: análise das trajetórias ocupacionais de jovens operários metalúrgicos. In: Dowbor, Ladislau et al. (orgs.). *Desafios do trabalho*. Petrópolis, Vozes, pp. 169-186, 2004.

TOMIZAKI, Kimi. A herança operária entre a fábrica e a escola. *Tempo Social* [online], v. 18, n. 1, pp. 153-171, 2006.

Este artigo é parte da Pesquisa "Jovens pobres: de quem se fala?" financiada pela FAPEMIG.



# Chamada para Artigos

A VERSUS Acadêmica  
aceita trabalhos  
submetidos sob forma  
de artigos e ensaios

A Revista VERSUS é uma publicação do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Plural e interdisciplinar, a publicação tem o objetivo de reunir o pensamento crítico das diversas áreas do conhecimento voltadas para os problemas sociais, econômicos, políticos e culturais da sociedade contemporânea. VERSUS nasceu com o propósito de se constituir num polo aglutinador do esforço intelectual para entender o Brasil e a realidade internacional.

## Diretrizes para submissão

A VERSUS Acadêmica (ISSN: 1984-4263) aceita trabalhos submetidos sob forma de artigos e ensaios relacionados às Ciências Sociais Aplicadas, entendidas em sentido amplo. A publicação dos trabalhos está condicionada a um processo de seleção realizado por membros da Equipe Editorial e por pareceristas da revista, garantido o anonimato destes últimos.

## Normas de apresentação dos textos

### Artigos e ensaios

Os textos dos artigos e ensaios deverão conter resumo e abstract de até 10 linhas, de acordo com a seguinte formatação: Folha A4 (29,7 x 21 cm); margem superior = 3cm, inferior = 2cm, esquerda = 3cm e direita = 2cm; editor de texto: Word for Windows 6.0 ou posterior, utilizando caracteres Times New Roman tamanho 12; espaçamento de entrelinhas 1,5 e alinhamento justificado. Além disso, logo abaixo do resumo deverão estar indicadas as principais palavras-chave do texto. Tabelas, quadros e gráficos deverão ser numerados sequencialmente por tipo, no título, com algarismos arábicos, e menção da fonte dos dados.

## Referências bibliográficas

Os textos precisam seguir as normas editoriais da revista:

Todas as obras citadas no texto devem entrar nas referências bibliográficas, que, por sua vez, não devem conter nenhuma obra que não tenha sido citada no texto. As notas deverão ser de natureza substantiva, restringindo-se a comentários adicionais ao texto. Referências bibliográficas, quando necessárias, deverão aparecer no próprio texto, com a menção do último sobrenome do autor, acompanhado do ano da publicação e do número da página, caso pertinente (ZEA, 1976, p. 18). Quando houver mais de uma referência na mesma citação, separá-las por ponto e vírgula (Epstein e Power, 2003; Epstein et al., 2005). Até três autores, podem ser os três citados nominalmente; a partir de quatro, grafar apenas um autor seguido de et al. As notas devem ser inseridas ao final do texto, depois da bibliografia e numeradas em algarismos arábicos, com exceção da qualificação do autor ou dos autores do artigo ou ensaio, que deve ser colocada em nota de rodapé na própria página da referência, com asterisco inserido junto ao nome de cada autor. Ao final dos ensaios e artigos, as referências bibliográficas devem ser listadas em ordem alfabética, de acordo com os seguintes exemplos:

### Livros

RAMOS, Guerreiro. *A Redução Sociológica*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1996.

FRANK, Robert; COOK, Philip. *The Winner-Take-All Society*. Nova Iorque, Free Press, 1995.

### Capítulos de livros

OCAMPO, José Antonio; PARRA, Maria Angela. The Commodity Terms of Trade and Their Strategic Implications for Development, in JOMO, K.S. (org.) *The Long Twentieth Century: Globalization under Hegemony*. Nova Delhi, Oxford University Press, pp. 164-194, 2006.

### Teses

ASSMAN, Selvino. *A Filosofia da História de Leopoldo Zea: a América Latina e a História*. Tese de doutorado, Pontificia Università Lateranense, Facoltà di Filosofia. Roma, Itália, 1983.

### Artigos

VAZ, Henrique C. L. "Religião e Modernidade Filosófica", *Síntese Nova Fase*, vol. 18, n. 53, pp. 147-165, abril-junho, 1991.

## Itens de verificação para submissão

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão com todos os itens listados a seguir. Serão devolvidas aos autores as submissões que não estiverem de acordo com as normas.

A contribuição é original e inédita, e não está sendo avaliada para publicação por outra revista; caso contrário, justificar em "Comentários ao Editor".

Os arquivos para submissão estão em formato Microsoft Word, OpenOffice ou RTF (desde que não ultrapasse os 2MB).

O texto tem até 20 páginas em fonte Times New Roman 12, espaço 1,5; emprega itálico em vez de sublinhar (exceto em endereços URL); com figuras e tabelas inseridas no texto, e não em seu final. O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos em "Diretrizes para Submissão", na seção "Chamada para Artigos".

A identificação de autoria deste trabalho foi removida do arquivo e da opção Propriedades no Word, garantindo dessa forma o critério de sigilo da revista, caso submetido para avaliação por pares (ex.: artigos), conforme instruções disponíveis em "Assegurando a Avaliação por Pares Cega".

O trabalho apresenta TÍTULO, RESUMO (de até 15 linhas) e PALAVRAS-CHAVE (no máximo 5) na língua original (português ou espanhol) e em INGLÊS.

## Assegurando a avaliação por pares cega

Para assegurar a integridade da avaliação por pares cega, para submissões à revista, deve-se tomar todos os cuidados possíveis para não revelar a identidade de autores e avaliadores entre eles durante o processo. Isso exige que autores, editores e avaliadores (passíveis de enviar documentos para o sistema, como parte do processo de avaliação) tomem algumas precauções com o texto e as propriedades do documento:

Os autores do documento excluíram do texto nomes, substituindo com "Autor" e o ano em referências e notas de rodapé, em vez de nomes de autores, título do artigo, etc. Em documentos do Microsoft Office, a identificação do autor deve ser removida das propriedades do documento (no menu Arquivo > Propriedades), iniciando em Arquivo, no menu principal, e clicando na sequência: Arquivo > Salvar como... > Ferramentas (ou Opções no Mac) > Opções de segurança... > Remover informações pessoais do arquivo ao salvar > OK > Salvar.

Em PDFs, os nomes dos autores também devem ser removidos das Propriedades do Documento, em Arquivo no menu principal do Adobe Acrobat.

## Sobre o processo de seleção dos artigos

Os artigos encaminhados à revista serão primeiramente analisados pelo conselho editorial em seus aspectos formais. São critérios para seleção dos artigos: o caráter científico, a relevância e a atualidade, a aplicabilidade e o bom desenvolvimento do tema. Havendo irregularidade, os artigos serão reprovados. Após essa avaliação inicial, os artigos serão encaminhados, sem qualquer indício que possa identificar o autor, aos pareceristas capacitados e especializados na área do artigo indicado pelo autor. O autor será informado do resultado da sua avaliação. A avaliação dos pareceristas pode ser: "recomendado para publicação"; "recomendado para publicação com modificações" ou "não recomendado para publicação".

Para submissão de trabalhos, enviar e-mail para:

[versusacademica@ccje.ufrj.br](mailto:versusacademica@ccje.ufrj.br)

Confira prazos no site.

[www.versus.ufrj.br](http://www.versus.ufrj.br)



versus  
ACADÊMICA

[www.versus.ufrj.br](http://www.versus.ufrj.br)

**J**uca Kfouri se distingue no universo do submisso (em regra) jornalismo esportivo. Sempre tratou o esporte, e em especial o futebol, no ambiente mais amplo das mazelas da vida brasileira. Desafia a alta cartolagem e expõe as entranhas que vinculam a autocracia que decide sobre os esportes no país ao poder econômico e político. Com suas diatribes, leva de sassos ao infinito apetite de poder de Ricardo Teixeira à frente da CBF. Também não dá conforto ao cartola-mor do Comitê Olímpico Brasileiro (COB), Carlos Nuzman. O jornalista considera temerário deixar nas mãos dos dois a organização



ENTREVISTA/Juca Kfouri

# Juca sem medo

No jornal, no rádio, na tevê e num blog que é fenômeno de audiência, o jornalista expõe as entranhas da autocracia que manda no esporte do país

**Luiz Carlos Maranhão\***

De São Paulo

*\* Ney Sant'Ana colaborou na entrevista. Marco Fernandes fotografou. Ney Sant'Ana e Vitor Saiga, da equipe de audiovisual da Coordenação de Comunicação da UFRJ, filmaram a entrevista para a webtv da UFRJ e para o site [www.versus.ufrj.br](http://www.versus.ufrj.br). Márcia Rocha produziu. Arte de Gil Castro*

da Copa do Mundo, em 2014, e das Olimpíadas, em 2016. A atitude crítica lhe custa caro. Faz isso há 40 anos, 25 dos quais na revista *Placar*, que modernizou a cobertura esportiva no país ao investir em reportagens investigativas. Nesse tempo de profissão, já são uma centena e meia de processos na justiça – no caso mais recente, o STF lhe deu ganho de causa numa ação movida pelo presidente da CBF.

Anos de estrada autorizam certezas. Diz, por exemplo, que a última instituição que vai mudar no país

é o esporte. “Ela é profundamente reacionária, corrupta e corruptora.” Afirmo que emissoras de TV aberta abrem mão da crítica e se tornam sócias dos dirigentes ao comprar os direitos de transmissão de eventos esportivos. Juca acusa a ausência de política esportiva no país e as críticas vão para o governo de FHC (quando teve participação na indicação de Pelé para a Secretaria dos Esportes) e para Lula, a quem conheceu líder sindical no ABC. “O Lula hoje é cama e mesa com Ricardo Teixeira”, lamenta.

Juca é

corinthiano roxo. Gosta de repetir a história segundo a qual foi o Corinthians que o tornou ateu, porque Deus não quis atendê-lo num singelo pedido que fez até os 15 anos ao comungar nas missas dominicais: uma vitória sobre o Santos, de Pelé.

Juca Kfour nasceu na cidade de São Paulo, há 59 anos. Durante a ditadura, foi militante clandestino (veja quadro página 102) e ingressou na Faculdade de Sociologia da USP. Comentarista da CBN, colunista da *Folha de S.Paulo*, além de aparecer com regularidade no canal por assinatura ESPN-Brasil, o seu encanto profissional, no entanto, é o *Blog do Juca*, mais de 80 milhões de acesso desde 2005.





## VERSUS

**Você é o único a enfrentar a cartolagem?**

### Juca Kfourri

Não acho que seja exatamente assim. Há outros. O que acontece comigo: estou fazendo 40 anos de jornalismo, já acreditei muito e em muita gente, e fui constataando, com o passar do tempo, quanta mentira a superestrutura do esporte brasileiro me contava. Então fui ficando vacinado, cada vez mais cético em relação a eles (dirigentes). Acho que a diferença de prática jornalística em relação a muita gente é que, embora eu fique cada vez mais cético, não fico cínico, não desisto. Se disser para você que tenho a ilusão de ver o esporte no Brasil perto do que deveria ser, eu te diria que não tenho mais. Agora, não vou deixá-los não ter alguém permanentemente botando o dedo nas feridas deles. Mas não é que eu seja o único.

**V Mas em geral não há uma atitude domesticada, submissa, da mídia esportiva?**

**JK** Exato. Mas aí o que nós temos é uma confusão que é terrível, essencialmente no grande veículo (num país com nível de pouca leitura) que é a TV aberta. Ela se transforma em sócia dessa gente para comprar os direitos de transmissão. E ao se tornar sócio, você não critica o seu sócio. Nós não temos ainda aqui a postura que, por exemplo, você tem nas grandes redes dos Estados Unidos, onde o departamento de eventos é separado do departamento de jornalismo. Porque uma coisa é o evento que eu vou cobrir, ele é meu, eu paguei. Agora, como o jornalismo vai tratar esse evento é problema meu.

**V E nos demais veículos?**

**JK** Se você pegar a cobertura diária da *Folha de S. Paulo*, ela é crítica, no *Estadão* é crítica. Veja o caso do diário *Lance* que poderia

ser um jornal absolutamente cúmplice do poder esportivo no Brasil e não é. E não é a ponto, pasme você, de não ter anúncio da Nike. Não tem anúncio da Nike porque a Nike é patrocinadora da Seleção, e o Ricardo Teixeira provavelmente diz para os caras: olha, não anuncia aí porque não é um jornal amigo. Agora, como estou há mais tempo do que o *Lance* acaba sendo aquela coisa de que o Juca Kfourri é o inimigo número 1 dessa gente. E não é nem uma coisa que me agrade. Já me senti sozinho lá atrás, no começo dos anos 1980, quando a *Placar* começou com aquela linha do jornalismo investigativo. Pois cada denúncia que a gente fazia em regra os jornais no dia seguinte tentavam desmentir.





E houve diversos momentos em que eu me senti assim, sangrando, sem nenhuma solidariedade.

**V** A Editora Abril não criava obstáculos a essa independência?

**JK** É a velha coisa do chavão, a diferença entre a liberdade de imprensa e a liberdade da empresa. Eu trabalhava numa revista de futebol, numa empresa que não dava a menor pelota para o futebol e cujo patrão, senhor Roberto Civita, dizia que as “nossas revistas só têm um patrão, o leitor. O nosso patrão não é o governo, não é o anunciante, não são os nossos amigos; o nosso patrão é o leitor”. Bom, se o nosso patrão era o leitor, então eu fazia uma revista exatamente assim. Até o dia em que ele fez a TVA, foi tentar comprar eventos esportivos e começou a ouvir da cartolagem esse tipo de argumento: eu não quero vender para alguém que tem uma revista que só me dá cacete. E um belo dia ele me pediu para parar de dar cacete. Não precisa falar bem, mas pare de criticar. Então as regras estavam mudando. Agora, isso eu tinha 25 anos de Abril. Eu entrei em 1970 e estou falando isso de 1995. Aí eu saí da Abril.

**V** Por que a democracia é refeita no futebol, ou melhor, nas estruturas que regem o esporte no país?

**JK** Há uma frase que eu vou repetir: a última instituição que vai mudar nesse país é a instituição chamada esporte. E por quê? Porque ela não é apenas conservadora. Ela reacionária, o que é diferente, e profundamente corrupta e corruptora. Com poder de sedução inimaginável. Saímos da ditadura, entramos no período democrático. Primeira experiência, aquele descalabro que foi o Collor. Mesmo com mecanismos de uma

democracia incipiente, fizeram o *impeachment* de um presidente em pouco tempo. Vem um professor (FHC). Queria que eu fosse ministro, me convidou para ser secretário de esportes. Então inventamos a solução Pelé, porque estava convencido, que qualquer um que não fosse o Pelé seria ultrapassado pelo João Havelange, pelo Ricardo Teixeira, como o Zico (ministro dos Esportes de Collor) foi. Fernando Henrique era capaz de entender a dimensão sociológica do futebol e do esporte, mas ele perguntava quem é a bola. A sensação que me dava é que cada vez que eu saía de uma conversa com ele, fosse onde fosse, ele pensava assim: o Juca está maluco, o FMI batendo na minha porta e ele acha que eu vou pensar nisso, ele está doido.

**V** E o Lula?

**JK** Do mesmo jeito que fui amigo de FHC eu fui, digamos, parceiro do Lula, porque em 1979, era diretor do Sindicato dos Jornalistas e fui destacado para acompanhar as greves do ABC. O Lula se elegeu (presidente da República),

**“** Perder dinheiro com campos de futebol ou fazer novos campos, nem pensar. Serão elefantes brancos, e é isso que está sendo feito

me ligou e pediu para juntar um grupo de pessoas e fazer um projeto para a política esportiva no Brasil porque o PT não tinha. Então juntamos, eu não vou lembrar de todos, Bebeto de Freitas, Ana Mazer, Sócrates, José Trajano, enfim, e demos a ele um plano de esportes. O Lula assumiu dizendo que ia entregar isso para o ministro dos Esportes, que era do PC do B. As duas primeiras leis que o Lula assinou foram leis aprovadas no Governo FHC. O estatuto do torcedor e a chamada lei da moralização. Gilberto Carvalho (chefe de gabinete de Lula) me liga e diz que “o presidente gostaria que você viesse” (para o ato de assinatura). E eu fui. Para resumir, Lula abriu o discurso literalmente dizendo o seguinte: “nunca mais vamos ouvir o jornalista Juca Kfour falar que no Brasil o torcedor é tratado como gado”. A plateia veio abaixo e eu não sabia onde enfiar a cara, as pernas tremiam, de gravata, todo elegante. E terminou o discurso, aí não é literal, mas a ideia era essa, dizendo o seguinte: a presença do jornalista aqui se dá como umas homenagens a todos os jornalistas que como ele foram perseguidos, processados, tiveram credenciais cassadas por essa cartolagem mal sã.

**V** O presidente usou essa expressão “mal sã”?

**JK** Ele falou essa expressão. Tinham pouquíssimos cartolas na plateia. Os maiores não estavam lá porque sabiam que aquilo era contra eles e achavam que aquilo era coisa do exército de Brancaléone, conspiração, eles “ganham”, o cara comunista está enfiando na gente. Sem ter mais o direito da ingenuidade, nós estamos falando de 8 anos atrás, eu já tinha feito 52 anos; quando saí do palácio eu esmurrava o ar de alegria, ferraram-

se. Eu tinha um professor, Gabriel Cohn, que dizia o seguinte: não acredito em sociólogo no Brasil que não tenha os fundilhos das calças puídos pelas arquibancadas. Bem, o Lula tem, é torcedor de futebol, é corinthiano. Seis meses depois o Lula estava de braços dados com Ricardo Teixeira, naquele jogo no Haiti. O Lula hoje é cama e mesa do Ricardo Teixeira e do Carlos Nuzman (presidente do COB).

## **V** E por que Lula concede?

**JK** Porque põe o Ronaldinho e o César Scielo na sala dele, porque abrem perspectivas de edificações, de investimentos de grandes empreiteiras e agências de propaganda que, de alguma maneira, podem ajudar na campanha de A, de B ou de C, que movimentam isso tudo. Dentro de um panorama de absoluta irresponsabilidade e subjetividade. Sabe por quê? Porque o esporte é das áreas mais favoráveis à lavagem de dinheiro pelo grau de subjetividade que ela desenvolve. Quanto vale o Messi? Ah, 120 milhões de euros. Mas 120, por que 120, o Kaká vale 90? Então é 150, é, não sei. E aí então se faz qualquer negócio, justifica-se qualquer coisa.

## **V** Você é um desapontado com o Lula?

**JK** Eu sou um desapontado com o Lula. Escrevi uma coluna com grande dor, que eu sei que lhe doeu muito porque ele reclamou depois, cujo título é "Lula e o cartola".

## **V** Ele voltou a conversar com você depois?

**JK** Não, houve assim alguns recados, mas ele sabe que essa é uma conversa que nós não podemos ter. Ele deu a Timemania (loteria cuja renda é transferida)

para esses caras sem uma exigência de contrapartida. Não pense que sou um porra-louca, que não sou capaz de me pôr no lugar dos outros. Fui de grupo clandestino, fui do partidão (PCB). No partidão aprendi a ser mais realista. Eu sou capaz de me colocar no lugar dele (Lula) e fazer algumas alianças que me doem o estômago, como vi FHC fazer até piores. Eu sou capaz

de me colocar no lugar dele para saber que se alguém que não poderia fazer uma ruptura com a ordem econômica internacional era o governo do PT, era derrubado em 24 horas se fizesse. O Lula tinha toda essa desconfiança. Agora, pequenas rupturas o Lula poderia ter feito e no esporte era uma delas, principalmente porque eleitoralmente seria muito bom pra ele.

Ele deu a Timemania, qual a justificativa? (fazendo voz do Lula) "Eu não posso deixar os clubes quebrarem, não posso deixar o Flamengo quebrar, o Corinthians quebrar, não posso." Exija. Faça que nem na Itália. Exija uma mudança de modelo de gestão, uma gestão empresarial sob pena de o cartola arcar com o seu patrimônio se endividar o clube, se quebrar o clube. Mas nada, nada vezes nada. Prometeu pra mim numa segunda-feira aqui na Secom, no Banco do Brasil, na Avenida Paulista, que não faria a Timemania como medida provisória, que ia mandar como projeto de lei. Na frente, que Deus o tenha, do Zé Dirceu, do Gilberto Carvalho, do Sócrates e da Sôrinha Francine. E na quarta-feira assinou como medida provisória. Então foi aí que escrevi "Lula e o cartola", deixei de acreditar nele.

## **Copa e Olimpíadas: mãos erradas**

**V** Dentro desse quadro sombrio, a organização da Copa do Mundo e das Olimpíadas está contaminada?

**JK** Se me perguntar: Juca, o Brasil pode fazer uma Copa do Mundo? Claro que pode. Já fez 60 anos atrás, por que não pode hoje, que é um país muito melhor e muito mais desenvolvido? A África do Sul vai fazer, por que o Brasil não



ACERVO PESSOAL

pode fazer? Agora, o Brasil pode fazer a Copa do Mundo do Brasil no Brasil. A Copa do Mundo da Alemanha no Brasil não pode. A Copa do Mundo da Ásia no Brasil não pode. O que eu quero dizer: o Morumbi se presta a jogar a Copa do Mundo, o Maracanã também, o Aeroporto do Galeão não, Guarulhos também não, Confins também não. Nossas estradas têm que levar uma belíssima de uma reforma, as nossas telecomunicações, a nossa rede hoteleira, tem que melhorar os hospitais das cidades. Perder dinheiro com campos de futebol ou fazer novos campos nem pensar, serão elefantes brancos, e é isso que está sendo feito. Vamos erguer aí novas arenas para um evento de um mês, pra sediar 4 ou 5 jogos.

Não é a opinião do jornalista. É a constatação do jornalista que já cobriu 7 Copas do Mundo. Eu cobri a Copa do Mundo de 94 nos Estados Unidos, o país mais poderoso do mundo. Sabe quantos estádios novos foram construídos nos Estados Unidos para a Copa do Mundo? Nenhum. Sabe quantos na França? Em Saint-Denis, o Stade de France, no subúrbio de Paris, o único. Eu cobri em Marselha o jogo Brasil e Noruega no mesmo estádio que o Brasil jogou na Copa de 38, 60 anos antes no mesmo estádio, com os mesmos banheiros, fibra ótica, claro, melhorias, mas era o mesmíssimo estádio, e está lá até hoje. Então pra que vamos construir novos estádios? Por que estão vetando o Morumbi? Porque aqui que está a grana. Querem porque querem que o Governo faça um campo novo em São Paulo. Porque isso garante mais quatro gerações dessa gente que está no comando.

**V** No comando está Ricardo Teixeira...

**JK** Qual foi a figura que representou a Copa do Mundo da Fran-

ça, emblemática, que você via em todo o jogo? Era Michel Platini, o grande jogador francês, presidente do Comitê Organizador da Copa do Mundo. Quem foi a grande figura da Copa da Alemanha, que você via em todo jogo? Franz Beckenbauer, grande jogador, técnico, dirigente, presidente do Comitê Organizador da Copa do Mundo. Quem é presidente do Comitê Organizador da Copa do Mundo no Brasil? Ricardo Teixeira, o mesmo presidente da CBF. Quem é o presidente do Comitê Organizador da Olimpíada? Carlos Nuzman, o mesmo presidente do COB, que eu chamo de COBRE. Por que não é o Antonio Ermírio de Moraes ou Pelé, ou Zico, Tostão, figuras que o país respeita, gosta, admira? Onde está a participação da OAB no Comitê Organizador da Copa do Mundo, da ABI? Não. São eles com eles. Aí eu te pergunto: me dê um argumento para acreditar, se anteontem no Rio de Janeiro, em 2007, eu vi a mentirada que foi o PAN 2007, com a gente dizendo o tempo todo o que ia acontecer. Eles negando o tempo todo, e hoje vêm nos dizer que aquilo foi um aprendizado. De fato gastamos 10 vezes mais, mas agora não vamos repetir. São as mesmas pessoas, ninguém foi punido.

**V** O governo é cúmplice em relação a isso?

**JK** Eu tenho todas as críticas. Mas se você me perguntar quem você considera como o melhor presidente da história do país, é o Lula. Tirou brasileiros da linha de pobreza e trouxe os dois maiores eventos do mundo para o Brasil. Não são os dois maiores eventos esportivos do mundo, são os dois maiores eventos do mundo, e o Lula trouxe pro Brasil. Agora, as prioridades (nos esportes) estão mal escolhidas.

## Sem política esportiva

**V** O governo não tem política de esporte?

**JK** Não tem. Como é que eu vou sediar os Jogos Olímpicos sem ter uma política esportiva mínima de inclusão social, por exemplo? O que eu quero do Brasil, qual resposta que o Brasil tem para dar sobre o que ele quer ser quando crescer em matéria de esporte? O Brasil não sabe. O que nós queremos ser? Queremos ser um país de grandes campeões olímpicos ou queremos ser um país saudável? Eu escolho ser um país saudável, com crianças que pratiquem esportes, que a terceira idade pratiquem esportes, que os portadores de deficiência pratiquem esportes. Eu quero, falo sempre essa frase: no Brasil o Ministério da Saúde é o ministério da doença. O Ministério da Saúde devia ser o Ministério do Esporte. Claro que eu acho do cacete o Scielo ganhar a medalha de ouro. Eu choro na televisão junto com ele na hora do hino. Quantos garotos que ele estimula para nadar? Mas esse não pode ser o foco. E ele é fruto dele mesmo, da família dele, não é de uma política esportiva. Não podemos mentir pra nós mesmos, a política do autoengano, habilmente promovida, habilmente alimentada. E aí quando você vem e diz: isso é mentira, dizem que está mal-humorado, são os fracassomaníacos, não gostam do Brasil.

**V** O fato é que a gente vê em vários lugares atletas saírem de universidades. No Brasil não há isso, só se vê o esforço pessoal.

**JK** Os países, em via de regra, estabeleceram para si mesmos de onde iriam retirar os seus talentos. Se eu tenho uma política de espor-

te, eu estabeleço: no Japão, vou tirar das fábricas. Nos Estados Unidos, vou tirar da escola, nos países do socialismo real, tiro do exército, das forças armadas, mas vou disseminar esportes. Vou ter uma política de Estado para massificar o esporte. A política de massificação do esporte é dever do Estado, está na Constituição. E o talento você tirará da quantidade sem grandes dificuldades. Você quer ver uma coisa maluca que a ninguém ocorre: até hoje você não teve nenhum remador brasileiro vindo da região amazônica. Não te parece um absurdo? Aquela garotinha vai remando pra escola, e quem são os nossos remadores: da Lagoa Rodrigues de Freitas e aqui da raia da Cidade Universitária (USP).

**V** O fim da Lei do Passe deixou os jogadores nas mãos dos empresários. Qual é a sua análise?

**JK** Eu chamava a lei do Passe de uma Lei escravocrata. Aí veio a Lei Pelé e acabou com o passe. É verdade que hoje é isso que você falou, é esse mercantilismo, esse capitalismo selvagem desenfreado no meio do futebol e os caras são todos dominados pelos empresários. Só que para nós, humanistas, há uma diferença essencial da qual eu não abro mão: livre-arbítrio.

**V** Qual a relação dos cartolas com torcidas organizadas?

**JK** São subvencionadas por essa gente (dirigentes) que chega lá pragmaticamente, se rende às torcidas organizadas, que são seitas dentro dos clubes de futebol, são facções que cantam muito mais o hino delas, das facções, do que do próprio clube. Que roubaram o lugar do torcedor comum. Não tem mais um clássico em São Paulo com o grande público porque o torcedor comum não vai, não leva o filho.



**CONTEXTO.** Clássicos da Literatura e placa sugestiva

**V** Você frequenta os estádios?

**JK** Eu não vou. Tenho uma desculpa, tenho um blog que hoje é monstruoso. Sou escravo dele. Então tenho que ver o jogo do Rio, São Paulo, em Minas, então eu fico aqui. Tenho ali uma televisão, um *decoder, pay per view*. Às vezes o pessoal chega aqui e eu estou vendo três jogos ao mesmo tempo. Perdi o prazer de ver futebol, porque quem aguenta ver três jogos ao mesmo tempo? Mas quando vou é com o pé atrás, porque as pessoas te hostilizam, você não é corintiano nada, porque você só fica criticando o Corinthians. Ou então: corintiano filho da puta, por isso que fica falando mal do Palmeiras, virou uma coisa de doido.

**V** O Brasil é o país do futebol?

**JK** O Brasil não é o país do futebol. A Inglaterra é muito mais país do futebol do que o Brasil. Cultura, respeita, reverencia muito mais o futebol do que o Brasil. A Argentina, se duvidar, é mais país do futebol do que o Brasil; a Itália certamente é, a Espanha é parecido. No Brasil toda e qualquer pesquisa do Ibope, da Gallup, do que você quiser, do Datafolha, sobre tamanho de torcida, a primeira

massa é das pessoas que não se interessam por futebol. A segunda é do Flamengo, a terceira é do Corinthians. Não há risco de isso acontecer na Inglaterra, na Itália, na Argentina. O que nos confunde é a festa que se faz aqui na Copa do Mundo e que faz o país parar. Acaba sendo muito menos uma festa de futebol e muito mais um conagraçamento entre as pessoas em torno de uma mesma causa. Mas grande parte quando acaba, acaba. Aquilo não tem maiores efeitos, não é uma atitude de torcedor.

**V** Por que o futebol fascina tanto?

**JK** Não é apenas o fato de que o futebol é o único esporte do mundo em que alguém pode jogar pior e ganhar, isso é único, não existe outro. E não é apenas que o time pior ganha do melhor, o time pior ganha do melhor jogando pior do que o melhor. Porque no vôlei o time pior pode ganhar do melhor, mas naquele dia jogaram melhor do que o melhor. Mas no futebol não, no futebol o time pior pode jogar pior e ganhar o jogo. E não é só isso, é também isso, mas porque certamente é dos mais democráticos dos esportes. Só o futebol permite que seu número 1 seja



ACERVO PESSOAL



**COM DUNGA, no início da década de 1990. Hoje, um técnico de “tosca coerência”**

alguém do biotipo do Maradona, imagina uma barriguinha tecida ao longo dos anos no melhor jogador, atleta daquele esporte, não há hipótese em nenhum outro esporte disso acontecer. Agora no Brasil eu não consigo escapar dessa constatação: da nossa miscigenação que produziu um ser com habilidades que em regra você não vê em outras partes do mundo.

**V** Qual é a sua opinião sobre a Seleção Brasileira e sobre o Dunga?

**JK** Se você me perguntar em quem você aposta que vai ganhar a Copa, eu aposto que o Brasil vai ganhar a Copa por uma série de fatores, alguns históricos. Todas as vezes que o Brasil ganhou Copa do Mundo, ela foi disputada num país neutro, futebolisticamente falando, sem tradição no futebol. De mais a mais, eu acho que, contrariando o que eu considero ideal, o Dunga montou um grupo de jogadores à imagem e semelhança dele, gente que vai suar sangue pra ganhar a Copa. Não vai nos encantar, vai deixar de fora talentos que a gente acha que é verdadeiramente um crime de lesa ao futebol não levar Ronaldinho Gaúcho e

esse menino do Santos, o Neymar. O que é o Dunga? O Dunga é a coerência do tosco, que, claro, beira a teimosia e a burrice, o compromisso com o erro. Agora se põha na cabeça do Dunga, ele te dirá: observem os meus resultados, são ruins? Ganhei a Copa América derrotando a Argentina na final dando um chocolate na Argentina. Ganhei a Copa das Confederações virando um jogo onde perdia de 2 a 0. Classifiquei a seleção do Brasil para a Copa do Mundo com duas rodadas de antecedência como há anos não acontecia, ganhando da Argentina em Rosário, com alguns momentos de ótimo futebol, sempre contra grandes times, contra

Itália, Argentina, Inglaterra. Tudo com esse grupo. Ah, mas o Ronaldinho está matando a pau. Se o Brasil ganhar a Copa, como eu acredito que venha a ganhar, ele vai ficar insuportável. Tem uma frase que não é minha, é desse menino da Sport TV, o Marcelo Barreto, que eu adoro, que ele diz o seguinte: o Bellini levantou a taça, o Carlos Alberto Torres beijou a taça, o Dunga xingou a taça, e é verdade. Aqui, seus traíras!, gritou pra fotógrafos. ▣



ACERVO PESSOAL

## A escolha

**O** ano é 1970. De chumbo. Aos 17 anos o jovem Juca Kfourri participava de algumas ações da ALN (Ação Libertadora Nacional), de Carlos Marighella, uma das mais atuantes organizações da luta armada contra a ditadura. Providenciar documentação falsa para tirar perseguidos políticos do país era uma dessas ações. Mas Juca também era muito próximo do segundo homem da ALN, Joaquim Câmara Ferreira. Foi, inclusive, motorista dele por algum tempo. Quando entrou na faculdade (de Sociologia, da USP) foi liberado do exército por excesso de contingente. Mas se alistou como voluntário no CPOR no ano seguinte para fazer infantaria. Objetivo: aprender a atirar. Juca relata: “Quando eu ia começar, já tinha cortado o cabelo, tirado medida de farda e tudo, em janeiro de

1970, fui convidado pra trabalhar na Editora Abril, para atender a revista *Placar* que ia nascer. Queria casar, namorava desde os 15 anos, queria ter meu aparelho.” Foi conversar com o Velho (como Câmara era conhecido), que então citou uma frase de *A ideologia alemã*, do jovem Marx, “não queira resolver os problemas do mundo antes de resolver os teus”. “Então vá resolver os teus”, disse a Juca. “Ali, no começo dos anos 1970, ele já sabia da situação. Marighella tinha sido morto em 69, quer dizer, ele me liberou. Porque se ele me dissesse ‘não Juca, nós temos compromisso, o Brasil precisa’, eu teria aceitado, e provavelmente teria morrido como todos os outros morreram, como ele morreu”, diz Juca, 40 anos depois.

Veja a íntegra da entrevista com Juca Kfourri no site [www.versus.ufrrj.br](http://www.versus.ufrrj.br)

# Esporte e política, ligações históricas

Antonio Holzmeister  
Oswaldo Cruz\*

\* Doutor em Antropologia Social pelo Museu Nacional/UFRJ. Sua tese de doutorado abordou alguns aspectos do atual processo de mercantilização do futebol. Técnico-administrativo em Educação da UFRJ  
E-mail: antoniohoc@gmail.com

A recente controvérsia em volta da Emenda Ibsen – projeto de lei que altera a divisão dos royalties da exploração de petróleo entre as unidades da Federação – trouxe à tona talvez um dos aspectos mais interessantes e, de certa forma, pouco debatidos: as relações entre a política nacional e os rumos dados ao esporte. Diante da possibilidade de ver boa parte da receita estadual esvaziada com a nova proposta de redistribuição do dinheiro do petróleo, o governador fluminense foi rápido ao utilizar a realização da Copa do Mundo em 2014 e as Olimpíadas de 2016 no

OUTUBRO DE 2007. O anúncio do Brasil como sede da Copa de 2014

FABRICE COFFRINI/AFP

Rio de Janeiro como instrumento de barganha e de pressão política, e ameaçou o Congresso dizendo que, sem os recursos do petróleo, não haveria possibilidade de levar à frente as obras necessárias para estas competições.

Cabe então a pergunta: qual a centralidade do esporte – e, em especial, do futebol – nas transformações que percebemos atualmente no mundo globalizado, que permite que o governador do Rio de Janeiro ponha nestes termos uma discussão que diz respeito ao pacto federativo; que faz que não cause estranheza que se projete gastos perto de 1 bilhão de reais em reformas no estádio do Maracanã desde 1999, para se adequar às normas e exigências de uma única entidade esportiva internacional, a Fifa? O governo, em suas esferas municipais, estaduais e federais, deveria se envolver de forma tão intensa,

ARQUIVO NACIONAL



ARQUIVO AGÊNCIA O GLOBO



**VARGAS num 1º de Maio no Estádio de São Januário, na década de 1950. Ao lado, o ditador Médici, no Maracanã, com Havelange. Nos porões do regime: tortura**

mobilizando recursos, tornando política uma questão esportiva?

Se olharmos para o passado, veremos que isto não é uma novidade, e constitui-se quase como uma constante na história do Brasil. Já no início do século XX, nas primeiras décadas após a introdução do futebol no Brasil, vemos o Estado tirando proveito político do esporte em geral e do futebol em particular, por ocasião da inauguração do Estádio das Laranjeiras para a disputa do Campeonato Sul-Americano de 1919 e a visita à capital do país do rei Alberto, da Bélgica, no ano seguinte: preocupados com a imagem a ser passada a um legítimo representante do modelo de civilização europeia, o governo federal e os dirigentes da Liga Metropolitana de Futebol organizaram uma grande parada esportiva, da qual ficaram excluídos os times mestiços suburbanos. Da mesma forma, os times tradicionais da capital tomaram cuidado para não exibirem jogadores que pudessem comprometer a imagem do país perante o monarca.

“

**Claramente a lógica que regeu a construção destes estádios não foi a da gestão racional do bem público, mas sim a lógica e as conveniências do jogo e do acordo político**

No ano seguinte, em 1921, o presidente Epitácio Pessoa exigiu a formação de um selecionado nacional “limpo” de jogadores negros que fosse representar o Brasil no Campeonato Sul-Americano na Argentina. Claramente, o esporte aparece aqui como uma eficiente plataforma para se apresentar o tipo de nação ideal e propagandar os feitos do governo central em frente a sua população e representantes de outros países.

As décadas seguintes mostram que o estádio de futebol logo se tornou um espaço privilegiado para o Estado e políticos brasileiros se aproximarem da população e exporem para a massa seus feitos e conquistas, como foi o caso da utilização do estádio de São Januário – concluído em 1927 – pelo governo Vargas para manifestações cívicas, como a promulgação das leis trabalhistas, a instituição de um salário mínimo para o trabalhador e as festas anuais do 7 de Setembro, assim como as comemorações do Dia do Trabalho e





VANDERLEI LIMA/AFIP

**ENGENHÃO. Exemplo de ganstança pública. Falta de planejamento para utilização adequada depois da competição**

o aniversário do Estado Novo, trazendo para o seio do Estado brasileiro um público mais amplo e de massas, transformando assim o estádio num verdadeiro “galvanizador do povo” na busca da integração nacional pelo estado varguista. A utilização de solo proveniente de cada estado da nação para desenhar um gigantesco mapa do Brasil no centro do gramado do estádio de General Severiano, no dia de sua inauguração em 1938, que contou com a presença de Getúlio Vargas, aponta na mesma direção.

Que dizer então do Maracanã, que em 1950 uniu o povo, nas gerais e nas arquibancadas, em torno de um bem simbólico comum: a seleção nacional, que ainda não era canarinho? Além disso, o Maracanã serviu de modelo para todos os estádios que foram construídos a partir de então, seguindo a mesma lógica que comandou sua construção. Estádios massivos, de concreto, projetados para acomodar, muitos deles, mais de 100.000 torcedores. Em 1951 temos a inauguração do Estádio Fonte Nova,

“

**A virada para o século XXI, a atividade esportiva ofereceu mais uma forma de governos e políticos auferirem lucros políticos e pecuniários**

na cidade de Salvador. Em 1952 inicia-se a construção do Estádio do Morumbi, em São Paulo, concluído somente em 1970, mesma data do Rei Pelé, em Maceió. Em 1973, o Castelão, em Fortaleza. Em Brasília, o Mané Garrincha foi concluído em 1974, e no ano seguinte o Mineirão, em Belo Horizonte. Em Belém do Pará é construído o belo estádio do Mangueirão, em 1978, e em 1982 são concluídas as obras do inútil Parque do Sabiá, em Uberlândia.

Exceto o Morumbi, todos eles estádios erguidos com o dinheiro público pelo governo militar, seguindo a febre de bola que assolou o país após a conquista da Jules Rimet em 1970, obras que, para além de ações concretas do Estado no sentido de estimular o crescimento da indústria nacional, também podem ser analisadas como táticas para arregimentar apoio político que sustivesse o regime de exceção, inclusive no âmbito esportivo propriamente dito: em 1978 a extinta CBD (Confederação Brasileira de Desportos, que ante-



## ARTIGO

cedeu a Confederação Brasileira de Futebol, a CBF) organizou o campeonato brasileiro com 74 clubes, de todos os estados do país. Em 1979 o número passa para 94 clubes participantes, refletindo assim a instrumentalização do esporte pelo governo no sentido de garantir sua sustentabilidade, o que não passou despercebido pela população, que logo criou o irônico adágio “Aonde a ARENA vai mal, uma equipe no nacional (isto é, o campeonato brasileiro da primeira divisão). Aonde a ARENA vai bem, um time também”.

À imagem da Rodovia Transamazônica, o governo buscava a integração nacional através do futebol. Sintomaticamente, entre 1978 e 1979, são verificadas as pio-

res médias de público por partida do campeonato brasileiro, números que se manteriam até os anos 1990, criando assim um contrassenso em relação à construção de estádios que comportassem número tão grande de torcedores, ainda por cima se levarmos em conta que muitos deles foram erguidos em cidades representadas por clubes com pouca relevância no cenário futebolístico nacional, não sendo capazes, portanto, de atrair público suficiente que justificasse a construção de estádios com tais magnitudes. Claramente a lógica que regeu a construção destes estádios não foi a da gestão racional do bem público, mas sim a lógica e as conveniências do jogo e do acordo político.

**Após como que** uma moratória na construção de estádios de futebol de grande porte financiados com dinheiro público no Brasil até a virada para o século XXI, a atividade esportiva ofereceu mais uma forma de governos e políticos auferirem lucros políticos e pecuniários, com a entrada do Brasil no circuito da organização e disputa de megaeventos esportivos, como os Jogos Pan-Americanos (Rio de Janeiro, 2007), Copa do Mundo (2014) e Olimpíadas (Rio de Janeiro, 2016). Além de inserir as cidades e o país organizadores no circuito do consumo turístico global e oferecer oportunidades para o capital estrangeiro entrar no país sem barreiras, esses megaeventos oferecem uma boa oportunidade para o governo e o setores privados levarem a cabo operações de “revitalização urbana” sob a justificativa do legado social e econômico que será deixado para as populações implicadas nesta intervenção esportiva no tecido urbano, legados esses que, invariavelmente, são mais econômicos e beneficiam muito mais os investidores mesmos do que a população mais ampla da cidade.

O que vemos na verdade é a utilização do dinheiro público no financiamento do desenvolvimento imobiliário e na construção de equipamento esportivo que não possui outra finalidade além da disputa das modalidades esportivas de uma competição que dura no máximo um mês, equipamentos que invariavelmente retornam à iniciativa privada: equipamentos como o Estádio Olímpico e a Arena Multiuso, construídas para o Pan-2007 com dinheiro público, foram privatizadas após o término das competições porque não havia plano algum de utilização do equipamento para além da duração da

**MARIA LENK. Parque, construído para o Pan em 2007, sem especificações para ser usado em 2016**



GENILSON ARAÚJO/AGÊNCIA O GLOBO



competição. Outros exemplos não faltam no mundo: estádios olímpicos em Atenas e Beijing, grande parte dos estádios construídos para a Eurocopa 2004 em Portugal, somente para citar alguns.

A organização da Copa do Mundo de 2014 é uma boa oportunidade para vermos como esses megaventos esportivos são importantes para a classe política em países e cidades que querem se inserir no cenário globalizado, desde o processo decisório da escolha das sedes e a escolha de quais estádios acolherão os jogos de abertura e fechamento da competição, até o financiamento mesmo do evento.

Para a Copa 2014, a estimativa inicial do custo final da reforma e construção de novos estádios ficou em torno de US\$ 1,1 bilhão, apesar de o grupo de inspeção da Fifa já projetar aumento deste orçamento em função das cidades escolhidas já no processo decisório (que concluiu pela escolha do Brasil – candidato único – como sede da competição em 2007) e pelo reconhecimento de que nenhum dos estádios apresentados teria condições de receber jogos da Copa a não ser que sofressem profundas intervenções, especialmente o estádio do Maracanã.

**Um documento** recente produzido pelo Ministério do Esporte e publicado pelo jornal *Folha de São Paulo* atualizou os custos de reformas destes estádios, que subiram para cerca de R\$ 5,3 bilhões. A princípio, o financiamento da reforma e construção de novas arenas viria prioritariamente da iniciativa privada. Como o Comitê Organizador não conseguiu captar os parceiros privados que financiariam tais obras, o Estado decidiu bancar 94% das obras nos equipamentos esportivos através de recursos captados no BNDES e investimentos diretos

## **As estimativas iniciais do custo total das obras foram rapidamente revistas, e tiveram um aumento de 167%**

dos governos estaduais. As estimativas iniciais do custo total das obras foram rapidamente revistas, e tiveram um aumento de 167%. Somente a reforma do Estádio Beira-Rio em Porto Alegre será bancada com dinheiro exclusivamente da iniciativa privada. Das 12 sedes escolhidas, 9 estão sob controle de governos municipais ou estaduais e 3 pertencem a entidades privadas (clubes): o já citado Beira-Rio, a Arena da Baixada (Curitiba/Atlético Paranaense) e Morumbi (São Paulo/São Paulo FC).

Entre os estádios que pertencem à esfera governamental, destacam-se o Mané Garrincha, que será posto abaixo e reconstruído, com um custo previsto de R\$ 745 milhões, e o Maracanã, cujas obras de readequação incluem a remoção de todas as obras no setor antigamente conhecido por geral, efetuadas especificamente para os Jogos Pan-Americanos de 2007. Se somarmos os custos desta obra (R\$ 196 milhões) ao que foi gasto em 1999 para a primeira grande obra de adequação do estádio às normas da Fifa, quando as arquibancadas foram cobertas com assentos de plástico e nos vãos por trás desses setores foram construídos camarotes (R\$ 52 milhões), com as obras previstas para a Copa (R\$ 600 milhões para a construção de

estacionamentos, instalação de nova cobertura abrangendo 100% dos assentos, e adequação do setor das cadeiras inferiores, intervenções exigidas e que estão presentes no infame “caderno de encargos” da Fifa), chegamos ao total de R\$ 842 milhões investidos em um único equipamento esportivo.

Sendo assim, parece que os R\$ 20 bilhões reservados pelo Governo Federal para as obras em equipamentos esportivos e infraestrutura urbana, previstos no conjunto de obras que ficou conhecido como “PAC II”, ou “PAC da Copa”, que inclui a ligação entre as metrópoles do Rio e São Paulo através de trem bala, que não se sabe se ficará pronto até lá; e os financiamentos disponíveis pelo BNDES (um total de R\$ 4,8 bilhões) a serem utilizados na construção e reforma dos estádios que receberão jogos da Copa, chegando até a 75% do custo total dos projetos ou teto de R\$ 400 milhões de financiamento para cada projeto, mantêm a já longa tradição de intensa presença do Estado brasileiro em assuntos esportivos e futebolísticos. A quase total ausência do setor privado no financiamento da Copa é sintomática. Nenhuma empresa sequer mostrou interesse em associar-se comercialmente ao Comitê Organizador da Copa no processo de candidatura. No Brasil, Copa do Mundo é um assunto de Estado.

Desde a utilização do Estádio das Laranjeiras em 1920 como palco de exibição dos feitos da jovem República brasileira em frente a um monarca europeu, o esporte, o futebol e seus estádios vêm sendo usados como forma de estimular a indústria nacional, resolver e acomodar disputas políticas e como forma de projetar a imagem do país internacionalmente. ▽

# CIDADE NUA

**E**ra uma vez um menino que adorava soltar pipas. Mais que isso, aquela brincadeira era a própria razão de sua existência. As noites se anunciavam e nada de ele arredar pé e largar o osso, como se fosse novo aquele brinquedo. Ficaria o dia inteiro, pudesse. Com ele, não tinha tempo ruim. Chovesse, ele dava seu jeito. Caminhava até a sala, armava linha e rabiola, e, mesmo debaixo de teto, empunhava seu papagaio.

Era uma vez um menino que diziam já passar dos 20 anos. Um eterno menino. Talvez por isso o chamassem de “Neném”.



# O olhar da Maré

Escola de Fotógrafos Populares aguça o olhar de jovens de baixa renda e transforma suas visões de mundo. Literalmente. Visualmente.

---

Pablo Kaschner

**BRINQUEDO. Neném empunha o objeto de sua alegria**

Esta é uma história real, que bem poderia ter acontecido em Cabul, cenário de *O caçador de pipas*, best seller de Khaled Hosseini, mas trata-se de uma realidade bem mais próxima de nós. “Neném” vive na Maré, e sua disfunção mental não o impede de desfrutar instantes lúdicos. A Maré é um complexo de favelas que reúne 16 comunidades onde moram 140 mil pessoas na periferia do Rio de Janeiro. E é justamente no coração desse lugar, poético e humanizado, ainda que pobre e desgraçado, que se instalou a Agência-Escola Imagens do Povo, projeto que, desde 2004, já capacitou mais de cem alunos em um curso pra lá de qualificado.

Léo Lima, um jovem de 22 anos, é um deles. Foi dele o ensaio “Neném e os caçadores de pipa do Jacarezinho”, clicado em sua favela natal e apresentado como trabalho de conclusão do curso da Escola de Fotógrafos Populares, ministrado na ONG Observatório de Favelas. Após fazer cursos nas

mais variadas áreas, de eletricidade domiciliar a design, e trabalhar como cozinheiro de uma cadeia de restaurantes, Léo juntou economias para garantir a alimentação e o transporte até a Maré e batalhou por uma vaga na escola, que, vale ressaltar, é bem concorrida.

## O bem-humorado

Paulo Barros avisa de pronto que não é carnavalesco. Companheiro de turma de Léo, ele diz ter cortado um dobrado para participar das aulas: “Quando fiquei sabendo desse curso, perturbei a paciência das pessoas que trabalham aqui, até garantirem que me informariam quando abrisse a próxima turma.” Para concluir o curso, Paulo, que também é músico, juntou suas duas paixões e focou os bastidores da Veneto, uma banda de rock formada na própria Maré, comunidade em que vive desde sempre.

Monara Barreto foi outra que misturou linguagens. Em seu trabalho, a jovem de 19 anos procu-



PABLO KASCHNER

rou descobrir as conexões entre as obras de um ambientalista poeta e um grafiteiro, por sinal, seu irmão. Descobriu na mão, no trabalho artesanal, a ligação. Monara soube do projeto através de outro curso de fotografia que havia feito no Complexo do Alemão, onde mora.

Os três jovens, com outros 45 alunos, de 16 a 40 anos, fizeram parte da turma de 2009. Após dez meses e 540 horas/aula de intenso estudo, com classes de segunda a sexta, 35 se formaram e conquistaram diplomas como cursos de extensão conferidos pela UFF, universidade com a qual o Observatório mantém convênio, em três módulos ministrados concomitantemente: linguagem fotográfica; informática aplicada à fotografia; e fotografia documental e olhar autoral.

“Mais que ensinar a técnica, para a qual dispomos de um conteúdo de excelência, sem dúvida um dos melhores do Brasil, procuramos discutir a produção de comunicação de forma crítica e tratar



FÁBIO CAFFÉ



FÁBIO CAFFÉ



**SUPERAÇÃO E SENSIBILIDADE.** Paulo Barros, Léo Lima e Monara Barreto expõem suas visões de mundo. Acima, juntos com Fábio Caffé, ex-aluno que se tornou professor



a fotografia como uma ferramenta de comunicação, para não só compreender, como transformar a realidade”, afirma Kita Pedroza, coordenadora da agência-escola.

O projeto conta com computadores bem equipados, projetor e câmeras profissionais que são emprestadas para que os alunos não só realizem seus trabalhos durante o curso, como também atuem como profissionais, depois de formados, dentro da agência mantida pelo Observatório. Do valor obtido com o licenciamento do uso das fotos, 50% vão para a agência e 50%, para o autor da imagem. “Essa porcentagem é maior que a usual. Além de termos uma estrutura e agenciarmos os contatos, emprestamos equipamento para o fotógrafo realizar serviços, situação em que ele leva 80%. A ideia é não só formar, como também inserir no mercado”, explica.

A Escola de Fotógrafos Populares, um dos braços da Imagens do Povo – junto com a agência e um banco de imagens – depende

de financiamento para que tenha turmas ativas. Verba que costuma ser investida por um ano apenas. “Em 2010, a turma não foi iniciada por falta de apoio, mas a agência e o banco de imagens continuam em funcionamento. Além disso, temos um curso de pin hole para crianças e adolescentes que será ministrado por um ex-aluno”, informa Kita. Trata-se de Fábio Caffé, aluno de cinema da UFF que descobriu a iniciativa através de um professor. Ele confirma a fusão que existe entre os alunos da escola. “Prioriza-se quem não tem condições de pagar um curso, mas, sobrando vaga, também estão abertas a pessoas que queiram participar. Só se tem a ganhar com essa troca”, defende a coordenadora.

**O projeto foi** idealizado pelo fotógrafo João Roberto Ripper, que tem construído uma trajetória voltada para as preocupações sociais. Ripper criou a agência Imagens da Terra e passou a retratar o Brasil que os veículos tradicionais não mostram. E de suas inquietações surgiu a Agência-Escola Imagens do Povo.

Baseado na Declaração Universal dos Direitos Humanos, documento das Nações Unidas assinado em 1948, Ripper se engajou para que também aqueles que eram retratados tivessem o direito de se expressar do jeito que melhor lhes convinha, e não ficar à mercê de estereótipos reforçados dia após dia pela mídia grande. Diz o texto, em seu artigo XIX: “Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.”

FÁBIO CAFFÉ





# TRILHA



Anoitece na Baixa do Sapateiro,  
Favela da Maré.  
**Foto Paulo Barros**



# Câmera na mão...

**VERSUS** exibe nestas e nas páginas seguintes fragmentos de ensaios fotográficos de artistas lapidados pela Escola de Fotógrafos Populares da Maré. Nascidos e criados num ambiente de *apartheid*, esses jovens tornam possível o improvável, filtrando do cotidiano (com frequência, inóspito) imagens com técnica e sensibilidade.





Uma mensagem pinta quando o grupo de grafiteiros Máfia 44 entra em ação: a arte é das ruas; deve ficar à vista. Arte vendo e sendo vista.

**Fotos Joelma Capozzi**

# TRILHA



Malabarismo para sobreviver. Gente na corda bamba que enche de cor o cinza das cidades.  
**Fotos Chapolim**







Truculência e delicadeza no rúgbi, este esporte másculo com músculos emaranhados. Um por todos, todos em um. A união faz a... braço.

**Fotos Josy Manhães**



# BRASIL

ONG REPORTER BRASIL

**B**rasil, século XXI. Apenas em 2009 as operações de fiscalização para erradicação do trabalho escravo registraram 3.571 trabalhadores submetidos a condição análoga à escravidão. Entre 1995 e 2009 foram 36.354 libertados. No modelo contemporâneo, os grilhões e a chibata cedem lugar a outros mecanismos de controle e cerceamento. A chamada escravidão por dívida entra em cena. Em busca de melhores oportunidades, milhares deixam suas cidades natais. A falta de recursos próprios leva muitos às mãos de terceiros que se dispõem a custear a viagem. Migram para o inferno. Em pouco tempo, os agentes convertem-se em algozes, exigindo o valor gasto com o traslado e a permanência no local de trabalho acrescido de juros impagáveis. O horizonte é o cativo.



# Vida no cativeiro

Elisa Monteiro

Segundo a pesquisadora do Grupo de Pesquisa Trabalho Escravo Contemporâneo (GPTEC) da UFRJ, Sonia Benevides, a dívida cresce para aqueles que não detêm os instrumentos de trabalho necessários e se veem obrigados a adquiri-los nas fazendas onde residem. A distância entre os locais do recrutamento e do trabalho é outra característica específica do modelo atual de escravização. De acordo com professor Ricardo Rezende, coordenador do GPTEC e ganhador dos prêmios Jabuti e Casa de las Americas pelo livro *Pisando fora da própria sombra: a escravidão por dívida no Brasil contemporâneo*, a quebra de possíveis redes sociais destes trabalhadores propicia a eficácia do aliciamento. “A vulnerabilidade das pessoas aumenta pela distância entre a fazenda e o local de recrutamento, pois não apenas estão longe de suas cidades, mas de uma rede de solidariedade que poderia ser acionada, composta por seus parentes, amigos e conhecidos”, observa Rezende.

Rezende e Benevides chamam atenção para o peso do elemento subjetivo na reação dos trabalhadores, que, com frequência, se

sentem na obrigação “de honrar” compromissos de dívida. Mas, segundo os especialistas, a repressão e a violência, em geral, têm papel fundamental nesta realidade. Castigos físicos e homens armados fazem parte do duro cotidiano nos lugares onde o trabalho escravo é encontrado. Segundo Rezende, também é recorrente a deflagração de um conjunto de práticas criminosas como o cárcere privado, a tortura e lesões corporais, assassinatos, danos ambientais e violações às leis trabalhistas.

O espaço rural mantém-se ainda como local preferencial, embora não exclusivo, para exploração desta prática. Multiplicam-se, principalmente no estado de São Paulo, casos de migrantes de países vizinhos, especialmente da Bolívia, explorados pela indústria têxtil em condições de cativeiro. Em número de estabelecimentos, a pecuária lidera o ranking de ocorrência de trabalho escravo, pelos dados do Ministério do Trabalho. Segundo o levantamento realizado pela ONG Repórter Brasil, uma das principais organizações no combate ao trabalho escravo no país, os principais setores que

submetem trabalhadores a condições análogas à escravidão são o canavieiro, a lavoura de soja, a monocultura florestal e a produção de carvão vegetal.

De acordo com relatórios do Ministério do Trabalho e Emprego, nos últimos 15 anos houve um aumento considerável tanto no número de estabelecimentos inspecionáveis quanto no número de operações e trabalhadores resgatados. Entretanto, a expansão das operações de fiscalização em 19 dos 26 estados brasileiros está longe de oferecer uma progressão contínua. Frei Jean Marie Plassat, coordenador da campanha nacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT) contra o trabalho escravo, por exemplo, contesta euforias excessivas. Uma das maiores autoridades no assunto no país, Plassat afirma que não há ainda redução significativa que possa ser interpretada como real solução do problema. “Os números anuais refletem a política de fiscalização no Sul, Sudeste e Centro-Oeste do país; em contrapartida, podemos constatar que continua tendo subfiscalização as denúncias no Norte e Nordeste”, observa.



ONG REPÓRTER BRASIL



### **CAPATAZ** anota “dívidas” de homens em cativeiro

O frei chama atenção para o dado de que a cada ano surgem novos setores com situações de trabalho escravo. “Sinal que ainda não descobrimos a totalidade do problema.” Para ele, um aumento significativo de casos de trabalho escravo também nos espaços urbanos é uma possibilidade real. O religioso cita a situação de bolivianos escravizados no centro da cidade de São Paulo. Os números da Organização Internacional do Trabalho são contundentes: são 200 milhões de pessoas em situação de escravidão no mundo. A África do Sul, o país da Copa, é um dos países listados.

Frei Plassat afirma que um dos fatores para reprodução do crime é cultural. “Para muitos empregadores, dar emprego ainda é fazer favor a pessoas ociosas, em realidade consideradas como inferiores; para muitos trabalhadores, honrar uma dívida faz parte

da condição e do código moral.” Plassat lembra que o fim do trabalho escravo foi sacramentado em lei no Brasil em 1888. Mas que foram necessários anos de pressão nacional e internacional para que as autoridades brasileiras reconhecessem as denúncias de escravidão moderna documentadas pela CPT desde o início dos anos 70. Segundo o dirigente da CPT, somente a partir de 2003 começaram a ser tomadas medidas consistentes no plano nacional para erradicação do trabalho escravo.

**A impunidade é** um dos fatores determinantes para que o problema se mantenha, sustenta frei Plassat. Em muitos casos, ele observa, não há punição real para exploradores de trabalho escravo. Ao fim dos processos são tão somente obrigados a pagar valores sonegados “sem maiores consequências financeira, comer-

cial ou para seus direitos de ir e vir”. Plassat diz que nenhum escravagista está na cadeia. “As primeiras condenações são de março de 2009, pela Justiça federal de Marabá. Mas quem perdeu a terra por ter praticado o trabalho escravo? Em somente um caso (Castanhão Cabaceiras, em Marabá, dos Mutran) foi invocado este motivo para desapropriar uma fazenda, com direito a indenização. Nenhuma terra foi confiscada/expropriada até hoje”, critica o homem da CPT.

O site Congresso em Foco revelou recentemente que “quase a metade dos 645 empregadores incluídos na chamada ‘lista suja’ do trabalho escravo, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), entre 2003 e 2007, ainda não responde pelo crime na Justiça”. Segundo o mesmo site, “quando o julgamento resulta em condenação, há sempre uma maneira de evitar a prisão. Resultado: ninguém cumpre pena por esse tipo de crime no país”.

No Congresso Nacional, segundo a CPT, pressões da bancada ruralista mantêm fora da pauta de votação a Proposta de Emenda à Constituição nº 438/2001, conhecida entre os parlamentares como PEC do trabalho escravo. Ela determina a perda de propriedade onde comprovada exploração de mão de obra compulsória. Na opinião de Plassat, a “PEC do confisco da terra já teve melhores conjunturas para ser votada e não o foi: isso pela vontade clara do lobby ruralista e pela ausência também clara de empenho das forças governamentais nessa disputa”. Frei Plassat afirma que a atual política agrícola baseada na monocultura de exportação favorece a existência da exploração da mão de obra em cativeiro. **✓**

# Trabalho escravo

FOTOS ONG REPÓRTER BRASIL

Um tema para a sociedade civil e para o Estado

Adonia Antunes Prado\*

No contexto dos debates realizados no último Fórum Social Mundial e coincidindo com este, realizou-se a 1ª Semana Nacional contra o Trabalho Escravo, cuja programação incluiu atividades em vários estados e no Distrito Federal, realizadas por entidades da sociedade civil, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), por parlamentares e representantes de governos estaduais e da Secretaria Especial de Direitos Humanos, e por entidades internacionais, como a Organização Internacional do Trabalho. Vale lembrar que há seis anos, no dia 28 de janeiro, no estado de Minas Gerais, teve lugar o que ficou conhecido como “A chacina de Unai”, e a partir de então essa data passou a ser celebrada como o Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo. Naquela ocasião, três auditores fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e o motorista que os acompanhava foram assassinados em uma emboscada durante uma fiscalização. Até a presente data, estão presos os supostos pistoleiros, contratante e intermediário. Os principais acusados como mandantes do crime — suspeitos de exploração de trabalho escravo — continuam soltos e impunes.

Em 1995, o Ministério do Trabalho e Emprego criou o Grupo



ONG REPÓRTER BRASIL

Especial de Fiscalização Móvel, que congrega auditores fiscais, membros do Ministério Público do Trabalho e policiais federais, com a incumbência de fiscalizar e aplicar a lei nos casos de exploração de mão de obra escrava. Desde então, a sociedade brasileira viu crescerem o envolvimento dos movimentos sociais, a criação de dois planos nacionais de erradicação do trabalho escravo e de vários planos e iniciativas dos poderes públicos estaduais. A universidade pública assumiu o tema como algo que também lhe diz respeito, por meio da realização na UFRJ, desde 2007, de reuniões anuais congregando pesquisadores de vários estados brasileiros e do exterior. Foram criados a Comissão Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, coordenada pela Secretaria Especial de Direitos Humanos, o Cadastro de Empregadores — a chamada “Lista Suja” de proprietários flagrados explorando mão de obra escrava —, o Pacto Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, firmado por empresários, e a Campanha Nacional e campanhas setoriais de combate e prevenção — incluindo atividades de educação e de capacitação de educadores —, entre outros fatores que tornaram o Brasil um exemplo no combate a essa chaga social.

\* Professora da UFRJ e da UFF. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Trabalho Escravo Contemporâneo, do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos (NEPP-DH) da UFRJ.



Entretanto, dados do MTE e da CPT indicam que, nos 14 últimos anos, mais de 36 mil trabalhadores foram resgatados por representantes do Estado. Vale ressaltar que apenas entre os anos de 2003 e 2009, o número de libertados foi de pouco mais de 32 mil, e, somando os trabalhadores envolvidos nas denúncias, foram mais de 50 mil.

**A partir daí** pode-se observar pelo menos dois fatos alarmantes. O primeiro mostra que o número de casos conhecidos cresce à medida que aumenta a ação coercitiva do Estado, como ocorreu nos últimos anos. Isto leva à suposição de que estamos longe de esgotar as descobertas de tais situações criminosas ou, fazendo uso do bordão popular, a de que também neste assunto “quem procura, acha”.

O segundo fato é que as denúncias só se efetivam quando o trabalhador, um grupo de trabalhadores ou familiares destes percebem que um crime está sendo cometido, o que nem sempre acontece; quando, a partir daí, nasce a indignação e o sujeito tem condições subjetivas — como coragem pessoal, confiança nos companheiros — para angariar apoios a fim de articular uma fuga ou para denunciar o crime, por exemplo — para “buscar seus direitos”.

Também são necessárias condições objetivas. Por exemplo, a unidade de produção precisa estar situada em local razoavelmente acessível, o que nem sempre acontece em regiões amazônicas. Somadas estas condições, o trabalhador deixa o local de trabalho, muitas vezes à noite, às escondidas, outras vezes sob a alegação de que precisa comprar um remédio e se dirige à cidade mais próxima; considerando que teve sucesso na fuga ou no deslocamento consentido, o/s trabalhador/es procura/am a sede do



### **SEM DIREITOS. Trabalhador resgatado do cativeiro. Marcas da barbárie**

sindicato, a delegacia de polícia do estado, o juiz, o promotor, a polícia federal ou o padre. Se é acolhido por alguma dessas instâncias, geralmente é encaminhado à Comissão Pastoral da Terra local, que é a instituição que maior número de denúncias tem colhido nos vários estados brasileiros onde ocorre esse crime e onde formalmente são colhidos os depoimentos dos trabalhadores e a queixa é encaminhada ao Ministério Público, que a encaminha à Secretaria de Inspeção do

Trabalho do MTE. O que acontece a seguir? É acionado o Grupo Especial de Fiscalização Móvel, mas essa ação não atende a todas as queixas apresentadas.

**Qual é, então,** o cerne do problema, visto que os números apresentados anteriormente se referem aos casos conhecidos? Este parece ser: quantos trabalhadores em situação de trabalho escravo percebem que seus direitos mais elementares de ser humano e de

trabalhador lhes estão sendo negados? Quantos sabem que podem recorrer à justiça brasileira? Quantos destes, nas condições de isolamento das unidades de produção — fazendas, carvoarias etc. —, são suficientemente corajosos para enfrentar distâncias, animais, a mata muitas vezes fechada e “buscar” esta justiça? Quantos, depois de toda uma maratona de vida ou morte, são acolhidos e veem suas queixas serem atendidas? E quantos são os casos desconhecidos, aqueles que nem sequer chegam à CPT, ao sindicato ou ao Ministério Público, dadas as dificuldades geográficas ou culturais, subjetivas ou objetivas, que impedem os trabalhadores de fazer valer seus direitos de ser humano e de cidadão?

Outras informações também provocam preocupação. Por exemplo, tomando por base informações do MTE, em 2009, o Rio de Janeiro inaugurou sua presença na lista dos “campeões” em trabalho escravo. Em apenas cinco operações de fiscalização, o Rio teve quinhentos e vinte um trabalhadores libertados — o maior número para o Brasil no ano —, enquanto o Pará, tradicional palco deste tipo de infração, em sessenta e quatro operações teve pouco mais de trezentas libertações. Pernambuco também é um estado que está debutando nas listas da exploração do trabalho escravo. Nestes dois casos, o setor econômico que está concentrando tais ocorrências é o sucroalcooleiro, em plena expansão nestes tempos de produção de etanol e de busca por fontes alternativas de energia.

Em 2001, o Senado aprovou o Projeto de Emenda Constitucional 438 — a *PEC do Trabalho Escravo* —, que prevê a expropriação de terras, sem direito a indenizações, nas propriedades onde for encontrada mão de obra escrava. Até o presente momento a PEC não foi votada. Um



### **NO RIO DE JANEIRO. Estado inaugurou sua presença na lista de campeões em trabalho escravo**

abaixo-assinado, que já conta com cerca de 200 mil assinaturas, circula pelo Brasil e deverá ser entregue no dia 13 de maio ao presidente da Câmara dos Deputados.

**Diante deste** quadro, o que se pode esperar? O trabalho escravo contemporâneo será, como afirmam alguns, um “mal de origem” — marca indelével, pecado original — do sistema capitalista? *A república para todos* seria um objetivo inalcançável? Se assim fosse, de nada teria adiantado o trabalho e a dedicação dos que defenderam e/ou seguem defendendo um “outro mundo possível”.

Muitas pessoas, ao tomarem conhecimento das atividades do Grupo de Pesquisa Trabalho Escravo Contemporâneo da UFRJ, indagam a respeito da existência (ou não) do trabalho escravo urbano no Brasil e são informadas que, infelizmente, não há conhecimentos sistematizados nem ações do Estado sobre este segmento que se comparem, em quantidade, eficácia e efetividade ao que se tem feito em relação ao trabalho escravo em zonas rurais brasileiras. A observação da reali-

dade mostra que a ação do Estado, bem como o interesse acadêmico, tem respondido e correspondido às denúncias dos movimentos sociais. É muito provável que, quando a sociedade se organizar para descobrir e denunciar o trabalho escravo de migrantes hispano-americanos, de nordestinos e de outros grupos sociais desamparados e desesperados nos centros urbanos, muitos casos vão ser descobertos. Aí, então, a imprensa vai se interessar, o Estado vai intervir e a universidade vai pesquisar e debater.

No que diz respeito ao trabalho escravo rural, parece indispensável uma moção de reconhecimento ao trabalho de pessoas e instituições que, desde os anos de chumbo da ditadura, têm resistido, ora à violência e ora à sedução do poder do Estado, lutando ao lado dos trabalhadores e trabalhadoras e enfrentando os perigos visíveis e invisíveis que rondam corações e mentes dos que lutam por justiça. **✓**

ARQUIVO AFP



# Ilhas Malvinas

## Conflito secular





O arquipélago das Malvinas, que os britânicos chamam de Falklands, foi disputado numa guerra sangrenta há quase 30 anos entre a Argentina e o Reino Unido. A Argentina perdeu para a força militar devastadora de uma potência da Otan, chorou a morte de mais de 700 jovens durante 74 dias de conflito e os ingleses reafirmaram sua supremacia sobre as ilhas. Com a notícia recente da existência de petróleo nos mares que cercam o arquipélago, e a decisão da Grã-Bretanha de investigar se há reservas de óleo – estimada em 60 bilhões de barris –, a disputa entre os dois países reacende, em cenário geopolítico significativamente diverso daquele que existia em 1982. Num artigo especialmente escrito para VERSUS, o cientista político e professor da Universidade de Buenos Aires (UBA) **Juan Cruz Vazquez** viaja até o século XV para nos revelar as origens de um contencioso secular e analisa o conflito no ambiente deste início do século XXI.

**RENDIÇÃO.** 2 de junho de 1982: soldados argentinos deixam as ilhas sob escolta de militares ingleses

# nos mares do sul



# La “Cuestión Malvinas” en el escenario internacional del siglo XXI

Juan Cruz Vazquez\*



CHARLIE BIBBY/AFP

**EXPLORAÇÃO. Primeiro-ministro inglês Gordon Brown de olho no petróleo na costa das Malvinas. Reservas são estimadas em 60 bilhões**

## Descubrimiento, primeras ocupaciones y beligerancia entre potencias marítimas

La discordia por las Islas Malvinas se remonta a su descubrimiento mismo, hecho que en una puja historiográfica se atribuye a marinos españoles, portugueses, ingleses y holandeses, todos los cuales habrían navegado por la zona hacia el siglo XV y dejado constancia del archipiélago en documentos de la época.

No tan nebulosas resultan sus primeras ocupaciones, en el siglo XVIII, atribuidas a navegantes franceses e ingleses, quienes respectivamente fundaron en nombre de Francia (1764) e Inglaterra (1766) los asentamientos de Puerto Luis y Puerto Egmont. Las ocupaciones provocaron la reacción del rey Borbón Fernando VI, que demandó a los dos Estados la inmediata desocupación de un territorio que pertenecía a España en virtud de la bula de 1493 del

\* Político. Docente de la Universidad de Buenos Aires (UBA) y de la Universidad de Belgrano (UB), República Argentina.

Papa Alejandro VI. Atendiendo estos reclamos, y en virtud de negociaciones diplomáticas y una indemnización por la desocupación, Francia le entregó a España el establecimiento colonial en 1767. Distinta fue la situación con Inglaterra, que se negó a abandonar su asentamiento, llevando al borde de una guerra a las dos potencias marítimas hacia 1770 y 1771. Mediante un tratado de este último año Inglaterra pudo sostener su ocupación, pero en 1774, y por razones aún discutidas por historiadores, los ingleses se retirarían de las islas y éstas se sumirían en el olvido hasta el desmembramiento del Virreinato del Río de la Plata y la independencia de las colonias americanas.

## **Posesión argentina e inglesa de las islas, “Cuestión Malvinas” y la guerra de 1982**

Las Provincias Unidas del Río de la Plata iniciarían las primeras colonizaciones de las islas hacia 1820, nombrando gobernadores en las islas Malvinas e incorporándolas así no sólo *de jure* sino *de hecho* al territorio nacional de la joven Nación. No obstante, en 1833 la fragata inglesa *Clío* haría su entrada en Puerto Soledad y expulsaría a los colonos argentinos, que fueron desalojados a bordo del navío argentino *Sarandí* sin oponer resistencia. La toma de las islas Malvinas a manos de los ingleses fue justificada por éstos alegando que el abandono del archipiélago hacia 1774 no supuso jamás una renuncia a su soberanía sobre esa tierra.

Así fue que en enero de 1833 comenzó la ocupación inglesa que perdura hasta hoy, y desde enton-

“

**El 2 de abril de 1982, el gobierno de facto argentino encabezado por Leopoldo Galtieri tomaría posesión de las islas y comenzaría una guerra con Gran Bretaña**

ces nació la llamada “Cuestión Malvinas” en la agenda diplomática de la República Argentina. En el paradigma de las relaciones internacionales del siglo XIX, y primando la supremacía en términos de poder para toda negociación (lo que analítica y disciplinariamente se denominaría un esquema *realista*), la única alternativa de la que dispuso la Argentina fue suceder unilateralmente sus reclamos de soberanía ante Gran Bretaña, sin ningún tipo de logro diplomático en ello.

Habría que esperar hasta mediados del siglo XX, al surgimiento de los foros multilaterales de cooperación (como emblemas del *idealismo* en las relaciones internacionales), para vislumbrar otro tipo de tratamiento respecto del diferendo Malvinas, ya que fue en este tipo de ámbitos en donde Argentina pudo -aún sin poder ejercer influencia y lograr que Gran Bretaña se dispusiera a dialogar sobre la soberanía de las islas. La “cuestión Malvinas” se haría por primera vez presente en la Organización de Naciones Unidas (ONU) a manos argentinas en 1945, y desde entonces se formularían sucesivas Reservas sobre la cuestión. Otro tanto sucedería en la Organización de Estados Americanos (OEA), donde se efectuó la primera Declaración sobre el tema en el año 1947. Especialmente en estos dos ámbitos, la Argentina fue logrando impulsar paulatinamente la cuestión, pero el salto cualitativo se registraría en diciembre de 1965, cuando la ONU aprobó la Resolución 2065, que invitaba a los dos gobiernos en litigio a dialogar sobre la soberanía de las islas Malvinas. Con ello la Argentina lograba dos objetivos importantes: darle publicidad al tema entre la comunidad internacional y presionar a Gran Bretaña a discutir la “cuestión Malvinas”.

“  
..en enero de  
1833 comenzó  
la ocupación  
inglesa

No obstante, la diplomacia argentina vio empañados sus avances por causas internas: desde mediados del siglo XX se sucederían golpes de Estado en el país que engendrarían “diplomacias paralelas” y una política exterior errática y nebulosa, donde los militares en el poder (y los círculos civiles cercanos a ellos) impondrían lógicas y dinámicas que entorpecerían y desorientarían la labor de la cancillería argentina. Fue así que, pese a algunos avances y tratativas sobre la cuestión Malvinas en la década

## La Cuestión Malvinas en el escenario internacional del siglo XXI

Tras el trágico saldo bélico las Malvinas retornaron a la senda diplomática, y durante veinte años las negociaciones por el archipiélago quedaron congeladas en virtud de la nueva situación que la guerra había suscitado en términos internos y frente a la comunidad internacional.

Ya en los albores del presente siglo XXI existen nuevos actores que pueden reconducir el diálogo por Malvinas: tanto la Unión Europea como el MERCOSUR han realizado declaraciones y apoyos respectivos de ambas partes por la soberanía de las islas. Los bloques de integración regional aparecen entonces como nuevos ámbitos de apoyo y eventual diálogo allí donde los foros multilaterales característicos del siglo XX (ONU, OEA y NOAL) han dejado de tener efecto tras la contienda de 1982. Se entraría entonces en un nuevo esquema analítico: la incidencia del *transnacionalismo* en un diferendo que discurrió sin solución por los ámbitos del realismo y el idealismo.

En la era global actual, y siendo los bloques regionales los actores protagónicos, se presenta la oportunidad de repensar el ámbito de discusión diplomática -o de puja entre bloques- sobre una cuestión que ya lleva más de una centuria de litigio. ▣

### Referencias

- Bosoer, F. (2007): *Malvinas. Capítulo Final*. Tomos I y II. Buenos Aires: Capital Intelectual.  
 Duroselle, J. B. y Renouvin, P. (1968): *Introducción a la política internacional*. Madrid: RIALP.  
 Guber, R. (2000): *¿Por qué Malvinas? De la causa nacional a la guerra absurda*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.  
 Lanús, J. A. (1984): *De Chapultepec al Beagle*. Buenos Aires: Emecé.  
 Vazquez, J. C. (2004): “De museos, pupitres e islas. Las Malvinas en la cultura argentina”, en *Revista de Ciencias Sociales*, n° 15. Buenos Aires: Editorial Universidad Nacional de Quilmes.

JUAN MABROMATA/AFP



**NÃO DÁ PARA ESQUECER.**  
**Cerimônia em Ushuai, no Sul da Argentina, para lembrar os 25 anos do conflito em 2007**

del '70, a comienzos de la década del '80 las negociaciones diplomáticas se comenzaron a mostrar claramente estancadas.

El 2 de abril de 1982, el gobierno de facto argentino encabezado por Leopoldo Galtieri tomaría posesión de las islas y comenzaría una guerra con Gran Bretaña: un conflicto armado de fines del siglo XX que tendría como protagonistas a un país periférico de Sudamérica y una potencia de la OTAN.



# dois pontos

ABRIL DE 2010

Cinema • Literatura • Música • Ensaios • Ideias

MARCO FERNANDES

PERSONAGEM

**Eryk Rocha**

## Rocha que viaja

Eryk Rocha surpreende com *Pachamama*, documentário construído sem roteiro prévio que mergulha no imaginário da América indígena andina

---

Pablo Kaschner



## PERSONAGEM

# Filho de peixe

**P**ai e mãe, polfíca e poesia. Dessa união nasceu Eryk, rocha que voa e viaja. Pelos confins do Brasil até a Amazônia mais remota. Partindo do Rio de Janeiro com uma câmera na mão, Eryk fez do objeto uma extensão de seu corpo, e no caminho até chegar à triplíce fronteira com o Peru e a Bolívia, onde civilizações amazônicas e incas se fundem mítica e misticamente, testemunhou sua própria ancestralidade. O resultado está em *Pachamama*, documentário sem roteiro prévio no qual Eryk Aruac Gaitán Rocha, filho do cerebral cineasta Glauber Rocha e da videoartista Paula Gaitán, traduz em imagens e sons o seu olhar sobre a marcante experiência naquele pedaço da América do Sul.

Eryk Rocha, 32 anos, nasceu durante as filmagens de *A idade da terra*, último filme de Glauber, morto precocemente em agosto de 1981. O jovem cineasta já acumula uma produção significativa em documentários, a começar por *Rocha que voa*, de 2002. É um longa-metragem no qual Eryk reúne, a partir de materiais recolhidos no Instituto Cubano del Arte e Indústria Cinematográficos, seu arquivo de me-

mórias vividas e não vividas ligadas a Glauber. "Uma catarse", define. Depois vieram o curta *Quimera*, de 2004; *Intervalo clandestino*, de 2006; o recente *Pachamama*. Agora Eryk trabalha em *Transeunte*, seu primeiro longa de ficção.

Nesta entrevista, que teve como cenário a orla da Zona Sul do Rio de Janeiro, Eryk Rocha exhibe sua inquietação traduzida num arsenal de afirmações de vigor glauberiano: "Fazemos cerca de 150 longas por ano e não temos onde exibi-los"; "O preço dos ingressos é um

absurdo"; "Os filmes brasileiros são estrangeiros na sua própria terra"; "Hoje o cinema é uma arte elitista"; "Temos que reinventar o espaço social do cinema", entre outras.





**VERSUS** Como o cinema nacional pode se firmar como indústria e competir com os filmes que vêm dos EUA e que dominam as salas de exibição do Brasil?

**Eryk Rocha** Acredito que o eixo cultura-arte-educação pode transformar o mundo e ainda não foi trabalhado com profundidade. É necessário um projeto radical em termos de pensamento e orçamento. Isso pode projetar e construir uma outra sociedade, mais humana, mais justa. Acho que isso ainda não foi compreendido. Os filmes brasileiros são estrangeiros na sua própria terra. As pessoas não sabem da existência da maioria absoluta dos filmes brasileiros. Já faz tempo que o cinema deixou de ser uma arte popular, se você pensar que em um país de 200 milhões de habitantes, um grande *blockbuster*, que é exceção da exceção, tem um público de 5 milhões de pessoas. Hoje o cinema é uma arte elitista.

**Por que isso acontece, na sua opinião?**

Por vários motivos. Hoje, o cinema enfrenta uma forte concorrência, seja da internet, da televisão ou da pirataria. Fora isso, um país, como eu disse, de 200 milhões de habitantes, tem apenas 2 mil salas

“

## Na Argentina há políticas públicas que estimularam o aparecimento de uma nova geração de cineastas

de cinema, concentradas em *shopping centers* das grandes metrópoles. Ao todo, 92% dos municípios do Brasil não têm sala de cinema. O preço do ingresso é absurdo. Como se não bastasse, existe um descompasso abismal entre a produção dos filmes e o escoamento deles. Fazemos cerca de 150 longas por ano e não temos onde exibilos. É como se tivéssemos milhares de carros, mas sem estradas por onde eles possam andar. É preciso pensar em políticas públicas realmente transformadoras de distribuição e exibição. Esse é um assunto crucial debatido há anos e que até agora não teve uma solução prática. Tentar consolidar um mercado brasileiro de cinema no modelo atual é uma luta cega, uma discussão estéril, porque esse é um campo que está minado. Temos que reinventar o espaço social do cinema.

**E quais caminhos possíveis você enxerga?**

Como solução, acredito em uma rede de exibição digital popular. Na hora que existirem salas espalhadas pelo interior do Brasil com ingressos acessíveis, aí talvez o

cinema brasileiro seja visto na sua própria terra. Outro caminho é desenvolver a relação da televisão aberta com o cinema, que ainda é um projeto por aqui, apesar de algumas tentativas da TV Brasil.

**O Estado tem uma função importante neste processo?**

Claro. O que seria do Museu do Louvre se não fosse o Estado? Por isso deve haver uma outra compreensão deste eixo cultura-arte-educação. Aí sim acontece uma revolução que vai interferir nos índices de desemprego, violência e desigualdade social. Aí está a saúde mental do ser humano, a identidade de um povo. Aí se vislumbra outras possibilidades que não só a televisão, a Rede Globo, a novela, o crime organizado. Infelizmente, a esquerda ainda não teve imaginação política radical para pensar sobre isso, apesar dos avanços, é bom que se diga, no Ministério da Cultura no governo do Lula.

**A Argentina conquistou recentemente o segundo Oscar de filme estrangeiro, com *O segredo de seus olhos*, de Juan José Campanella. Eles, de fato, estão mais consolidados que nós enquanto cinematografia? O que nos diferencia?**

Na Argentina há políticas públicas que estimularam o aparecimento de uma nova geração de cineastas. Eles têm um fundo destinado aos primeiros e segundos filmes de diretores iniciantes. Outra política importante é a destinação de 10% do ingresso de filmes estrangeiros para a produção nacional. É uma cinematografia que parece homogênea, mas é bem diversificada. Eles têm cineastas com uma veia mais comercial, como o Campanella, que trabalha em Hollywood, até diretores extremamente autorais, que trabalham a poesia, como Pablo Trapero, Lucrecia Martel,

# PERSONAGEM

Lizandro Alonso e Agustina Carri. É uma geração que está fazendo um cinema que está em compasso com a dinâmica social e política do país. Há um desejo de entender a história política argentina, o que foi a ditadura, a família de classe média, a periferia, a Argentina pós-crise. É uma cinematografia que criou uma identidade forte. Não sei até que ponto a ficção brasileira conseguiu fazer isso. Vejo a ficção muito engessada, importando e mimetizando modelos de produção.

## Como você vê o documentário brasileiro hoje?

Em comparação à ficção, o documentário está mais livre, com orçamentos muito mais baratos, mais solto para a invenção, e em tanto

medo de errar. Há uma vertente jornalística presa ao realismo, à palavra, ao tema. Mas há várias outras vertentes que estão se abrindo, que, inclusive, misturam várias formas de fazer documentário em um único filme. Um documentário mais sincrético, no qual uma sequência jornalística não exclui uma de videoarte, outra de cinema direto, outra com imagens de arquivo, outra musical etc. Elas podem estar amalgamadas e coexistir no mesmo filme. Essa me parece uma vertente bastante fértil, porque expressa o caldeirão de influências da nossa época. Para mim, para que um filme seja interessante não necessariamente tem que ser homogêneo. Dentro da unidade dele, pode-se trabalhar o sincretismo. Existem tantas formas de fazer filmes quanto existem várias formas de pessoas que sentem os filmes.

## Mas este documentário mais moderno, com experimentações de linguagem, não poderia afastar o público?

Para mim, isso é subjugar a plateia. Não acredito no público como um ente abstrato, uma massa acéfala, que não sente. Não acredito no público apenas como número, acredito que sejam pessoas que têm sensibilidade, que podem interpretar coisas, que podem ter um estranhamento... Eu diria até que às vezes uma pessoa que não está viciada com um certo tipo de linguagem pode estar até mais aberta para assimilar uma obra. Há algo inexplicável na arte que é o poder sensorial da obra, que nenhuma razão pode interpretar de uma forma fechada e definida. Eu faço o filme para descobrir o que o filme quer, para descobrir o que sinto, o que penso, para descobrir quem eu sou. É o filme que te faz, e não você que faz o filme.





Antes de pegar a estrada, você tinha alguma ideia, ainda que vaga, de como o “Pachamama” ficaria? Quais são os riscos ao se filmar uma obra aberta como esta?

A vida é um risco constante. O cinema também é assim. Para o “Pachamama” não fiz pesquisa prévia de personagens e nem sequer tinha um eixo temático muito claro. Nem tinha certeza que ia sair um filme. Tinha algumas intuições, alguns sinais, algumas imagens que me diziam que por ali poderia sair alguma coisa. Eu ia filmando, sentindo, sendo arrastado pela travessia. “Pachamama” é o olhar de um viajante que está em movimento, que está sentindo aquela realidade.

**ERYK. Gestual característico de Glauber**



# Pachamama é o olhar de um viajante

**VERSUS** O que foi essa experiência para você?

**Eryk Rocha** (após um longo silêncio reflexivo) Me afetou muito. Acho que vi o Brasil de uma outra forma, descobri outras cosmogonias de mundo, que de alguma forma rompem essa visão ocidental, esse eurocentrismo que ainda prevalece no mundo. Essa viagem me mostrou as riquezas e a complexidade do nosso continente, o quanto podemos aprender com essa América indígena andina, o quanto podemos buscar, como brasileiros, nossas próprias matrizes, nossa particularidade como cultura, nossa antropologia, e como tudo isso pode inspirar o nosso aqui e agora, nossas poéticas, pensamentos, na nossa forma de pensar a sociedade, de pensar qual nosso lugar no mundo. Refleti muito no sentido mais macro, de redescobrir o Brasil, e no sentido de cidadão, artista, de pensar quem sou eu, de que misturas fomos feitos, quais são nossas raízes, nossa mitologia pessoal.

A relação que indígenas e camponeses têm com a terra é uma relação sagrada. Acho que a grande originalidade desta visão, dessa democracia Pacha Mama, aimará,

que algumas pessoas chamam de “socialismo do século XXI”, é a relação entre cultura e política. Buscar na ancestralidade, no cultivar a terra, uma grande inspiração para o repensar da política. A cultura fertilizando e transformando a política. A primeira definição de “cultura” no dicionário é “cultivar a terra”. Não é a terra que pertence aos homens, eles é que pertencem à terra. Daí nasce uma outra esquerda; não uma esquerda tradicional comunista ou socialista, nem uma social-democracia. Surge uma outra coisa que não se sabe o que é, que não dá para rotular. Talvez uma nova esquerda, uma outra dimensão política. Mistura-se coisas do marxismo com a milenar filosofia inca, que tem outra cosmovisão. Isso é muito novo e original e muito rico, muito fértil. Nos anos 60, os movimentos de esquerda no Brasil e mesmo em Cuba importaram modelos de comunismo e socialismo, sem adaptá-los à nova realidade. Na Bolívia, não. Eles estão buscando a resposta política no DNA, na ancestralidade deles. Essa particularidade é uma novidade não só na América Latina, como também no mundo. E no Brasil, nem a direita nem a esquerda conseguiram entender





**Aruac  
Produções**

**Urca filmes**

**Petrobras**

**apresentam**

# PACHAMAMA

**um filme de Eryk Rocha**

**DIREÇÃO, FOTOGRAFIA E CÂMERA: ERYK ROCHA**

**PRODUÇÃO EXECUTIVA: DANIELA MARTINS E LEONARDO EDDE**

**PRODUTORES ASSOCIADOS: JOÃO CARLOS NOGUEIRA LABORATÓRIO DO TEMPO PRESENTE UFRJ**

**MONTAGEM: ERYK ROCHA E EVA RANDOLPH/MÚSICA ORIGINAL E DESENHO SONORO: AURÉLIO DIAS**

**SOM DIRETO: DANIEL CHAVÉS E RAFAEL ARAÚJO/CONSULTORIA HISTÓRICA: FRANCISCO CARLOS**

**TEIXEIRA DA SILVA**

**ASS DE DIREÇÃO: JUAN POSADA**

design: Petula  
Gaitan

distribuição **VIDEOPILMES**



**ARUAC**  
Produções



**PETROBRAS**

apresentam

apresentam



apresentam



apresentam

**ancine**





**PACHAMAMA.** “Essa viagem me mostrou as riquezas e a complexidade do nosso continente”

isso ainda. Eles tendem, cada um à sua maneira, a colocar tudo no mesmo saco: Chávez, Morales, Correa, Lugo. Claro que há convergências e identificações entre estas experiências, mas há muito mais diferenças. Na Venezuela é um movimento militar, de cima para baixo; na Bolívia, é um movimento de baixo para cima. Na hora que os movimentos sociais quiserem, derrubam o Evo Morales. Nesse sentido, o *Pachamama* pode dar uma pequena contribuição para que as pessoas descubram e tenham algum contato com o nosso continente.

**Qual a importância de se estar *in loco* para constatar tudo isso?**

O deslocamento também é uma forma de se ver. Ao se deslocar, você se vê de uma forma muito mais clara, porque você reconhece sua própria particularidade a partir da diferença em relação ao outro.

**Os indígenas, embora povos nativos, foram historicamente excluídos em seus países na América Latina. Você considera que a eleição de representantes como Evo Morales veio para ficar?**

“**O preço do ingresso é absurdo. Como se não bastasse, existe um descompasso abismal entre a produção dos filmes e o escoamento**

A tradição de movimentos sociais originários indígenas é secular na Bolívia; não veio com o Evo Morales. Ele é a materialização de um processo social e histórico consolidado por movimentos sociais fortes do início do século passado. Os bolivianos são muitos politizados historicamente, talvez até pela extrema pobreza e desigualdade social.

**Você se formou na escola de San Antonio de los Baños, em Havana. Quais são os seus “recuerdos de Cuba”?**

Sempre quis estudar lá e tive grandes mestres e encontros. Passei quase três anos lá que me deixaram marcas na minha formação como cidadão e como artista. Aprendi um outro paradigma de sociedade, de valorizar-se as relações humanas, a solidariedade. Foi muito marcante para mim sair do pedestal de classes e ter um contato humano. É inegável toda a força e as possibilidades que representaram a Revolução Cubana na história da América Latina. Foi uma revolução única na história do mundo, pela conjuntura em que aconteceu, pelas condições



# PERSONAGEM

DIVULGAÇÃO



**INDÍCIOS** de uma América miscigenada: no início de *Pachamama*, uma longa sequência capta os olhos verdes de um jovem rapaz de traços indígenas

nas quais o povo vivia. Acontece que Cuba ficou muito isolada, tomou um caminho muito particular e solitário na AL e talvez isso tenha contribuído para a não atualização da Revolução Cubana. Houve muitos erros, sobretudo nos últimos 20 anos, e ainda assim Cuba sobreviveu à queda do muro de Berlim. Para isso, se reinventou e adotou um modelo híbrido de socialismo e capitalismo. Cuba é um país muito complexo, um mar de contradições.

**Em que medida você se considera influenciado por seu pai, tanto**

**na escolha de ser cineasta como na hora de traduzir uma ideia em imagens?**

Minha mãe foi quem me influenciou mais no pensar a imagem, a ligação com a videoarte, com as artes plásticas, o trabalhar a abstração como afeto, como real. Essa filosofia da imagem veio mais dela. Do meu pai herdei mais a preocupação com certas questões, de tentar pensar o país, do imaginário latino-americano, do macro, do todo, das multidões, do povo, do épico. Tentando definir o indefinível, talvez o meu pai seja a polí-

tica e a minha mãe, a poesia. Além da influência de outros cineastas, claro.

**Como você avalia a delicada relação entre cinema e política?**

A política está presente em todos os campos da arte e da criação, está presente na relação com o mundo. Para um filme ser político, não tem que tratar de um tema político, diretamente. Senão, você entra na ditadura do tema. Muitos filmes dos anos 60 foram importantes naquele momento histórico, mas ficaram datados. Você assiste a esses filmes de combate hoje e tem vontade de

DIVULGAÇÃO



**SOBRE A VIAGEM.** “Constatai quanto podemos aprender com essa América indígena andina, o quanto podemos buscar, como brasileiros, nossas próprias matrizes”

rir. Não concordo com filmes que servem apenas de pretexto para se fazer política. Ainda existe uma vertente na qual a política e o tema justificam o filme, ela é válida, eu a respeito, mas não me atrai fazer filmes assim, que se aproximam de teses, de panfletos. Essa discussão tem que acontecer no campo da linguagem, da consciência. A política não pode ser uma camisa de força, não pode reprimir o filme.

**Sobre o que trata *Transeunte*, seu próximo projeto?**

O *Transeunte* é um homem de quase 70 anos que se aposenta e tem que reinventar a própria existência. Esse senhor absolutamente sozinho no mundo, sem filhos, sem esposa e sem família, tem que buscar novos sentidos para a vida. E agora, para onde ele vai? E então? Este é ou não um filme político?

**O filme é seu primeiro longa de ficção. O que há de ficção em seus**

“

**Tentando definir o indefinível, talvez o meu pai seja a política e a minha mãe, a poesia**

**documentários e o que há de realidade em *Transeunte*?**

Fiquei muito feliz de ter filmado este longa depois de ter feito três documentários, porque me deu muita liberdade para experimentar, pesquisar, errar. E para incorporar a cena dramática na realidade, no espaço urbano. A cidade também é um personagem do filme. Quando estava dirigindo os atores, pensava muito no documentário. E às vezes quando filmo documentário, penso muito na ficção. A mídia é uma grande ficção, você não sabe decifrar o que é realidade e o que atende a interesses escusos. A nossa realidade já é uma tremenda ficção permanente, é uma grande confusão. Acho que isso tem a ver com estes ventos de uma nova dramaturgia que está por vir, mais híbrida, porque a própria vida é híbrida. ▣

PAULO MOREIRA/AGÊNCIA O GLOBO



**GLAUBER ROCHA.** Com o Cinema Novo, reinventou a forma de fazer cinema no Brasil. Premiado em Cannes, encantou a intelectualidade da Europa na década de 1960



# Lugar de memória\*



Não é de hoje que se discute o papel da imprensa como lugar de memória. Ao registrar nas páginas dos periódicos aquilo que lhe é contemporâneo, as transformações do cotidiano, os acontecimentos que, de uma forma ou de outra, produzem algum impacto social e político, os relatos da imprensa acabam por produzir sentidos para os processos históricos, apontando quais devem ser lembrados e como serão rememorados no futuro. Hipólito da Costa, na primeira edição do *Correio Braziliense*, em junho de 1808, para

Lucia M. A. Ferreira\*\*

muitos o momento em que se inaugura a tradição jornalística brasileira, já nos aponta a relevância do trabalho dos redatores dos jornais e o alcance das narrativas produzidas:

"Ninguém mais útil pois do que aquele que se destina a mostrar, com evidencia, os acontecimentos do presente, e desenvolver as sombras do futuro. Tal tem sido o trabalho dos redactores das folhas publicas, quando estes, munidos de uma crítica saã, e de uma censura adequada, representam os factos do momento, as reflexoens sobre o passado e as soldidas conjecturas sobre o futuro. [...]"

**Hipólito da Costa,  
*Correio Braziliense*,  
junho de 1808**

Muitos anos se passaram. As realidades comunicacionais, al-

teradas pelo advento de novas tecnologias da informação, são radicalmente diferentes, mas muitas das questões suscitadas por Hipólito continuam ainda na ordem do dia e são discutidas nos vários campos das ciências humanas e sociais interessados em investigar como a imprensa alcançou o lugar institucional de fala autorizada que tem nos dias de hoje.

O jornalista e pesquisador Nilo Sérgio Silva Gomes, no livro *Em busca da notícia. Memórias do Jornal do Brasil, 1901*, escreveu uma instigante, abrangente e madura reflexão sobre a imprensa carioca na virada do século XX, momento de avanços tecnológicos que vieram a alterar o dia a dia das redações e que acabaram por produzir transformações dramáticas nas empresas jornalísticas, no discurso jornalístico e na forma como o jornal interagiu com seu público. O trabalho de pesquisa, realizado pelo autor durante o curso de mestrado em Memória Social da Unirio, oferece ao leitor de hoje uma densa descrição e interpretação das condições de produção de um jornal que procurava abandonar as práticas artesanais características do jornalismo do século XIX, adotando novas formas de gestão e organização e buscando uma nova linguagem.

A pesquisa de fôlego em cerca de 200 edições do *Jornal do Brasil*, realizada na Biblioteca Nacional, permitiu que o pesquisador flagrasse nas páginas do periódico as marcas de um discurso em transição no periodismo brasileiro. Em busca por um público mais amplo, o jornal altera profundamente suas práticas discursivas. Além de apresentar um noticiário nacional e internacional, passa a privilegiar notícias sobre as condições de vida da população carioca, de interesse da emergente classe média e dos

\* Texto originalmente elaborado para o prefácio do livro.

\*\* Doutora em Linguística pela UFRJ. Docente do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Unirio. Orientadora da dissertação *Em busca da notícia - Memórias do Jornal do Brasil, 1901*.

segmentos mais populares. Este enfoque irá suscitar a entrada na pauta de um novo elenco de temas, assim como produzir mudanças na linguagem gráfica e nos textos.

São muitos os méritos do trabalho do ponto de vista acadêmico. As questões tratadas de uma perspectiva interdisciplinar são atravessadas por reflexões que advêm, principalmente, do campo dos estudos do discurso, da comunicação e da história. Mas se o arquivo de edições do *Jornal do Brasil* reunido na pesquisa é interpretado como lugar de memória, que memórias são reconstituídas? Em sentido amplo, podemos afirmar que a pesquisa contribui para o melhor esclarecimento do longo e complexo processo de institucionalização da imprensa brasileira e dos conflitos, disputas, resistências e silêncios subjacentes às suas práticas discursivas. Mais pontualmente, os resultados nos permitem conhecer a configuração do discurso jornalístico praticado pelo *Jornal do Brasil* em 1901 e os sentidos construídos quando a imprensa, a exemplo do que ocorria em outros setores da economia, buscava a modernidade. Concomitantemente, os resultados apontam para uma memória da cidade e de seus habitantes, para vozes que mereceram ser ouvidas e para outras que foram silenciadas.

Não podemos esquecer, no entanto, que a memória, longe de ser uma reconstituição fidedigna dos acontecimentos passados, configura-se como uma construção seletiva, no jogo dialético entre o lembrar e o esquecer. Quando buscamos nos baús e nos arquivos o testemunho dos discursos do passado, precisamos ter em conta que os interrogamos mais em função de uma perspectiva do presente, das motivações que nos levaram

“

**A memória, longe de ser uma reconstituição fidedigna dos acontecimentos passados, configura-se como uma construção seletiva, no jogo dialético entre o lembrar e o esquecer**

a buscar esses testemunhos. O que conseguimos então é ressemantizar, ressignificar, construir uma memória possível. Este processo será sempre interpretativo e, como sabemos, a memória poderá sempre vir a ser outra. ▮

***Em busca da notícia. Memórias do Jornal do Brasil, 1901, de Nilo Sergio Gomes.***

**Editora Multifoco, 252 páginas, R\$ 35.**

**Disponível para a venda no portal da editora:**

**[www.editoramultifoco.com.br](http://www.editoramultifoco.com.br)**

**Nilo Sergio Gomes**

MARCO FERNANDES



Nilo Sergio Gomes é jornalista desde 1971. Ingressou na profissão como repórter na sucursal de *O Globo*, em Brasília. Passou por diversas redações, entre as quais de veículos do *Jornal do Brasil*. É professor universitário, pesquisador e doutorando da Escola de Comunicação da UFRJ. É, ainda, assessor do Ipea.

# Mergulho na alma das ruas

Carlos Nogueira\*

**A** alma encantadora das ruas (1908), de João do Rio, narra a vida de uma cidade em transfiguração, multifacetada, vibrante, e mostra a essência e o significado da rua na modernidade e no jeito de ser do carioca e do brasileiro de modo geral. Há uma similaridade entre a temática de João do Rio e a de *Dublinenses* (1914), de James Joyce (1882-1941), que é a cidade como cenário para o drama humano e o momento histórico em que foram escritas: a *belle époque* no Rio de Janeiro e em Dublin, capital da Irlanda.

A *belle époque* foi um período de efervescência cultural e prosperidade econômica e social na Europa, principalmente em Paris, entre os anos 1880 até o início da Primeira Guerra Mundial em 1914.

Mais do que um período histórico, a *belle époque* foi uma atmosfera, um estado de espírito. No Brasil, temporã, tropical e carnavalesca, teve como marco inicial a Primeira República, em 1889, e terminou em torno de 1930. Foi o período do governo de Rodrigues Alves, da modernização da Cidade promovida pelo prefeito Pereira Passos, que construiu a Avenida Central, atual Avenida Rio Branco. É a cidade voltada para o combate à febre amarela capitaneada pelo sanitarista Oswaldo Cruz. O Rio do Bota-Abaixo, que expulsou a po-

pulação pobre da região central da cidade para os morros e periferias.


João do Rio, jornalista, cronista, contista e teatrólogo, nasceu no Rio de Janeiro, em 5 de agosto de 1881, chegou à Academia Brasileira de Letras em 1910 e faleceu nessa mesma cidade que tanto amou, em 23 de junho de 1921.

“Eu amo a rua, esse sentimento de natureza toda íntima não vos seria revelado por mim se não julgasse, e razões não tivesse para julgar, que esse amor assim absoluto e assim exagerado é partilhado por todos vós... a rua faz as celebridades e as revoltas.” Com essa declaração, inicia a sua obra mais conhecida. A rua é que abriga e agasalha a miséria, é o alento dos desgraçados que vislumbram numa rua a possibilidade de outra e outra. Na rua, o crime e o delírio não são por ela denunciados. A rua à qual se refere João do Rio não é uma qualquer, não é a mesma dos janotas deslumbrados numa *belle époque* anacrônica, temendo que a população de gente rude conspirasse pelas ruelas estreitas à espreita da oportunidade para armar as barricadas.

A alma encantadora das ruas está estruturada em cinco partes, “A rua” e “A musa das ruas” foram conferências proferidas em 1905 que o autor incluiu como abertura e fechamento, respectivamente.

Tratam de modinhas e cantigas e tornaram-se referência no assunto. As três outras partes que compõem o livro são reportagens magistrais que abordam as pequenas profissões como tatuadores, vendedores de livros e orações, músicos ambulantes, entre outras; as condições de trabalho dos operários, as festas populares como Dia de Reis e o Carnaval; a mendicância e a realidade do sistema carcerário da época.

Segundo Paulo Barreto, o nosso João do Rio, as ruas têm diversas características e feições: as malandras, as austeras; as pretensiosas, outras que riem dos transeuntes. As honestas, ambíguas, depravadas, sinistras; as nobres, delicadas, puras, infames.

Essa pluralidade democrática, misteriosa e criativa que a rua possui reflete a diversidade do seu povo, capturada com a sensibilidade que caracteriza os grandes criadores. Essa obra magnífica está completando 102 anos, e foi reeditada em formato de livro de bolso pela editora Companhia das Letras, São Paulo, com organização de Raul Antelo, em 2008. A ABL organiza uma edição bilingue para este ano. Este é um momento oportuno para revisita-la. 

ARTE: CAROLINA SOUZA



\* Pesquisador graduado em Letras (UFRJ), mestre em Memória Social (Unirio).



## SALA ESCURA

### Eduardo Valente, cineasta



ACERVO PESSOAL

**Eduardo Valente** é diretor e crítico de cinema. Formou-se em cinema pela Universidade Federal Fluminense (UFF), com mestrado em comunicação pela Universidade de São Paulo (USP). Seus três curtas e o longa de estreia na direção (*No Meu Lugar* – 2009) foram exibidos em diferentes seções do Festival de Cannes, entre outros festivais internacionais e nacionais. É editor da *Revista Cinética* ([www.revistacinetica.com.br](http://www.revistacinetica.com.br)).

### Dois filmes

*É Proibido Fumar*, de Anna Muylaert (Brasil, 2009)

Um filme que consegue dosar leveza e profundidade com uma sutileza enorme, propondo um raro retrato da classe média brasileira que não abdica da crítica para ser carinhoso, nem vice-versa. Um trabalho de direção de atores brilhante, complementado por domínio da linguagem cinematográfica que perpassa todos os aspectos visuais e sonoros da construção do filme. Um pequeno grande filme, como deveríamos e poderíamos produzir muitos mais.

*Pai e Filha*, Yasujiro Ozu (Japão, 1949)

Um clássico que mudou minha vida. Como alguém que tem uma relação forte com uma quantidade enorme de filmes, eu vou levar bem ao pé da letra a questão apresentada (“mudar sua vida”), e abstrair a questão de filmes prediletos. O fato é que esta pérola do cinema profundamente humano do japonês Ozu inspirou-me descaradamente no meu primeiro curta, *Um Sol Alaranjado*, e a decisão de realizar este filme mudou bastante o caminho que minha vida profissional tomou. Então, como uma homenagem a quem tanto me inspirou, ele é o escolhido.

## ESTANTE

### Rubens Figueiredo, escritor

#### Um clássico

*Ressurreição*, de Liev Tolstói

O livro se impõe ao nosso tempo com uma força surpreendente. Focaliza o sistema prisional e jurídico da Rússia do final do século 19. Dessa perspectiva, questiona pilares do que consideramos uma sociedade moderna e civilizada. Tolstói prima por personagens dotados de uma vida interior irrequieta e questionadora. Porém a máquina prisional e judiciária – pautada pela racionalidade e neutralidade científica – que os personagens de *Ressurreição* vivenciam revela que no âmago de todo o sistema reside a mais simples manutenção e reprodução dos privilégios e desigualdades sociais.



BEL PEDROSA

**Rubens Figueiredo** é escritor, tradutor, professor e editor. Faz parte da geração de escritores formada na segunda metade dos anos 1970. Graduado em Letras

pela UFRJ (Português-Russo), destaca-se no universo literário brasileiro logo em sua estreia, em 1986, com o livro *O mistério da samambaia baillarina*. No ano seguinte, com o lançamento do livro *Essa maldita farinha*, assegura, definitivamente, o seu lugar entre os mais talentosos romancistas brasileiros. Entre os mais de 40 títulos traduzidos por Figueiredo, Turgueniêv e Tolstói fazem parte dessa galeria de autores de diferentes idiomas – inglês, francês, espanhol e russo. Em dois momentos de sua carreira, Rubens Figueiredo recebeu o Prêmio Jabuti. Em 1998, pelo livro *As palavras secretas*, que também recebeu o prêmio Arthur Azevedo; e, em 2002, pelo romance *Barco a seco*.



# Um brasileiro chamado Noel

Autor (em parceria com Carlos Didier) da biografia definitiva de **Noel Rosa**, o jornalista João Máximo diz que o artista subverteu a estética ao trazer para os seus versos o cotidiano que escapava ao cancionero da época

---

Elisa Monteiro



MARCO ANTÔNIO TEIXEIRA/AGÊNCIA O GLOBO



### JOÃO MÁXIMO. Biógrafo

**L**eitor voraz de biografias, o jornalista João Máximo ficou, digamos, um pouco desapontado com a história de Noel Rosa contada por Almirante e Jacy Pacheco no livro *No tempo de Noel Rosa*. “Eu queria saber mais. Queria saber como um cara que morre aos 26 anos teve vida tão intensa, passional e dolorosa”, relata. A instigante curiosidade do jornalista resultou na biografia definitiva do artista

(*Noel Rosa — Uma biografia*) escrita em parceria com o músico Carlos Didier, edição esgotada. Noel de Medeiros Rosa é personagem único na história da música popular brasileira e 2010 é o ano da celebração do centenário de nascimento. Ele rompeu a fronteira de classe ao subir o morro e fazer parcerias com compositores negros, coisa inimaginável para o ambiente conservador. Noel Rosa subverteu a estética ao trazer para os seus ver-

sos lumpens, homossexuais, maldros, prostitutas, proxenetas, figuras do cotidiano nunca presentes nas músicas de então. Nada de endear as mulheres em atmosfera parnasiana. A paixão estava ali, presente, de carne e osso, pela operária da fábrica de tecidos. As dificuldades financeiras de gente que vivia na pindaíba nas mãos

\* MÁXIMO, João e DIDIER, Carlos. *Noel Rosa — Uma biografia*. Editora LGE, 1990. Edição esgotada.

## COMPOSITOR

de quem emprestava dinheiro estão nas suas músicas. Hipocrisia, corrupção e preconceito são temas que não escaparam a sua crônica ácida, irreverente, corajosa, lírica. Outra mágica espantosa: nenhum artista seu contemporâneo deixou marca tão permanente no imaginário da música no país. Noel Rosa é um mito. Filho de família de classe média, o compositor nasceu em dezembro de 1910 e morreu de tuberculose, precocemente, em 1937.

O mito Noel acompanha João Máximo desde criança. “Desde os meus 7 anos de idade, quando mudei para Vila Isabel, há 67 anos”, conta. Quando mudou para o bairro, lá pela década de 1940, Noel já era nome no lugar. Noel virou referência para toda a geração de garotos que vivia na Vila. “Conhecia-se o nome, a fama, mas não a obra de Noel, que ficou por longo tempo esquecida”, ele conta. Mas em 1950 a gravadora Continental lançou um álbum de três discos em 78 rotações no qual a cantora Aracy de Almeida cantava seis músicas do compositor. Máximo relata que o sucesso foi tão grande que saiu o segundo volume, com mais seis músicas.

Em meados da década de 1950, lembra, na música brasileira havia as canções mais românticas, muito influenciadas pelo bolero e pela música americana, interpretadas por cantores como Dick Farney, Lúcio Alves e Elizeth Cardoso. Essa música disputava com o movimento saudosista, liderado por Lúcio Rangel. Estes defendiam a recuperação do samba puro, de Pixinguinha e Ismael Silva. Ary Barroso e Lamartine Babo voltam a gravar e Noel está presente, porque, na visão do movimento, deveria estar entre os que tinham de ser reabilitados – embora já tivesse sido gravado em 1950. Aí surge a bossa nova. “Então ficou

“

### Nenhum artista contemporâneo deixou marca tão permanente no imaginário

aquele antagonismo bobo entre bossa velha e bossa nova”, observa. Mas, segundo o pesquisador, o pessoal da bossa nova achava Noel original, inovador nas letras e nas músicas. “Estou contando essa história toda para tentar explicar o fenômeno que é a permanência do mito Noel na vida do brasileiro.” De acordo com Máximo, isso explica a força da lembrança do seu centenário de nascimento.

Para fazer com precisão o mergulho sobre a vida de Noel Rosa, João Máximo disse que seguiu o conselho de um amigo psiquiatra (conselho, ele ressalva, que não tem nada a ver com psiquiatria), com quem falou por acaso de sua intenção de fazer um livro sobre o compositor. “Me lembro que ele disse assim: ‘Olha, você ja-

mais vai conhecer um personagem que você não conheceu ao vivo, que não fez parte da sua convivência, se você não conhecer o local e o tempo em que ele viveu.’ Disse mais: ‘Você tem que mostrar como era a casa do Noel Rosa, como era o Rio de Janeiro de 1910 a 1937, o que era um garoto como ele estudando num colégio beneditino, colégio religioso, que influências sofreu desse local.’” Para entender a origem da lesão que resultou no defeito físico no queixo que acompanhou Noel durante toda sua curta vida, João Máximo teve de estudar, por exemplo, o desenvolvimento de mandíbulas — que, no caso de Noel, foram lesionadas na hora do parto. Durante oito anos, Máximo (Carlos Didier preocupou-se mais com a parte musical) seguiu as pegadas de Noel. Veja trechos do depoimento do principal biógrafo de Noel a VERSUS.

## Filosofia

Noel Rosa

O mundo me condena, e ninguém tem pena  
Falando sempre mal do meu nome  
Deixando de saber se eu vou morrer de sede  
Ou se vou morrer de fome

Mas a filosofia hoje me auxilia  
A viver indiferente assim  
Nesta prontidão sem fim  
Vou fingindo que sou rico  
Pra ninguém zombar de mim

Não me incomode que você me diga  
Que a sociedade é minha inimiga  
Pois cantando neste mundo  
Vivo escravo do meu samba, muito embora vagabundo

Quanto a você da aristocracia  
Que tem dinheiro, mas não compra alegria  
Há de viver eternamente sendo escrava dessa gente  
Que cultiva a hipocrisia







## Lúmpen, malandro, homossexual...

Na época de Noel, o compositor popular tinha uma postura muito curiosa, porque ele achava que no carnaval valia tudo: “mexer” com a política, homem fantasiado de mulher, mulher fantasiada de homem, piadas, anedotas, tem samba da época que tem características excepcionais que diz: “a minha fantasia é de diabo, só falta o rabo, só falta o rabo. Eu vou botar um anúncio no jornal ‘precisa-se de um rabo pra brincar no carnaval’, eu vou botar...”. Os compositores diziam, ah, no carnaval vale tudo. Mas no meio do ano eles não tratavam do dia a dia, do cotidiano, do homem comum, do operário de fábrica. As mulheres eram, por assim dizer, enaltecidas, os cabelos delas eram feitos de seda, os olhos eram o mar (...) isso numa poesia pré-Noel. Com o Noel, o que você tem é que a música dele, até muitas foram cantadas no carnaval, foram lançadas pelas gravadoras no seu catálogo de carnaval, mas não eram carnavalescas. Ele não fazia música (específicas para o carnaval) porque ele achava que o lúmpen, o malandro, a mulher da vida, o homossexual, o bandido, o facínora, esses personagens que você via a toda hora pela rua, eram “cantáveis” a qualquer hora. Eu acho que a grande importância dele na letra, na música, é essa. Ele cria uma escola de lírico, de letra de música popular, que pra resumir seria o seguinte: se o tema é bom e se é benfeito, você pode cantar qualquer coisa. Dizer isso pra você hoje que ouviu Caetano e Chico que faz a letra que quiser e você acha legal, bacana e tal não quer dizer nada. Mas eu estou falando de 1930, na década de 1930.

## Morro, mentira e dinheiro

Roteirizei e apresentei uns quatro shows (temáticos). “Noel e o morro” o primeiro, porque ele foi o primeiro branco de classe média com passagem pela universidade, ainda que muito breve, que se associou, que teve como parceiros 12, 13 negros de morros nos três, quatro primeiros anos da carreira. Isso quando as parcerias antirraciais não existiam na música popular brasileira. Você não tem parceria de branco com negro neste período, e ele fez com 12 ou 13, e esse meu primeiro espetáculo aqui foi sobre Noel e esses parceiros. São músicas em parceria dele com Cartola, com Ismael Silva, com essa turma toda. O segundo (show) foi “Noel e a mentira”, que é uma constante. Ele (...) era muito machista, como eram todos os homens na época. Eu me lembro que eu fui entrevistar uma das namoradas dele, a Fina (...) que começou a me contar como foi o começo do namoro dela com o Noel. Eu dizia: “Menina, mas eu não acredito, como a senhora se submeteu a isso”. E ela dizia: “Meu filho, aquilo era outra época e tal. (...) Ele era mulherengo, feio daquele jeito, mas ele sempre foi bonito”. (...) O terceiro (show) foi sobre o dinheiro ou a falta dele. Então eram músicas do Noel compositor das mentiras, compositor de morros, só músicas que falavam de dinheiro ou da falta de dinheiro. E o último foi o “Rio, Brasil de Noel”, quer dizer, são músicas que ele fala de sua cidade ou de seu país de alguma forma crítica.

## Wilson Baptista

Essa polêmica é muito simples. O Noel provocou ele com uma música que tenta moralizar o malandro, isso é verdade. Ele fez uma música, o Noel mexeu com ele e ele respondeu ao Noel e ficou por aí. O Wilson responde pra poder provocar. Mas o Wilson não era conhecido ainda, então para ele ter uma polêmica com o Noel era bom e ele era um grande sambista. (...) O Caetano (Vieloso) ainda disse que ele era homóforo e tal, mas o Baptista não era homossexual. O Caetano confundiu esse Baptista com outro, com Ismael Silva talvez ou Assis Valente. O Noel não tinha nada disso, o Noel fez o primeiro samba gay da música popular brasileira, o primeiro samba em que o homossexual era tratado com simpatia, que é o “Mulato Bamba”, que é um samba admirável, onde ele trata esse personagem que a polícia perseguiu com a maior dignidade.

## Fugiu do óbvio

Alex Varela, historiador, foi um dos autores de “Noel: a Presença do Poeta da Vila”, enredo da escola de samba Vila Isabel no último desfile (2010). Segundo Varela, a formação tradicional típica de classe média daquele tempo — colégio beneditino e faculdade de medicina — não limitou Noel aos nichos sociais mais óbvios: “Desde jovem ele se aproximou dos tipos mais populares das ruas, vistos como gente de pouco valor ou até mesmo perigosa. Aprendeu a tocar violão com os seresteiros do bairro. Fez da rua e da boemia carioca palco e inspiração de seus versos e notas, deixando para outra vida a diplomação de doutor.”

## BEATRIZ RESENDE

Doutora em Literatura Comparada (UFRJ) e pesquisadora do Programa Avançado de Cultura Contemporânea da UFRJ.



# As escolhas de Heloisa

Este ano tem sido especialmente movimentado para Heloisa Buarque de Hollanda. Abriu em 2010 recebendo o prêmio Golfinho de Ouro, da Secretaria de Cultura do Estado do Rio de Janeiro. Outros se seguiram, mas o que mais a entusiasmou foi o lançamento do projeto Universidade das Quebradas, aqui na UFRJ. Prestes a se tornar Professora Emérita da Universidade Federal do Rio de Janeiro, mantendo-se assim no espaço onde sempre atuou, só que com ainda mais liberdade de ação, Heloisa Buarque acaba de publicar *Escolhas. Uma autobiografia intelectual*,<sup>1</sup> volume reunindo dois textos que, mais do que um estímulo, é uma provocação de que andamos precisando.

O primeiro texto é de 1993, memorial que evidenciou publicamente que a ela cabia o cargo de Titular em Teoria Crítica da Cultura na Escola de Comunicação. O outro, escrito no final de 2009, faz um balanço de suas escolhas intelectuais, profissionais e políticas. O rejuvenescimento da escritora é evidente, a consistência da professora é a mesma, já a audácia, por incrível que pareça, ainda aumentou.

Nos textos deste volume, Heloisa apresenta duas inovações que merecem destaque.

No primeiro, apresenta o que chama de *Memorial como Literatura*. No segundo, a narrativa de sua biografia faz a *Memória do Futuro*.

A escrita do memorial, quando

talentosa, é sempre atraente. O ícone do gênero (tomo aqui o termo gênero literário com a mesma liberdade que tomamos *literatura*) me parece ser o genial *A história continua*, onde o historiador George Duby publica, aos 72 anos, seu percurso intelectual para terminar com projetos e dúvidas. A ironia de Duby não poupa a academia, seja ao comentar o que é uma defesa de tese diante de cinco ou seis “mandarins sonolentos”, dispostos a saborear sua vingança diante da juventude, seja ao narrar honrarias perguntando-se se “aquilo a que dão polidamente o nome de sabedoria não será na realidade uma deterioração da atividade criativa?”. É, porém, quando sintetiza em dois mandamentos os ensinamentos recebidos pela trajetória que o levou até ali que mais o vejo aproximar-se da qualidade de memorial literário que estou atribuindo ao primeiro texto de Heloisa. Os dois ensinamentos são:

Que o historiador não deve fechar-se em sua toca, mas acompanhar atentamente o que acontece nas disciplinas vizinhas. Que realizar uma investigação com todo o rigor necessário não impõe, no momento de divulgar os resultados do levantamento, de escrever com frieza.<sup>2</sup>

O texto que se segue ao memorial se apresenta, como diz, como autobiografia intelectual, sempre nos indicando seus mais variados “companheiros de viagem”, de colegas, alunos e orientandos aos persona-

gens mais recentes, *nerds* e jovens intelectuais da periferia. Indica, sobretudo, como diz o título, suas escolhas.

Neste segundo texto, a Literatura continua ocupando espaço, mas sempre com uma interrogação ao lado. Os estudos literários têm, na maioria das vezes, se encaminhado para um fechamento em si, para uma clausura defensiva que se mostra pouco produtiva. A perspectiva que os Estudos Culturais ofereciam nos anos 90 surgiu como uma possibilidade, como diz a autora, “através talvez por sua indefinição disciplinar e pela flexibilização conceitual que requer em contextos geopolíticos diferenciados”.

Tomo Giorgio Agamben para chamar atenção para os últimos movimentos do percurso mapeado como propostas de “profanações”, de restituições ao uso comum do que fora separado, canonizado: “Depois de ter sido profanado, o que estava indisponível e separado perde sua aura e acaba restituído ao uso.”<sup>3</sup>

As escolhas finais, como não poderia deixar de ser, estão em construção, dirigem-se para um futuro a que Heloisa Buarque nos convoca com urgência. São elas: 1. mergulhar no universo da web, da cultura digital, para pensar o futuro do livro como suporte e o da leitura como percepção. 2. através de publicações, exposições e ações *dentro* da universidade, colocar em evidência a legitimidade do intelectual e do artista da periferia. “A universidade e a periferia pensando juntas. Sem concessões de parte a parte”, afirma. É, o futuro continua. ▣

<sup>1</sup> HOLLANDA, Heloisa Buarque. *Escolhas. Uma autobiografia intelectual*. Rio de Janeiro: Língua Geral, 2010.

<sup>2</sup> DUBY, George. *A história continua*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar/Editora UFRJ, 1993. P. 14.

<sup>3</sup> AGAMBEN, Giorgio. *Profanações*. São Paulo: Boitempo, 2007. P. 68.

MARIA DA  
CONCEIÇÃO  
TAVARES

anos





# VERSUS

[www.versus.ufrj.br](http://www.versus.ufrj.br)



UFRJ

**Universidade Federal do Rio de Janeiro**  
Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas



CCJE